

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
CURSO DE POS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLITICA

A COOPERAÇÃO AGRICOLA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRARIA NO
ESTADO DE SANTA CATARINA

(Estudo de caso de um grupo coletivo do assentamento
"Tracutinga". Dionísio Cerqueira)

John Bernhard Kleba

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política
da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do grau
de Mestre em Sociologia, sob
orientação do Dr. Paulo F. Vieira.

Florianópolis, SC - BRASIL

Maio de 1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
CURSO DE POS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLITICA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A COOPERAÇÃO AGRICOLA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRARIA NO
ESTADO DE SANTA CATARINA

(Estudo de caso de um grupo coletivo do assentamento
"Tracutinga", Dionísio Cerqueira)

JOHN BERNHARD KLEBA

MAIO DE 1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
CURSO DE POS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLITICA

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e membros da Banca Examinadora, composta pelos professores :



PROF. DR. PAULO F. VIEIRA - ORIENTADOR



PROF^a. DR^a. MARIA IGNES PAULILO - MEMBRO

PROF^a. DR^a. MARIA HELENA R. ANTUNIASSI - MEMBRO

Maio de 1992

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

KLEBA, John B.

A Cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária no Estado de Santa Catarina (estudo de caso de um grupo coletivo do assentamento "Tracutinga", Dionísio Cerqueira) - Florianópolis, UFSC, PPGSP, 1992.

Tese : Mestrado em Sociologia Política

1. Estilos de desenvolvimento e reforma agrária em Santa Catarina. 2. Cooperação agrícola e estilos de desenvolvimento - marco conceitual e proposta de análise. 3. Cooperação agrícola em assentamentos. 4. A formação do grupo e a gênese do assentamento. 5. Economia e ecologia da cooperação agrícola; 6. Sistema político-ideológico e estilos de vida. 7. Assentamento e espaços de desenvolvimento. I. Universidade Federal de Santa Catarina. II. Título: A Cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária no Estado de Santa Catarina (estudo de caso de um grupo coletivo do assentamento "Tracutinga", Dionísio Cerqueira).

*A Theodor (em memória) e a Lioba Leonora.
Pela imensidão do sonho que deixaram.*

*Aos agricultores de "Conquista na Fronteira"
("Tracutinga"), pelo seu carinho, pela sua
garra.*

*"...é a "mistura" mais do que a "pureza" que
será mais capaz de adequar-se às múltiplas
exigências do futuro,...!"*

E. F. Schumacher

AGRADECIMENTOS

- a Paulo F. Vieira, pelo exemplo de busca de rigor e pelos conselhos sempre tão apropriados em relação à pesquisa e aos métodos de trabalho. Sua dedicação foi crucial para o maior alcance desta dissertação. Mais do que um orientador, ele foi um amigo.

- à Maria Ignês Paulilo, cujas observações foram de grande proveito. Sua relação com o mundo da pesquisa e docência constitui um exemplo de como é possível unir a competência à criatividade e ao lúdico.

- aos assentados de "Conquista da Fronteira", pela sua hospitalidade generosa e sua busca de construção de um mundo mais pleno.

- a Armando e Teresa Lisboa, pelo estímulo à pesquisa, as indicações bibliográficas sempre abundantes, e nossa amizade. Aos demais irmãos, pelo seu apoio.

- à Eliseth Schwade, companheira na primeira fase da pesquisa de campo. A nossa amizade e a nossas trocas de idéias, sempre tão envolventes.

- à Sra. Lilo Lepper, do Consulado da República Federal Alemã de Blumenau, SC, que permitiu, sempre de forma muito gentil e eficiente, o desenrolar regular da ajuda de custos para a realização do mestrado, que obtive por parte do "Der Senator für Arbeit und Frauen - Hauptfürsorgestelle für Kriegsöpfung und Schwerbehinderte", sob os cuidados de Herr Klar.

- a Ademir Cazella (Kito), que está elaborando um estudo de caso sobre a experiência de cooperação do assentamento "Trinta de outubro", Paulo César Arns, que está neste momento trabalhando num dos assentamentos mais precários de SC, Alexandre, da comunicação social do INCRA/SC, Valério Turnes, Renato Koch e Vinícius, da Secretaria de Assuntos Fundiários da EPAGRI, e a Horst Doering, ex-assessor do MST para assuntos de cooperação agrícola. Sua amizade e suas contribuições foram de grande valia.

- aos companheiros de mestrado, Iara M. Chaves, Marcia Grisotti, Silvia Gimeno, Francisco Canella, Susy (Carmen), Ari e Gaia, Kátia Müller, Ligia, Francisco Ferreira, Heliete, entre tantos outros, por tudo que partilhamos e sonhamos junto.

I N D I C E

RESUMO.....	
ABSTRACT.....	
SIGLARIO.....	
INTRODUÇÃO.....	01
CAP. I - ESTILOS DE DESENVOLVIMENTO E REFORMA AGRARIA EM SANTA CATARINA	03
1.1 - A dinâmica contraditória do desenvolvimento rural em Santa Catarina : modernização agrícola e maldesenvolvimento	03
1.2 - Estado, sem-terras e reforma agrária.....	11
1.3 - A problemática dos assentamentos.....	15
CAP. II - COOPERAÇÃO AGRICOLA E ESTILOS ALTERNATIVOS DE DESENVOLVIMENTO - MARCO CONCEITUAL E PROPOSTA DE ANALISE.....	27
2.1 - Distinções conceituais e tipológicas.....	27
2.2 - Assentamentos e tensões da cooperação agrícola.....	31
2.3 - Cooperação agrícola e alternativas de desenvolvimento.....	33
2.4 - Questões norteadoras.....	35
2.5. - Proposta metodológica.....	36
CAP. III - COOPERAÇÃO AGRICOLA EM ASSENTAMENTOS.....	44
3.1 - A diversidade das formas de cooperação.....	45
3.2 - Origem da cooperação agrícola.....	54
3.3 - Aspectos da cooperação agrícola.....	61
3.4 - Associativismo e dinamismo em assentamentos.....	66

CAP. IV - A FORMAÇÃO DO GRUPO E A GENESE DO ASSENTAMENTO	76
4.1 - Caracterização geral do assentamento.....	76
4.1.1 - Localização e organização.....	76
4.2 - A trajetória dos assentados.....	79
4.2.1 - Os assentados como "sem-terra".....	79
4.3 - Acampamentos e grupos coletivos	86
4.3.1 - O papel dos acampamentos e assentamentos provisórios	87
4.3.2 - A cooperação agrícola nos acampamentos e assentamentos provisórios.....	90
4.4 Recursos e infra-estrutura.....	99
4.5 Organograma.....	102
CAP. V - ECONOMIA E ECOLOGIA DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA	108
5.1 - A organização do espaço	109
5.2. A organização da produção.....	111
5.2.1 As instâncias de produção.....	111
5.2.2 Os setores de produção.....	116
5.2.3 A ecologia da produção.....	122
5.3 - Projetos e Planejamento.....	126
5.4 - O trabalho.....	134
5.5 - A propriedade.....	145
5.6 - Comercialização.....	148
5.7 - Finanças e renda.....	150
5.8 - Evolução e modernização	157
5.9 - O papel da cooperativa.....	165

CAP. VI - SISTEMA POLITICO-IDEOLOGICO E ESTILOS DE VIDA.....	173
6.1 - As normas.....	173
6.2 - O processo de tomada de decisoes.....	176
6.3 - Manifestações e formação política.....	182
6.2.1 As manifestações políticas.....	182
6.2.2 A formação política	186
6.4 - A cooperação agrícola	189
6.4.1 Motivações e condicionantes da CA.....	189
6.4.2 A visão de mundo subjacente.....	198
6.5 - Educação, saúde e estilos de vida.....	218
6.5.1 A procura de uma educação integrada ao grupo.....	218
6.5.2 Saúde.....	220
6.5.3 Estilos de vida.....	221
 CAP.VII - ASSENTAMENTO E ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO	 234
7.1 - O espaço de desenvolvimento local.....	235
7.2 - Assentamento e espaços abrangentes.....	243
7.3 - As condições para um desenvolvimento local autônomo	251
 BIBLIOGRAFIA.....	 267

RESUMO

As demandas por reforma agrária no Brasil ganham novo impulso no período de transição à democracia, a partir do final da década de setenta, no quadro de um processo de modernização agrícola destrutivo do ponto de vista dos impactos sócio-ambientais. Ao mesmo tempo, os assentamentos de reforma agrária multiplicam-se a partir de 1985, em função da pressão de organizações não-governamentais, sobretudo do Movimento dos Sem-Terra (MST).

Embora as unidades familiares de produção sejam predominantes, diversas são as formas de cooperação agrícola (CA) disseminadas nos assentamentos, incluindo desde as associações de máquinas até as nascentes cooperativas de produção. Se surgem em função da precariedade - terras que exigem alta aplicação de insumos, contexto de descapitalização dos assentados e baixo nível de formação para a administração das glebas -, os modelos aplicados são inspirados pelo MST. Os graus de homogeneização dos grupos de CA - no que se refere à fatores como as relações de parentesco, vizinhança e amizade, o tamanho da mão-de-obra disponível e das necessidades de consumo das unidades familiares, o vínculo ao MST, o tipo de situação econômica anterior, etc - parecem determinantes para explicar sua viabilidade.

O MST tende a priorizar a coletivização da produção em grandes grupos em detrimento das demais formas de CA, por uma definição apriorística de sua superioridade econômica, política, ecológica e ética. Objetiva ainda a montagem de empresas competitivas e a formação de um sistema cooperativista para a integração dos assentamentos. Os grandes grupos coletivos são caracterizados como "comunidades cooperativas integrais", na medida em que a cooperação permeia não só seu sistema econômico, mas atinge inclusive seu sistema político-ideológico e seus estilos de vida. As cooperativas de produção que estes últimos passam a formar, aparecem como originais para o contexto das experiências cooperativistas no país.

A organização em grandes grupos parece permitir ganhos na diversificação produtiva, na organização do espaço, no uso de economias de escala, nas condições para capacitação e militância política, e na aquisição de créditos e de assistência técnica, tornando estas as experiências de maior dinamismo em assentamentos. Por outro lado, tende a desestimular o rendimento do trabalho, e tem engendrado tensões em relação à valorização da "autonomia camponesa", aos mecanismos decisórios, e à distribuição do trabalho.

A análise do "potencial de desenvolvimento local" permite entrever condições favoráveis para a evolução do assentamento analisado : capacidade de iniciativa do grupo, disposição para a incorporação de inovações técnicas e organizacionais, articulação com agentes da sociedade civil e do Estado, aproveitamento dos recursos naturais disponíveis, e criação de uma cooperativa de produção agropecuária (CPA).

A função pública e privada que esta última pode proporcionar, em termos da dinamização da economia regional e da melhoria das condições de vida dos assentados, deveria legitimar o usufruto de vantagens da CPA na captação de recursos do Estado. Por outro lado, a necessidade destes recursos, bem como de serviços adequados de capacitação profissional e de assistência técnica, constitui uma dependência essencial dos grupos de CA em relação às políticas governamentais, sobretudo em sua fase inicial.

Além disso, uma atitude preconcebida de desvalorização de formas de CA não coletivizadas parece se constituir mm entrave ao desenvolvimento dos assentamentos rurais, e ao maior alcance da legitimidade do MST entre os assentados.

ABSTRACT

The demands for agrarian reform in Brazil gained a new impetus in the transitional period to democracy in the late 70's when, from the point of view of socio-environmental impact, a destructive policy of agricultural modernisation was in force.

Populational re-settlements, as a result of agrarian reform, increased from 1985 onwards in function of the pressure of non-governmental organizations, chiefly the Landless Movement ("MST" - "Movimento dos sem-terra").

Although the action of family units was predominant, various forms of agrarian co-operation spread throughout the settlements, from associations for the sharing of machines to emerging co-operatives of production. When agricultural co-operation arises as a result of precarious conditions - lands demanding high application of fertilizers, lack of capital of the settlers and incompetence in relation to the administration of lands - models of co-operation are inspired by the Landless Movement. The degree of homogeneity of agrarian co-operation groups - referring to factors such as neighbourhood and friendship relations, the available labour-force and the material needs of family units, connection with the landless movement, previous economic situation, etc. - appears to be a determining factor in their function.

The Landless Movement tends to give priority to collective production in large groups, to the detriment of other forms of agricultural co-operation, because of an "a priori" definition of its economic, political, ecological and ethical superiority. It also aims at the setting up of competitive enterprises and the formation of a co-operativist system for the integration of settlements. Large collective groups are characterized as "integrated co-operative communities" in the measure that the co-operation permeates not only its economic system but also its political-ideological system and its life-styles. The productive co-operatives thus formed are apparently original within the context of Brazil's co-operativist experience.

Organization into large groups appears to be an advantage in relation to productive diversification, the organization of space, the use of scale economies, political empowerment and militancy, and the acquisition of credits and technical assistance, making these more dynamic experiences in the settlements. On the other hand, this type of organization tends to stimulate inefficiency and to generate tensions in relation to the value of "peasant autonomy", mechanisms of decision-making and the distribution of labour.

The analysis of "local development potential" makes clear the favourable conditions for the evolution of the settlement analyzed : initiative of the group, receptivity to incorporating technical and organizational innovations, articulation with agents of civil society and of the State, advantage taken of available natural resources, and the creation of a co-operative for agricultural production and cattle-raising ("CPA" - cooperativa de produção agropecuária).

The "public and private function" which CPA's may establish, in terms of stimulating regional economy and improving the lives of settlers, ought to legitimate the usufruct of resources from the State. However, the necessity of these resources, of adequate services of professional training and technical assistance, constitutes a fundamental dependency of agrarian co-operation in relation to governmental policies, particularly in their initial phase.

Moreover, a pre-conceived attitude, which devalues non-collective forms of agrarian co-operation, seems to constitute an obstacle to the development of rural settlements and also to the legitimation of Landless Movement on the part of the settlers.

SIGLARIO

- ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
- ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- CA - cooperação agrícola
- CEPA/SC - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
- CEPRO - Comissão Estadual de Coordenação do PROCERA
- CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- COOPERSAOMIGUEL - Cooperativa Agropecuária São Miguel do Oeste
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- CUT - Central Unica dos Trabalhadores
- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMPASC - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina
- EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S.A.
- FINSOCIAL - Fundo de Integração Social
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INCRA/SR-SC - Secretaria Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Estado de Santa Catarina.
- JTRST - Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

OCESOC - Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PR - Estado do Paraná

PRRAs - Planos Regionais de Reforma Agrária

PROCERA - Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária

RS - Estado do Rio Grande do Sul

SAA - Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de Santa Catarina "(denominada anteriormente como SAAI)"

SC - Estado de Santa Catarina

SEAF - Secretaria Especial de Assuntos Fundiários

STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais

TRST - Trabalhadores Rurais Sem Terra

UDR - União Democrática Ruralista

I N T R O D U Ç Ã O

Os assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra surgiram no contexto dos conflitos criados pela agudização das demandas por uma reforma agrária efetiva, sob o pano de fundo da redemocratização gradual da sociedade brasileira. São frutos de um estilo de desenvolvimento marginalizador de amplos estratos de agricultores e assalariados rurais, e insensível à problemática do meio ambiente. A situação de precariedade que caracteriza os sem-terras, a aptidão agrícola desfavorável da maior parte dos assentamentos, e o caráter parcial e irregular das políticas de apoio oriundas do setor público, suscitam, antes de mais nada, o questionamento de suas condições de viabilidade.

As experiências de cooperação agrícola (CA) que vêm emergindo nesses assentamentos acrescentam novas facetas ao problema. De formas baseadas na coletivização da gestão da terra e do trabalho à associação nos serviços, de pequenos grupos à organizações que congregam dezenas de famílias, a CA tem evoluído de forma acentuadamente diversificada.

Como caracterizar e explicar esta tendência à diversidade? Que diferenças apresenta em relação aos

padrões "convencionais" de cooperativismo agrícola, e ao estilo preconizado pelo movimento cooperativo tradicional ? Seria motivada por razões sobretudo ideológicas ou econômicas ? Como compreender o curto ciclo de vida de alguns grupos e a estabilização e complexificação de outros ?

Por outro lado, quais os condicionantes que possibilitam a alguns assentamentos maior dinamismo, e qual o seu papel potencial no processo de reorientação do desenvolvimento local, à luz dos debates atuais sobre a necessidade de estilos alternativos de evolução sócio-cultural ?

Introduzimos a problemática procurando contextualizar a gênese e os impasses atualmente sentidos nos assentamentos, caracterizando ao mesmo tempo os impactos sócio-ambientais da modernização agrícola em Santa Catarina e os embates em torno da viabilização da reforma agrária. No segundo capítulo, tentamos explicitar os conceitos básicos envolvidos na apreensão teórica desta temática, identificando as opções de análise e os procedimentos metodológicos utilizados.

Sugerimos em seguida, a diversidade atual das formas de CA presentes nos assentamentos, bem como alguns de seus principais pontos de estrangulamento. Ainda neste terceiro capítulo, delineamos a formação do Sistema Cooperativista

dos Assentados no Estado.

Nos três capítulos seguintes está contemplado um estudo de caso sobre um "grupo coletivo" de grande porte, que cria uma "cooperativa de produção agropecuária". A avaliação inclui as peculiaridades de seus sistema sócio-econômico, político-institucional e cultural, bem como as interações com o meio ambiente natural.

Nesta parte, foram destacados problemas relativos aos ideais de coletivismo e de construção de uma "nova sociedade" e um "novo homem", à participação no processo de tomada de decisões, e aos dilemas em torno das formas de remuneração e de estímulo ao trabalho. Indicamos também, de forma exploratória, algumas pistas para análises comparativas em outros contextos regionais.

O sétimo capítulo reflete um exercício de aplicação do conceito de "potencial de desenvolvimento local autônomo" à problemática atual dos assentamentos, considerando as interações do grupo assentado com agentes da sociedade civil e com as organizações governamentais, no quadro das articulações dos processos decisórios por níveis hierárquicos (local, regional, nacional).

Cap. 1 : ESTILOS DE DESENVOLVIMENTO E REFORMA AGRÁRIA
EM SANTA CATARINA

1.1 - A dinâmica contraditória do desenvolvimento rural em
Santa Catarina : modernização agrícola e maldesenvolvimento

O debate sobre "estilos de desenvolvimento" ¹, que emerge sobretudo a partir da década de setenta, tem apontado para a necessidade de uma reestruturação do padrão de desenvolvimento vigente. A noção de "maldesenvolvimento" procura expressar os crescentes impactos negativos na "qualidade de vida" de uma sociedade, acarretados por um certo estilo de desenvolvimento (SACHS, 1986a : 71-72). E a noção de "alternativas de desenvolvimento" implica em diferentes escolhas com base em múltiplas considerações, inclusive de ordem ética e ecológica.

No meio rural² brasileiro, o estilo dominante de desenvolvimento tem se acirrado através da adoção de estratégias de modernização agrícola implementadas sobretudo nas décadas de sessenta e setenta. O seu caráter conservador advém de um sistema de alianças entre o grande capital e o latifúndio, sob a "égide do Estado" (GRAZIANO DA SILVA, 1982 : 126). Esta característica parece

responder pela frustração da tentativa de implementação da reforma agrária na década de sessenta e pelo alcance restrito de suas medidas na década de oitenta.

Um outro aspecto importante desta estratégia conservadora diz respeito ao seu padrão mimético, baseado na importação do "pacote tecnológico" da chamada "revolução verde". Trata-se de um modelo não devidamente adaptado às nossas especificidades ecológicas e sociais, e que implicou em maior dependência tecnológica. Seu caráter predatório conduz à um ciclo interdependente de miséria social e degradação ambiental, tornando-o insustentável a longo prazo³.

Estas características são parte de um novo modelo de acumulação capitalista no campo, onde a intervenção do Estado e a expansão agroindustrial aparecem como "...motores principais na redefinição do papel da agricultura..." (GOODMAN ET AL., 1985 : 52).

Por outro lado, esta dinâmica desenvolvimentista insere-se de forma marcadamente diferenciada em termos regionais, no que diz respeito às especificidades das estruturas sociais, do nível da agroindustrialização⁴ e da divisão de trabalho. Vejamos, a seguir, o quadro específico de maldesenvolvimento rural para o caso de Santa Catarina, destacando o papel do cooperativismo e da pequena produção.

- modernização e maldesenvolvimento em Santa Catarina

A região Centro-Sul representa o setor modernizado do país, sendo responsável, no que toca à divisão de trabalho regional, pelos produtos de exportação e pelos que exigem maior capitalização (SORJ, 1980 : 17). No contexto regional, o Estado de SC reproduz um estigma de dependência, onde a auto-suficiência alimentar vem sendo substituída progressivamente pela importação de alimentos e tecnologias (VIEIRA, P., 1989 : 20).

Embora a agricultura catarinense seja considerada altamente modernizada, esta modernização é setorial. O uso de tratores, um dos indicadores básicos de modernização, ilustra este fato. Apesar do crescimento acelerado no uso de tratores entre 1960 e 1980⁵, no ano de 1985 somente 15,8% dos estabelecimentos rurais os possuíam (CEPA, 1988/1989).

Quanto ao cooperativismo agrícola⁶, é na região Sul que ele se encontra mais disseminado : na década de setenta, possuía 50,6% dos cooperados do país e apenas 17% de sua população (SCHNEIDER ET LAUSHNER, 1979 : 12).

A incorporação e promoção das cooperativas parece ter sido "*...o principal elemento da racionalização por parte do Estado da sua estratégia de modernização*", consolidado

com o "boom" da soja na década de setenta (GOODMAN ET AL., 1985 : 45-52). Esta preferência é condicionada pelo "...potencial econômico e ideológico do próprio movimento cooperativo" enquanto instrumento adequado para a modernização e integração dos produtores agrícolas ao mercado, e devido ao seu potencial reformista (FLEURY, 1984 : 45). É significativa a correlação entre o índice relativamente alto de pequenos produtores modernizados que existe na região Sul e o índice de desenvolvimento cooperativo.

Embora seu papel econômico tenha decrescido, a presença da pequena produção, ainda parece muito significativa em SC e em toda a região Sul. Não somente em termos de número de estabelecimentos, mas em termos da participação na produção, na geração de renda, na alocação de mão-de-obra, e num perfil produtivo que, dentro de certos contextos, parece apresentar maiores vantagens ecológicas(OPHULS, 1977 : 60-61).

Estes fatos nos colocam ante algumas polêmicas em curso, em relação ao destino e ao papel da pequena produção⁷, e à estrutura agrária ideal em termos de compatibilização de fins sociais, econômicos e ecológicos. A disseminação de formas associativas e cooperativas entre pequeno-produtores e assentados, e seus possíveis desdobramentos, como veremos posteriormente, podem vir a

acentuar estas polêmicas.

Entretanto, embora a presença da pequena produção seja significativa, seria um exagero a caracterização da estrutura agrária do Estado como essencialmente baseada nela, pois o índice de GINI⁸ correspondente, em 1980, era de 0,676 (CEPA, 1984 : 27). Os estabelecimentos com menos de 20 ha representavam em 1985, 62,3% do total, mas possuíam apenas 16% da área total, e os com mais de 500 ha, perfazendo apenas 0,8% do total, detinham 27,4% da área (CEPA, 1988/1989). Além disto, haveria uma tendência à concentração de terras e à subdivisão de pequenas propriedades, ao menos desde o fechamento de fronteiras agrícolas na década de sessenta, conjugando a diferenciação vertical (ou clássica) com a expansão da pequena produção⁹.

Ao mesmo tempo, o processo de diferenciação horizontal tem se intensificado. Uma camada moderniza-se integrando-se à agroindustrialização via cooperativas ou outras empresas privadas. Outra camada marginaliza-se, distanciando-se dos padrões tecnológicos e mercantis impostos pela modernização. Entre estes estão os chamados trabalhadores rurais sem terra (TRST), que "sem terra e sem estudo" (PAULILO, 1989 : 01) deverão incrementar os contingentes de assalariados rurais, as favelas urbanas, ou os acampamentos rurais.

As demandas de reforma agrária desta camada marginalizada, expressas na clássica reivindicação de terra, tenderiam a se distanciar numa tensão crescente, das demandas dos produtores modernizados, voltadas de forma cada vez mais corporativista às políticas agrícolas (GOODMAN ET AL., OP.CIT. : 45).

Poder-se-ia pensar que um Estado dotado de estrutura agrária marcada pela presença da pequena propriedade, tenderia a equacionar mais facilmente a demanda por terras agriculturáveis. Entretanto, não é este o caso de SC. Segundo dados do CEPA, no ano de 1980, haveriam 55.000 famílias com insuficiência de terras (entre microproprietários e ocupantes) e 53.000 famílias sem terra alguma (entre parceiros, empregados e arrendatários) (CEPA, 1984). Apesar dos problemas com o próprio conceito de "sem-terra" e das dificuldades na obtenção dos dados¹⁰, esta estimativa nos sugere pelo menos a gravidade do problema.

Em síntese, o incremento da pauperização¹¹ de pequenos produtores, bem como do número de sem-terras e do êxodo rural, está vinculado ao caráter "conservador" da modernização agrícola. Ademais, as políticas agrícolas vem acirrando a marginalização no campo, na medida em que privilegiam, principalmente através do instrumento do crédito e dos programas de financiamento, a grande em

detrimento da pequena produção.

Por outro lado, o nível de degradação do meio ambiente natural em SC parece comprometer o próprio processo de desenvolvimento sócio-econômico do Estado (VIEIRA, P., OP.CIT. : 20). Estima-se que as perdas em solos/ha/ano perfazem 12 milhões de toneladas (CEPA, 1988/1989). Como o Estado tem uma topografia acidentada - somente 36% de sua área total seria passível de mecanização (CEPA, 1984 : 13) - a intensidade do desmatamento¹² e a inobservância da aptidão natural dos solos estariam favorecendo o aumento dos índices de erosão e de assoreamento dos rios, no quadro de vários outros problemas que vinculam as práticas agrícolas à questão ambiental.

Enquanto isto, as ações públicas vem se restringindo ao controle dos excessos de poluição, numa perspectiva setorializada, sem levar em conta as causas estruturais dos problemas e sem assumir uma diretriz antecipativa-preventiva (VIEIRA, P., IBID. : 21). Soma-se a isso, o processo ainda incipiente de organização da sociedade civil, bem como o fato de que as decisões cruciais sobre opções de desenvolvimento permanecem centralizadas por uma aliança de oligarquias e representantes da elite empresarial, incidindo diretamente sobre a dominância de uma lógica produtivista em detrimento de uma lógica

baseada nas necessidades básicas e na "autonomia local" (IBID).

Enfim, o quadro de "maldesenvolvimento" rural do Estado de SC poderia ser sintetizado através dos seguintes indicadores: políticas agrícolas iníquas; estrutura agrária com tendências à concentração de terras; marginalização social e pauperização crescentes; degradação ambiental; orientação exógena; ações meramente conservacionistas do setor público no campo da problemática ambiental; e assimetria das relações entre Estado, mercado e sociedade civil. A extrapolação de tendências decorrente destas características apontaria, a longo prazo, para um limiar de insustentabilidade sócio-ambiental¹³.

Vejamos a seguir, alguns elementos que configuram o contexto da gênese dos assentamentos, no quadro das lutas populares pela reforma agrária na "Nova República".

1.2 - Estado, sem-terras e reforma agrária

Buscando situar o contexto em que os assentamentos surgiram, caracterizamos, a seguir, de forma sucinta, as lutas em torno da Reforma Agrária durante o período de "transição política" para a democracia.

Com o processo de redemocratização no final da década

de setenta, teria se formado uma atmosfera de otimismo em relação às possibilidades de implementação de uma reforma agrária.

Uma composição formada durante o nascente Governo de Tancredo Neves, com a presença da Igreja, da ABRA, da CONTAG e do MST, entre outros atores, desencadeou um processo que culmina na nomeação do Ministro Nelson Ribeiro para a chefia do MIRAD, e na elaboração da Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (GOMES DA SILVA, 1987). A "Proposta" teria sido elaborada por setores da comunidade científica, organizações representativas da sociedade civil e técnicos, e embora considerada tímida face às demandas existentes na época, foi sendo paulatinamente frustrada. Primeiro, através das modificações que sofreu na sua versão definitiva : o PNRA, aprovado pelo Presidente José Sarney em outubro de 1985, destruiu seus principais instrumentos e prerrogativas (OP. CIT.). Segundo, com base nas frequentes modificações na gestão do MIRAD e do INCRA, e na eliminação do instrumento da "desapropriação para fins sociais". Tais impasses exprimiam o crescente peso das forças anti-reformistas¹⁴. Existem indícios entretanto, de que os próprios dados estimados e as concepções de reforma agrária teriam vindo a restringir suas possibilidades de efetivação¹⁵.

As realizações do PNRA distanciaram-se cada vez mais

das metas previstas. No período 1985/1989, as desapropriações alcançaram apenas 11,05% da meta estadual estabelecida no PRRA para o período (420.000 ha). Em relação ao número de famílias, somente 6,72% da meta foi alcançada (INCRA, 1990 : 02). Cabe assinalar que SC, em 1988, apresenta-se como o Estado que mais conseguiu se aproximar das metas estabelecidas pelo seu PRRA, apesar de sua estrutura agrária ser das menos iníquas no conjunto das Unidades da Federação¹⁶.

Com a posse do Presidente Fernando Collor de Melo, em março de 1990, os processos de desapropriação foram interrompidos e o repasse de créditos especiais para a reforma agrária passa a restringir-se ao atendimento de situações emergenciais.

Como sugere FRANCO (1991) os assentamentos de reforma agrária podem ser considerados tanto como "unidades administrativas" alvo de políticas públicas, quanto como objetos de conquista de movimentos sociais rurais. Nesse sentido, mais do que qualquer plano estatal, as pressões da sociedade civil organizada parecem ser o principal fator que vem influenciando na criação e viabilização dos assentamentos¹⁷. E o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) teria sido a entidade da sociedade civil de maior peso neste processo, aparecendo como o principal coordenador e estimulador das conquistas dos trabalhadores

rurais sem terra, como indutor do cooperativismo nos assentamentos, além de gerador de novos comportamentos e valorações entre estes. Este movimento teria surgido junto às ocupações efetivadas a partir do final da década de 1970, com forte influência do chamado "sindicalismo combativo" e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade vinculada à Igreja Católica (STEDELI, 1990 : 7). As ocupações e acampamentos em áreas consideradas improdutivas constituem um recurso último diante das frustrações das respostas do setor público à demanda de reforma agrária.

Os sem-terra podem ser definidos em termos estruturais ou em termos de suas representações, e ambas as formas apresentam vantagens em termos analíticos¹⁸. Entretanto, uma definição em termos de representações parece permitir a captação da realidade mais imediata, resgatando as reivindicações específicas destes atores.

Em SC, a primeira experiência de ocupação ocorreu na fazenda Burro Branco, município de Campo Erê, em 1980. O movimento parece adquirir perfil regional em 1983, alcançando ressonância nacional em 1985 ¹⁹.

A ocupação de terras do Estado, realizada em vinte e cinco de maio de 1985, por duas mil e quinhentas famílias, dotou o MST de ampla visibilidade social e política (LISBOA, 1988). Neste mesmo ano, no contexto da formulação

do PNRA, ocupações intensivas ocorreram em todo o País, como forma de protesto e pressão política.

Hoje haveriam mais de quinhentos assentamentos no país, comportando em torno de noventa e cinco mil famílias, num espaço disponível de mais de quatro milhões de hectares (localizados em grande parte, nas regiões Norte e Nordeste) (MST, 1991 : 8)²⁰. A maior parte deles apresenta-se instável do ponto de vista sócio-político e precária economicamente, tornando necessário repensar o perfil de reforma agrária implementado e sua viabilidade.

1.3 A problemática dos assentamentos

Existem atualmente em SC, cerca de quarenta e nove imóveis com projetos de assentamento²¹, criados ou em implantação, com área correspondente a 36.665 ha, e comportando 2.019 famílias. Estes assentamentos estão localizados nas regiões do Oeste, Extremo-oeste, Meio-oeste, Vale do Rio do Peixe e Planalto Norte do Estado. A maioria foi criada no período 1986-1988 (veja anexos I e II). O leque dos principais produtos cultivados inclui : milho, feijão, arroz, suínos, carvão vegetal e erva-mate (MST, 1990b : 24).

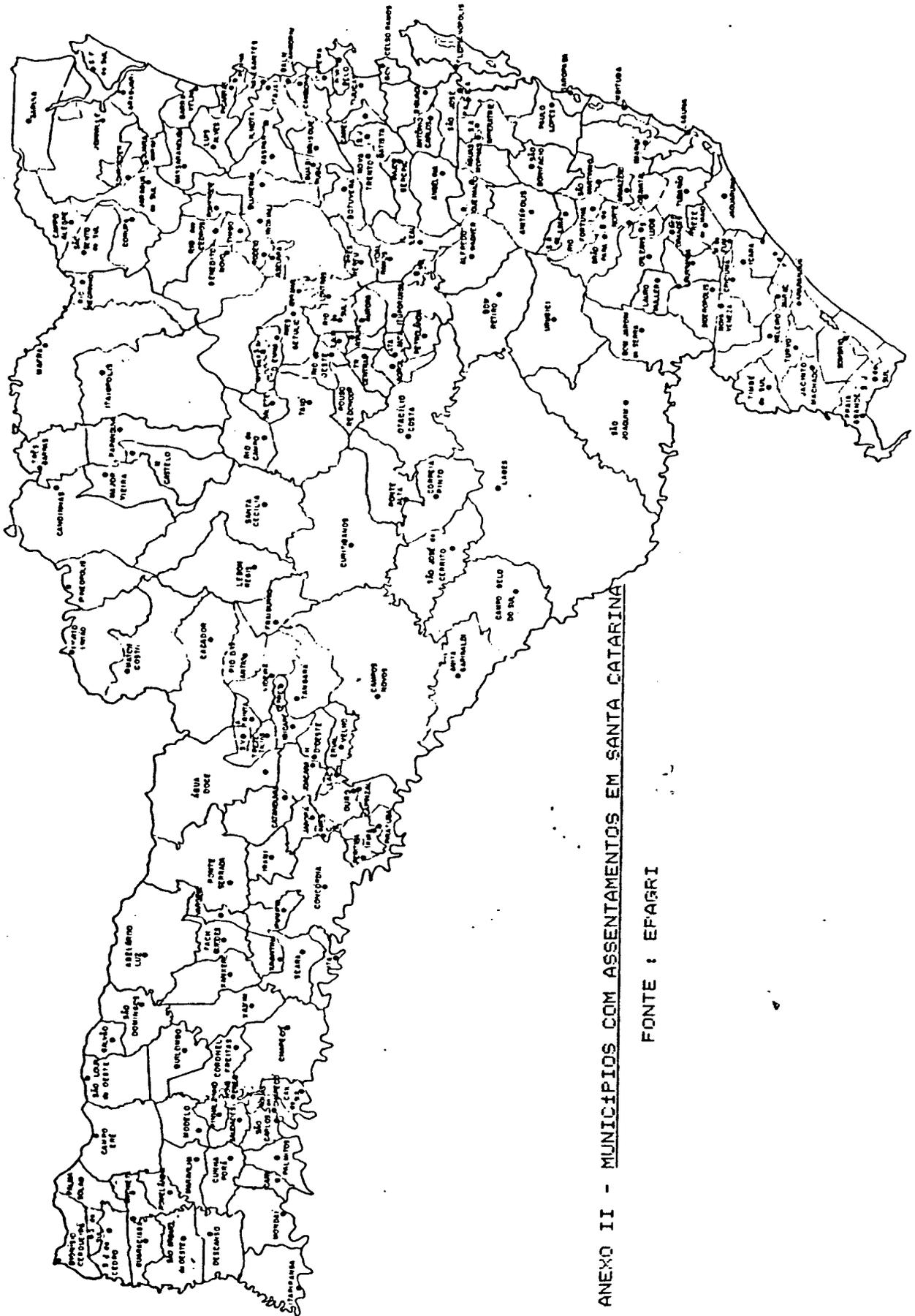
A criação de um assentamento é precedida da indicação

ANEXO I - FONTE : INCRA/SC

PROJETOS DE ASSENTAMENTOS
EXISTENTES EM SANTA CATARINA - MAIO/1991

Nº de Ordem	DENOMINAÇÃO DO PROJETO	MUNICÍPIO	Nº de FAH. ASSENTADAS	ÁREA (Ha)
01.	ANTAS	São Miguel do Oeste	30	502,7
02.	APARECIDA	Anchieta	18	278,3
03.	BARONESA DE LIMEIRA	Chapecô	13	247,4
04.	BARRA ESCONDIDA	São José do Cedro	34	491,2
05.	BUTIÃ	Mafrn	40	855,6
06.	CAPÃO GRANDE	Abelardo Luz	78	1.285,0
07.	CHIAPECÔ	Chapecô	33	411,5
08.	DERRUBADA	Ponte Serrada	32	598,2
09.	ENTRE RIOS	São Miguel do Oeste	70	1.009,4
10.	FAXINAL DOS DOMINGUES I	Fraiburgo	34	508,5
11.	FAZENDA VELHA	Itanã	25	399,0
12.	JACUTINGA	São Miguel do Oeste	30	390,4
13.	LAGEADO GRANDE	São José do Cedro	89	1.256,9
14.	MORRO DO TAIÓ	Itaiópolis	70	1.397,2
15.	PAPUAN I	Abelardo Luz	27	359,0
16.	PAPUAN II	Abelardo Luz	63	890,8
17.	PITINGA	Matos Costa	212	4.412,4
18.	RABO DE GALO	São Miguel do Oeste	32	405,8
19.	RIO DA LAGOA	Mafrn	10	224,1
20.	RIO DA SERRA	Monte Castelo	22	445,3
21.	NOVA ESPERANÇA	Matos Costa	19	385,1
22.	RIO TIMBÓ	Lebon Régis	44	712,3
23.	SANDRA	Abelardo Luz	58	1.001,4
24.	SANGA AZUL	Anchieta	13	218,8
25.	SANTA ROSA I	Abelardo Luz	82	1.194,6
26.	SÃO FRANCISCO	Canoinhas	24	634,1
27.	SÃO JOSÉ	Campos Novos	70	1.210,0
28.	25 DE MAIO (PAROLIM)	Itaiópolis	47	1.396,0
29.	BANDEIRANTES	São Miguel do Oeste	09	166,6
30.	CÓRREGO SEGREDO I	Lebon Régis	12	227,8
31.	CÓRREGO SEGREDO II	Lebon Régis	21	397,3
32.	JANGADA	Matos Costa	110	2.226,0
33.	RIO DO NORTE	Rio dos Cedros	19	661,5
34.	RIO DOS PATOS	Lebon Régis	49	818,0
35.	SÃO LUIZ	Palma Sola	06	100,0
36.	SAPATEIRO	Ponte Serrada	12	227,3
37.	TAIBORDA	Ponte Serrada	11	217,8
38.	TRACUTINGA	Dionísio Cerqueira	60	1.198,2
39.	30 DE OUTUBRO	Campos Novos	97	2.118,0
40.	VOLTA GRANDE	Abelardo Luz	80	1.370,8
41.	FAXINAL DOS DOMINGUES II	Fraiburgo	45	900,9
42.	RIO MANSINHO	Fraiburgo	12	242,0
43.	RIO DO PITO	Mafrn	06	169,4
44.	SANTA ROSA II	Abelardo Luz	52	669,5
45.	CONTESTADO	Fraiburgo	18	353,6
46.	13 DE OUTUBRO	Matos Costa	35	700,0
47.	ROSÁRIO	Romelândia	16	250,0
48.	SERRA DOS BURACOS	Abelardo Luz	18	271,0
49.	SANTA RITA	Catanduvas	13	204,7
50.	QUIGUAY	Ponte Serrada	12	190,0
51.	ARANHA	Campos Novos	18	402,0
52.	SAPATEIRO	Ponte Serrada	20	262,0
53.	SÃO LUIZ II	Palma Sola	18	284,7
TOTAL			3.088 2.019	37.727,79 36.615,00

Obs : os assentamentos de nº 48, 49, 51 e 52 foram subtraídos em função de processos jurídicos que requerem a devolução das terras.



ANEXO II - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS EM SANTA CATARINA

FORTE : EPAGRI

de imóveis aptos para fins de reforma agrária, no caso das desapropriações, ou da indicação de imóveis para negociação através do instrumento de "compra e venda". Em ambos os casos, os procedimentos devem ser aprovados pelo Governo Federal.

Aprovada a indicação de determinada área, tem início a formulação e implementação do "projeto de assentamento"²², mediante estudos prévios de aptidão econômica da área. Definem-se o tamanho e a localização dos lotes, além da implementação de infra-estrutura e serviços básicos. Na etapa seguinte, as famílias, previamente selecionadas, deveriam ser assentadas.

O processo desenvolve-se geralmente de forma lenta, contrastando com a urgência da demanda colocada pelos beneficiários, levando a que muitas de suas prerrogativas sejam ignoradas. As terras destinadas aos assentamentos são, via de regra, ocupadas a partir da edição das portarias ou Decretos correspondentes, tendo em vista a necessidade de agilização do plantio e de se evitar que outras famílias ocupem o local disputando as terras. E os projetos de assentamento parecem sofrer com a *"ausência de uma política de planejamento global de desenvolvimento das áreas reformadas"* (MST, 1991 : 04), além da falta de integração interinstitucional (INCRA, 1990). Além disso, as ações do Estado caracterizam-se como remediais,

faltando aos compromissos assumidos inicialmente com as metas de dinamização dos assentamentos²³.

Ainda hoje, a maioria destes vive num contexto precário em termos de satisfação de necessidades imediatas. Grande parte das famílias continua sobrevivendo em barracos de lona, sem recursos materiais e financeiros mínimos. Seu grau de instrumentação e adestramento técnico é muito baixo, e seu comportamento em relação ao mercado, entendido de maneira ampla, tende a ser semelhante àquele que os levou à situação de "sem-terra". Como as áreas que dispõem apresentam geralmente baixa aptidão agrícola, os recursos para o custeio das safras e para possíveis investimentos produtivos são insuficientes.

Constata-se entretanto a necessidade de se visualizar melhor as diferenças existentes entre os assentamentos, no que diz respeito à infra-estrutura e serviços disponíveis, ao dinamismo econômico, e ao potencial de mobilização política. Enquanto muitos deles estariam reduzidos a um estado de mera provisão da subsistência, com elevado índice de evasões, outros teriam conseguido superar as dificuldades iniciais de organização através de maior capacidade de iniciativa e eficácia organizacional.

Entre os fatores que explicam esta diferenciação, destacam-se o volume de recursos recebidos e a eficiência na sua aplicação; a capacidade administrativa; a aptidão

agrícola; as possibilidades de mecanização; as restrições climáticas; a localização geográfica em relação aos mercados e à rede de infra-estrutura básica²⁴; as formas de organização interna; e finalmente a qualidade e regularidade da assistência técnica recebida.

Assim, por exemplo, os assentamentos do Extremo-oeste e do Oeste dispuseram, em geral, de uma expressiva vantagem comparativa em termos de qualidade dos solos face aos assentamentos do Meio-oeste, Vale do Rio do Peixe e Planalto-norte²⁵.

Alguns serviços, como a implantação ou recuperação de estradas, bem como a eletrificação, atendem atualmente a metade dos assentamentos (INCRA, 1990 : 19). A maior parte deles (em número de trinta e dois) já dispõe de escolas, apesar destas carecerem de serviços (não dispõem de rede de esgoto, água, instalações elétricas), e de material didático (OP.CIT.: 48-49).

A assistência técnica exclusiva aos assentamentos, oportunizada através de Convênio entre a EMATER/ACARESC e o INCRA/SC em 1986, teria beneficiado a maior parte dos assentamentos, apesar dos vários fatores que têm limitado o alcance de suas realizações²⁶. Suprimida por volta de 1989, volta a ser implementada em meados de 1991²⁷.

Um levantamento dos recursos naturais disponíveis²⁸ auxiliou na escolha e distribuição de linhas de produção,

bem como no tipo de assistência técnica prestada.

A criação de infra-estrutura e de serviços parece privilegiar os assentamentos mais antigos, de maior densidade populacional e dotados de maior grau de mobilização política.

Nos assentamentos mais recentes, em geral, as condições de alimentação, habitação e saneamento permanecem deficientes, enquanto que nos mais antigos a situação já não seria tão drástica (OP.CIT.: 21). Entretanto somente seis assentamentos dispõem de postos de saúde ou unidades sanitárias (OP.CIT: 48-53).

De modo geral, os assentamentos que dispõem de formas mais elaboradas de cooperação agrícola (CA) alcançaram mais rapidamente melhores condições de infra-estrutura e de acesso à créditos.

Segundo o MST, a dependência de recursos financeiros governamentais seria o ponto nevrálgico das deficiências atualmente sentidas nos assentamentos (MST, 1991 : 04).

Os primeiros assentamentos foram os únicos a receberem integralmente a parcela do crédito PROCERA²⁹ prevista pelo PNRA, apesar do montante não ter sido suficiente para garantir um nível de auto-suficiência econômica³⁰. Além disto, a falta de orientação, a carência de projetos de desenvolvimento econômico mais elaborados³¹, bem como a natureza específica das carências

mais imediatas dos assentados, entre outros fatores³², prejudicou um aproveitamento mais racional desses recursos. Após dois anos de sua suspensão, a partir de julho de 1991, o PROCERA volta a ser ativado, embora permaneça abaixo das demandas estipuladas pelos projetos de assentamentos³³.

Muitos assentados, em especial os organizados com base na CA, utilizam-se desses recursos para a compra de máquinas e implementos como caminhões, tratores, motosserras, forrageiras, além de corretivos, e para a construção de armazéns, moinhos e paióis.

Desta forma, alcançando o acesso à rede creditícia, à capacidade de mecanização (MST, 1990b : 09), e contando com uma certa infra-estrutura de armazenagem³⁴ e transporte, tendem a auferir maiores ganhos na produção e na comercialização.

Apesar destas vantagens, a grande maioria de assentados continua a preferir investimentos realizados individualmente. Isto pode ser visualizado na alocação de recursos do PROCERA em julho de 1991, onde 153 cadastrados optaram pelo investimento coletivo e 342 pelo individual.

Por outro lado, segundo cálculos do MST, 60% do total de mão-de-obra dos assentados no Estado seria assalariada. Este alto índice poderia ser explicado em parte, pela carência de infra-estrutura e recursos adequados.

Outro fator que tem afetado o dinamismo dos assentamentos está representado pelo baixo nível de conhecimentos técnicos e administrativos disponíveis (MST, s.d. : 01). Isto dificulta uma aplicação eficiente dos recursos financeiros, a incorporação de medidas de higiene e saúde, e a implementação de sistemas de CA.

Na busca de soluções para este problema, foi iniciado em 1988 um programa de capacitação³⁵ (atendendo a 380 assentados). Entretanto, mesmo se somarmos o impacto deste programa aos demais esforços despendidos nesta área, estima-se em menos de vinte por cento os beneficiários favorecidos (INCRA, 1990 : 56-57).

Outro impasse que merece destaque está representado pelo deficiente aproveitamento dos recursos naturais existentes (MST, 1990? : 01). Em certos casos porém, como na sobreexploração dos recursos florestais para a produção de carvão no assentamento "Putinga", de Matos Costa, os assentados parecem não dispor de opções alternativas de sobrevivência a curto prazo (CASTELLS E PAULILO, 1991).

Um diagnóstico exploratório da situação atual dos assentamentos tende a enfatizar a diversidade de fatores e situações em jogo, fazendo-nos distinguir o grau de dinamismo econômico e a disponibilidade de infraestrutura. Se em muitos deles as carências são drásticas, em vários outros as potencialidades para um

desenvolvimento cumulativo são pronunciadas, apesar de contarem ainda com algumas deficiências.

A nosso ver, para esta diferenciação, merece destaque a experimentação com formas alternativas de cooperação agrícola, especialmente nos grupos organizados coletivamente. Para uma análise mais detalhada dessas inovações torna-se necessária uma consideração introdutória da relação entre cooperação agrícola e modificação de estilos de desenvolvimento.

NOTAS - CAPITULO 1

1. O conceito de estilos de desenvolvimento diz respeito à diferentes formas de interação entre populações e ambientes determinados através da história, incorporando necessariamente indicadores da "qualidade de vida" das populações implicadas, e da "sustentabilidade" ecológica (SACHS, 1986a). Entre a vasta literatura sobre a temática da atual crise de desenvolvimento e as possíveis alternativas, destacamos as obras de SACHS, 1986a e 1986b, OPHULS, 1977, MYERS, 1987, MAX-NEEF, 1986 e UNESCO, 1981.
2. O conceito de "rural" tem sido relativizado nos debates da sociologia, por ter se originado em contexto bastante diverso do nosso, se constituído como instrumento de dominação da cidade sobre o campo, e por perder seus claros limites com os atuais processos de integração social. A respeito, veja José de Souza Martins (org.), "Introdução crítica à sociologia rural", São Paulo. Hucitec, 1986.
3. É previsto o declínio da produtividade e o aumento dos custos agrícolas com a manutenção do atual estilo de agricultura, baseado na aplicação intensiva em energia e capital (SACHS, 1986a : 155-156). Sobre o ciclo crescente de miséria e degradação no campo, veja MYERS, 1987.
4. Faz-se necessário ressaltar o caráter heterogêneo do desenvolvimento agroindustrial : "...os capitais agroindustriais são essencialmente autônomos e o grau de sua integração mútua é limitado"(GODMANN ET AL., OP.CIT. : 37).
5. Houve um incremento geral de 3.000% no uso de tratores entre 1960 e 1980, para uma evolução de 145% do pessoal ocupado e 209% da área trabalhada (CEPA, 1984 : 21).
6. Tratamos aqui do cooperativismo convencional, diverso do cooperativismo clássico ou daquele que emerge em assentamentos, como veremos posteriormente.
7. Para uns, a modernização da agricultura implica no fim da pequena produção, fazendo jus à clássica hipótese da diferenciação vertical de Lênin. Para outros, ela não só pode permanecer, mas desempenhar um papel ecológico e econômico significativo. Seu papel também é alvo de divergências : seriam os camponeses "trabalhadores para o capital", "essencialmente burgueses", "parceiros privilegiados dos capitais agroindustriais", ou algo diverso ?

8. Para este índice, os valores se situam entre "0", onde a igualdade do tamanho dos estabelecimentos é absoluta, e "1", onde sua concentração é absoluta.

9. Veja SOBJ, 1980 : 20.

10. A este respeito, veja GRAZIANO NETO, 1991.

11. Utilizamos os conceitos de marginalização e de pauperização na acepção de Teodor Shanin, em "A definição de camponês : conceituações e desconceituações", In : "Estudos Cebrap - Trabalho e dominação", Petrópolis : Vozes, n.28, 1980. O primeiro conceito diz respeito a fenômenos como o "subemprego rural" e a "cultura da pobreza", e o segundo, ao status sócio-econômico.

12. A cobertura florestal do Estado, já reduzida à 15% de sua área original, é intensamente destruída. Somente em 1985, teria havido um desmatamento na ordem de 1,14% de sua área total (OP.CIT.).

13. Consideramos parcialmente as características do perfil de desenvolvimento rural de SC, destacando os impactos negativos da modernização agrícola em detrimento dos fatores que possam favorecer e obstaculizar uma reorientação do desenvolvimento, em função do objetivo restrito de situar a necessidade da busca de alternativas de desenvolvimento agropecuário. O resgate desses fatores aqui desconsiderados se restringirá à situação específica dos assentamentos rurais. Para uma abordagem referente ao caso de SC, veja o estudo de VIEIRA, P. (OP.CIT.).

14. A contra-reforma seria liderada sobretudo pela União Democrática Ruralista (UDR), e apoiada inclusive pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) (GOMES DA SILVA, 1987).

15. A respeito, veja GRAZIANO NETO, (1991). Para um aprofundamento dos dilemas em torno da viabilidade e legitimidade das reformas agrárias, veja ABRAMOVAY, 1989, GOMES DA SILVA, 1987 e BINSWANGER ET ELGIN, 1989.

16. Antes mesmo da aprovação do I PNRA da Nova República, pelo Decreto n 91.766, de 10 de outubro de 1985, o processo de reforma agrária em SC já havia sido deflagrado, com a desapropriação de onze imóveis em caráter emergencial. Se a média nacional de assentamentos previstos estaria, em setembro de 1986, abaixo de 10%, corresponderia a 50,1% em SC. (INCRA, 1987 e LISBOA, 1988).

17. Sobre outras ocupações e movimentos anteriores, veja o estudo de Leonilde S. de Medeiros : "História dos movimentos sociais no campo", Rio : FASE, 1989.

18. Em termos estruturais, permite avaliar o número potencial de demanda por terra, e em termos de representação, seus projetos de vida. Uma generalização excessiva poderia levar a que parte daqueles que são comumente chamados de "sem-terra", em especial a maior parte dos assalariados rurais, efetivamente não demandem tanto terras, mas sobretudo políticas agrícolas e condições de vida mais adequadas.

19. Sua institucionalização no Estado parece ter se realizado com a primeira assembléia de sem-terras, em janeiro de 1983, onde se elegeu uma "comissão regional do movimento". As comissões municipais eram todas do Oeste e Extremo-oeste do Estado (BATTISTELLI, 1988 : 28-29). O I Congresso Nacional do MST foi realizado em janeiro de 1985, e congregou vinte e três Estados (GRZYBOWSKI, 1987 : 22).

20. Nas citações do MST e do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JTRST) serão utilizadas as siglas como referência.

21. O conceito de assentamentos refere-se aqui às áreas exclusivas de reforma agrária.

22. O projeto de assentamento contempla a elaboração de um plano preliminar (com demarcação do perímetro e provimento de recursos emergenciais) e posteriormente, um projeto de assentamento imediato (PAI), prevendo as condições para sua auto-suficiência econômica. A "emancipação dos assentamentos" é prevista para cinco anos

após o contrato de parcelamento, sendo a titulação inegociável durante dez anos, e pagamento da terra.

23. Neste sentido, nenhum dos projetos de assentamento foi integralmente implementado, no que se refere à infra-estrutura e serviços previstos. Cabe lembrar que são responsabilidades do poder público a implementação de infra-estrutura física, de serviço de crédito e assistência técnica, educação, saúde, comercialização e eventualmente industrialização (INCRA/MIRAD, s.d. : 09).

24. Há assentamentos, como o "Parolin", em Itaiópolis, que dista mais de 80 kms da sede municipal, e o "Putinga", Matos Costa, em que a precariedade do acesso impossibilitou a entrada de calcáreo, parализando boa parte das atividades agrícolas. Por outro lado, o "Trinta de Outubro" e o "Tracutinga" tem acesso facilitado. Este problema de localização também é levantado por ANTUNIASSE E ANDRADE, (1991 : 31-32).

25. Entretanto as duas primeiras regiões dispõe de desvantagens em termos de topografia em relação à última, restringindo seu potencial de mecanização agrícola.

26. A maior parte dos assentamentos permanece atendida esporadicamente por técnicos responsáveis pela assistência de municípios como um todo (INCRA, 1990 : 29-30). Inicialmente quinze equipes foram contratadas para o trabalho exclusivo nos assentamentos, mas no final de 1988, somente oito ainda funcionavam (RELATORIO PROCERA PARA BNDES - 1988 E PROJEÇÃO 1989).

27. Visando atender a totalidade dos assentamentos, quinze equipes de assistência vinculadas à EPAGRI, ou conveniadas com as Prefeituras Municipais, voltam a ser alocadas.

28. Trinta e quatro assentamentos foram beneficiados por ele. Foi realizado inicialmente pela EMPASC e a partir de 1989, por um convênio entre o INCRA/SC e a DFSC/FAPEU. Este último teria sido documentado com a denominação de "Caracterização de Condições Edafoclimáticas em Áreas de Assentamento"(INCRA, 1990 : 23).

29. Denominaremos o Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária no decorrer do trabalho apenas como PROCERA. Este foi criado em janeiro de 1986, com recursos do BNDES e do FINSOCIAL.

30. O montante integral foi recebido apenas por vinte e dois assentamentos, a partir de 1987. Entre os demais, onze assentamentos receberam somente uma parte do crédito a partir de 1989. Os recursos do PROCERA, que previam 1.200 OTN's/parceleiro, na maioria dos assentamentos, permitiriam somente a correção da acidez do solo. Sendo as necessidades diversificadas, somente áreas menores estariam sendo corrigidas (INCRA, 1990 : 26-27). Além disto, a maioria dos assentamentos teria recebido crédito alimentação e fomento agrícola, que são recursos de pequena monta.

31. Neste sentido, foi realizado recentemente um convênio entre o MST e a SAA para a efetivação de estudos de viabilidade econômica para os assentamentos.

32. Para o MST *"foram destinados recursos em volume insuficiente, fora das épocas ideais de aplicação e com normas de utilização inadequadas..."*(MST, 1991 : 04). Por fatores técnicos, operacionais, administrativos e mesmo legais, teriam havido cortes dos créditos em assentamentos (RELATORIO PROCERA PARA BNDES - 1988 E PROJEÇÃO 1989).

33. Perfazem um total de trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros, alocados em duas etapas, como recursos emergenciais e para o financiamento de projetos de desenvolvimento econômico.

34. Somente cinco assentamentos possuiriam armazens. A sua carência provocaria prejuízos de grande porte nos assentamentos, já que estes permitiriam a comercialização em épocas mais favoráveis, uma melhor qualidade do produto, ganhos de escala e evitaria uma perda aproximada de 25% da produção (INCRA, OP. CIT. : 31).

35. Coordenado pelo MST, inclui cursos de administração, saúde e cooperação agrícola (MIRAD, 1988).

CAP. 2 - COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E ESTILOS ALTERNATIVOS DE DESENVOLVIMENTO - MARCO CONCEITUAL E PROPOSTA DE ANÁLISE

2.1 Distinções conceituais e tipológicas

Inicialmente cabe diferenciar os termos "cooperação agrícola"(CA), "cooperativismo", "associativismo" e "coletivismo". Todos eles denotam aspectos que estão atualmente presentes na dinâmica dos assentamentos.

O associativismo, tal como a idéia de ajuda-mútua, exprime o fenômeno da cooperação na sua acepção mais genérica, inclusive nas suas formas mais informais, simples e assistemáticas¹. Já o termo cooperativismo alude ao processo de institucionalização e legalização da cooperação, assumindo as características de empresa (a cooperativa), de sociedade de pessoas e de participação na tomada de decisões².

Identificamos a CA. como um conceito genérico que inclui tanto as formas associativas de exploração agrícola, quanto as cooperativizadas.

Finalmente, o coletivismo, na sua forma mais ampla, representaria o predomínio da orientação grupal sobre meios materiais, símbolos ou comportamentos de determinada população. Na sua forma extrema, como no

"coletivismo filosófico" de Erik Boettcher (1980 : 20-25), pressuporia um papel apenas instrumental para o indivíduo face a um grupo mais amplo, como uma classe, uma raça ou uma nação.

Tipologicamente, o grau de cooperativismo pode variar numa escala que compreende desde as cooperativas unifuncionais ou auxiliares até as comunidades cooperativas integrais³ - "all purpose cooperative" - (INFIELD, 1971 : 55-57). Sobre o nível de inserção mais adequado entre os extremos desta escala, vale resgatar a relativização indicada por Henry Desroche. Segundo este autor, a questão do ponto ótimo do cooperativismo não estaria solucionada : poderia representar tanto o ponto mínimo quanto o máximo, segundo diversos tempos, lugares, condições econômicas e psicológicas (1977 : 111-112).

No que se refere às orientações valorativas, distinguiremos as cooperativas que apresentam objetivos de constituir como uma experiência alternativa aos padrões sociais dominantes, daquelas apenas preocupadas em melhorar sua posição dentro do "status quo" estabelecido, onde desempenhariam um papel apenas instrumental.

Vale distinguir, no âmbito da agricultura, as "cooperativas de produção", que incluiriam a coletivização da propriedade da terra e/ou do trabalho como características predominantes, das "cooperativas de

produtores", que se restringiriam à prestação de serviços e manteriam o caráter "familiar" da organização da produção⁴ (OP.CIT. : 115-121).

Como o debate acadêmico tem se concentrado na análise das formas mais tradicionais de cooperativismo, os modelos de análise disponíveis foram considerados limitantes face aos objetivos de nosso projeto. O cooperativismo que emerge nos assentamentos, além de ser incipiente, diverge consideravelmente dos modelos tradicionais, e não contém a generalidade das experiências de cooperação ali realizadas. Alguns dos problemas pontuais dos estudos ligados à experiência cooperativista merecem porém ser resgatados, na medida em que nos ajudam a esclarecer situações relativamente similares àquelas encontradas em nosso universo de análise.

Além disso, o estudo da CA em assentamentos pode assumir um perfil mais amplo desde que seja inserido na problemática da crise dos atuais paradigmas de desenvolvimento, sugerindo pistas para uma oxigenação das práticas usuais no campo do planejamento regional.

- o cooperativismo clássico e o convencional

As formas "clássica" e "convencional" do cooperativismo serão aqui brevemente caracterizadas, para uma posterior diferenciação das experiências que surgem

nos assentamentos.

O cooperativismo nasceu no séc.XIX como uma proposta de confrontação dos problemas sociais gerados pelas contradições da revolução industrial.

Em seus primórdios, o movimento cooperativo acreditava numa generalização gradual e pacífica de suas propostas, rumo a um projeto alternativo de sociedade. O novo sistema estaria baseado em idéias de autogestão e solidariedade, contrapondo-se aos princípios competitivos próprios ao capitalismo emergente⁵. Certas correntes do socialismo e do anarquismo do séc.XIX tentaram internalizar esta plataforma ética em algumas experiências inovadoras, mas de duração bastante efêmera⁶.

Ainda no séc.XIX, autores como Karl Marx contestaram a possibilidade da generalização pacífica do cooperativismo, embora fosse percebido como essencialmente antitético à lógica capitalista (BOTTOMORE, 1988 : 20-21,80-81).

No séc.XX, os ideais originais de reforma social do movimento cooperativo teriam se esvaziado, e as cooperativas convencionais são caracterizadas fundamentalmente pela busca de eficiência econômica. O cooperativismo, com raras exceções, tende a perder seu caráter disruptivo, e muitos autores passam a ressaltar suas semelhanças com empresas capitalistas⁷. Assim, por

exemplo, Bernardo Sorj considera que as cooperativas não representam necessariamente melhores condições sócio-econômicas para os agricultores⁸ (SORJ, 1986 : 54-63).

O cooperativismo teria sido, além disso, o instrumento preferido para a execução de programas de reforma agrária nos países em desenvolvimento. Foi aplicado como fórmula reformista, satisfazendo demandas de diferentes segmentos sociais sem rupturas drásticas com a lógica do sistema social (GUIMARAES, 1986 : 186). Sob este prisma, teria um alcance limitado como instrumento de reforma social capaz de incorporar setores marginalizados da população aos padrões competitivos do mercado, otimizando suas condições de vida (IBID. : 187). Outros autores percebem entretanto, que o cooperativismo poderia vir a exercer este papel, desde que acoplado junto a outros condicionantes⁹.

2.2 Assentamentos e tensões da cooperação agrícola

Ao contrário do que supunha o movimento cooperativo clássico¹⁰, um certo nível de tensão - que inclui conflitos, competição, criatividade e frustração, entre outros elementos -, aparece como crucial para a viabilidade de sistemas sócio-culturais¹¹, embora possa

manifestar-se de maneira construtiva ou destrutiva (BUCKLEY, 1976 : 83). Ademais, a análise destas tensões permite captar os aspectos mais dinâmicos da realidade.

No caso dos assentamentos, destaca-se por um lado a tensão entre a lógica do grupo doméstico camponês e a lógica da coletivização¹² (ESTERCI, 1984). Trata-se de pensar qual a motivação dos TRST¹³ para a coletivização, e quais as formas de redefinição da "autonomia camponesa". Esta última seria concebida como a subordinação das regras do trabalho às regras do grupo doméstico camponês, caracterizado como uma unidade familiar de produção e consumo (OP.CIT : 37) e pressupondo padrões sócio-culturais e papéis definidos na estruturação familiar (1987 : 198). Entre as razões da demanda de autonomia estariam a liberdade de escolha dos produtos e da organização do trabalho (1984: 60).

Desta forma, a procura de uma racionalização empresarial da CA por parte de grupos cooperados com trabalho coletivizado, que envolve processos de especialização e controles do desempenho das tarefas e de horários, pode não corresponder à certas expectativas de seus membros.

Por outro lado, convém resgatar ainda a tensão existente entre princípios democráticos e princípios de eficiência econômica. Para o sucesso econômico de uma

empresa cooperativa pode haver necessidade de se priorizar a "competência" em relação à "participação" : uma certa margem de autonomia da diretoria seria fundamental para agilizar o processo de tomada de decisões (BENECKE, 1980 : 203-204).

2.3 Cooperação agrícola e alternativas de desenvolvimento

A relação entre cooperação agrícola e desenvolvimento nos remete para o problema do êxito cooperativo, o que pressupõe a estipulação de critérios de avaliação e a consideração dos juízos de valor correspondentes.

Neste sentido, a "Escola de Münster" considera o grau de influência de determinada cooperativa na dinamização da economia de uma dada região, como o principal critério de eficácia¹⁴.

Diversamente, o enfoque do ecodesenvolvimento¹⁵ pressupõe a consideração de uma multiplicidade de critérios, constituindo-se a nosso ver, uma abordagem mais apropriada para resgatar as potencialidades de evolução das cooperativas em assentamentos. Para adequá-lo à realidade dos assentamentos, deveríamos considerar três dimensões básicas :

- a) os projetos de vida dos assentados, vinculados à

satisfação de suas necessidades (materiais e imateriais)¹⁶, à sua trajetória, e à existência de determinadas imagens de sociedade, associados a valores e estilos de vida específicos. Neste caso, o grau de desempenho da "função privada"¹⁷ do empreendimento cooperativo incluiria fatores como a racionalização econômica para aumento de renda, a difusão de inovações, a dinamização da participação e integração social e a informação e a educação (BOETTCHER ET AL., 1982 : 103-106).

b) a relação do assentamento com o ambiente natural proporcionada pela CA, em termos de adaptação e aproveitamento de recursos.

c) os condicionantes de viabilidade econômica da empresa cooperativa nos assentamentos.

Os três itens podem corresponder à "função pública" da cooperativa, i.é, sua contribuição em termos de objetivos sociais mais amplos, como a dinamização da economia regional, a integração de camadas sociais marginalizadas, e a prudência ecológica.

Vale lembrar que a necessidade de reorientação das atuais políticas de desenvolvimento rural situa as formas de CA dos assentados como experimentos sociais capazes, em princípio, de influenciar a concepção e implementação de alternativas realistas de reforma agrária. Neste sentido,

cabe avaliar os potenciais de desenvolvimento local autônomo (GODARD ET AL., 1985 : 26-27) dos assentamentos cooperativizados.

2.4 Questões norteadoras

Diante da problemática acima delineada o foco de nossa argumentação incidirá na busca de sustentação das seguintes hipóteses de trabalho :

1. As "cooperativas de produção agropecuária" presentes nos assentamentos apresentam um caráter singular no que se refere à sua plataforma ético-política e à natureza de sua organização político-econômica, em contraste com os padrões "clássico" e "convencional" de cooperativismo vigentes a nível nacional.

2. a) A tendência ao associativismo pressupõe a tendência à preservação de um certo grau de homogeneidade no grupo associado.

b) As principais fontes de tensão em grupos coletivos residem nos arranjos adotados para mediar a heterogeneidade dos mesmos.

3. A avaliação do êxito cooperativo em assentamentos deve basear-se nos critérios de maior ou menor capacidade de atendimento de suas funções pública e privada, e das

necessidades de eficiência econômica e adaptação ecológica.

4. O potencial de "desenvolvimento local autônomo" presente nos assentamentos depende, em princípio, de dois fatores :

a) um certo grau de apoio de instituições governamentais e não-governamentais, bem como uma certa capacidade de pressão política, num quadro de interesses em conflito; e

b) a geração de iniciativas dos assentados na racionalização de suas estratégias político-econômicas, na promoção da capacitação profissional, e na utilização dos recursos naturais disponíveis.

2.5 Proposta metodológica

a) unidade de análise

A busca de uma avaliação do fenômeno da CA em assentamentos condicionou a opção por um estudo de caso. Priorizamos a consideração de um dos grupos mais dinâmicos do Estado de SC, que funda uma "cooperativa de produção agropecuária" (CPA) em outubro de 1990. Trata-se do "grupo 2" do assentamento "Tracutinga" (os assentados o chamam de "Conquista na Fronteira"), localizado no município de Dionísio Cerqueira.

O destaque concedido ao critério de maior dinamismo justifica-se na medida em que constitui um dos pré-requisitos de um enfoque de planejamento de estratégias mais autônomas de desenvolvimento local. Além disso, pelo fato de se constituir em experiência de vanguarda, a evolução da CA neste assentamento favoreceria a elucidação dos obstáculos e desafios mais expressivos relacionados aos padrões modelares de CA veiculados pelo MST¹⁸. E finalmente, não há conhecimento sobre estudos de grupos coletivos de "grande porte", tais como a experiência por nós selecionada. Nos propomos, portanto, a introduzir este tema.

A análise procura reconstituir a gênese e evolução da CA em assentamentos à luz da trajetória dos sem-terra. O diagnóstico do grupo, visto como exemplo de "comunidade cooperativa integral", exigiu a adoção de uma perspectiva capaz de fazer justiça à multiplicidade de fatores envolvidos, seja em termos de relações econômicas e ecológicas, ou das injunções complexas de seu sistema político-ideológico e dos estilos de vida.

Na avaliação do potencial de "desenvolvimento autônomo", destacamos os atores sócio-institucionais de maior peso, nos níveis do local e dos espaços mais abrangentes. Dada a complexidade envolvida na aplicação integral deste referencial analítico, porém, o presente

trabalho mantém-se num horizonte exploratório. No capítulo final, sugerimos pistas para o aprofundamento da problemática, no quadro de uma política de fomento à pesquisa de estratégias de fomento ao desenvolvimento regional, sensíveis à questão ambiental.

Como "pano de fundo" buscamos finalmente contextualizar o caso "Tracutinga" no conjunto dos assentamentos em implementação no Estado, em busca de generalizações mais abrangentes.

Esperamos que os resultados alcançados possam enriquecer a discussão atual sobre as potencialidades e limites da CA em assentamentos e estimular a intensificação do esforço de pesquisa nos próximos anos.

b) observação

Os dados foram coletados através da combinação de entrevistas semi-diretivas e questionário, além de observação direta e análise documental, buscando as vantagens da complementação destas diferentes técnicas de observação (ABRAMO, 1979).

Fizemos duas visitas ao assentamento. A primeira, de natureza exploratória, estendeu-se por três semanas entre os meses de outubro e setembro de 1990. A segunda visita foi realizada em agosto de 1991, permitindo a complementação da coleta dos dados primários através do

uso do questionário. Realizamos uma entrevista grupal com a coordenação do assentamento. Presenciamos também algumas manifestações do MST, na companhia de membros do assentamento.

Consideramos o uso de amostragem desnecessário, na medida em que praticamente todos os membros do grupo foram entrevistados¹⁹. Priorizamos, entretanto, as entrevistas com adultos do sexo masculino, na medida em que dispunham de maiores informações sobre a problemática em pauta, principalmente em sua dimensão econômica. Através de entrevistas com algumas mulheres, por outro lado, buscou-se captar com mais acuidade a dimensão ligada à organização da unidade doméstica em sua relação com a dinâmica cooperativa²⁰.

Os depoimentos foram registrados principalmente como expressão dos sistemas de valores e das tensões presentes no assentamento. Não sentimos o problema de "imposição da problemática", na medida em que a CA demonstrou ser um tema de grande interesse entre os assentados. Constatamos, entretanto, a presença de um discurso bastante padronizado no grupo, ao que tudo indica, interessado em ocultar as tensões e descontentamentos. Nas entrevistas buscamos problematizar a legitimidade deste discurso, insistindo na evidência de algumas contradições, e relativizando o papel das opções feitas sobre cursos alternativos de ação. Neste

sentido, a existência de um pequeno número de famílias (três) descontentes com a dinâmica do grupo, e que acabaram por abandoná-lo, forneceram um relevante contraponto.

A realidade dos demais assentamentos foi inferida através de consultas a fontes bibliográficas e documentais, além de entrevistas com funcionários de instituições implicadas. Entre estas últimas, foram selecionadas : MST, INCRA/SC, EPAGRI, CEPA, e a Comissão Estadual de Reforma Agrária; e no âmbito do município : Prefeitura Municipal, Sindicato de Trabalhadores Rurais, CooperSãomiguel, Igreja Católica e ACARESC.

Acompanhamos, finalmente, a evolução da CA em assentamentos através da leitura do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e do Arquivo jornalístico do INCRA/SC, que conta com os quatro jornais de maior projeção no âmbito do Estado de SC ²¹.

c) interpretação

Optamos por uma análise qualitativa dos dados, inspirada no enfoque sistêmico. Isto implicaria em se interpretar os sistemas sócio-culturais como essencialmente dinâmicos²², baseados na interdependência entre interações sociais e regras (se reconhece a presença de espaços sociais não-normatizados); na presença de

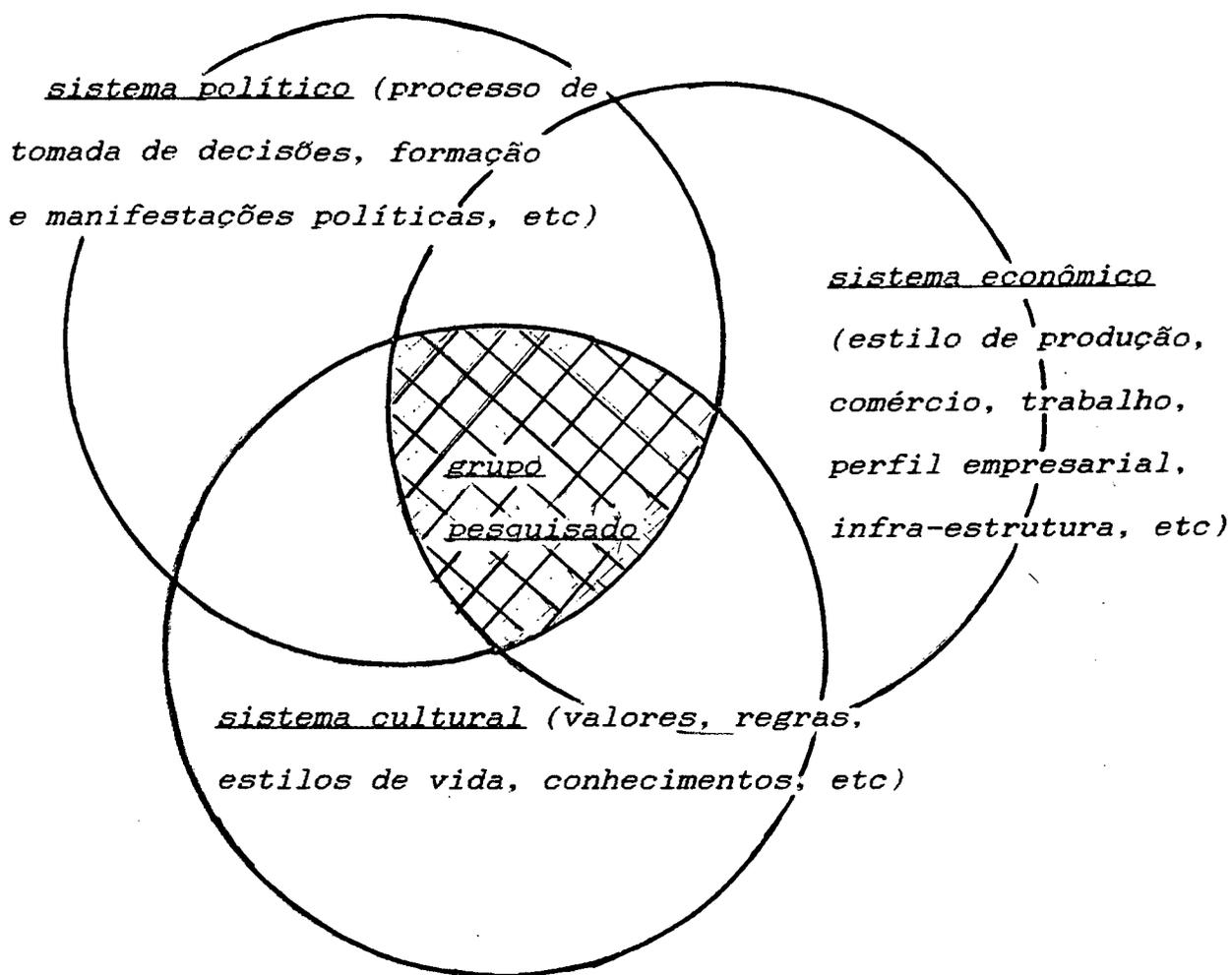
margens de coerção, escolha e contingência (percepção da dinâmica social de um ponto de vista não determinista, nem voluntarista); e no caráter simbólico desses intercâmbios, onde a tensão (representada por conflitos, insatisfações e comportamentos aberrantes) surge como principal agente dinamizador e inovador das organizações sócio-culturais (BUCKLEY, 1976). As interações entre sociedade e o meio-ambiente natural, incluindo-se aspectos não redutíveis à quantificação, ligados à qualidade da "experiência humana", são também consideradas²³ (UNESCO, 1982 : 22-31).

Sobre o debate acerca dos estilos alternativos de desenvolvimento utilizamos SACHS (1986a e 1986b) e UNESCO (1981). No caso da avaliação do potencial de "desenvolvimento local autônomo", adotamos a proposta de GODARD ET AL. (1985).

As questões genéricas levantadas pelo uso do conceito de cooperativismo, foram estruturadas principalmente através das contribuições de BENECKE (1980 e 1982), DESROCHE (1971) e INFIELD (1976). Para a focalização de aspectos mais específicos da CA em assentamentos, priorizamos os trabalhos de ESTERCI (1984) e ZIMMERMANN (1989), que elucidam de forma consistente questões relativas à preservação da "autonomia camponesa" no processo de coletivização, bem como a relação entre graus de homogeneidade e associativismo.

A consideração da experiência de cooperação em foco em sua multidimensionalidade, e em suas interações institucionais e ecológicas é melhor visualizada no diagrama que se segue :

relações com instituições governamentais, da sociedade civil e do mercado



relações com o meio ambiente natural

NOTAS - CAPITULO 2

1. Como as roças comunitárias e o mutirão. A respeito veja ESTERCI, 1984.
2. Estas características do conceito de cooperativismo são resgatadas a partir de BENECKE, 1982 e INFELD, 1971.
3. A comunidade cooperativa integral, no caso da agricultura, tem a terra e o trabalho coletivos, bem como os serviços e instrumentos de produção, e o próprio estilo de vida é compartilhado. Mas sobretudo seria caracterizada pela gestão participativa. Herik Infield também sugere que pode ser dotada de um novo método de inovação social : o método experimental livre, enfatizando as possíveis escolhas dos participantes destas "comunidades" (INFELD, 1971 : 55-57, 59-67). Comunidades cooperativas modernas podem ser exemplificadas no "koljuz" na sua versão inicial, o ejido mexicano e o "kibbutzim" (OP.CIT : 62-63). Já Dieter Benecke define as cooperativas com múltiplas funções como cooperativas integrais (BENECKE, 1980 : 12).
4. Enquanto nas cooperativas de produção existiria uma identidade entre os donos da empresa e seus empregados, na cooperativa de produtores constata-se uma identidade entre donos e usuários. As comunidades cooperativas integrais, por sua vez, dispõem da identidade entre donos, empregados, usuários e fornecedores. A especificidade do conceito de cooperativa para Diter Benecke, seria exatamente a identidade entre dois ou mais fatores empresariais (BENECKE, 1980 : 79-108).
5. A tradição do cooperativismo como ideal universal, após Georges Fauquet, coloca-se mais realisticamente na perspectiva plurisetorial (DESROCHE, 1977 : 182-183). Para um histórico do cooperativismo ver PINHO, 1982.
6. Em ambiente capitalista, praticamente todas as cooperativas de produtores owenistas, francesas e americanas degeneraram. Suas maiores dificuldades teriam sido a obtenção de créditos, e a carência de atração para melhores serviços de gerenciamento devido à distribuição igualitária dos rendimentos (BORVART, 1990 : 31).
7. Se o cooperativismo brasileiro nasce com fortes influências dos ideais de "Rochdale", hoje, como nos processos mais globais, perde o objetivo de reformar o homem ou a sociedade, e restringe-se à fins econômicos (PINHO, 1979 : 149-151, 1982 : 66-67, INFELD, 1976 : 27 e DUARTE, 1986 : 87).
8. Na sua forma regional representariam um setor de serviços gratuitos para a agroindústria, e na sua forma de centrais, seriam similares às agroindustriais no que se refere às relações econômicas que estabelecem com os fornecedores de matérias primas (IBID). Veja ainda DUARTE, 1986.
9. Como DESROCHE (1977). De forma similar, um estado recente sobre o caso da Cotrijuc percebe a cooperativa como um "...espaço de auto-organização e de defesa de interesses dos associados", e seu papel como mobilizador da comunidade local, influenciando seu comportamento político para a reivindicação de direitos, organização de manifestações e para a exigência de participação (MARCHIORO, 1990 : 185-191). E para Friedrich Haffner, nas economias de mercado as cooperativas ajudariam a aumentar a força dos pequenos produtores, oferendo-lhes as vantagens das grandes empresas (BOETTCHER ET AL., 1982 : 42).
10. Este considerava necessário substituir a competição pela cooperação. Os conflitos não deveriam ser vistos, como no caso de muitos analistas e promotores do cooperativismo, como algo evitável e indesejável, mas como algo absolutamente normal (KROTZ, 1990 : 27-29).
11. As sociedades humanas são caracterizadas como sócio-culturais de forma a ressaltar suas especificidades (BUCKLEY, 1976).

12. Estudando as experiências de roças comunitárias desenvolvidas na década de setenta junto à Igreja, Weide Esterci conclui que "...nos casos estudados, a viabilidade da posse comunal aparece subordinada à possibilidade de manutenção da roça familiar", esfera esta onde se realizaria "...a autonomia do grupo doméstico" (OP.CIT: 54-55). E acrescenta : "...esta mesma reivindicação aparece em países que passam por processos de coletivização mais globais"(IBID).

13. Optamos pelo uso simultâneo dos termos TRST e camponês (sendo identificado com a organização da produção sob bases familiares) para designar os assentados, visando refletir aqui a caracterização ambigua destes atores quando pertencentes à grupos de cooperação com gestão coletiva da terra e do trabalho.

14. A Escola de Münster, constituída no início da década de setenta, é reconhecida como um dos principais grupos de estudos científicos sobre o cooperativismo (PINHO, 1982). A dinamização da concorrência significaria o rompimento de monopólios e a extensão de mercados. Neste sentido, o cooperativismo teria tido um papel crucial para o desenvolvimento do pólo industrial do "Ruhr" na Alemanha (BOETTCHER, 1982 :25-27). Veja os pressupostos da Escola de Münster em BENECKE (1980 e 1982), e (BOETTCHER, 1982).

15. O enfoque em termos gerais coincide com as preocupações levantadas pelos conceitos de "outro desenvolvimento" e "desenvolvimento sustentado". A respeito de uma introdução à problemática veja SACHS (1986a e 1986b), GODARD ET AL. (1985), MAX NEEF, (1986), UNESCO, (1981) e MYERS. (1987).

16. O conceito de necessidades deve ser relativizado, diferenciando-o de suas formas de satisfação. A respeito veja MAX-NEEF (1986 : 236s).

17. A função privada significa aqui as vantagens auferidas pelos sócios com a cooperativa, e, em termos gerais, a "liberação de dependência dos sócios" (BENECKE, 1982 : 105-107).

18. Tratando-se de um caso extremo, e não de uma média da CA em assentamentos, tende a acirrar as tensões subjacentes à implementação de grupos e cooperativas segundo os padrões do MST. Quem primeiro nos chamou a atenção para esta vantagem dos casos atípicos foi a Professora Maria Ignês Paulilo, do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC - SC.

19. Os índices são aproximados, representando uma porcentagem que varia entre 84 e 100% dos entrevistados. Para os indicadores de grau de modernização, categoria profissional e situação familiar anterior, participação em instituições e maneira pela qual conheceram o MST, foi considerado apenas a totalidade dos cadastrados. Para indicadores de escolarização, origem, idade, etnia e participação em cursos e manifestações, foram incluídos os adultos do sexo feminino.

20. Isto porque a divisão sexual do trabalho tendeu a se reproduzir nos assuntos colocados em pauta : os homens tendiam a monopolizar as questões econômicas, e as mulheres a organização doméstica.

21. Que são os seguintes : Diário Catarinense, Jornal de Santa Catarina, A Notícia e O Estado.

22. O sistema sócio-cultural (assim como os sistemas psicológicos mais elevados) distingue-se dos sistemas físico e biológico por ser essencialmente morfogenético, i.é., tendo como característica inerente a elaboração, a variabilidade, e a instabilidade (BUCKLEY, OP.CIT.). Os sistemas morfogenéticos "... em lugar de minimizar a organização ou preservar uma estrutura fixa, (...) tipicamente criam, elaboram ou mudam a estrutura como pré-requisito para permanecerem viáveis como sistemas operantes"(IBID. : 20).

23. Não usaremos entretanto a elaboração de um modelo de análise proposta por UNESCO (1981), pelo número e complexidade de variáveis que implica, nem o modelo de estrutura sociocultural de BUCKLEY (1987) em toda a sua amplitude.

Cap. 3 : COOPERACAO AGRICOLA EM ASSENTAMENTOS

A distribuição de terras pouco férteis a agricultores descapitalizados, que dispõem apenas de instrumentos rudimentares de trabalho, não poderia assegurar, por si só, uma atividade auto-sustentada. O problema da integração desta camada marginalizada ao mercado e à sociedade permanece. E uma reforma agrária mais adequada poderia auxiliar na sua solução.

Face à necessidade de "ocupar, resistir e produzir"¹, a cooperação agrícola parece constituir-se como o meio mais propício de mobilização dos escassos recursos disponíveis nos assentamentos. Isto, na medida em que os insere numa teia específica de relações com o mercado e o Estado diversamente do que um tipo de pequena produção não associada e descapitalizada seria capaz.

Além disto, caso desenvolva-se de forma eficiente, o instrumento cooperativo representa a possibilidade de criação de um contraponto à certos limites das cooperativas convencionais, e uma das alternativas possíveis face aos impactos sócio-ambientais negativos do atual estilo dominante de desenvolvimento.

Em SC, a CA surge entre os sem-terra já nos primeiros acampamentos e assentamentos, em 1985. Com o passar do

tempo, formas mais complexas de cooperação vão sendo criadas. Inicialmente existiam apenas algumas idéias vagas e dispersas sobre a necessidade de "juntar esforços" para não se perder a terra conquistada². Hoje, o recurso à cooperação é destacado de tal forma, que emerge um "Sistema Cooperativista dos Assentados" (SCA) a nível nacional, como um desdobramento do MST, responsável por todas as facetas da economia dos assentamentos. Assim, num espaço de poucos anos, os grupos de ajuda-mútua e associação de máquinas congregando poucas famílias dão lugar à instituição de uma "Confederação Nacional das Cooperativas dos Assentados" (CNCA), que começa a se aglutinar em torno de trezentas associações³ e vinte cooperativas em todo o país.

3.1 A diversidade das formas de cooperação

A cooperação agrícola emerge, dissolve-se e reconstitue-se de maneira bastante diversificada nos assentamentos. É representada pelas formas conjuntas de organização da economia, que incluem desde o trabalho e a terra até a compra e a venda, e a aquisição de créditos e serviços.

Seis tipos de CA podem ser aqui discriminados : as formas de ajuda-mútua, os pequenos grupos "semi-coletivos"

ou "coletivos", os "grandes grupos coletivos", as associações de cooperação agrícola (ACAs) e as "cooperativas de produção agropecuária" (CPAs)⁴.

Inicialmente, os estímulos para a implementação de formas de CA eram caracterizados pelo espontaneísmo e pela improvisação (MST, s.d. : 02). Reproduziam as experiências mais comuns de ajuda-mútua no campo, como os mutirões e a associação de máquinas. O MST passou a aconselhar então, a formação de grupos que congregassem não mais que dez famílias, visando facilitar sua administração. Os primeiros grupos de pequeno porte formaram-se entre 1985 e 1986, em SC, por ocasião dos primeiros acampamentos e assentamentos⁵.

Os "grupos semi-coletivos" caracterizam-se pelo fato de preservarem suas roças particulares e disporem conjuntamente de máquinas ou outras benfeitorias. Podem manter algum terreno ou empreendimento sob administração coletiva, mas a dimensão coletiva parece exercer aqui um papel necessariamente secundário na economia doméstica. A terra não é de propriedade coletiva, mas, em alguns destes grupos, a maior parte do trabalho é realizada em conjunto, caracterizando uma forma intermediária para os "grupos coletivos".

Os "pequenos grupos coletivos" constituem por sua vez, associações em geral com menos de vinte famílias,

que optaram pela gestão coletiva da terra e do trabalho (ao menos de forma preferencial). Além disto, podem variar num espectro que inclui desde as formas que ainda preservam a roça particular, embora secundariamente, até aquelas em que a coletivização seria máxima, com a formação de agrovilas e sem propriedades individuais. Mais de vinte grupos coletivos já foram computados em SC, entre outros, em assentamentos como Jangada, Putinga, Rabo de Galo e Jacutinga (ANDERLE, 1989 : 07).

Cabe lembrar que mesmo com a criação de estilos mais complexos de associativismo nos assentamentos, as famílias que permanecem não associadas a estes, não deixam de fazer uso de formas mais simples de cooperação, como a troca de dia de serviço, as "sucias" (ZIMMERMAN, 1989), e o "pixurum" (CASTELLS e PAULILO, 1991).

Em 1986 teriam surgido as primeiras ACAs⁶. Existiria aproximadamente dezesseis destas associações no conjunto dos assentamentos catarinenses⁷, comportando um número de associados que varia entre oito e cento e setenta e dois (a maior parte na faixa entre dezessete e quarenta).

Diferentemente dos pequenos grupos, as ACAs permitiriam associar um grande número de famílias, com ganhos de escala na prestação de serviços. Constituem entidades civis sem fins lucrativos, e devem, em princípio, ser registradas. Persiste uma diversidade

expressiva entre as associações, sendo que algumas congregam simultaneamente grupos coletivos, semi-coletivos e produtores individuais⁸ [a exemplo do assentamento "Putinga", SC e da "Fazenda Annoni", R.S. (REGO, 1988 : 65)].

Sua principal característica é a prestação de serviços - comercialização, compra, armazenagem, administração de recursos e distribuição de créditos, e eventualmente, de infra-estrutura e equipamentos coletivos -, além da representação de interesses do grupo. A posse da terra e a gestão do trabalho pode não assumir - ou assumir de forma apenas parcial - um caráter coletivo. Como associações, possuem "patrimônio" ao invés de "capital social", não podendo, portanto, exercer atividades comerciais em seu próprio nome (MST, 1989 : 34).

Com o agravamento dos problemas suscitados por estas formas associativas, os quais trataremos posteriormente, a prioridade do MST passa a recair, a partir de 1989, sobre os grandes grupos coletivos e sua transformação em CPAs, bem como sobre a formação de cooperativas agrícolas mistas de nível secundário e terciário. Esta reorientação foi adotada após análise crítica dos vários modelos a exemplo das "centrais de associações" para comercialização e das "cooperativas de crédito" ⁹.

Os grandes grupos coletivos são caracterizados pela coletivização da posse da terra e da gestão do trabalho e dos "meios de produção" ¹⁰, dispendo de um contingente superior à vinte famílias (MST, 1990b : 10). Estes grupos se transformam em CPAs na medida em que fundam cooperativas e as reconhecem legalmente.

As CPAs, ao contrário das ACAs, possuem capital social e outros dispositivos que facilitam a obtenção de créditos e de recursos subsidiados, dispõem de uma escrituração contábil mais onerosa, podem ratear as sobras¹¹ de suas operações e devem pagar imposto de renda sobre operações com não associados¹².

As CPAs dispõem da terra e do trabalho coletivos, como as cooperativas de produção típicas. As ACAs, por sua vez, reproduzem o modelo das cooperativas de produtores, mas sem deter os benefícios auferidos com a legalização da cooperativa.

As CPAs começam a ser fundadas no final de 1989, no RS e no PR. Em janeiro de 1991 foi criada a primeira cooperativa central dos assentados, a Coaceargs, no RS. No início de 1990 o MST computava dez grandes grupos coletivos nos assentamentos do país, dos quais três em formação em SC ¹³ (JTRST, jan/fev. 1990 : 18). Em maio de 1991 já existiam mais de vinte CPAs e três centrais, em decorrência dos estímulos oferecidos pelo MST. Trata-se do

emergente "Sistema Cooperativista dos Assentados" (SCA), que passa a ser uma "estrutura de poder e de infraestrutura separada do Movimento Sem Terra", embora mantendo uma relação de complementariedade com o mesmo (MST, s.d : 07). Esta rápida disseminação das CPAs, mediante uma ação coordenada nacionalmente (o que já se tornou uma característica das ações do MST), sugere, além do recurso às vantagens econômicas de escala, uma forma única de se alcançar a integração dos assentamentos no espaço nacional, visando o estabelecimento de projetos e demandas comuns.

- O Sistema Cooperativista dos Assentados

O projeto do SCA prevê a implementação de centrais cooperativas em seis Estados considerados prioritários, dentre os quais SC 14. As centrais deverão congregiar as CPAs, além das ACAs e pequenos grupos 15, assentados não associados¹⁶, bem como associações de pequenos proprietários em geral¹⁷. Entretanto, o processo de constituição e legalização destas CPAs ainda estaria em curso.

O SCA seria composto por uma articulação cooperativa em três níveis : ao menos três cooperativas singulares - no caso as CPAs -, devem articular-se para formar as

centrais cooperativas, e estas por sua vez formam uma cooperativa de nível terciário : a CNCA¹⁸ (veja anexo III).

As CPAs são responsáveis pela organização econômica de seus assentamentos, incluindo a produção coletiva, a armazenagem, a infra-estrutura social básica, a aquisição de máquinas e equipamentos, a racionalização de mão-de-obra e os financiamentos (MST, 1991, SCA : 6-7).

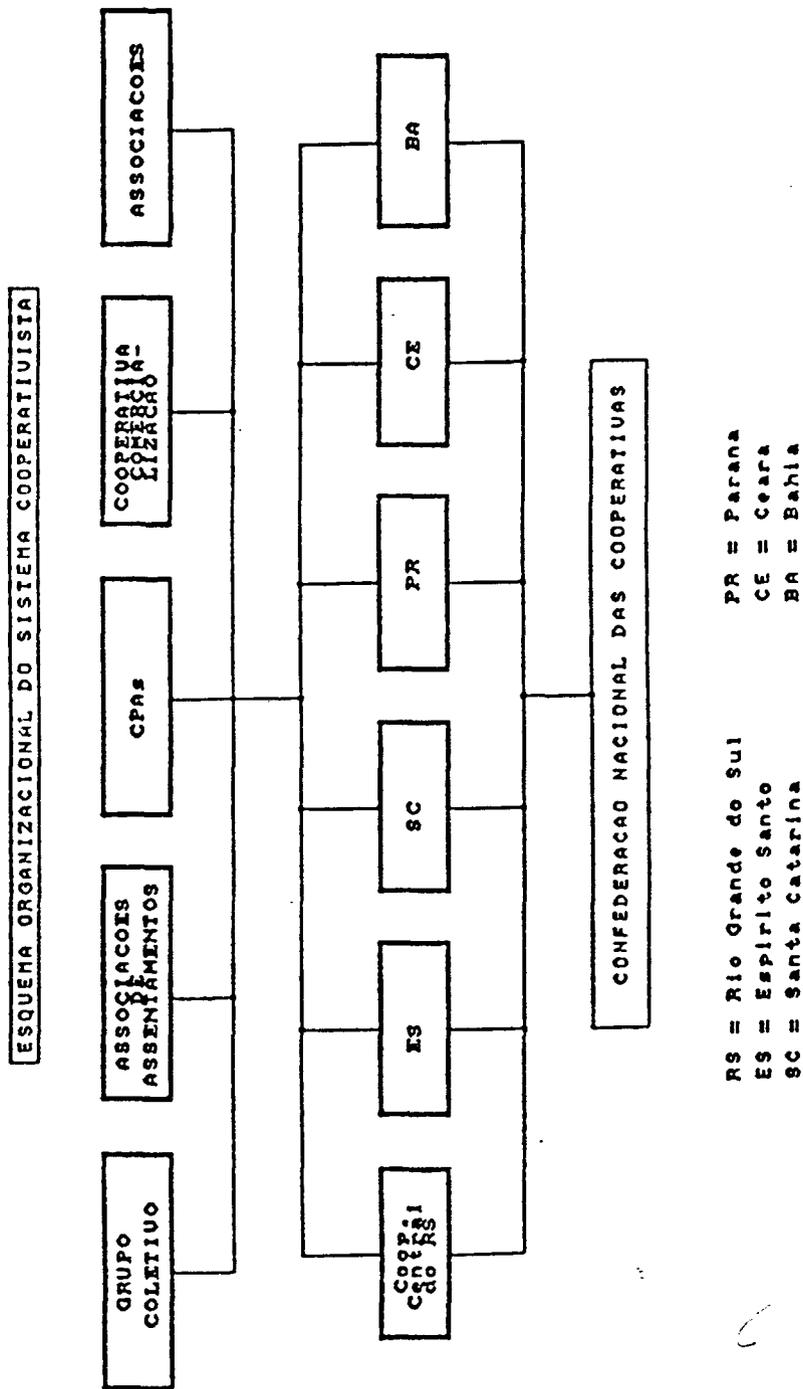
As Cooperativas Centrais dos Assentados (CCA) têm por função a organização a nível estadual da economia de seus grupos associados, no que diz respeito ao comércio, ao transporte, ao desenvolvimento de projetos agroindustriais, à organização de um "fundo de crédito rural" e à celebração de convênios com organizações governamentais (MST, 1991 : 6-7). Seus objetivos incluem ainda a aquisição e gestão de máquinas e equipamentos inacessíveis aos seus associados, além da elaboração de projetos conjuntos de desenvolvimento entre os vários grupos¹⁹ (MST, 1990b : 11-12).

Com sede em São Paulo, a CNCA seria responsável pela coordenação do planejamento global do desenvolvimento econômico do SCA, prevendo também formas mais sistemáticas de assistência técnica, inclusive com a formação de uma escola para suprir a demanda atual de quadros profissionais qualificados, a criação de um departamento

ANEXO III - ORGANIGRAMA DO SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS

FONTE : MST - 1990.

Pelo desenho do organograma visualiza-se o funcionamento e a articulação das cooperativas e associações nos três níveis de organização.



Obs : As "cooperativas de comercialização" podem associar diversos assentamentos, num espaço regional.

de estudos econômicos, a gestão de atividades de exportação ou importação, a representação de interesses e amparo jurídico do sistema, e a captação de linhas de crédito e de repasse de recursos (MST, 1991 : 6-7). Disporia assim, pelo seu escopo e natureza jurídica, de um maior lastro de negociação com as instituições governamentais e os bancos.

Dentre as metas aprovadas para o SCA, encontra-se o desenvolvimento da produção agropecuária e agroindustrial em maior escala, a mecanização agrícola, a centralização da comercialização, um melhor aproveitamento da mão-de-obra, o estímulo à criação de agrovilas, a introdução de técnicas e sistemas de produção com maior produtividade física das áreas, o aumento da renda de seus associados, a busca de produtos e mercados de maior rentabilidade, a realização de convênios para a assistência agrônômica, administrativa e contábil, e a criação de um "fundo de crédito rural" (OP.CIT, 1991 : 15).

Uma das primeiras dificuldades da implementação do sistema reside na carência de recursos para a montagem de sua infra-estrutura administrativa. Outro impasse está representado pelo fato das CPAs carecerem de regulamentação jurídica específica, para além da existência da Lei n.5.764, de 16 de dezembro de 1971, que

tem definido os limites da política nacional de cooperativismo (OP. CIT : 20).

3.2 Origem da Cooperação Agrícola

Formas mais simples de associativismo, como o mutirão e a "troca de dia de serviço", encontram-se na trajetória dos assentados antes mesmo da formação do MST (BONIM, 1987), e são parte de uma tradição camponesa mais genérica²⁰.

Para BONIM ET AL. a "comunidade camponesa" já estaria presente nas trajetórias destes sem-terra, através dessas formas simples de cooperação (1987 : 93). Na opinião de Neide Esterici, por outro lado, deveríamos contestar a hipótese de que formas de solidariedade como o mutirão expressam um "ethos comunitário" do camponês, que o predisporia à um tipo de organização econômica baseada na coletivização da posse da terra (1987 : 195-197). Ao que parece, o uso de formas simples de CA tem sido tradicionalmente vinculado, e portanto compatível, à organização familiar da produção. Não explica por si só, portanto - e concordando com Esterici-, a opção pela cooperação na produção.

Seja como for, a trajetória específica dos sem-terra engendrou experiências associativas peculiares, e vários

são os fatores que contextualizam e explicam sua emergência.

A necessidade de estratégias mais elaboradas de cooperação agrícola entre os assentados teria surgido sobretudo pela influência do MST. Em seus primórdios, as demandas deste se pautavam no modelo de organização familiar da produção, voltado para o suprimento de alimentos para o mercado interno (GAIGER, 1987).

A cooperação começa a ser esboçada com a formação do movimento no Estado, por volta de 1983, tendo como referência as primeiras experiências de CA em assentamentos sediadas no RS ("Nova Ronda Alta"²¹ e "Novo Holandês").

Teria surgido a partir do consenso sobre a inviabilidade da pequena propriedade convencional (não associativa) no sistema capitalista vigente, e sobre as vantagens da economia de escala. Além disto, o caráter coletivo do trabalho e da posse da terra aparecia como uma forma "superior" em contraposição ao caráter "individualista" do capitalismo.

As cartilhas do MST sobre CA, lançadas desde 1986 nos acampamentos, os seminários e cursos, e as visitas às experiências coletivas no RS, parecem ter sido os principais vetores de disseminação da proposta.

Entretanto, o próprio MST admite não ter priorizado

inicialmente a introdução sistemática da CA nos assentamentos, já que não dispunha de propostas bem elaboradas para tanto (MST, 1989 : 07). A idéia de CA permanecia vaga e presente apenas numa parcela de seus militantes. Para a maioria dos sem-terra que participaram das ocupações, a proposta surgiu apenas na fase dos acampamentos. Nestes, o MST parece ter colaborado incisivamente para a difusão da CA : *"todo o trabalho que se fazia nos acampamentos era uma política de socializar a terra"* (V2)22.

Posteriormente o setor público decide também estimular a prática da CA, embora de forma ambígua. Inicialmente as prerrogativas do INCRA/SC determinavam critérios para a seleção de beneficiários que não levavam em conta a existência dos agrupamentos formados. Em função de alguns problemas acarretados²³, e como sugestão do MST, os critérios passaram a privilegiar o assentamento de grupos de CA.

Entre as diretrizes estipuladas para a implementação da reforma agrária no Estado, reiterada em diversos documentos governamentais, está o *"apoio preferencial à cooperação agrícola e às formas associativas de ação nos assentamentos"* (MIRAD, 1988 : 02)²⁴. Teria por função maximizar as receitas, racionalizar a exploração de recursos e a preservação do meio ambiente, e permitir uma

organização competitiva em moldes empresariais.

A CA parece facilitar o trabalho administrativo do setor público, assumindo uma parte de suas atribuições, e agilizando as negociações (pelo fato de reduzir o universo dos beneficiários à representação de suas entidades). Por outro lado, os agentes públicos muitas vezes apostam nas vantagens da CA, demonstrando interesse na viabilização dos assentamentos. Além disso, o MST passa a pressionar sistematicamente o setor em prol da "não pulverização"²⁸, i.é., da concentração de recursos nos grupos de CA mais dinâmicos.

A viabilização de créditos e as ações de capacitação, passam a se vincular prioritariamente à dinamização da CA (INCRA, 1990 : 58-62 e RELATORIO PROCERA PARA BNDES - 1988 e 1989). Além disso, os bens de posse coletiva financiados não são, ao contrário dos demais, ressarcidos ao Estado.

A priorização dos grupos cooperados levou à multiplicação de formas de CA nos assentamentos - o que é confirmado por FRANCO (OP.CIT. : 195-196). Esta multiplicação entretanto não tem garantido consistência às iniciativas, sendo frequentes as dissoluções de grupos que simularam a organização cooperada meramente para usufruir de recursos adicionais. Desta forma, o associativismo aparece como *"...muito mais uma estratégia de acesso a novos investimentos e tecnologias do que uma forma de se*

evitar o assalariamento ou de usufruir da cooperação complexa"(LANNON, 1992 : 226).

A inconsistência dos estímulos governamentais à criação de formas CA mais eficazes é reconhecida no fato de que *"a quase totalidade dos Projetos de Assentamento implantados no Estado foram concebidos preconizando-se a forma de exploração individual das parcelas..."*²⁵(INCRA, IBID : 59).

Além disso, a estratégia de "não pulverização" passa a questionar, entre os demais assentados, a legitimidade do movimento e de parte de suas lideranças²⁷ (FRANCO, IBID : 199). E passa a acarretar controvérsias entre o MST e certos setores do Estado preocupados com a igualdade de oportunidades entre os assentados.

Finalmente, estudos sobre o desempenho de diferentes associações demonstram que *"...o volume de recursos alocados não guarda relação direta à renda obtida"* (LANNON, OP.CIT. : 216), podendo inibir a utilização mais adequada dos recursos locais, o que viria a questionar a eficácia econômica da "não pulverização"²⁸.

Outros fatores entretanto, também tem condicionado a predisposição à CA. Além do papel ambíguo exercido pelo setor público, a Igreja parece ter influenciado na preservação de uma atitude receptiva face à idéia de cooperação, fomentando valores como a "compartilha", a

"fraternidade" e a "ajuda-mútua" (GAIGER, OP.CIT. : 26 e LISBOA, OP.CIT.). Esta influência adquire peso na medida em que boa parte dos pioneiros do movimento eram membros de suas Pastorais.

A organização coletiva das ocupações e acampamentos, e as interações concretas que ali tiveram lugar, parecem ter influenciado a conformação da CA. As comissões para trabalhos e serviços específicos, os grupos de barraco, as assembléias e outras formas de organização, estimularam a ajuda mútua, a identidade comum e a solidariedade (LISBOA, 1988). As frequentes reuniões passam a se constituir num espaço privilegiado para a aquisição de informações e para o debate em torno da cooperação : *"...nós fazia sempre as reunião (...). Cinco, seis barraco se reunia e discutia problema do acampamento e aproveitava já colocá no sentido de trabalhá coletivo, né"(X).*

As carências e desvantagens de um plantio individualizado, aliado aos fatores de homogeneização, como a presença de parentes, vizinhos e amigos e os hábitos comuns, parecem ter também contado. O "morar junto" já demonstraria algumas vantagens de dividir as despesas e os instrumentos de trabalho. E os poucos recursos disponíveis estimulavam a divisão dos investimentos e ao trabalho coletivo. Em alguns casos, o próprio meio ambiente natural induziu o processo de

coletivização. Assim, por exemplo, num acampamento em Sede Ribeiro, município de Faxinal dos Guedes, dada a escassez da terra, seicentas famílias teriam sido levadas a trabalharem-na em conjunto.

De forma mais genérica, o surgimento do associativismo pode ser analisado também como expressão de uma política de reforma agrária limitada e incapaz de suprir as necessidades mais prementes dos assentamentos. A precariedade quase absoluta das condições de vida dos assentados parece ter reforçado a busca de soluções cooperativas.

Por outro lado, desde sua origem nos acampamentos, a proposta associativa já sofre resistências, sendo recebida com reservas até entre alguns de seus líderes. Boa parte destas resistências parecem residir na valorização da autonomia camponesa, bem como nas deficiências de escolarização e informação. Ao que parece, quanto maior a vivência nos acampamentos, maiores teriam sido as possibilidades de quebra destas resistências²⁹, em função dos debates e experiências ali concentradas.

Além disto, muitos dos fatores que motivaram ou exigiram a formação de grupos associativos nos acampamentos não persistiram com a criação dos assentamentos definitivos. Com a posse de lotes individuais assegurada, constata-se uma tendência ao

"retorno" à formas de organização da produção mais habituais, baseadas em unidades familiares. Estas passam a prevalecer na maioria dos assentamentos.

O elemento de ruptura com a legalidade vigente, representado pelas ocupações de terras, tende a se enfraquecer na fase dos assentamentos, onde emerge uma tendência à reintegração com a "ordem social" : o uso da terra passa a corresponder aos parâmetros jurídicos dominantes que regulam a propriedade de bens.

3.3 Aspectos da cooperação agrícola

Os objetivos centrais da CA para o MST estariam expressos na promoção do desenvolvimento econômico dos assentamentos, do bem estar de suas famílias, e da luta pela reforma agrária e pelo socialismo (MST, 1989 : 09). A CA é percebida como a incorporação da divisão social do trabalho na agricultura (JTRST, Encarte especial : cooperação agrícola). Seria utilizada, portanto, por empresas convencionais. Reconhece-se, entretanto, um perfil diverso de CA nos assentamentos, em termos da gestão do trabalho e da distribuição dos excedentes (MST, 1989 : 04).

Do ponto de vista do MST, a CA deveria implicar numa série de vantagens de natureza econômica e política.

Dentre as primeiras cabe mencionar : a) a economia de escala, que se traduziria em maior rentabilidade e menores custos dos procedimentos econômicos; b) a divisão do trabalho e a especialização, que permitiriam a instalação de etapas agroindustriais e maiores rendimentos; e c) o acesso à tecnologias mais aprimoradas (não permitido ao produtor familiar descapitalizado pelos custos que implica).

Além disto, considera que permitiria evitar, em parte, a "exploração capitalista" do trabalho, e que significaria, em princípio, menores custos na montagem da infra-estrutura produtiva e social. As vantagens agronômicas incluiriam a utilização mais adequada do solo em função da consideração de suas aptidões naturais e da busca de um padrão de exploração baseado na complementariedade de funções produtivas (MST, 1988, III : 8-12, e 1989a : 20-23).

Do lado das "vantagens políticas", estariam um maior poder de barganha nas negociações, o aumento de informação e de participação na vida pública, e uma consciência política e sindical mais ampla.

Na ampla lista de dificuldades e impasses enfrentados pelos organizações de CA em assentamentos, destaca-se inicialmente a carência de "preparo", necessário tanto para a gerência, quanto para os associados (BENECKE, 1980).

No caso dos primeiros, as deficiências administrativas decorreriam da falta de qualificação e de capacidade de iniciativa. Isto teria redundado na gestão inadequada de recursos financeiros e humanos (em termos de alocação de mão-de-obra), além de falhas no controle contábil das atividades (MST, 1989a : 25), entre outros fatores.

Nos demais membros constatou-se um excesso de otimismo e de imediatismo na avaliação dos resultados da CA³⁰ : *"não se falava das dificuldades, só das vantagens"*. Muitos assentados teriam assumido as propostas de CA do MST sem muita reflexão crítica - *"...não por consciência, mas sim por reflexo,..."* (BATTISTELLI ET AL., 1988 : 53). Isto teria colaborado para que vários grupos se dissolvessem logo após sua constituição (MST, s.d. : 02). Por outro lado, deve-se reconhecer que a uma agilização na constituição dos grupos teria correspondido um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis mediante investimentos conjuntos em equipamentos e insumos, entre outros bens.

O despreparo inicial reflete-se também na ausência de métodos adequados de trabalho em grupo, levando à improvisação e à amplificação dos conflitos. Isto inclui tanto a resolução de problemas (como as desavenças em relação ao uso de máquinas) quanto a centralização das decisões (MST, 1989a : 24), podendo gerar um sentimento de

exclusão das decisões frente às lideranças mais estáveis (CASTELLS e PAULILO, OP.CIT.). Além disto, podem acarretar uma formalização deficiente dos compromissos assumidos pelas partes.

Desconsiderou-se muitas vezes o principio da voluntariedade³¹, fundamental para preservar a disposição à cooperação, bem como certas tradições³². Houveram conflitos entre organizações não governamentais³³. Além disso, formas de cooperação não modelares foram discriminadas (MST, 1989 : 25).

Uma outra ordem de problemas diz respeito à caracterização dos hábitos e dos graus de instrução dos assentados, bloqueando a implementação de inovações econômicas, bem como de medidas de saúde e higiene. O índice de analfabetismo é acentuado, agravado pelo baixo nível de escolarização e de informações disponíveis³⁴ :
"...são analfabeto, e os que frequentaram a escola nunca aprenderam sequer a fazer um cálculo para fazer o custo de produção de um saco de milho"(V2).

Em relação aos hábitos cotidianos, o MST refere-se à presença de "vícios artesanais" entre os assentados, que se traduziriam num comportamento individualista e auto-suficiente (veja cap.6). Este comportamento dificultaria a submissão à regras coletivas como os horários e decisões tomadas em conjunto : *"É muito mais difícil fazer*

grupo, porque individual tem autonomia de trabalho. Para coletivo funcionar tem que haver disciplina"(I). Haveria diferenças de comportamento relacionadas à idade : os de maior idade teriam menor flexibilidade e "educação burguesa" (MST, s.d. : 02). As coações impostas às opções individuais acabam também gerando descontentamentos (CASTELLS E PAULILO, OP.CIT.).

De um outro ponto de vista, os chamados "vícios", mais do que comportamentos "inadequados", podem traduzir simplesmente o interesse em preservar a agricultura familiar. Este interesse, para LANNON (OP.CIT. : 73-75), explicaria, muito mais do que as dificuldades próprias aos grupos de CA, a maior parte de suas dissoluções. O peso deste interesse entretanto, não substitui, a nosso ver, a multiplicidade das variáveis em jogo.

O grau de homogeneidade dos grupos de CA aparece como outro condicionante fundamental para explicar sua viabilidade³⁵. Ao que parece, quanto maior a homogeneidade de fatores como o tamanho das unidades familiares em relação às necessidades de consumo e à força de trabalho disponível (ZIMMERMANN, 1989 : 144), as diferenças no ritmo de trabalho e nas formas de distribuição dos resultados³⁶, o grau de participação no MST, e o grau de conhecimento mútuo (BATTISTELLI ET AL., 1988), maiores as chances de estabilidade de grupos de CA.

Além disto, fatores como a "liberação"³⁷ teriam deslocado uma parcela expressiva de mão-de-obra necessária, pelo menos inicialmente, à dinamização da economia dos grupos (LANNON, OP.CIT.:124-126). Problemas suplementares emergiram como respostas às normas que regularam as desistências dos grupos (CASTELLS E PAULILO, IBID.).

3.4 Associativismo e dinamismo dos assentamentos

Dentre os diversos fatores que condicionam o dinamismo dos assentamentos destaca-se a presença de associações, cooperativas e grupos semi-coletivos ou coletivos.

Estes últimos são considerados pelo MST apenas como uma etapa da evolução do processo cooperativo, devendo se complexificar nos moldes das CPAs. Apesar das vantagens oferecidas pela CA que usufruem, encontrariam-se ainda limitados no uso de tecnologia e na impossibilidade do usufruto de vantagens de escala (o que poderia ser contornável, no que toca aos serviços, com sua integração ao SCA).

Já os assentamentos dotados de ACAs e CPAs apresentam, via de regra, melhor desempenho econômico, e dispõem de infra-estrutura produtiva e social mais

completa³⁸. Num primeiro momento, os condomínios suinícolas foram implantados exclusivamente através da ação de ACAs. Além disso, elas facilitaram a compra de máquinas, calcário e materiais de construção, bem como a implementação de armazéns e projetos coletivos de apicultura, moinhos coloniais (caso do assentamento "Putinga") e serrarias (como em "Fogo na Ponte").

A maior parte dos assentamentos dotados de integração agroindustrial são também aqueles organizados em ACAs ou CPAs. A forma dominante de integração inclui a suinocultura, a avicultura ("Tracutinga"), a fumicultura ("Trinta de outubro", "Entre Rios" e "Sanga Azul"), e estaria em expansão na bovinocultura de leite ("Volta grande", "Tracutinga").

Apesar dos avanços, constata-se o agravamento de problemas ligados à incapacidade de auto-sustentação das ACAs, implicando em severa dependência da injeção de recursos externos. Além disto, teriam carecido de assessoria e assistência técnica adequada, e foram prejudicadas por conflitos político-partidários³⁹.

Em alguns assentamentos, a exemplo de "Putinga", a consolidação da estrutura associativa vem se processando lado a lado a um grande número de desistências. Em parte, isto pode ser explicado por dificuldades em relação à qualidade da terra, administração agrícola, grau de

capitalização e de recursos financeiros recebidos, que parecem afetar sobretudo as unidades de produção familiar não associadas.

No conjunto de problemas com que se defrontam as emergentes CPAs destacamos a falta de recursos humanos qualificados para a gestão, bem como as assimetrias entre distribuição do trabalho e da renda (ainda numa fase de experimentação)⁴⁰.

No que se refere às possibilidades de diferenciação horizontal entre os assentados, aqueles grupos baseados na cooperação na produção, como as CPAs, apresentam mecanismos para evitá-la. Em contraste, entre as unidades familiares de produção, a predisposição para a carreira de produtores médios e modernizados e a consequente diferenciação já teria sido constatada (MALUF E BILBAO, 1988 : 94).

Além disso, os privilégios em termos de créditos, e do maior grau de articulação interinstitucional e politização com que contam as CPAs e certas ACAs, poderiam colocar uma condição de "artificialidade" na avaliação das vantagens destas formas sobre as demais⁴¹. Como lembra REGO (1988 : 65-76), esta condição especial pode ser vista do prisma dos resultados positivos advindos de um maior grau de mobilização política. Entretanto, os limites da capacidade de mobilização da maior parte dos assentados

desloca a ênfase para o comportamento dos agentes "externos" em relação a um tratamento diferenciado dos assentamentos (GAIGER, OP.CIT. e LANNOY, 1990 : 34).

Por outro lado, à margem do uso de formas elaboradas de CA, algumas unidades familiares de produção vêm apresentando dinamismo econômico expressivo, como é o caso daquelas sediadas no assentamento "Rio dos Patos", localizado em Lébon Régis. Ali, o uso do assalariamento temporário tem permitido às famílias auferir uma renda considerada acima da média, relativamente aos demais assentamentos. Apesar desta vantagem, tais casos costumam gerar entretanto, uma infra-estrutura produtiva e social mais deficiente que os assentamentos cooperados.

Com o desenvolvimento do SCA espera-se que a maior parte dos problemas em pauta sejam contornados, fortalecendo-se essencialmente o potencial econômico daqueles assentamentos que dispõem de CPAs e ACAs.

A Central Cooperativa dos Assentados de SC foi fundada em 26 de outubro de 1991, e seu acervo já contempla quatro CPAs e três ACAs⁴² (veja anexo IV). Com sede na capital do Estado, Florianópolis, orienta-se no sentido de agilizar as demandas burocráticas do SCA. Os beneficiários diretos no Estado são estimados em 550 famílias. Os indiretos, considerados como os não associados que usufruirão dos serviços do SCA, elevam-se a

ANEXO IV - CENTRAL COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS DE SANTA CATARINA

QUADRO I

FONTE : MST

FICHA TÉCNICA DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES LIOADAS A CCA/SC

NOME FANTASIA	NOME	CCC	MUNICÍPIO/SC	NÚMERO SÓCIOS
1. COOPRANOVA	Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Sociadada Ltda.	85.167.310/0001-58	Abelardo Luz	22
2. COOPERUNIO	Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda.	85.149.839/0001-49	Dionísio Cerqueira	49
3. COPAGRO	Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro Ltda.	82.716.416/0001-75	Campos Novos	47
4. COOPRAPX	Cooperativa de Produção Agropecuária Popua Ltda.		Abelardo Luz	25
5.	Associação de Agricultores 25 de Maio	78.487.147/0001-45	São Miguel D'Oeste	18
6.	Associação União D'Oeste dos Pequenos Produtores Rurais	793.665.506/0001-79	Matos Costa	142
7.	Associação União da Vitória	784.868.834/0001-46	Anchieta	21
8. CCA/SC	Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina	85.223.022/0001-73	Florianópolis	4 CPA's 3 Associações

mil famílias aproximadamente (MST, 1990a).

As atividades potenciais variam segundo as regiões, e incluem a bovinocultura de leite, a erva-mate, a produção de grãos, a suinocultura e a horticultura (OP.CIT. : 28). Já disporia de certa infra-estrutura em termos de armazenagem, transporte, máquinas e equipamentos. Contaria com o apoio operacional de instituições governamentais como a EPAGRI e a UFSC, entre outras. Está prevista para breve a ampliação da infra-estrutura, visando tornar o SCA apto a substituir outras empresas na integração agroindustrial dos assentamentos.

A primeira CPA catarinense a ser legalizada, a Copagro, localiza-se no assentamento "Trinta de outubro", em Campos Novos⁴³. Foi fundada em setembro de 1990. Inclui 33 famílias e 47 associados, sediados em 512 ha de área, e dispondo de uma agrovila. A CPA do assentamento "Tracutinga, localizado em Dionísio Cerqueira, foi fundada em outubro de 1990, e conta com 49 associados. As duas últimas CPAs, COOPRANOVA e COOPRAPA, são sediadas no município de Abelardo Luz, respectivamente nos assentamentos "Volta Grande", integrando vinte e dois associados, e "Papuã", contando com vinte e cinco sócios. Os principais produtos destas CPAs seriam o milho, o feijão e o arroz (IBID).

A Copagro já disporia de maior receptividade por

parte do sistema bancário e comercial, bem como da SAAI. Seus trunfos mais recentes incluem também melhores índices de sucesso na aprovação de projetos econômicos (como um projeto de reflorestamento aprovado recentemente pelo IBAMA), e projetos de fomento agropecuário⁴⁴ : *"hoje, os únicos projetos que estamos conseguindo é para as CPAs"*(V2). Afinal, projetos que exigem investimentos mais pesados e práticas agrícolas novas seriam mais facilmente adotados por grupos organizados coletivamente (ZIMMERMANN, 1989).

O SCA/SC, por exemplo, já firmou um contrato com a Cooperativa Agropecuária São Miguel do Oeste congregando a maioria dos assentamentos do Extremo-oeste na produção de cítricos⁴⁵. Além disso, encontra-se na fase de implementação dois projetos de beneficiamento de erva-mate, exclusivamente a seu cargo.

A formação e as possibilidades de evolução das CPAs, devem ser refletidas à luz dos grandes grupos coletivos" que lhes deram origem. Para tanto, recortaremos a experiência de um caso específico : o grupo do assentamento "Tracutinga", escolhido pelo MST, no ano de 1990, como exemplo de competência organizativa no contexto nacional.

NOTAS - CAPITULO 3

1. Lema lançado pelo MST, que sostra a necessidade de ir além da mera distribuição de terras.
2. Cabe colocar que já em 1985, a entidade civil que passou a representar juridicamente o MST foi fundada com o nome de Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA). Porém, não desempenhava nenhum outro papel além da definição de um regime jurídico.
3. Os dados do MST variam entre trezentas e quatrocentas associações de CA, e inclui os pequenos grupos.
4. Entre as formas associativas concebidas pelo MST e adotadas pelo MIRAD estariam : a coletiva (condominal), a semi-coletiva (relações econômicas coletivas com espaços produtivos e domésticos individuais), a associação de máquinas e a associação de vizinhança (mutirões eventuais) (ZIMMERMANN, 1989 : 108).
5. Para FRANCO, (OP.CIT. : 172-177), o marco histórico do surgimento da CA enquanto instrumento fundamental para a dinamização dos assentamentos seria o II Encontro Nacional de Assentados, realizado em abril de 1986.
6. É necessário não confundir a utilização do termo ACAs pelo MST e certos autores, que o identificam com as formas genéricas de CA, com o modelo aqui esboçado. No folheto "fazendo a história e comemorando a conquista da terra", lançado pelo MST em 1987, é lançada oficialmente a campanha para a criação de ACAs (CAZELLA, 1989 : 08).
7. Há carência de dados fidedignos sobre o número e a situação das ACAs em SC. A estimativa apontada é do INCRA/SC.
8. A diversidade dos objetivos das associações é enfatizada por estudo de BERGAMASCO E CARMO (1991 : 64s) sobre assentamentos localizados em São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Em função desta diversidade, MALUF E BILBAO sugerem uma tipologia que divide as ACAs entre as prestadoras de serviços, e as com fomento cooperativo de produção com integração parcial (1988 : 94).
9. A discussão sobre a viabilidade de uma "Central Cooperativa de Crédito Rural" para os assentamentos, teria iniciado em dezembro de 1989, sendo descartada em seguida pela sua inviabilidade administrativa e econômica, pois esta só poderia funcionar municipalmente (MST, s.d. : 04 e JTRST, jan/fev. 1990 : 18). Já a idéia de uma "central de associações" restrita à intermediação comercial não teria suprido os objetivos de incorporação de operações com créditos.
10. Há grandes grupos que preservam roças particulares para a subsistência, como a fazenda Santana em Monsenhor, localizada em Taborda, no Ceará (JTRST, julho/91 : 7).
11. As cooperativas não dispõem de "lucros", mas "sobras", que poderão ser rateadas entre seus sócios, com certos limites.
12. Nas associações os membros respondem igualmente ou não responderão de forma alguma às obrigações contraídas pela organização, sendo que nas cooperativas há necessidade de resposta subsidiária à estas obrigações (MALUF E BILBAO, 1988 : 80s).
13. Dos três grupos de SC citados, a experiência de "Rio dos Patos", localizado em Lébon Régis, acabou frustrando.

14. A região Sul aparece com todo o destaque : dos seis Estados prioritários para o SCA, três são desta região. Isto porque é "...onde a organização está mais solidificada", e onde há "maior experiência no trabalho coletivo"(JTRST, nov. 1990 : 4). Compreende ainda o Nordeste (CE, BA) e o Sudeste (ES).
15. Qualquer grupo poderia se associar desde que apresente documento regimental com previsão das formas de escolha do representante no Sistema, e de tomada de decisões.
16. Os produtores familiares podem participar do Sistema com o uso de serviços de compra e venda, de créditos, e de empréstimo de máquinas.
17. O que já estaria acontecendo no RS.
18. Quando pessoas físicas se associam, formam cooperativas primárias ou singulares. Quando são cooperativas singulares que se associam, formam uma cooperativa secundária, ou central cooperativa. E quando cooperativas secundárias se associam, formam uma cooperativa terciária, ou confederação. Uma cooperativa é mista quando lida com mais de um setor econômico, e simples quando se restringe a um setor somente (BENECKE, 1982).
19. A Coaceargs já estaria implementando diversas etapas de industrialização, e a construção de armazéns graneleiros de grande porte (JTRST, jun. 1991 : 08), além de realizar convênio com o INCRA e SAAI para a distribuição de sementes via troca-troca. E a central cooperativa do Paraná realiza convênio com o governo do seu Estado para implantação de 1500 ha de erva-mate em 50 assentamentos (JTRST, julho de 1991 : 10).
20. Estas formas são indicadas por exemplo num estudo sobre o campesinato riograndense, de hábitos bastante similares aos camponeses do oeste catarinense, por José Vicente Tavares dos Santos, em "Colonos do vinho", São Paulo : Hncitec, 1984.
21. A "Associação de agricultores de Nova Ronda Alta" nasceu em dezembro de 1983 (REGO, 1988 : 65).
22. A fonte das citações será representada por letras ou letras mais números, não tendo relação direta com o nome dos entrevistados.
23. O INCRA/SC estabelece "critérios de pontuação", que determinam os beneficiários a serem assentados prioritariamente. Entre os critérios iniciais estava o tamanho da família, a tradição de agricultor, etc. Estes acarretaram assentamentos com uma média muito alta de dependentes e com um perfil acentuadamente heterogêneo, em termos de relações de parentesco, vizinhança e amizade, o que parece ter gerado problemas.
24. Para o INCRA/SC, os grupos coletivos seriam uma modalidade mais adequada aos participantes do MST, que mostrariam maior predisposição à idéia e nível de organização, sendo que a outros assentados, outras formas pareceriam mais adequadas (INCRA, 1990).
25. Cabe lembrar que a definição de módulo rural não considera outras formas de organização da propriedade que não a familiar : "Módulo Rural: o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho,..." (Ministério da Agricultura/INCRA, Estatuto da Terra - Lei no 4504, de 30 de novembro de 1964, artigo 4o, parágrafo III) (MALUF E BILBAO, 1988 : 32s).
26. Consiste na idéia de que, em função da escassez de recursos creditícios, que impossibilitaria o desenvolvimento de projetos econômicos significativos em todos os assentamentos, faz-se necessário privilegiar aqueles mais aptos, para que ao menos alguns assentamentos se tornem viáveis.
27. Incluindo muitas vezes a concessão arbitrária de tratamento privilegiado a certos grupos de CA.

28. Segundo o mesmo autor, a busca de sistemas adequados de produção seria estimulada por uma relativa escassez de recursos financeiros (IBID : 224). Outros autores destacam entretanto, a necessidade de estímulos financeiros principalmente na fase inicial de implementação de empresas associativas em processos de reforma agrária, em função da descapitalização habitual dos beneficiários (ARAUJO, 1977).
29. Um certo grau de organização que precedia a instalação do assentamento era mais acentuado naqueles que ocuparam terras (MALUF E BILBAO, 1988 : 12). Isto poderia ser traduzido na tendência à organização dos primeiros assentamentos em bases familiares, em contraste com as bases coletivas das experiências mais recentes.
30. Em certos casos, a implementação da cooperação agrícola teria sido prejudicada pela "...rapidez e forma errada de começar...", devido às necessidades imediatas da fase inicial dos assentamentos (ZIMMERMANN, 1989 : 170 e 171).
31. A pressão e imposição por parte de órgãos responsáveis tornaria os assentados resistentes ao associativismo proposto (BERGAMASCO E CARMO, 1991 : 66). Num estudo sobre o assentamento Porto Feliz, S.P., a frustração de projetos modelares de associação estaria vinculada à sua imposição pela Igreja, pelos movimentos de luta pela terra, e pelo Estado, entre outros fatores (D'INCAO, s.d. : 30). Para ZIMMERMANN (1989 : 127) haveria uma pressão ideológica determinante por parte do MST, do Estado e algumas ONG's. Porém, haveria a cooperação como opção própria. Por outro lado há limites para o fomento da CA nem certas restrições e coerções, que seriam justificáveis do ponto de vista macroeconômico, por exemplo, em relação à resistência à inovações (BENECKE, 1980 : 95).
32. Teria havido preconceito religioso por parte de líderes, vindo a prejudicar a tentativa de formação de um grupo coletivo em Lébon Régis, no assentamento "Rio dos Patos" ("União do Oeste").
33. No caso estudado por ZIMMERMANN (1989 : 128)) formou-se um pólo de disputa entre o MST e a CPT, com diferentes concepções de cooperação em jogo ("ser comunitário" versus "ser coletivo"), em relação à diferentes formas de CA, na medida em que as "sucias", formas de compra e venda informais, teriam o descrédito do MST.
34. O analfabetismo, a desqualificação profissional e o despreparo para a gestão cooperativa têm prejudicado o cooperativismo no Brasil em geral, e colaborado para o fracasso das experiências de agrovilas na colonização da amazônia brasileira (PINHO, 1979 : 67).
35. Sobre a relação entre homogeneidade e associativismo, veja o cap.6, item 3.
36. Este problema também aparece nas experiências de "roças comunitárias" - veja ESTERCI, 1984.
37. A liberação significa a dispensa de assentados para o trabalho no MST, geralmente custeada por algum grupo de CA.
38. Os produtores dos assentamentos de S.P. tendem a se diferenciar significativamente do padrão tecnológico tradicional do minifundista, adotando práticas mecanizadas e insumos modernos. Porém "o assentado não associado leva nítida desvantagem neste aspecto"(MALUF E BILBAO, 1988 : 41).
39. Parece ter havido fortes tensões entre partidários do PT e do PDS/PMDB, que teriam prejudicado a ACA do assentamento "Putinga", em Matos Costa.
40. Inúmeros problemas são detectados em estudo sobre uma incipiente cooperativa ("Colagoa") do assentamento "Lagoa São Paulo" : "...o caráter compulsório da filiação, a dificuldade de gerenciamento numa situação de

crise, a falta de recursos financeiros e as diferenças culturais dos cooperados:..." (BERGAMASCO E CARMO, 1991 : 64s). Ademais, a obtenção de seus títulos de cessão de uso teria resultado em "manifestações individualistas" por parte dos assentados (IBID).

41. Ao que parece, as CPAs em SC comportam uma média de escolarização e uma faixa etária mais jovem expressivamente superior aos demais assentamentos, facilitando seu grau de mobilização e articulação política.

42. De sua coordenação, escolhida no ato de fundação, participam membros das três CPAs e de três ACAs. As eleições seriam trianuais.

43. O assentamento foi iniciado em 1988, e comporta no total noventa e sete famílias e uma área de 2.118,81 ha. Foi alvo de uma tentativa de implementação de um projeto piloto, por iniciativa do INCRA/SC, e com apoio da PNUD/FAO, elaborado em março/abril de 1989 e intitulado "Projeto de desenvolvimento técnico, econômico e social". Este objetivava formar uma empresa eficiente e competitiva em termos de mercado, fomentando a agropecuária, a exploração florestal e a agroindústria. Vários fatores parecem ter colaborado para o seu fracasso. O projeto teria sido percebido pelos assentados como impositivo, e os recursos previstos não teriam vindo. Teria havido ainda problemas de corrupção na sua diretoria. Havia também uma diferença marcante entre os assentados, em relação às propostas do MST e à vivência nos acampamentos. Tanto que o grupo mais vinculado ao MST desistiu-se da cooperativa formada sob os estímulos do Estado, e fundou uma CPA. Está sendo elaborado um estudo de caso deste assentamento - veja CAZZELA, 1989.

44. A COPAGRO estaria implementando um projeto aprovado por intermédio do "Centro Vianney de Educação", que inclui o desenvolvimento da produção nas áreas de suinocultura, erva-mate, avicultura, ovinocultura, bovinocultura de leite, bem como investimentos em irrigação e conservação dos solos, e que seria automaticamente repassado para a realização de projetos em outros assentamentos. Sobre os projetos do assentamento "Tracutinga" veja nosso cap. 5.

45. São quinze mil mudas a serem plantadas somente neste primeiro ano. A produção é destinada à confecção de suco. O SCA obteve, mediante negociações com o CEPRO, uma canalização especial de recursos do PROCERA para o financiamento do projeto.

4.1 Caracterização geral do assentamento

4.1.1 Localização e organização

O assentamento "Tracutinga" localiza-se no município de Dionísio Cerqueira, SC, na comunidade de Bela Vista da Tracutinga, a 820 kms da capital do Estado. Trata-se de uma área de fronteira entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, e entre o Brasil e a Argentina.

O assentamento dista aproximadamente cinco quilômetros da BR-280 que liga Dionísio Cerqueira à Marmeleiro, PR, a quarenta e dois quilômetros da sede do Município.

As duas vias de acesso são estradas de terra, e cruzam-se no interior do assentamento. A vila mais próxima é Flor da Serra, localizada no Paraná, a aproximadamente nove quilômetros do assentamento. O centro da região é São Miguel do Oeste, que por sua vez está polarizado por Chapecó.

O imóvel Tracutinga foi adquirido por compra e venda, através da portaria 216, na data de 04/03/88. O "projeto de assentamento" foi criado em 20 de outubro daquele ano.

A área disponível abrange 1.198,24 ha, e comporta um total de sessenta famílias (INCRA, 1990).

De acordo com as negociações entre o INCRA e o MST, e tendo em vista o caráter coletivo da exploração, não se tornou necessário o parcelamento da gleba.

O assentamento congrega dois grupos distintos de assentados, cada qual dispendo de área e características próprias. Apesar de constituírem "grandes grupos coletivos", apenas um conseguiu implantar uma CPA.

O chamado "grupo 1" é constituído por vinte e cinco cadastrados, a maioria oriunda do próprio município. É o mais precário do ponto de vista econômico. Não dispõe, ao contrário do grupo 2, de uma forte identificação com o MST.

Constata-se um elevado número de desistências e substituições no decorrer de seu processo de consolidação. No entendimento deste fato, deve-se levar em consideração que só foram admitidos, na seleção dos beneficiários¹, aqueles cadastrados que aceitassem coletivizar a terra. E praticamente a totalidade dos membros deste grupo não participou do processo de discussão e vivência das ocupações e acampamentos.

A cada grupo foi alocado uma área proporcional ao número de cadastrados. A área do grupo 1 inclui a sede da antiga fazenda, que compreende a casa do antigo capataz,

alguns galpões para armazenagem e para trabalhos que exigem cobertura, e um pequeno chiqueiro. Ambos os grupos dispõem de ervais, pinheiros e açudes em suas áreas.

O segundo grupo, pelo seu dinamismo, deverá concentrar nossa atenção no que se segue. Trata-se do "grupo 2", também chamado de grupo do MST ou de "Parolim", refletindo a natureza de seus vínculos institucionais e de sua trajetória. Seus membros, em número de trinta e cinco cadastrados, ocuparam terras em 1985, estiveram presentes no assentamento Parolim (Vinte e cinco de maio) de Itaiópolis, e deslocaram-se para Tracutinga em meados de 1988.

Este grupo recebeu nos anos de 1989 e 1990, respectivamente, o título de assentamento modelo, conferido pelo MST à nível estadual e nacional. Não se trata, portanto, de um caso de desempenho "médio" entre os assentamentos, mas de uma experiência excepcional : um grupo ideologicamente homogêneo, articulado ao MST, a ponto de concretizar numa CPA uma de suas mais expressivas propostas de inovação sócio-econômica.

O desnível quanto ao grau de formação e de consenso ideológico é indicado como o viés explicativo para a não aglutinação dos dois grupos. Do ponto de vista programático, a superação do desnível é vista como pré-requisito para a integração dos mesmos.

O grupo 1 considera o grupo 2 como um modelo a seguir. Suas coordenações teriam inclusive funcionado de forma integrada durante um certo período : "No começo quem dava a direção para o outro grupo era nossa coordenação"(X).

4.2 A trajetória dos assentados.

A recuperação de aspectos ligados à trajetória dos assentados permite iluminar alguns dos processos de associação e dissolução envolvendo a CA, bem como suas conformações específicas. Alguns destes aspectos permanecem presentes nas atuais tendências evolutivas da CA em assentamentos.

4.2.1 Os assentados como "sem-terra"

A origem dos assentados tende a confirmar o conceito de sem-terra como um conjunto de arrendatários, peões, e filhos de pequenos proprietários, carentes e motivados a obter a terra como seu meio de sobrevivência básico. Inclue também os minifundiários que vieram a perder sua terra ou a considerá-la insuficiente.

No segmento em foco, estão incorporados aqueles que migraram da propriedade de seus pais (51%), ex-

arrendatários (34%), minifundiários (11%) e "assalariados rurais" (11%). Muitos deles buscavam uma fonte de renda suplementar, como o arrendamento ou outros serviços.

Embora todos tenham estado vinculados à agricultura, 17% já dispunham de alguma experiência de trabalho em centros urbanos, sobretudo no setor secundário.

Quanto à origem dos assentados, 39% do total está constituído por migrantes oriundos do Rio Grande do Sul, e 6% do Paraná. Os 55% restantes são catarinenses. Antes das ocupações, os assentados encontravam-se sediados no Oeste de SC (um terço deles na cidade de Xanxerê).

Fatores estruturais e conjunturais confluem na dinâmica de constituição dos sem-terra. Casos de adversidade climática e de doenças na família, e eventos como a peste suína², aparecem como fatores de ruptura com uma situação insustentável em termos de precariedade de recursos. Esta última reveste-se de múltiplas formas : impossibilidade de custear a educação dos filhos, itinerância, tamanho reduzido das propriedades em relação às necessidades das famílias, grau de modernização, etc.

Do grupo considerado, os filhos de minifundistas (menos de 20 ha) perfaziam um índice de 65% do total, dos quais 39% dispunham de menos de 10 ha. Além destes, 16% representavam famílias cujas glebas, apesar de oscilarem entre 24 e 26 ha, apresentavam-se insuficientes para

cobrir suas necessidades básicas. Cabe mencionar ainda os filhos de arrendatários, que perfaziam 16% do total.

Por sua vez, a consideração do "grau de modernização" permite-nos perceber até que ponto estes trabalhadores estavam inseridos no mercado, e portanto, até que ponto poderíamos caracterizá-los como produtores "marginais", em contraposição aos "modernizados".

Para tanto, selecionamos indicadores como o uso de tratores(a), de insumos(b) e créditos(c), o grau de integração agroindustrial(d) bem como a participação em cooperativas convencionais(e), e o grau de especialização da produção(f). Uma análise mais acurada de sua inserção anterior no mercado deveria levar em conta outros fatores, extrapolando o escopo deste trabalho. Nossos objetivos são mais modestos, e ligam-se à uma visualização sintética do contexto anterior à formação dos assentamentos. Desta forma, selecionamos os seguintes dados :

a) 81% não usavam e 19% alugavam tratores.

b) 42% não utilizavam qualquer tipo de insumo, e os restantes pouco ou só eventualmente.

c) 63% já haviam utilizado créditos^s.

d) Apenas um assentado era vinculado à alguma agroindústria em regime de integração.

e) 41% eram associados à cooperativas convencionais.

f) Embora não se constatasse especializações

econômicas, haveria tendência para se privilegiar certos produtos em função das chances de colocação no mercado. Via de regra, entretanto, os circuitos de comercialização incluíam os produtos excedentes do cultivo de subsistência : milho, feijão, fumo, suínos, etc ⁴.

Na caracterização do perfil geral dos assentados destaca-se, em síntese, o reduzido índice de utilização de tratores e insumos, bem como de integração, e o caráter não especializado da produção, configurando assim, uma condição de produtores marginalizados, se bem que não de forma totalmente desvinculada do mercado e dos impactos da modernização.

Algumas relações entre marginalidade social e meio ambiente natural podem ser também consideradas. Quase todos os ex-arrendatários enfatizaram seu papel de "amansadores" itinerantes de terras ⁵. Cumprida sua função de preparar a terra "crua" para a lavoura, são afastados. As terras apresentam, muitas vezes, baixa aptidão agrícola. Além disto, o "amanso" da terra implica, geralmente, em desflorestamento. Por sua vez, a cobertura florestal já estaria atingindo níveis críticos de escassez na região. Ressalta-se que os minifundiários são frequentemente coagidos a uma exploração ecologicamente predatória de suas terras. A marginalização social acompanha assim, muitas vezes, a marginalização em termos

de disponibilidade de recursos naturais. Nesse caso, as estratégias de sobrevivência em situação de precariedade econômica impactam destrutivamente o meio ambiente. Por outro lado, numa espécie de círculo vicioso, a exploração inadequada da terra tende a empobrecer ainda mais este segmento⁶.

Alguns destes agricultores já haviam passado por experiências fracassadas de colonização durante a década de setenta. Transferidas da região Sul para o Pará e o Mato Grosso, no apogeu do "milagre brasileiro", algumas dessas famílias teriam sido obrigadas a fugir diante das coações impostas pela doença, pelas dificuldades, e pelas obrigações de custeio das despesas resultantes da viagem e da ocupação das terras. Forma sem dúvida brutal de se tentar fixar o camponês em terras inóspitas.

O objetivo de conquista da terra é melhor compreendido em função das margens de manobra que se apresentam a estes atores sociais. Ao contrário do que possa parecer do ponto de vista do senso comum, vários critérios podem pesar contra uma opção pelo assalariamento urbano. O mercado de trabalho urbano parece apresentar vantagens apenas para aqueles assentados que dispõem de educação básica. Na ausência de qualificação profissional, defrontam-se com dificuldades de obtenção de empregos, alto grau de "penosidade" dos trabalhos disponíveis, e

baixa remuneração. Some-se a isso, a perda de "autonomia" (vista em quanto capacidade de auto-determinação, inclusive em relação aos horários de trabalho)⁷ : *"Porque hoje em dia a pessoa sem estudo na cidade vai fazê o que ? Vai trabalhar pra ser mandado. Não tem o direito de mandar, né"*(X). Outros aspectos também foram mencionados : o "campo", ao contrário da cidade. "não tem barulho, não tem ladrão", e facilita o acesso aos vizinhos e o "espaço para conversar".

Já a razão da opção pelos acampamentos aparece como unívoca : a necessidade de uma terra suficiente para garantir o suprimento de suas necessidades.

A terra pretendida era uma "terra própria", no sentido de um espaço de produção e moradia para a unidade familiar - a única forma presente na visão de mundo convencional destes camponeses, não denotando portanto uma posição anti-associativista.

O processo de ocupação não ocorre de forma espontaneísta, segundo a imagem de vandalismo, e nem tampouco, em sua fase inicial, de forma planejada segundo a imagem de uma organização dotada de objetivos e de uma ideologia claramente definidos. Margens de contingência e de liberdade coexistem neste processo, conferindo às ações um sentido de construção interativa, na acepção de BUCKLEY (1976), e permitindo um alto grau de criatividade e

improvisação.

A própria idéia de ocupar glebas foi inicialmente rejeitada pelos sem-terra. Não só pelo medo da repressão, mas pela própria imagem preconceituosa a respeito das ocupações. Com a terra assegurada, o preconceito é superado, e a ocupação adquire uma conotação inversa : passa a representar um meio legítimo de conquista de direitos sociais fundamentais^B.

Além disto, praticamente todos os assentados, antes de ocuparem terras, passaram por um longo processo de aquisição de informações e debates, nos mais diversos espaços de suas comunidades - clubes recreativos, sindicatos e salões paroquiais -, sobre a natureza dos impasses existentes e a melhor maneira de solucioná-los.

Os chamados sindicatos combativos, bem como setores da Igreja, como a CPT e a Pastoral da Juventude, parecem ter se constituído no "locus" fundamental da emergência do MST. Em apoio desta hipótese pode ser constatado que a possibilidade de ocupação organizada de terras, como forma de pressão e reivindicação, foi veiculada principalmente através de sindicatos (58% dos casos), da Igreja Católica (27% dos casos), e de parentes (24%), vizinhos e amigos (13%).

Um certo grau de associativismo já se encontra presente nas trajetórias dos sem-terra, refletido nas

práticas de ajuda mútua e na participação em organizações comunitárias, profissionais e econômicas. Já fizemos alusão ao caráter genérico do uso de tipos mais simples de cooperação. Mas a participação em instituições políticas e culturais constitui talvez uma característica mais acentuada no caso dos sem-terra.

Neste sentido, o índice de integração do grupo à Igreja e aos sindicatos apresenta-se muito alto (91%), apesar de apenas 9% ter participado antes do MST^o (em função de seu caráter incipiente). A participação nestas instituições aparece como um forte condicionante da opção pela CA, não devendo ser considerada entretanto como elemento determinante : muitos dos assentados que delas participaram optaram por um tipo de produção não associada, ou por formas não modelares de CA.

4.3 Acampamentos e grupos coletivos

Através do intenso processo de ocupações que teve lugar em 1985¹⁰, os sem-terra esperavam que a efetivação dos assentamentos não apresentasse dificuldades. Muitos confiavam na "promessa" de que iriam ser assentados em noventa dias, mas o processo acabou sendo bem mais moroso.

A maior parte do grupo analisado participou da famosa

ocupação em Abelado Luz, no dia 25 de maio de 1985. Na diversificada trajetória que se sucedeu ao evento, deslocaram-se para um acampamento provisório na linha "Sede Ribeiro" em Faxinal dos Guedes. Ali permaneceram por um ano e dois meses, antes de se instalarem no assentamento Parolim, em Itaiópolis¹¹.

Foram três anos de acampamentos e assentamentos provisórios, antes de sua instalação definitiva em Dionísio Cerqueira¹². Esta morosidade pode ser explicada de várias formas : insatisfação com a qualidade das terras disponíveis; necessidades de realocação de beneficiários em função da alteração da capacidade de projetos de assentamento¹³; escassez de terras disponíveis para a reforma agrária; e também a busca de manutenção de vínculos de parentesco, vizinhança e amizade.

Segundo a percepção do grupo, esta demora teria favorecido um avanço nas discussões sobre CA, que acabou por deflagrar a articulação de um grande grupo coletivo :
"... , ficamos três anos discutindo a questão, (...) Discutiu, tipo coletivo, né, trabalha junto, e questão de compra maquinário (...), organização também"(A).

4.3.1 - o papel dos acampamentos e assentamentos provisórios

Nos acampamentos, a organização em diversas comissões

de trabalho, a tendência à concentração de parentes, vizinhos e amigos, e a presença de forte componente de religiosidade, parecem ter reforçado os laços de solidariedade e facilitado a formação de grupos coletivos¹⁴. Os próprios grupos de barraco foram organizados por região de origem.

O estímulo ao estreitamento de relações solidárias aparece também como mecanismo de sobrevivência face às condições vigentes : carência de infra-estrutura básica, dificuldades para a realização de colheitas¹⁵, reduzida aptidão agrícola das terras e instabilidade, entre outros fatores. Mesmo num contexto de depreciação de seus escassos bens (gado, móveis de casa, geladeiras, etc), muitos acampados foram forçados a vendê-los para sobreviverem. Já caracterizados pela descapitalização, passam a experimentar uma fase de pauperização crescente.

Para subsistirem, os acampados passam a depender de ajuda alimentar de suas famílias (que os visitavam periodicamente), bem como de instituições religiosas e governamentais. Foram ao mesmo tempo compelidos a iniciar culturas de subsistência, como feijão, milho, arroz, e batatinha. Em alguns casos, a venda de excedentes permite a compra de complementos alimentares. O recurso ao assalariamento é eventualmente utilizado, ao lado da extração de madeira na área dos assentamentos.

Segundo este ponto de vista, longe de serem idealmente os instrumentos mais desejáveis de pressão pela reforma agrária, os acampamentos e assentamentos provisórios parecem ter reforçado a miséria e o sofrimento já presentes neste segmento da população. A eclosão das "doenças de nervos" constitui uma das marcas traumáticas deste processo (veja cap. 6, item 6.2).

O elevado índice de evasões entre os acampados¹⁶, não comprova, neste contexto, como poderia parecer à primeira vista, o fracasso de uma "estratégia artificial" de pressão em favor da reforma agrária. Experiências de evasão em massa em consequência da precariedade de infraestrutura, parecem explicar, ao mesmo tempo, a dissolução de certas experiências de produção coletiva em acampamentos, como aconteceu por exemplo no município de Palma Sola.

Por outro lado, os acampamentos tem se revelado até o momento, como um dos instrumentos mais eficazes de aquisição de terras por parte dos TRST, num contexto de omissão de responsabilidades do setor público. Além disso, segundo a percepção dos assentados, os acampamentos configuram uma experiência ímpar de "aprendizado" de novas formas de organização e de tomada de consciência de seus problemas.

4.3.2 - A cooperação agrícola nos acampamentos e assentamentos provisórios

Os dados coletados permitem inferir que a maior parte dos acampamentos organizou a produção de forma coletiva.

As experiências de produção coletiva da maior parte do grupo investigado eclodem em Faxinal dos Guedes, na medida em que os acampamentos em Abelardo Luz não permitiram o plantio, em função do reduzido tempo de permanência das famílias.

Em Faxinal, mais de 600 famílias foram divididas pelo MST em quatro grupos, cada qual dispoñdo de área própria. Estes subdividiram-se em comissões de trabalho para o plantio e a limpa do feijão e do milho. Segundo o planejamento inicial o resultado deste esforço deveria ser distribuído conforme o tempo de trabalho de cada acampado (somando-se as horas trabalhadas).

Três fatores podem ser avançados para explicar a emergência da organização coletiva da produção : a) o MST e os líderes do acampamento teriam optado por esta forma de organização visando não apenas reforçar sua coesão política, mas intensificar a percepção das vantagens da gestão coletiva da terra e do trabalho; b) o espaço do acampamento foi considerado muito exíguo para a população existente, inviabilizando formas individuais de cultivo;

c) todos os auxílios conquistados em conjunto, como o óleo e a semente doados pela SAAI, a comida assegurada com o auxílio do INCRA e de Igrejas, bem como o aluguel conjunto do trator, teriam contribuído para reforçar a idéia de trabalho coletivo.

O controle do processo de trabalho e da distribuição dos produtos ocorre entretanto de forma conflitiva. Muitas famílias migraram durante a época do plantio. Houve dificuldades na contabilidade do trabalho alocado. E na época da colheita, muitos dos que haviam abandonado o grupo regressaram. Entre estes, delinquentes furtam os estoques de grãos, e ameaçam os responsáveis pela distribuição. De tal forma que, como sintetiza um depoimento, *"quem não plantou, ou plantou pouco, colheu muito"*.

O fato do acampamento ter recebido inúmeros donativos pode ter induzido a percepção de que os resultados alcançados fossem de propriedade coletiva. Por outro lado, não há razão para considerar a genérica categoria dos "sem-terra" como um tipo ideal homogêneo, e isto também é válido em termos de "boa conduta"¹⁷.

A experiência obtida no acampamento de "Bandeirantes", em São Miguel do Oeste, apresenta um perfil similar. Ali os assentados teriam plantado em conjunto, a partir da divisão de área em agrupamentos

(face à exiguidade da terra disponível). A produção coletiva teria gerado problemas expressivos : depois de auxiliarem nos trabalhos iniciais, alguns dos acampados teriam optado pelo assalariamento em outros locais, provocando conflitos sobre as formas de pagamento no momento da colheita.

Em ambos os casos, o processo de evasão e reinserção dos acampados desempenha um papel determinante. A alocação desigual de trabalho e as contendas em torno da distribuição dos resultados contribuem também para explicar o fraco desempenho obtido pela produção coletiva.

Outras tentativas de se criar pequenos grupos coletivos, merecem ser mencionadas. Para sua formação, concorre de forma determinante o peso de necessidades conjunturais, como a falta de instrumentos de trabalho e de artigos de consumo ligados às suas necessidades básicas, mais do que motivos ideológicos. Nesta categoria encontram-se os grupos de jovens e de solteiros. Os vínculos de parentesco e vizinhança constituem também regra geral na caracterização destes grupos. Dentre os fatores que colaboraram para algumas dessas experiências fracassassem, aparecem a separação de seus membros em função de reassentamentos, a incompatibilidade de valores, o uso do grupo para obter vantagens creditícias, etc.

Como veremos a seguir, a experiência de CA em

assentamentos conserva sua especificidade em relação aos acampamentos.

- o caso do Assentamento "Parolim"

A totalidade do grupo investigado participou do assentamento "Parolim", sediado em Itaiópolis, durante aproximadamente dois anos (1986/1988), antes de se deslocar para "Tracutinga"¹⁸.

A área do assentamento "Parolim" pode ser considerada inadequada para a agricultura. Dispõe, além disso, de um acesso extremamente precário¹⁹. Os problemas de subsistência imediata eclodiram desde o início. Os poucos víveres disponíveis teriam se deteriorado com a umidade do local, e o plantio só pôde ter início após a limpeza da área.

Ao que tudo indica, os assentados foram mal recebidos pelos colonos do local : *"Eles não davam valor de nós. Eles enxergavam nós, se escondiam (...). Daí nós ia prá comprá, muitas vezes eles não vendiam"*(D). O que não impediu que muitos tivessem obtido assalariamento nas imediações.

Os assentados receberam o "fomento agrícola", possibilitando assim a compra conjunta de máquinas. Alguns dos instrumentos adquiridos para o contexto do local (como moto-serras), tornaram-se sem utilidade em

"Tracutinga", área dotada de diferentes condições econômicas e ecológicas.

O INCRA/SC liberou a exploração de madeira no local, como um recurso adicional para garantia de subsistência. Os excessos no desflorestamento, cometidos por alguns assentados, foram penalizados pelo INCRA com o corte do cadastro, o que implicou na restrição da oportunidade de migração para "Tracutinga".

Vale notar que os conflitos em torno da gestão de recursos florestais foram considerados pelo INCRA/SC como um dos problemas cruciais do processo de reforma agrária em SC (veja INCRA, 1990).

Para aqueles que tendem a identificar os sem-terra com a exploração predatória de recursos naturais, uma consideração criteriosa da "questão da madeira" deve reconhecer que esta transcende em muito os limites de suas comunidades. Por outro lado, os sem-terra conservam tradições, valores, comportamentos e trajetórias muito heterogêneos. Como em qualquer outro grupo social, aqueles que procuram extrair vantagens em detrimento dos interesses coletivos contrastam com aqueles que se pautam pelo respeito aos interesses coletivos. Nesse sentido, cabe lembrar que parece um dado seguro a frequente colaboração dos sem-terra com iniciativas tendentes a restringir as práticas de exploração ilegal de madeira 20.

- a formação dos três grupos básicos

Três grupos heterogêneos, formados em "Parolim", ou mesmo anteriormente, acabaram por se constituir num "grande grupo coletivo" em Tracutinga :

1. O denominado grupo 1, foi estruturado em Abelardo Luz e Faxinal dos Guedes, dispondo de um embrião originário na Pastoral da Juventude de sua comunidade de origem. Inicialmente o grupo contava com nove cadastrados, todos jovens ou solteiros. Dividiam, desde o primeiro acampamento, todas as tarefas domésticas, além dos frutos do processo produtivo.

Em Faxinal dos Guedes o grupo amplia-se e passa a acomodar seis casais e sete solteiros. Ainda em Parolim, organizam coletivamente a compra de máquinas, as safras, a criação de suínos e a confecção de produtos tais como queijo, banha e sabão. O trabalho é regulado espontaneamente, sem coações de horário.

2. Outro grupo (grupo 2) surge logo após a ocupação em Abelardo Luz. Todos os sete componentes são oriundos da mesma comunidade. O grupo incorpora mais elementos, e sofre algumas evasões, mas seu corpo original permanece. Em Parolim, o uso da CA era restrito ao mutirão em glebas individualizadas. As representações dominantes da CA incluíam a associação de máquinas, a segurança em relação à captação de recursos, maior capacidade de

barganha econômica e política, e a possibilidade de liberação.

3. O terceiro grupo (grupo 3) incluía inicialmente treze cadastrados (em Parolim), reduzidos a três em função da migração de algumas famílias para outros assentamentos, e dos conflitos baseados nas diferentes necessidades de consumo e disponibilidades de mão-de-obra das unidades familiares.

O grupo chegou a organizar coletivamente a limpeza da área, a roça, a construção de casas, a compra associada de máquinas e de sementes, a aquisição de lenha e a distribuição da colheita. Evitaram regulamentar as jornadas de trabalho segundo horários fixos, e na distribuição da produção considerou-se principalmente o tamanho das famílias, alcançando-se certa paridade. Ressalte-se ainda que os participantes deste grupo, ao contrário dos demais, eram oriundos de regiões diferentes, sem vínculos de parentesco ou amizade.

Estes três grupos representavam o segmento mais predisposto à CA em Parolim. Objetivando migrar daquele assentamento, devido à sua inaptidão agrícola, iniciaram negociações com o INCRA tão logo foram informados da compra da fazenda Tracutinga. Neste sentido, reivindicaram o privilégio do reassentamento, com base na prioridade concedida pelo INCRA para a formação de grupos coletivos,

tendo obtido o número de vagas necessário para a inclusão de seus grupos²³.

- A opção por um só grupo

A transferência para "Tracutinga" foi iniciada por dezessete membros (a maioria lideranças), que representavam os três grupos, na data de vinte e três de junho de 1988²².

Através de correspondências com os demais membros ainda em "Parolin", assinalaram as dificuldades envolvidas na busca de divisão justa da área entre os três grupos. O obstáculo principal residia na distribuição irregular dos recursos naturais disponíveis, como pinheiros, açudes e erva-mate, além das melhores áreas agriculturáveis :

"Que a divisão da terra aqui, era bem dizer impossível, em grupinhos pequenos. Quem pegava, por exemplo, aqui no plaino, (...) ia pegar pinheiro, erva, e tudo no lote. Quem pegasse na ladeira, ia pegar ladeira apenas, (...) "(V); "Todo mundo em conjunto, então todos teriam o mesmo direito"(Q).

O ganho progressivo de confiança, aliado à possibilidade de uma diferenciação econômica mais nítida entre os grupos²³, favoreceu a consolidação de um coletivo integrado.

Com a chegada dos demais membros, em meados de agosto

de 1988, começa a ganhar nitidez uma proposta de organização interna :

"Depois que eles chegaram aqui, a gente passou discutindo uns vinte dias mais ou menos, pra juntá as propostas que existiam, e aí foi feita uma assembléia, e começamo a trabalhar tudo em conjunto..."(Q).

Chegaram ao assentamento praticamente desprovidos de recursos : apenas fogões desgastados, alguns "trocados" e instrumentos de trabalho, além de algumas juntas de boi. A lavoura e a construção das casas²⁴ foram as primeiras tarefas a serem realizadas.

4.4 Recursos e infra-estrutura

a) Recursos naturais

Como já foi ressaltado, a fazenda desapropriada era constituída por pastagens com poteiros, ervais, açudes abandonados, matas, e pinheirais. Os recursos da área, usada anteriormente para pastagens, se encontram sub-utilizados (FAPEU, 1989).

A topografia ondulada predominante não restringe a mecanização agrícola. A maior parte dos solos apresenta alto potencial produtivo em termos de aptidão agrícola (56,8%), embora com alta necessidade de calagem. Entretanto 37,2% do imóvel comporta a recomendação de

manejo para a preservação permanente (IBID).

As áreas de declive acentuado ("ladeiras") passíveis de exploração são estimadas pelos assentados em aproximadamente oitenta hectares, podendo ser aproveitadas para fins de reflorestamento e, em alguns trechos, face à fertilidade do solo, para a lavoura : *"A gente tá fazendo roça lá, e produz sem colocar calcáreo e sem colocar adubo"*(Q).

Segundo o relatório edafohidroclimático da área, o potencial de recursos hídricos merece destaque. Ali se localizam as nascentes do Rio Tracutinga e dos arroios Passo Liso e Lageado Conceição. Há possibilidade da construção de açudes e do uso de irrigação. A formação vegetal é descaracterizada pelo uso anterior da terra, restringindo-se a matas em galeria (IBID).

b) Infra-estrutura

O assentamento dispõe de dois acessos para a BR (com serviço de ônibus), além de algumas estradas vicinais. Os acessos são de terra, e seu uso torna-se bastante precário em épocas de chuva. A manutenção das mesmas é feita pela prefeitura.

Por outro lado há necessidade de abertura de novas vias para assegurar o escoamento da produção e para uma alocação mais adequada dos cultivos : *"E tem outro lugar*

que seria mais favorável de trabalhar, que renderia mais, (...), mas não é possível fazê porque a estrada não chega até lá"(Q).

A sede da antiga fazenda está conectada à rede elétrica, mas as instalações foram desativadas no início do processo de assentamento²⁵.

Os próprios membros do grupo 2 construíram mais de vinte casas de madeira²⁶, além de um galpão, um chiqueiro e um aviário. As casas estão repartidas em três núcleos, e não distam muito entre si. A escola, edificada recentemente como parte do projeto de assentamento, é mantida sob jurisdição estadual (via convênio entre Secretaria da Educação e INCRA). Os assentados dispõem também de um campo de futebol²⁷.

As principais reinvidicações em termos de infraestrutura contemplam a extensão da rede de energia elétrica, o melhoramento das estradas, e a implementação do "projeto de assentamento imediato"(PAI), que prevê a construção de uma agrovila com casas de alvenaria (veja cap. 5, item 3). As demandas enquadram-se nas disposições previstas pelo INCRA, no contexto do plano regional de reforma agrária (PRRA).

c) Meios de produção

Os meios de produção classificados como propriedade

coletiva, adquiridos em sua totalidade através dos recursos do PROCERA²⁸, incluíam em agosto de 1990 : trator Valmet 68, arado, carretão, grade, pé-de-pato, plantadeira, duas carroças, duas moto-serras, uma trilhadeira, quatro juntas de boi, um batedor, um motor Agrale M-93, e mais uma forrageira, além dos instrumentos de trabalho mais tradicionais.

O trator disponível, de pequeno porte, não supre as necessidades atualmente sentidas, sendo a aquisição de uma nova unidade uma prioridade para o grupo, que procura recorrer às dotações do programa "FINAME" ²⁹.

4.5 Organograma.

As instâncias de organização sócio-econômica e política do grupo estão assim configuradas :

a) assembléia : constitui o órgão supremo de decisão do grupo, seguida pela diretoria da cooperativa e pela coordenação. Inclue todos os membros do grupo; reúne-se semanalmente, e pode ser convocada extraordinariamente³⁰.

b) coordenação : composta por nove membros, responde pela organização político-ideológica do grupo : controla o cumprimento dos direitos e deveres previstos em regimento, os encargos (viagens, etc), bem como as ações políticas e formativas. Preenche também uma função educativa.

Inicialmente foi estruturada através da participação de representantes de cada comissão de trabalho, com a função suplementar de organizar a produção, tarefa esta delegada posteriormente à comissão de planejamento e à diretoria da cooperativa. A coordenação tem caráter permanente (não é eletiva).

c) diretoria da cooperativa : foi eleita por ocasião da fundação da Cooperativa de Produção Agropecuária "União do Oeste", em 1 de outubro de 1990. Responde pela organização e planejamento da economia do grupo. Os estatutos da cooperativa prevêem eleições para o provimento dos cargos a cada três anos. É composta por cinco membros, e conta com o auxílio de seis conselheiros fiscais.

d) equipes de trabalho : para facilitar a alocação da mão-de-obra os assentados criaram inicialmente várias comissões de trabalho, responsáveis por setores específicos : comissão da roça (cultivos periódicos tais como feijão, milho, trigo, arroz), comissão de culturas permanentes e apicultura (produção de erva-mate, reflorestamento, criação de abelhas e miudezas), comissão de suínos (inclue a produção e distribuição de sabão, banha, salame e carne suína), comissão do gado, comissão de açudes e comissão da horta.

No início de 1991, esta estratégia de organização foi

substituída por três "equipes de trabalho". Duas destas seriam responsáveis pelos serviços de lavoura, uma delas coordenando a atividade pecuária. A terceira equipe assume o restante dos serviços. Cada equipe elege seu coordenador e vice-coordenador, o primeiro participando automaticamente da diretoria.

e) Comissões organizativas : o sistema contempla ainda as "comissões de gestão", incidindo nos setores de finanças, educação, saúde, divulgação e propaganda, e esporte e lazer³¹. Uma comissão suplementar de planejamento foi extinta com a posse da diretoria da CPA.

A comissão de finanças dispunha de seis componentes, encarregados da supervisão da contabilidade ligada aos investimentos e à organização geral do grupo. Com algumas evasões, e com a delegação de um dos seus membros para coordenar uma equipe de trabalho, seu número restringe-se atualmente a dois³². A comissão de divulgação e propaganda conta com dois membros. Sua função é divulgar as propostas do Movimento, a situação dos assentamentos nos diferentes Estados, e as lutas dos TRST. Apoia também campanhas de entidades articuladas ao MST. A comissão de esportes e lazer (organiza jogos de futebol, de vôlei, de bocha, de baralho, etc) está composta por quatro membros. O trabalho desenvolvido pelas comissões de saúde e educação será tratado posteriormente (veja cap. 6, item 6).

f) Núcleos : o grupo está dividido em três núcleos³³, que funcionariam como instâncias mais descentralizadas de discussão em contraste com as assembléias. Dispõem de uma agregação geográfica parcial. Os três núcleos correspondem aos três pequenos grupos de CA do assentamento "Parolim".

NOTAS - CAPITULO 4

1. A seleção de beneficiários seria precedida por análise de formulários de cadastro dos candidatos, e a definição da listagem seria auxiliada pelo MST e pelas comissões agrárias municipais (INCRA, 1990).
2. Alguns teriam perdido suas terras em função da incapacidade de pagamento dos financiamentos contraidos, motivada pela "peste suína", que percebem como uma falcatrua das agroindústrias contra os pequeno-produtores.
3. Na sua maioria, o uso dos créditos era restrito a determinado período de tempo, ou a alguma cultura específica. Alguns negociavam diretamente com comerciantes que vendiam a prazo.
4. Alguns plantavam grãos, principalmente o milho, para transformar em carne, objetivando sua comercialização.
5. O mesmo processo de expulsão dos arrendatários, após a transformação das áreas naturais em áreas de cultivos, aparece em outro estudo sobre assentados em SC (BATTISTELLI ET ALL., 1988 : 16).
6. Ignacy Sachs também se refere à este ciclo : "qual a surpresa, então, se este mesmo camponês, na luta por sua sobrevivência imediata, se tornar ao mesmo tempo carrasco e vítima, se assassinar a natureza, (...), assim se condenando a ver, ao fim e ao cabo, seus rendimentos declinarem ainda mais ?"(SACHS, 1986a : 109).
7. A consideração da atividade agrícola melhor do que o trabalho urbano, em função da maior autonomia de trabalho, também é referida em estudo sobre assentamentos de S.P. (D'INCAO, s.d. : 26).
8. As ocupações representam uma das formas de disputa pela legitimidade da terra, em contraposição à grilagem, violência e intimidação dos grupos sociais dominantes (ZIMMERMANN, 1989 : 42-43).
9. Somente um membro do grupo participava de um outro movimento social, o Movimento das Mulheres Agricultoras. Veja a Dissertação de Mestrado a respeito da atuação deste movimento em SC, de Jacir Casagrande, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.
10. Existem registros de onze locais de ocupação realizadas em maio de 1985, sendo que a maior destas ocorreu em Abelardo Luz.
11. Outros membros do grupo tiveram trajetória diversa. Quatro destes acamparam em São Miguel do Oeste, em 1985, e foram transferidos mais tarde para Itaiópolis. Seis novos integrantes foram incorporados ao grupo no final de 1990, em função de algumas desistências. Destes, três vieram do assentamento "Rio dos Patos" em Lébon

Régis e dois do acampamento de Palma Sola. Os cinco foram transferidos de terras inicialmente ocupadas em Campo Erê. Finalmente, um novo membro do grupo, tendo acampado em São Miguel do Oeste, foi transferido para um assentamento em São José do Cedro, e posteriormente para o assentamento "Sanga Azul", de Anchieta.

12. O grupo investigado constitui um caso particular em relação ao processo de debates nos acampamentos. Seu assentamento definitivo foi um dos mais morosos, permitindo mais de dois anos de discussão sobre alternativas e impasses da cooperação. Nesse meio tempo, desenvolveram-se as experiências de ACAs e pequenos grupos, e as propostas de CA do MST evoluíam.

13. Este foi o caso do assentamento "Parolin" : em função de fatores diversos, grande parte da população ali assentada foi transferida para outros assentamentos, como é o caso do grupo enfocado por nosso estudo de caso.

14. A respeito dos detalhes do processo de acampamentos em SC veja LISBOA, 1988.

15. O plantio era por vezes impossibilitado em função do caráter provisório das áreas de acampamento, ou pela incerteza quanto à datas, no processo de transferência.

16. Das seicentas famílias que haviam em São Miguel do Oeste em 1985, saíram trezentas. Situação similar aconteceu em Palma Sola, em 1988. Além disto, fatos como a deliberação do INCRA de não mais cadastrar solteiros parecem também ter contribuído para as evasões.

17. A "boa conduta" seria um dos critérios estipulados pelo INCRA para a concessão de títulos aos beneficiários.

18. Tomaram conhecimento da transferência somente após um ano de estadia no local.

19. Dista mais de noventa quilômetros da sede do município.

20. Os próprios assentados da fazenda Parolin, sabendo da regularidade destes roubos no local, teriam apreendido tres caminhões com carregamento ilegal de madeira, e denunciado publicamente o ato.

21. Inicialmente 70% da área era destinada para sem-terras do município.

22. Seu objetivo era cuidar da área e iniciar o planejamento de sua distribuição equitativa entre os grupos. A área foi alvo de disputa entre sem-terras, e coube ao INCRA regularizar a situação. Houve uma tentativa frustrada de ocupar a área pelo grupo, em dezembro de 1987, mas a área estava protegida por policiamento.

23. A diferenciação econômica poderia levar a que os grupos que se sobressaíssem não desejassem posteriormente se juntar aos demais.

24. As casas teriam sido feitas rapidamente em função da urgência do plantio, e estavam paulatinamente sendo refeitas e reparadas.

25. O INCRA alega não dispor dos recursos para implementar a rede de energia. Na medida em que o custeio de um projeto excede a capacidade de pagamento do grupo, estuda-se a possibilidade de ingresso no programa de troca-troca da Celesc (intercâmbio de suprimento energético e milho).

26. Um exemplo de uso judicioso de matéria-prima para a satisfação de necessidades básicas, pode ser encontrado na requisição encaminhada ao INCRA, por parte dos assentados (ainda em Itaiópolis), da madeira derrubada na construção da via de acesso local, que estaria abandonada. Esta madeira teria sido levada pelos membros do grupo, para o assentamento "Tracutinga", e usada na construção de habitações e do galpão para as máquinas.
27. O antigo campo de futebol foi recentemente substituído por um novo, com ajuda da prefeitura, conforme reivindicação do grupo.
28. Com excessão de um batedor financiado através de Convênio com a Secretaria da Agricultura, e de uma carroça comprada de um membro do grupo.
29. Gerenciado pelo Banco do Brasil e por Bancos estaduais, visa financiar a compra de máquinas e equipamentos agrícolas.
30. A dinâmica de uma assembléia ordinária que nos serviu de exemplo seguiu a seguinte ordem : discussão da pauta; apresentação de visitas (se houver); informes de quem foi viajar (quem saiu e o que fez); encaminhamentos das comissões; informes da coordenação; questões gerais.
31. Algumas destas comissões possuem correspondentes à nível estadual, para uma articulação de esforços entre os assentamentos.
32. O fato de não terem sido convocadas eleições para o preenchimento destes cargos indica que os estatutos não precisam ser modificados para que o grupo tome algumas decisões espontaneamente.
33. A organização dos assentamentos em núcleos é uma proposta do MST para a descentralização de informações e organização de estudos e troca de idéias.

CAP. 5 - ECONOMIA E ECOLOGIA DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

A caracterização do grupo como uma cooperativa de produção coloca ênfase nas relações sócio-econômicas : trata-se de uma forma de organização onde terra e trabalho são coletivizados. Na realidade, a cooperação permeia todos os aspectos do grupo, desde a organização das decisões, até os estilos de vida e a organização da educação e da saúde. Desta perspectiva mais ampla, neste trabalho optou-se pela identificação do grupo como uma "comunidade cooperativa" na acepção difundida por Herik Infield (1971). Isto nos coloca diante do desafio de, face à multiplicidade de elementos em jogo, selecionar aqueles aspectos de maior densidade analítica em cada uma das diversas áreas específicas que compõem o sistema em questão. A CA não deve ser compreendida, portanto, como uma somatória de campos analíticos específicos, nem tampouco, com a colocação do problema sob diferentes especificações disciplinares. Outrossim, a intenção é percebê-la como um "efeito de conjunto", que transcende e permeia as esferas da vida econômica, do meio ambiente, do sistema político-ideológico e dos estilos de vida.

Neste capítulo, trataremos do binômio economia e ecologia. Este binômio nos permitirá identificar condições

específicas e interdependências que emergem através desta forma de CA. Tentaremos apontar, além disto, que certos aspectos da experiência acumulada neste assentamento podem ser generalizadas no esforço de se compreender o significado e o alcance de experiências similares em outras regiões do Estado e do país.

5.1 A organização do espaço

Segundo o parecer dos assentados, dos setecentos hectares disponíveis na área de assentamento do grupo, quinhentos e cinquenta apresentam-se como aproveitáveis para atividades econômicas, e cento e cinquenta hectares estão relativamente cobertos por matas.

Cabe destacar aqui a especificidade da organização do espaço em moldes coletivos. O espaço planejado coletivamente é, não só diverso daquele planejado a partir da demarcação privada da terra, como oferece certas vantagens e impõe certos limites¹. Permite, por um lado, a organização das atividades produtivas segundo as aptidões econômicas específicas de cada sub-área, o que possibilita um ganho de produtividade, e em decorrência, de rentabilidade. A discriminação destas aptidões contou com o instrumento decisivo de estudos edafohidroclimáticos sobre a área².

Além disso, permite um melhor aproveitamento da infra-estrutura existente e a construir. No primeiro caso, parece possível eventualmente aproveitá-la de forma direta, sem necessidade de realocação ou subdivisão de recursos segundo os beneficiários (como é o caso dos poteiros que haviam na fazenda³).

No segundo caso, a proximidade das moradias e construções coletivas dos locais de trabalho e estudo, facilita o suprimento de recursos como água, lenha, hortaliças, e energia elétrica, e reduz o tempo dispendido com deslocamentos. Além disto, a agregação das moradias, como o próprio MST já lembrou⁴, facilita as reuniões, a integração e a organização do grupo.

Esta forma de organização apresentaria por outro lado, alguns inconvenientes. O mais expressivo seria a tendência a sufocar a "autonomia camponesa", que implica na garantia de um maior espaço de opções familiares. Contudo, soluções complementares entre a autonomia camponesa e a organização coletiva do espaço parecem possíveis⁵.

Finalmente, o espaço concebido de forma abrangente tende a oferecer vantagens ecológicas. A área de preservação pode ser concentrada, ao contrário da forma parcelar de propriedade, o que pode facilitar a sobrevivência de certas espécies da fauna de maior porte.

Também a proteção de nascentes e o reflorestamento podem ser assegurados, pois a configuração natural da topografia e da hidrografia não é remodelável segundo a demarcação cultural de limites entre propriedades.

Desta perspectiva, o grupo nos surpreendeu por levar em conta estes aspectos. Mais do que isto, diante de uma distribuição desigual de recursos naturais na área - tais como a presença de ervais e pinheirais, e a favorabilidade topográfica à agricultura -, a jurisdição coletiva garantiu, de modo único e inequívoco, um direito equitativo sobre seu uso.

Enfim, o "efeito conjunto" da organização do espaço desta comunidade cooperativa é representado pela integração das atividades econômicas com a implementação da infra-estrutura e as considerações ecológicas. A partir desta visão sistêmica é possível considerar as possibilidades e limites desta forma de organização.

5.2. A organização da produção

5.2.1 As instâncias de produção

O grupo mantém atualmente três instâncias de produção. Duas são de caráter coletivo : o núcleo e o grupo. Estas combinam-se, por sua vez, com a esfera da produção familiar.

a) o grupo :

O grupo, representado pelos trinta e cinco cadastrados e suas famílias, constitui a principal instância de produção.

Ao grupo pertencem as terras e os meios de produção, além do controle da maior parte do processo produtivo. Aos núcleos e famílias restam somente alguns animais, as hortas caseiras e alguns serviços.

Há consenso do grupo sobre a economia de tempo e de trabalho que a produção coletiva oferece, num contexto de criação de infra-estrutura material para a dinamização sócio-econômica.

b) os núcleos :

Os núcleos não são apenas instâncias de descentralização dos debates do grupo, mas possuem algumas propriedades e encargos próprios. Refletindo as diferentes características dos pequenos grupos de CA que os precederam, são bastante diferenciados.

O que convencionamos chamar núcleo 1 assume o maior número de atribuições coletivas. Parte destas permanecem desde sua experiência de CA no assentamento "Parolim". Atualmente podem ser listadas as tarefas seguintes : a confecção do queijo; a ordenha, o cuidado e a alimentação das vacas; a lavagem semanal dos tanques, do depósito de

água e do banheiro e a aquisição de água para lavação de roupa e banhos. A maioria destas tarefas está a cargo das mulheres, e todas são rotativas. Além disto, dispõe de chiqueiro e de suínos, e há cabeças de gado cedidas ao núcleo, cujos derivados são repartidos com aqueles que não as possuem.

Já a caracterização econômica dos núcleos 2 e 3 é restrita à fabricação do queijo, e a propriedade de algum animal, organizadas em pequenos agrupamentos de famílias (em número de duas ou três). Para este tipo de interação, parecem ter importância tanto a proximidade das moradias quanto os laços de amizade. As relações interfamiliares são caracterizadas por sua informalidade, dissolvendo-se e recompondo-se com frequência.

Na fase inicial do núcleo 3, quando nem todos dispunham de vacas leiteiras, a ordenha e distribuição eram realizadas coletivamente. A medida em que as famílias adquirem seus animais, seja por compra ou por empréstimo do grupo, a ordenha passa a ser feita individualmente⁶.

A primeira vista, as tarefas coletivas parecem se fundar mais no pragmatismo do que em preceitos ideológicos. Mas o argumento não explica as diferenças entre os núcleos. Não seria mais prático para alguns, desempenhar as tarefas com maior autonomia camponesa, como no núcleo 3, e para outros distribuir o máximo de tarefas,

como no núcleo 1, economizando tempo de trabalho ? As diferenças entre os núcleos parecem ser explicadas em função de certas especificidades. Desta forma, apenas o núcleo 1 teria uma organização econômica própria, em função de que seria o único grupo já anteriormente organizado sob bases coletivas, e que pôde permanecer com a maior parte de seus componentes⁷.

Outra questão a ser levantada diz respeito à relação entre os espaços de solidariedade e de autonomia camponesa. O exemplo da dinâmica da ordenha e distribuição do leite no núcleo 3, demonstra, de certa forma, que num contexto de carência quase absoluta, fundou-se uma relação de solidariedade entre os membros do núcleo. Mas em seguida, quando a carência deixa de ser drástica, novos critérios determinaram um retorno à forma de exploração convencional.

Dentre estes critérios, parece destacar-se a praticidade e a autonomia camponesa⁸. Sob este ponto de vista, haveria uma tendência a que os fortes laços de solidariedade que nascem em situações extremas, dêem lugar, em situações de "normalidade", à um maior grau de autonomia camponesa. Contudo, a busca de formas de solidariedade não está restrita, como é o caso do grupo em foco, ao enfrentamento de situações de grande precariedade⁹.

c) Produção doméstica

A maioria das famílias possuía animais - bovinos, suínos e aves - em regime de propriedade privada. Além de garantir o sustento cotidiano, permitiriam a geração de uma espécie de poupança em momentos de crise. Num contexto de escassez, a auto-produção doméstica de animais parece ser uma fonte indispensável de múltiplos produtos¹⁰. Por outro lado, caberia a cada família vender ou consumir segundo suas necessidades.

O sustento estaria assegurado não só pela produção doméstica de derivados animais, mas pelo retorno da venda dos excedentes de produtos como o queijo e os ovos. Apesar do baixo preço e das dificuldades implicadas, devido à abundância da oferta destes produtos na região, os mesmos são vendidos periodicamente em Dionísio Cerqueira. O retorno é usado preferencialmente para diversificar as opções alimentares, proporcionando alternativas alimentícias a serem compradas no mercado : "*A gente não vende pra ganhá dinheiro, a gente vende pra comprá outras comida, (...)*"(N2).

Vale notar que, apesar da horta coletiva produzir em excesso, as famílias costumam preservar suas hortas particulares. Ao que parece, permanece a necessidade de um espaço individual para a afirmação de singularidades.

De forma geral, a dinâmica econômica do grupo aponta

para a substituição progressiva das atividades familiares e nucleares para a jurisdição do grupo, processo visto positivamente como uma forma de economia do trabalho usualmente dispendido.

5.2.2 Os setores de produção

Das diversas atividades mantidas pelo grupo, a lavoura ocupa lugar de destaque, seguida pela suinocultura, bovinocultura para corte e leite, apicultura e avicultura. Num horizonte de médio/longo prazo, a exploração de erva-mate desponta como uma alternativa economicamente promissora.

A seguir, serão focalizadas algumas das características básicas destes diversos setores produtivos, além dos principais resultados já obtidos e problemas a serem enfrentados no futuro.

a) A lavoura :

As atividades de lavoura incluem as culturas temporárias de maior expressão para a preservação da dieta básica do grupo, a exemplo do milho, feijão, trigo e arroz.

Desde a implantação do grupo em 1988, foram obtidas três safras. No primeiro ano agrícola (88/89) foram cultivados de quarenta a cinquenta hectares, apesar das

condições desfavoráveis do terreno e da precariedade da infra-estrutura. Uma síntese dos índices de produção alcançados acusa a colheita de 1268 sacos de milho, 161 sacos de feijão e 59 sacos de arroz.

No segundo ano (89/90), com recursos creditícios do PROCERA, além da aquisição de um trator, a comunidade teria se aproximado dos cem hectares plantados, com um aumento correspondente da produção : 1400 sacos de milho, 183 sacos de arroz, 502 sacas de feijão e 239 sacos de trigo.

No terceiro ano (90/91), alcançam um percentual que oscila entre 130 e 150 hectares mecanizados¹¹, além de 20 hectares de área de declive acentuado. A safra atinge 2800 sacas de milho, 200 sacas de feijão e 70 sacos de arroz¹².

O planejamento para a próxima safra prevê uma área total de 156 hectares. Prevê-se a produção de 5.150 sacos de milho, 400 toneladas de mandioca, 400 sacos de arroz, e 180 sacos de feijão.

A análise dos dados permite-nos inferir um destaque crescente aos cultivos do milho e da mandioca destinados à transformação em carne, em detrimento do feijão.

O grupo admite a persistência de um baixo rendimento nas atividades produtivas. Justificam a defasagem principalmente pelas características do solo, compactado e

ácido. Por motivos financeiros, as medidas de correção continuam incipientes. E a adubação verde, apesar de intensa, não teria apresentado ainda o retorno econômico esperado.

Além disto, o rendimento global deve ser avaliado considerando-se as diversas quebras de safra ocorridas no período. Dentre essas cumpre ressaltar as duas primeiras safras de feijão, prejudicadas pelo excesso de chuvas¹³.

A seca teria também deixado suas marcas, sobretudo na safra 90/91 : de uma colheita estimada em sete mil sacas de milho, alcançou-se efetivamente apenas duas mil. Em 1990, com a geada e a chuva, perdeu-se a metade da produção de trigo.

Além disto, problemas como a conservação do solo e a necessidade de uma maior capacitação no setor afetaram o perfil de produção. Tais problemas estão vinculados à carência de recursos e à falta de equipamento mecanizado. Um trator de maior porte viria permitir a calagem adequada do solo, melhorando o sistema de escoamento e o aumento da área produtiva.

Finalmente cabe uma referência ao desconhecimento dos ciclos climáticos da região. Em função da experiência adquirida, uma nova sazonalidade foi implementada a partir do ano agrícola de 1991. O grosso da produção passaria a

ser plantado em períodos mais favoráveis : 60% do total em agosto e setembro (o chamado "cedo"), e 40% em novembro e dezembro (o "tarde").

b) animais

Em agosto de 1991, o grupo dispunha coletivamente de cem cabeças de gado, além de quarenta e nove ao nível propriedade familiar.

O plantel de suínos elevou-se de 50 em 1990 a aproximadamente 109 em 1991, correspondendo também a um sistema combinado de posse individual e coletiva. O grupo efetivou uma integração suinícola em julho de 1991, através da cooperativa Aurora (representante da CooperSãoMiguel). Esta forneceria os insumos, além de comercializar a produção. A integração permitiria auferir melhores preços nas vendas, comparada aos atravessadores da região, possibilitando ainda financiamentos para dinamizar a suinocultura.

Para a otimização da produção de carne bovina e suína, e de leite, os assentados consideram necessário o aumento e qualificação da estrutura produtiva, o melhoramento genético e a capacitação profissional.

A produção avícola, inicialmente restrita às unidades familiares, estaria também em fase de integração, através da própria CooperSãoMiguel. Além de fortalecer os meios

de subsistência já disponíveis, a venda dos excedentes deverá garantir a auto-sustentação do empreendimento¹⁴.

c) Acudes

Dos treze açudes existentes no assentamento, apenas um, localizado na área do grupo 2, estaria apresentando um rendimento otimizado. A piscicultura ali desenvolvida visa o auto-consumo. Espera-se que a consolidação da atividade cooperativa possa tornar a produção piscícola economicamente mais rentável, através da sua comercialização em outras regiões¹⁵.

d) Apicultura

A produção de mel atingiu, respectivamente, 332 kgs em 1989 e 320 kgs em 1990. Neste último, ano a produção de própolis alcançou 1500 kilos. O potencial apícola local apresenta-se entretanto sub-utilizado. Os derivados de mel são utilizados pelo grupo para fins medicinais. O grupo prevê o incremento da produção de própolis, propolina, pólen e geléia real através da injeção de recursos para a aquisição de equipamentos, e do suprimento de energia elétrica.

e) culturas-permanentes

Este setor compreende a exploração de erva-mate, a

silvicultura e a fruticultura, num contexto ecológico favorável à sua dinamização.

O estoque atual de erva-mate está estimado em cerca de doze mil pés em fase de produção (FAPEU, 1989). As previsões para os próximos três anos acenam para o patamar de cem mil pés. A falta de experiência no cultivo viria sendo superada através de cursos ministrados pela ACARESC em Chapecó, além de experimentações no local¹⁶.

Um diagnóstico sumário das práticas de silvicultura permite identificar a existência de cerca de duas mil mudas de pinheiros, duas mil mudas de bracatinga, seis mil mudas de eucalipto, oitocentos pés de imbuia e trezentos pés de acácia. Vem sendo cultivadas espécies como louro, cedro, uva-japão, cinamomo, gica, canjerana, guavuvira, anjico e grape, todas usadas principalmente para construção civil e fornecimento de energia. No domínio da fruticultura, cabe referência à disseminação de quinhentas mudas diversificadas, entre as quais laranja, tangerina, caqui, pêssego, lima, e uva.

O planejamento busca compatibilizar as necessidades imediatas, no caso de plantas de rápido crescimento como a bracatinga, aos resultados de longo prazo, a exemplo do fomento da "araucária angustifolia".

O dispositivo que impõe a manutenção de uma área de 20% de matas nas propriedades agrícolas é visto

positivamente¹⁷, e o IBDF é criticado pela inobservância generalizada desta regra entre os agricultores.

f) miudezas e horta :

As "miudezas"¹⁸ incluem produtos de subsistência a exemplo da batata-doce, batatinha, amendoim, cana-de-açúcar, alho, mandioca, pipoca, cebola, vassoura, melancia, e melão.

A partir de 1990 o grupo alcança auto-suficiência na produção hortícola. Na horta coletiva são cultivados principalmente alface, repolho, beterraba, cenoura, e tomate, sem uso de agrotóxicos e com valorização da adubação orgânica.

5.2.3 A ecologia da produção

Muitas das características dos sistemas de produção atualmente adotados pelo grupo correspondem ao critério da prudência ecológica, com uso de técnicas de conservação do solo e adubação, consorciação de espécies, e busca de complementariedades produtivas. Existe expressiva receptividade para o uso de técnicas produtivas ecologicamente prudentes.

As convergências de vários estudos sobre as relações entre ecologia e agricultura¹⁹, mostram que o princípio da complementariedade máxima de atividades produtivas parece

exercer um papel decisivo na construção de sistemas de produção econômica e ecologicamente sustentáveis. No caso do grupo analisado, isto vem se traduzindo:

- no uso da consorciação para cultivos como o milho, o feijão, a erva-mate²⁰ e a mandioca, com economia de mão-de-obra e de fertilizantes;

- no reflorestamento de espécies para usos múltiplos : energia, floradas para a apicultura, matéria-prima para construções e mobílias, alimentação e proteção de nascentes e encostas;

- no uso de esterco proveniente da suinocultura para a alimentação de peixes, e a adubação da horta e de parte da roça;

- na rotação de culturas;

- no uso de adubação verde ("coberturas de inverno"), tais como a "aveia, vica, azevém, gorga e chincho". Plantadas nas entressafras nas áreas de culturas anuais, atendem simultaneamente, e de forma auto-sustentada, as demandas de alimentação de animais, adubação e conservação do solo;

- e no cultivo da cana-de-açúcar em canais de irrigação, o que contribui para prevenir a erosão dos solos, e estimular um melhor aproveitamento dos nutrientes ali depositados.

Outras soluções baseadas na complementariedade de funções dependerão da injeção de recursos adicionais, como é o caso da difusão das práticas de adubação orgânica, através do aproveitamento dos resíduos do sistema de aviários e chiqueiros.

Os membros do grupo percebem via de regra o uso de produtos químicos agrícolas como danoso e contraproducente:

"Nem veneno pro inço a gente tá pensando em usar porque geralmente vai prejudicar todas as águas do assentamento, né. (...), mesmo pra criança, pras família que vive aqui dentro, o gado, qualquer bichinho que tiver vivendo aqui dentro, vai tomar daquela água vai morrer"(X).

Mas a postura quanto à sua utilização permanece ambígua : na ausência de alternativas e na eminência de perda da safra, declaram sua disposição de fazer uso destes produtos. Ao mesmo tempo, admitem sua abertura à perspectiva de tratamentos alternativos eficazes (como no caso do uso do "fumo de corda" no controle de pragas hortícolas).

Embora a receptividade para experimentos com uso de adubação orgânica seja significativa²¹, os fertilizantes químicos continuam a ser usados : "...o adubo orgânico não compra fiado e o adubo químico consegue comprá fiado. E no

caso nós compramos a prazo na cooperativa, pensando em pagar com a produção, (...)"(R).

Os assentados admitem que a adubação orgânica acoplada à adubação verde implicaria numa série de vantagens econômicas, a exemplo de menores custos de produção, pouca demanda de calcáreo, aumento da fertilidade natural dos solos, combate à erosão e controle do "inço"²².

Enretanto, há uma ambiguidade dentro do próprio MST no trato da questão ecológica. Por um lado, ele veicula conhecimentos e receptividade em relação à problemática do ambiente natural. Por outro lado, entre as características do perfil de empresa cooperativa que preconiza, em fase de implementação parcial pelo grupo, encontra-se a dimensão da escala ("quanto maior melhor"), a especialização do trabalho e da produção, e o uso de tecnologia intensiva em capital e energia²³.

Esta concepção contraria os resultados de investigações sobre as incompatibilidades entre padrões de produção baseados no uso intensivo de energia e na padronização tecnológica e aqueles baseados na prudência ecológica, bem como entre os modelos de organização social baseados em indicadores macroeconômicos quantitativos, e aqueles preocupados com a "escala humana"²⁴.

5.3 - Projetos e Planejamento :

a) Projetos

- planos mestres

Consoante os procedimentos adotados pelo INCRA, visando atender às necessidades de desenvolvimento dos assentamentos, foi elaborado o "Programa de Ação Imediata" - "PAI", do assentamento Tracutinga, apresentado em abril de 1990. Participaram de sua elaboração o INCRA/SC, o MST, a ACARESC e os próprios assentados²⁵. O "PAI" compreende programas nas mais diversas áreas a serem desenvolvidos num prazo de oito anos, visando a racionalizar a "infra-estrutura física, social e produtiva" do assentamento, garantindo maior capacidade de auto-sustentação.

A maior parte dos itens previstos no "PAI" não foram implementados em tempo hábil. A única exceção, no que diz respeito à estrutura física e social, teria sido a construção da escola. Ainda em 1989, o grupo elabora em conjunto com o MST um primeiro projeto quinquenal. De certa forma, o "PAI" reproduz, numa versão ampliada, os itens mais importantes deste projeto inicial.

- projetos específicos

Na tentativa de implementar determinados programas

estratégicos, o grupo recorre à elaboração de projetos específicos. De um total de doze projetos elaborados, quatro teriam sido aprovados : a) construção civil - para a cobertura das casas (com financiamento da Cáritas); b) educação - para aquisição de materiais didáticos diversos para o funcionamento da escola; c) desenvolvimento infantil - construção e manutenção de duas hortas coletivas pelas crianças, beneficiando os dois grupos do assentamento, e aquisição de roupas, calçados e alimentação (com financiamento da FUNABEM); d) agricultura - para compra de insumos agrícolas (com financiamento do Fundo Rotativo do MST²⁶).

O processo de elaboração dos projetos inclui uma discussão com a comissão responsável pelo setor, sua aprovação em assembléia geral, e a supervisão da Secretaria Estadual do MST.

Um dos projetos incorporados pelo "PAI" visa a construção de uma agrovila, incluindo a construção de redes de água e energia elétrica, refeitório comum e creche²⁷. Nesta, cada família poderia dispor de lote próprio (numa dimensão de vinte por quarenta metros quadrados), preservando-se um espaço de autonomia familiar : "(...), a gente pensou de fazê um lote pra cada um assim, por causa que a gente não vai impor pra cada um, na cabeça dele... Que tirá o que eu quero atrás da casa, que eu

guero ter meu pé de laranja, meu pé de vergamota"(X).

Decidiu-se interditar a criação de animais nos lotes, por motivos de higiene e economia de trabalho (a criação animal passa a ser função exclusiva do grupo).

Uma certa tensão entre a valorização da autonomia camponesa e as coações impostas pela coletivização emergiu com os debates em torno do projeto da agrovila. A contra-proposta que defendia lotes maiores, derrotada em assembléia, gerou descontentamentos e induziu evasões.

A opção por lotes menores foi justificada pela necessidade de se garantir maior espaço para a produção coletiva. Entretanto, alternativas como a construção de habitações contíguas não foram sequer cogitadas.

No caso do grupo 1, seguindo diretrizes menos coletivizantes, optou-se pela delimitação de lotes maiores - de quarenta por oitenta metros quadrados -, permitindo-se também a criação de animais neste espaço.

A existência de lotes como uma área de domínio familiar, e a forma de sua explicação pelos depoimentos, enfatizando a idéia de um espaço de liberdade individual, parece confirmar a valorização da autonomia camponesa, mesmo que esta satisfação seja reduzida à manutenção de lotes diminutos.

De forma geral, vale notar que diversos são os assentamentos envolvendo a gestão coletiva da terra e do

trabalho, que preservam os lotes particulares para moradia e para cultivos de subsistência de caráter secundário^{2º}. Por outro lado, também são diversos os assentamentos em que há resistência à implementação de agrovilas^{2º}.

Enfim, embora possa ser uma área de emergência de conflitos, diversas são as formas visualizadas de compatibilização entre a manutenção de lotes familiares e a cooperação na produção. Para LANNOY, os lotes familiares não deveriam ser menores do que meio hectare, para absorverem o excedente da mão-de-obra familiar (OP.CIT.). Já para ARAUJO (1977 : 25), onde os lotes forem ampliados acima do mesmo espaço referido, passariam a constituir um obstáculo ao desenvolvimento cooperativo (como teria ocorrido na Colômbia). Há casos, contudo, como na Hungria, em que a complementariedade flexível entre unidades familiares de produção e cooperativas parcialmente coletivizadas, têm gerado excelentes resultados (RAGUIN, 1991).

b) Planejamento

- evolução e atribuições :

No planejamento econômico do grupo devem ser distinguidos dois momentos. O primeiro compreende a fase inicial do assentamento, caracterizada pelo imediatismo e

a improvisação. No segundo momento, incorpora-se o horizonte de médio/longo prazos. Para tanto, uma contribuição decisiva é oferecida por engenheiros agrônomos vinculados ao MST³⁰.

O primeiro desafio posto ao planejamento consistiu na garantia de subsistência mínima e moradia para as famílias. Atualmente, a satisfação de outras necessidades, como a aquisição de artigos de vestuário, mobílias e viagens, constitui o desafio.

Na fase inicial, a organização do trabalho baseava-se em decisões imediatas : "..., *terminava uma coisa e tinha que pará tudo na roça pra decidir o que que nós ia fazer*"(A). Como as atividades foram centradas na dinamização da lavoura, criou-se a "comissão da roça", que passou a assumir a gestão do trabalho e da produção. Na ausência de planejamento criterioso, o espontaneísmo predominava : "*todo mundo mandava e ninguém obedecia*" - chegando a gerar um sentimento de desarticulação no grupo : "*(..), tu trabalhava tudo quanto é coisa, né. (..), não fazia uma certa, né. Fazia cinco minutos aqui, dez minutos lá, e tudo correndo, né*"(A).

Com a criação das demais comissões de trabalho, estas passaram a dispor de autonomia crescente na coordenação de suas atividades. A integração dos trabalhos é realizada semanalmente em assembléia. Esta forma de organização

acaba entretanto acarretando problemas com a alocação inadequada de mão-de-obra, além de conflitos entre as diversas comissões.

Face aos impasses, a integração passa a ser assumida pela comissão de planejamento. Esta surge em maio de 1989, com a missão de fixar as metas econômicas do grupo para cada ano agrícola, além de controlar sua implementação. Contou com a assessoria das comissões de trabalho mais destacadas. As diretrizes do planejamento passam a ser inspiradas nos planos mestres, prevendo-se avaliações semestrais do desempenho econômico da empresa coletiva.

A partir de janeiro de 1991, com a posse da diretoria da cooperativa, a comissão de planejamento bem como as comissões de trabalho foram extintas. As propostas de trabalho específicas ficaram a cargo de três equipes de trabalho, e sua integração passou a ser acionada pela diretoria.

- o aspecto de aprendizagem e as tensões do planejamento.

Muitas das dificuldades econômicas do grupo foram inicialmente explicadas em função de "falhas" no planejamento. Este passa assim a constituir um foco permanente de tensões internas, condicionando inclusive desistências ocasionais.

Os planejadores defrontaram-se sistematicamente com

problemas ligados ao dimensionamento da mão-de-obra, à geração de expectativas pouco realistas, à morosidade de algumas ações em função de uma restrita capacidade de antecipação, e à alocação de responsabilidades na gestão das máquinas³¹.

O esforço de planejamento foi afetado por fatores imprevistos relativos ao clima, às flutuações do mercado³² e à conjuntura política. No plano desta última, o corte repentino dos recursos do PROCERA, a partir da mudança de Governo em março de 1990, desgastou seriamente a busca de coerência no planejamento. Enfim, uma certa margem de imprevisibilidade parece constituir uma característica própria, e não uma aberração ocasional, à tarefa do planejamento agrícola :

"(..) dificilmente acontece como tu planeja. Muda. (..) Talvez questão de chuva ou recurso mesmo, né. Então às vezes o planejamento fura, né. Principalmente a lavoura, a época de plantiu, é um mês, dois mês, tres mês e passa a época já frustra a produção, né"(0).

A própria definição das áreas de cultivos não esteve isenta de conflitos, na medida em que se buscou alcançar um sistema complementar de lavoura e pastagens, conforme recomendavam os estudos edafohidroclimáticos da área, sem que se dispusesse da competência técnica necessária³³. Estes impasses acabaram por gerar dissenso entre as

comissões, que pretendiam utilizar as mesmas áreas para fins diversos³⁴.

O reconhecimento dos erros e deficiências de gestão empresarial não deve obscurecer a expressiva capacidade de aprendizagem demonstrada pelo grupo. Pois, por um lado, os agricultores desconheciam a dimensão do planejamento da produção, envolvendo as coações do mercado e as oscilações das políticas agrícolas, e estavam habituados à escala de atividade econômica mais restrita, sem se preocuparem com as exigências de capacitação técnica impostas pela modernização tecnológica :

"Porque a gente quando se era proprietário sozinho, nunca se fazia um orçamento, juro de banco. Se tinha condições de financiar ou não tinha, se conseguia pagar ou não conseguia. E hoje a gente faz tudo isso aí, né. Planeja e faz um estudo em cima pra vê se tem condição ou não tem. E isso aí pra nós aqui dentro foi um grande avanço. Que a maioria do agricultor perde a terra em cima desse esquema aí. Ele não se planeja e quando vê, ele não vence mais, né"(T); "Sempre o que se planejava hoje, se plantava. O que se planejava amanhã, se plantava amanhã. E aqui se passa um planejamento muito longo, pra depois se plantá, (...)"(X).

Deveríamos reconhecer, por outro lado, que o grupo começa a perceber mais nitidamente estes novos desafios,

com um papel decisivo exercido pelas exigências de seu empreendimento cooperativo, passando a valorizar um esforço conjunto no sentido de sua superação.

5.4 O trabalho :

- Regras e práticas gerais

Os assentados trabalham, via de regra, oito horas por dia exclusivamente para o grupo, de segunda-feira à sexta-feira. De acordo com as normas, as faltas são descontadas da renda, com exceção dos casos de doença, ou nos três dias/mês previstos para visitas ou viagens³⁵.

Em certos ramos de atividade, a exemplo da pecuária e suinocultura, às voltas com demandas irregulares, costuma-se ultrapassar estes limites.

Nas épocas de concentração máxima das atividades produtivas (ago/set, nov/dez, jan/fev, e maio/jun³⁶), a jornada de trabalho compreende mais de dez horas por dia, inclusive nos finais de semana : "(...), se vai às cinco horas da manhã e se volta só à noite"(C). Nas épocas de preparo da terra, os tratoristas trabalham ininterruptamente.

As épocas de maior ociosidade de mão-de-obra concentram-se na segunda metade de dezembro, em fevereiro e em março. Em meados de fevereiro intercala-se um período

de férias.

Os adolescentes com menos de doze anos de idade, quando não estão estudando, ajudam em certos afazeres como a busca de água, verdura e alimentos para a criação de animais domésticos, além da limpeza³⁷.

Os trabalhos domésticos, além das tarefas usuais de manutenção das habitações, incluem o corte da lenha para uso na preparação de alimentos, o transporte de água, o trato dos animais, e a ordenha. São realizados antes, ou após as obrigações coletivas, e variam de alguns minutos à três horas diárias, dependendo dos bens de cada família e da mão-de-obra disponível.

A contratação de trabalhadores adicionais ocorre apenas para assegurar a construção de galpões. Ao contrário do que frequentemente caracteriza a organização econômica de outros assentamentos, não se constata casos de assalariamento no grupo.

Destinadas essencialmente à subsistência familiar, a produção de miudezas encontra-se inicialmente a cargo das mulheres, constituindo-se praticamente numa forma de "extensão" da esfera doméstica - atributo habitualmente feminino - na roça. Posteriormente esta atividade passa a ser assumida pela comissão de culturas-permanentes.

As mulheres começaram a participar, a partir de agosto de 1989, nas atividades da lavoura durante o

período vespertino. Esta alteração foi justificada pela necessidade de alcançar maiores índices de produção. Para tanto, organiza-se um sistema de revezamento no controle das crianças. Estima-se que a participação feminina poderá se intensificar a partir da constituição de uma agrovila.

O trabalho doméstico, a cargo das mulheres, é considerado exaustivo³⁸. Trabalha-se nos finais de semana, independentemente da sazonalidade agrícola, na lavagem das roupas, na limpeza, na confecção dos pães e no preparo das refeições. A sua jornada de trabalho vem se tornando mais densa a partir da participação nos trabalhos da lavoura. A colaboração dos homens nos serviços domésticos permanece ocasional : *"Eles ajudam lá, às vezes tu pede "faz isso, faz aquilo", mas eles sempre tem aonde ir, o que fazê, né"(risos)(D).*

- Problemas e desperdícios :

Dentre os principais problemas ligados à gestão da força de trabalho, no final de 1990, cumpre destacar :

a) Os conflitos criados em função do grau de autonomia alcançado pelas comissões de trabalho. Estas passam a disputar recursos humanos face à necessidade de "mostrar trabalho", num contexto de carência de mão-de-obra para o desenvolvimento simultâneo de cada setor : *"A organização estava muito basista nas comissões de*

trabalho, (...), mas dava muita briga e agora é necessário avançar"(R).

b) A alocação inadequada de mão-de-obra, associada à inobservância das coações impostas pelos ciclos agrícolas : *"Que hoje, num serviço talvez que precisa de dois, tamo em quatro, aí é desperdição de mão-de-obra"*(T).

c) A morosidade na definição cotidiana dos locais de trabalho pelas comissões : *"As sete horas já devíamos estar na roça, e as comissões ainda tem que se reunir"*(Q).

d) A subutilização de mão-de-obra nos dias de chuva e nas entressafas³⁹, bem como em função da implementação apenas parcial dos setores produtivos : *"Mesmo o tempo que não ajuda, né. Tu vê, agora esse mês temo mais dia perdido do que trabalhado. Que que tu vai fazer que nem hoje ? Não tem o que fazer"*(X).

e) O baixo rendimento da mão-de-obra disponível, devido ao tempo de trabalho alocado e à produtividade alcançada⁴⁰.

f) A remuneração igualitária para diferentes graus de produtividade e diferentes jornadas de trabalho.

g) A tensão entre as opções de rotatividade da mão-de-obra e a necessidade de especialização preconizada pelo modelo empresarial do MST.

- propostas de solução :

Com relação à excessiva autonomia das comissões de trabalho, a solução encontrada envolveu um processo de centralização e integração do processo de tomada de decisões. No início de 1991 constituiu-se a diretoria da cooperativa e as equipes de trabalho⁴¹.

As equipes passam a exercer uma função executiva em relação às diretrizes expressas no planejamento anual, ou, no caso de mudanças, às opções expressas pela diretoria e suas coordenações. Estas devem considerar as propostas dos responsáveis por áreas específicas, consultando sempre que possível a assembléia geral.

As inovações introduzidas vêm tendo êxito na resolução dos problemas de alocação inadequada de mão-de-obra, suprimindo os conflitos entre as comissões, e a frequência de reuniões deliberativas, além de permitir um controle mais rigoroso dos horários de trabalho.

Com o intuito de se aproveitar a mão-de-obra ociosa, os serviços de horta e "miudezas", bem como de saneamento, passaram a ser realizados nos dias de chuva, em mutirão, o que permite a utilização dos dias mais adequados para o cultivo agrícola.

Certas propostas como o aumento da jornada e a remuneração extra por horas suplementares de trabalho, têm se constituído em alvo permanente de debates no grupo.

A demanda dos trabalhos domésticos e a reserva de um espaço de tempo para reuniões e para o trabalho de organização política⁴², viriam impedindo a extensão da jornada de trabalho.

O problema da relação entre a remuneração e os diferentes graus de produtividade e de alocação de trabalho merece um comentário à parte.

O tipo de remuneração em cooperativas de produção apresenta dificuldades de relêvo, sendo muitos os sistemas experimentados, mas poucos os que resultaram eficazes, de forma a constituir um dos pilares do sucesso de muitos processos de descoletivização⁴³

No caso do grupo, desde sua gênese constata-se uma preocupação em nivelar as diferenças econômicas. A determinação de um tempo de trabalho unívoco e obrigatório, sem ganhos extras para trabalhos suplementares, visava neutralizar ao máximo possível os desníveis de renda e os conflitos decorrentes. A proposta de pagamento por horas de trabalho aplicado é rejeitada, refletindo principalmente a persistência de conflitos em torno das formas de medição dos horários de trabalho em diversos assentamentos⁴⁴.

Em outubro de 1991 foi implementada uma nova forma de remuneração, baseada na soma de períodos de trabalho alocado, a partir de unidades correspondentes à "meio dia

de trabalho", i.é, o equivalente à quatro horas⁴⁶.

Nesse contexto, valeria a pena ressaltar que a equalização da renda de um grupo coletivo pode significar tanto um aumento de sua coesão, quanto uma fonte de tensões que ameaçam sua persistência.

Como sugere Neide Esterci, a satisfação de relações solidárias pode ser, muitas vezes, mais valorizada que indicadores econômicos de produtividade do trabalho :
"*... , em muitos casos, os pequenos produtores estariam, inclusive, dispostos a aceitar a lentidão imposta pelo ritmo de trabalho em grupo para tornar mais amena uma tarefa a ser realizada e explorar a ocasião com o objetivo de estreitar relações sociais*"(1987 : 195).

No caso analisado, entretanto, os baixos índices de produtividade surgem como um problema capital, indutor de tensões e insatisfações. Ao mesmo tempo, a equalização da renda parece contribuir para a persistência de rendimentos decrescentes da mão-de-obra, afetando tanto a produtividade quanto a alocação do tempo de trabalho : "*Se estivesse sozinho trabalharia sábado e domingo*"(C). Uma via de compreensão desta tendência passa pela visualização do papel fundamental desempenhado pela competição no estímulo à produtividade, fator este não absorvido na dinâmica do grupo em foco (BENECKE, 1980).

Por outro lado, a produtividade não se vincula

necessariamente ao tempo de trabalho, constituindo-se antes numa somatória deste e da intensidade e qualidade do trabalho. Além disto, o setor primário propicia uma grande diversidade de situações de trabalho, segundo a sazonalidade agrícola ou os diferentes setores. Sua avaliação parece exigir assim, a adoção de procedimentos mais complexos daqueles a que estamos normalmente habituados. De qualquer forma, a não percepção de lucros diferenciados parece ser um desincentivo determinante das unidades coletivas (BINSWANGER ET ELGIN, 1989 : 05).

- problemas da especialização

Da perspectiva do MST, o modelo ideal de cooperativa deveria basear-se na divisão e especialização do trabalho, considerando limitantes os resultados econômicos de processos de produção "artesanais".

Por outro lado, uma das contradições características da produção cooperativizada consiste nas coações impostas pela divisão do trabalho, implicando em tendências à hierarquização e despersonalização⁴⁶ (BENECKE, 1980 : 107). O cultivo da especialização viria, assim, a contrariar as expectativas criadas pela tradição da autonomia camponesa : *"a especialização que o trabalho em grupo estabelece, leva não só ao sentimento de desvalorização do trabalho e do "ser colono", mas também à*

uma hierarquia interna que acirra o antagonismo..."
(ZIMMERMANN, 1989 : 163).

Mesmo que "*todos os trabalhos sejam considerados iguais*" (dispositivo presente no regimento do grupo), podemos pressupor que certos tipos de atividade produtiva possam apresentar-se mais interessantes ou menos penosos que outros, e que alguns exijam mais capacitação técnica e suscitem mais prestígio, não havendo coincidência perfeita entre interesses e possibilidades

Não se trata aqui de optar entre divisão do trabalho ou globalização dos processos produtivos. Seria certamente pouco realista propor uma cooperativa de produção baseada na produção inteiramente baseada na lógica artesanal. O desafio reside na busca dos métodos mais adequados para se efetivar esta divisão : com ou sem rotatividade de funções, diversidade de opções de trabalho disponíveis, hierarquia no processo de gestão e na distribuição dos benefícios auferidos, etc.

Da mesma forma, os próprios assentados reconhecem que a divisão de trabalho no grupo - a presença do construtor, do apicultor, do professor, do contabilista, etc -, além de fortalecer sua potencialidade econômica, viria reforçar sua independência.

No caso estudado, houve quem defendesse e quem recusasse a especialização do trabalho. Aqueles que

argumentaram a favor da rotatividade, colocaram questões como a insatisfação com a rotina, o isolamento de algumas tarefas, bem como o interesse por outras atividades.

Praticamente todos os entrevistados demonstraram perceber entretanto, que certos trabalhos poderiam ser considerados mais penosos que outros. Entre os primeiros foi destacada a lavoura, em contraste com a apicultura, o uso de tratores, a suinocultura e a horta. As atividades de direção administrativa e financeira são vistas como vantajosas pelo fato de permitirem um maior relacionamento social, mais oportunidades de viagens, e menos desgaste físico. Ao mesmo tempo, existe consenso quanto ao reconhecimento de que certas tarefas exigiam mais capacitação profissional que outras, sendo alguns trabalhos da lavoura indicados entre estes últimos.

O grupo identifica todavia fatores que relativizariam e "compensariam" tais diferenças, a exemplo das trocas de trabalho eventuais entre as equipes, das vantagens da divisão de trabalho - baseada na repartição equitativa da renda apesar das diferenças de qualificação -, dos mutirões, e finalmente da busca de maior rentabilidade de setores considerados mais leves (como a apicultura).

A não rotação de tarefas, para alguns, permite um menor desgaste físico e um aprendizado individual mais intenso. Do ponto de vista coletivo, redundaria num melhor

aproveitamento dos investimentos grupais, especialmente em capacitação, tornando-o mais competitivo. A rotatividade foi também contestada pelo fato de bloquear um rendimento adequado do conjunto de setores, em virtude do tempo necessário para se adquirir "experiência" em cada atividade. Deste ponto de vista, a eficiência da cooperativa deveria estar acima dos interesses individuais dos associados.

Cabe destacar ainda, que as opções relativas a tipos de atividade são indicadas e sancionadas por assembléia, com base numa avaliação criteriosa de preferências e capacidades. A pesquisa de campo indicou entretanto, que nem todas as preferências expressas vem sendo correspondidas. Apesar da prerrogativa da escolha de uma atividade produtiva consistir em direito expresso nos estatutos⁴⁷, muitas vezes sua concretização esbarra em dificuldades de vulto, sem detrimento do "interesse próprio" dos assentados. Mesmo os membros favoráveis à rotatividade evitavam discutir o assunto, e não se desfrutavam de perspectivas bem definidas para tanto. Esta defasagem parece ter condicionado, inclusive, abandonos ao grupo⁴⁸.

Em síntese, face ao desenvolvimento incipiente de diversas atividades específicas, os problemas advindos da especialização do trabalho permanecem em estado de

latência no grupo. Ao mesmo tempo, o regime de trabalho aparece como fonte de uma das principais tensões do processo de coltivização agrícola, em função dos conflitos em torno da demanda por igualdade e da diferenciação dos trabalhos alocados, bem como entre a forma de distribuição das atividades, o interesse próprio e a necessidade de eficácia empresarial.

5.5 A propriedade :

O INCRA prevê a concessão de uso das áreas de assentamento por um período de cinco anos, antes da concessão de títulos individuais definitivos, desde que certos critérios estipulados sejam resguardados (INCRA/MIRAD, s.d.). Ao que tudo indica, os títulos definitivos deverão ser pagos considerando-se os preços de mercado e a capacidade de pagamento dos assentados.

O MST estaria, porém, pressionando o INCRA no sentido da concessão de uso vitalício da terra, de preferência com a titulação coletiva e inegociável, desde que se mantivesse a atividade agrícola como finalidade básica (MST, 1989c : 19).

Do ponto de vista do Movimento isto apresenta inúmeras vantagens. Por um lado, contribuiria para que se bloqueasse a tendência à especulação imobiliária pelos próprios agricultores, incorporando a busca de economia de recursos públicos. Por outro lado, evitaria a perda da terra pela incapacidade de pagamento, constituindo-se também em medida compensatória diante de um processo histórico de marginalização de agricultores considerado ilegítimo.

Além disso, o MST considera que à terra produtiva não deveria ser creditado o caráter de mercadoria⁴⁹ : "(...) a terra não pode ser considerada mercadoria, (...), sem ela ninguém sobrevive. (...) Não deve ser meio de enriquecimento de uns e empobrecimento de outros. porque todos dependem dela para sobreviver"(V2).

A concessão de uso representaria ainda, uma forma de se evitar o desmantelamento de grandes grupos coletivos como as CPAs, através de iniciativas de parcelamento.

Consoante às propostas do MST, o assentamento Tracutinga dispõe do regime de propriedade coletiva, definido previamente através de uma negociação entre o INCRA/SC e o MST. A posse da terra é administrada através do conjunto de contratos de parcela da área, conferidos como cartas de anuência (ou contratos de assentamento), e sua indivisibilidade⁵⁰ está prevista em documento

registrado em foro jurídico. Os lotes deverão ser demarcados somente a partir da implementação da agrovila.

A propriedade coletiva da terra apresenta para o grupo uma série de vantagens, dentre as quais a segurança contra sua perda ocasional e um melhor aproveitamento dos recursos existentes. O grupo parece não atribuir importância ao título da terra, enfatizando a valorização da mesma como fonte de trabalho e sobrevivência.

As propriedades individuais incluem apenas as residências, alguns animais, e os bens domésticos. O entorno das casas, embora não formalmente dividido, permanece mais individualizado, especialmente nos núcleos 2 e 3, onde se encontram ranchos para os animais, hortas, e flores. As cercas, controlando o movimento dos animais, limitam ao mesmo tempo os espaços domésticos.

Dentre as tensões geradas no grupo pelo regime de propriedade, destaca-se aquela ligada ao número de cabeças de gado permitido a cada unidade familiar. Acreditando na necessidade de igualdade econômica para abafar possíveis conflitos, estipularam em regimento um teto máximo, vigente a partir do final de 1990, de quatro unidades por família. Naquela época, algumas famílias ainda dispunham entretanto de mais de vinte unidades. Entre outros fatores, esta parece ter sido a razão da saída do grupo de duas das famílias melhor dotadas de rebanhos.

5.6 Comercialização :

A lista dos principais produtos que vem sendo comercializados atualmente inclui : feijão, milho, arroz, mandioca, erva-mate e carne (suína e bovina). A venda e a aplicação da receita são decididas coletivamente, e o grupo reconhece vantagens de preço no sistema de compra e venda conjunta.

A produção é centrada na garantia de subsistência. Apenas os excedentes são comercializados. Os lucros obtidos são utilizados para completar a dieta alimentar, sustentar os custos de produção e financiar pequenos investimentos. Os planos de dinamização comercial, face às carências econômicas do grupo, priorizam os setores mais aptos a um rendimento de curto prazo, como a apicultura, a criação de gado, e a suinocultura.

A margem dos canais usuais de troca mercantil desenvolve-se um sistema de troca direta de produtos e serviços. Por exemplo, o uso das pastagens e terras agriculturáveis é intercambiado pelo uso de moendas de cana e secadoras de arroz com pequenos produtores das vizinhanças. Pelo fato de não disporem ainda de soques e moinhos, os assentados costumam trocar a erva-mate bruta pela beneficiada, e o milho em grão pelo moído.

As trocas comerciais começaram a se desenvolver com atravessadores da região, oriundos de Palma Sola, Dionísio Cerqueira e Flor da Serra. Num segundo momento, a partir de agosto de 1990, a Cooperativa Agropecuária de São Miguel d'Oeste LTDA (CooperSãoMiguel), passa a constituir o principal canal de intercâmbio do grupo⁵¹. Os assentados esperam que o sistema cooperativista dos assentados possa vir a assumir, em breve, este intercâmbio.

Como em outros assentamentos, a busca de associação com cooperativas convencionais é vista como vantajosa⁵². Com a CooperSãoMiguel o grupo vem utilizando programas de "troca-troca", pagos a prazo com as safras obtidas, visando a aquisição de calcário, adubos, defensivos, sementes e matrizes, bem como os serviços de armazenagem.

Num contexto de escassez de recursos, o "troca-troca" é visto como um instrumento positivo de fortalecimento econômico do grupo : *"Que se hoje a gente fosse avaliar, na parte financeira, a gente não tinha condições nem de comprar um saco de milho. Foi em esquema troca-troca, né"*(T). Apesar de reconhecerem o peso dos juros elevados impostos por este sistema, os assentados o consideram mais vantajoso que os empréstimos bancários.

5.7 Finanças e renda

a) renda :

A distribuição de renda⁵³ é feita por idade e por gênero. O caso dos "liberados" suscita ao mesmo tempo um complicador adicional.

Os maiores de dezoito anos recebem em produto ou em dinheiro. No primeiro caso, a partir dos resultados alcançados pela produção coletiva, considerando-se o volume de trabalho alocado e as necessidades familiares. No segundo caso, o ponto de referência inicial seria o salário mínimo, calculado atualmente com base nas variações do preço dos combustíveis⁵⁴.

Os jovens entre 15 e 18 anos de idade tem direito à 80% do valor pago aos adultos, e aqueles situados na faixa de doze a quinze anos, auferem 60% deste montante⁵⁵. As quantias são calculadas conforme os dias trabalhados, somados em unidades a partir de meio dia de trabalho. As mulheres casadas e os liberados percebem cinquenta por cento desse total, sendo que as primeiras em produto, e os últimos em dinheiro.

Inicialmente, a distribuição baseava-se essencialmente nas necessidades. Esta forma vinha ao encontro daquela preconizada pelo MST, fundada na distribuição em partes iguais por família, de forma

independente da força de trabalho alocada (ZIMMERMANN, 1989 : 93). Entretanto, passados dois anos, a distribuição segundo o trabalho alocado passa a predominar em função da necessidade de se criar estímulos à maior produção. O que não impede o grupo de auxiliar famílias em casos excepcionais⁵⁶.

Os produtos que exigem menor investimento e alocação de mão-de-obra, tais como as hortaliças, as miudezas e a farinha, são distribuídos segundo as necessidades, ao contrário dos demais, que o são segundo o trabalho dispendido⁵⁷. Há uma certa tensão sobre os critérios que regulam as decisões sobre o limiar aceitável entre estas duas categorias, a exemplo do caso da erva-mate, distribuída segundo o trabalho, embora se constitua em recurso natural abundante e necessite reduzidos investimentos em mão-de-obra.

A distribuição segundo as necessidades é considerada "mais avançada" que a distribuição segundo o trabalho⁵⁸. Mas os assentados percebem que seus hábitos e valores demandariam, ainda, a regulação via trabalho.

O fato das mulheres e dos liberados ganharem somente cinquenta por cento da renda merece um comentário à parte. A justificativa mais comum acentua que os liberados vinculam-se ao grupo indiretamente, através de salários pagos pelo MST. No caso das mulheres, na medida em que o

serviço doméstico não é considerado "produtivo"⁶⁸, seu tempo de trabalho restringe-se às tardes na lavoura.

b) finanças do grupo

As principais fontes de renda do grupo são a erva-mate (maior renda líquida), devido a seu baixo custo de produção, o milho (maior renda bruta) e a suinocultura. Seguem-se a bovinocultura e a apicultura.

A forma dominante de captação de recursos na etapa de instalação do assentamento foi a comercialização da erva-mate através do pagamento adiantado.

Os setores prioritários para investimentos produtivos num horizonte de retorno de curto prazo, e considerando-se os recursos e a mão-de-obra disponíveis, incluem a bovinocultura, a suinocultura, o cultivo do milho, do feijão e da mandioca, e a apicultura.

A erva-mate, apesar de corresponder à vocação agrícola da área, apresenta retorno econômico mais lento, o que torna os investimentos, neste setor, mais moderados.

Constata-se uma expansão da produção de grãos e amido (como no caso do milho e da mandioca) visando a transformação em carne. Com isto, a produção de feijão tenderia a decrescer. Além de muito sensível às adversidades climáticas, a política de preços que vem sendo mantida estaria tornando o produto desinteressante

face a conjuntura atual do assentamento.

Com a injeção de novos recursos, o leque de possibilidades econômicas do grupo poderia aumentar exponencialmente. Neste caso, os investimentos deveriam concentrar-se na criação de gado leiteiro e de corte, suinocultura e avicultura, reflorestamento, técnicas de correção do solo e beneficiamento de erva-mate.

Reconhece-se também que a introdução de novas linhas de produção, bem como de sistemas de irrigação, dependerá do êxito na instalação da infra-estrutura energética correspondente : *"A gente teria condições, talvez, de já tá vendendo leite, mas como não tem energia elétrica não tem condições (...)"*(Q).

c) Créditos e ajudas financeiras :

O primeiro tipo de auxílio financeiro concedido ao grupo foi proporcionado pelo "fomento agrícola", por volta de setembro de 1988, visando custear o início do processo produtivo. Em março de 1989, ocorre o ingresso de uma única parcela de créditos do PROCERA⁶⁰, da ordem de quatrocentas OTNs/família (restando oitocentas a serem resgatadas). Desta parcela, o grupo teria investido oitenta e sete por cento em atividades produtivas, incluindo a compra de máquinas, implementos e animais. O restante foi distribuído entre as famílias para o

provimento de suas necessidades imediatas.

O total oferecido foi drasticamente desgastado pela morosidade no seu repasse : "*(...), a gente tinha idéia de comprar uma vaca de leite individual, né, não deu pra comprar nada. só apenas calçado pra piaçada, roupinha, né*"(V).

Com a sustação dos recursos deste programa, colocou-se em risco a própria viabilidade do assentamento. A concessão de créditos especiais veio a ser retomada apenas em meados de 1991, como parte do "Programa da Terra"⁶¹. Por volta de outubro do mesmo ano, o grupo foi beneficiado com a aprovação de um projeto para a compra de insumos e para o aumento do rebanho bovino, a partir da estratégia de "não-pulverização" de recursos assumida pelo CEPRO.

- financiamentos

Contrair financiamentos pode ser altamente vantajoso para aqueles produtores que não possuem capital disponível. Mas implica em riscos relacionados às flutuações de juros e preços no mercado. A questão é polêmica e tem atraído a atenção dos assentados. A opinião majoritária é que a dependência face aos financiamentos torna-se inevitável, pela ausência de poupança suficiente para o incremento da produção⁶². Além disto, os financiamentos implicam num seguro contra as quebras de

safra, considerado de grande valia diante dos riscos implicados na agricultura.

Nos debates realizados no âmbito do MST, este ponto de vista seria reforçado pela insistência na necessidade de vinculação ao mercado, como estratégia de integração gradual à sociedade e ganho de competitividade.

Coerente com tais posições, o grupo financia em 1990, junto ao Banco do Brasil, um montante correspondente a vinte hectares da safra de feijão. A demanda foi intermediada pela CooperSãomiguel⁶³. Entretanto, a procedência dos recursos tornou-se polêmica, em função de uma expectativa de ausência de excedentes⁶⁴. Para 1991, está previsto novo financiamento, relativo a um total de cento e três hectares de milho. Cogita-se também financiamento para a aquisição de trator, através do programa FINAME⁶⁵.

Cabe anotar que na fase inicial de implantação do assentamento, os preconceitos ideológicos dificultaram a aproximação com o sistema bancário. Atualmente as relações são mais frequentes, em virtude do melhor conhecimento do trabalho que vem sendo desenvolvido pelos assentados.

- necessidades financeiras e legitimidade de subsídios

Sem a injeção de recursos financeiros, as possibilidades de evolução econômica do grupo parecem

reduzidas. Nesse sentido, argumentam em defesa da legitimidade dos subsídios governamentais à agricultura, e sobretudo, aos assentamentos. Essa legitimidade fundar-se-ia na função pública exercida pelos mesmos :

"...., é que pro governo é interessante a produção, né. Isso vem a contribuir com o próprio desenvolvimento do país. E isso só vai se desenvolver, a partir de que o governo injete uma certa quantidade de recurso em determinado assentamento. (...)"(R).

Poderíamos sintetizar o argumento da seguinte forma : na medida em que foram desapropriadas terras e assentadas famílias em condições precárias, não seria oportuno para o Governo integrar melhor este setor à sociedade, tornando-o mais produtivo, e desta forma, mais capaz de gerar alimentos, empregos e impostos, e, em decorrência, de induzir um fluxo mais consistente de crescimento econômico?

O binômio "desapropriações e créditos", tem sido uma constante nas reivindicações do MST. Ele aparece como um dos principais temas de luta do II Congresso Nacional do MST, em março de 1990. Mas as respostas do setor público, em geral, tem sido exíguas⁸⁶.

Como parte da expectativa de liberação de parcela do PROCERA para o Estado de SC, consolida-se a expectativa de que tornar-se-ão realidades para o grupo o custeio das

safras, a construção de infra-estrutura, e o desenvolvimento de projetos econômicos específicos. Por outro lado, a dependência de recursos governamentais emerge como um dos principais dilemas da viabilização do cooperativismo em assentamentos.

5.8 Evolução e modernização :

- precariedade e necessidades :

No final de 1990, após três anos de atividades, os assentados evoluíram de um contexto de carência quase absoluta em termos de alimentação, habitação, e capacidade produtiva, ao início de um processo de desenvolvimento planejado coletivamente. Apesar da garantia de auto-subsistência, persistem entretanto os impasses ligados à captação de recursos financeiros.

Para explicar a permanência de margens críticas de carência que ainda caracterizavam o grupo, as lideranças tendem a enfatizar o peso de fatores exógenos, como a conjuntura econômica do país, a inadequação das políticas governamentais na área da reforma agrária e da agricultura, e as adversidades climáticas. Já os demais tendem a reduzir o problema à dinâmica endógena do grupo, com ênfase para a questão do estilo de planejamento adotado e aos desestímulos ao trabalho.

- modernização

As expectativas do grupo para o futuro giram em torno da otimização do processo de produção e de comercialização, através da modernização da empresa em que o grupo vem se constituindo : a CPA. Esta é percebida como o instrumento crucial do sucesso econômico do grupo, no contexto de emergência do SCA.

O estilo de modernização almejado, conforme as diretivas do MST, caracteriza-se pelo processo de produção e comercialização em grande escala, a especialização, a mecanização das lavouras, a incorporação de etapas de industrialização, um padrão crescente de eficiência administrativa e a incorporação de tecnologias mais produtivas, entre outros fatores.

O grupo já conta com um processo incipiente de mecanização das lavouras, restrito à preparação da terra para o plantio e à técnicas de conservação dos solos, pretendendo mecanizar as fases de colheita e processamento. Espera-se que isto permita a liberação da mão-de-obra para outros setores, a exemplo da erva-mate, do laticínio e da piscicultura.

Com a adoção das preocupações com a dinamização econômica dos assentamentos veiculada pelo MST, a expectativa do grupo passa a vincular-se não somente à luta por políticas agrícolas mais condizentes com sua

realidade, mas também ao conceito de eficiência empresarial : "E aí o que vai garantir da existência, ou seja, da sobrevivência do pessoal na terra, vai ser a eficiência de produção, que é a questão técnica e de administração, né"(R).

- assistência técnica

Os primeiros recursos em termos de assistência técnica foram assegurados mediante Convênio firmado entre INCRA e ACARESC, sendo que as equipes colocadas à disposição dos assentamentos incluíam um engenheiro agrônomo e uma extensionista. Com o rompimento do Convênio em meados de 1990, o grupo perde a exclusividade da assistência prestada pela equipe. Em agosto de 1991, com o reestabelecimento do contrato, o assentamento Tracutinga passa a dispor de um técnico agrícola.

A presença do engenheiro agrônomo parece ter sido importante na assessoria ao planejamento econômico, na implementação de novas técnicas de produção e nas avaliações anuais. Sua contribuição em termos de inovações técnicas inclui : regulagem das máquinas, conservação do solo, difusão de novas variedades de sementes adaptadas à região, correta administração de insumos, construção de terraços, planejamento do condomínio e do aviário, e manejo de açudes.

Porém, as relações entre o mesmo e os assentados estiveram marcadas por conflitos. Segundo alguns depoimentos, seus cálculos demandavam geralmente a injeção de recursos que o grupo não dispunha. Além disso, não teria estado suficientemente comprometido com seus objetivos, prejudicando o acompanhamento técnico⁶⁷. Outros depoimentos refletem como fontes dos conflitos a postura conservadora dos próprios assentados e sua resistência à inovação técnica⁶⁸.

- industrialização e integração agroindustrial

A expectativa é de que a industrialização permita auferir maior renda face ao trabalho aplicado. Sua incorporação nos assentamentos poderia se concretizar de forma integrada ao SCA ou à empresas privadas.

Em termos gerais, as características mais adequadas para fomentar um processo de industrialização junto aos assentados⁶⁹ parecem ser : uso predominante de materiais produzidos no local e de sua propriedade; complementação cuidadosa entre a produção agropecuária e o processamento industrial; integração com outros agentes econômicos; absorção plena da mão-de-obra disponível; organização em bases empresariais, com inversão e especialização acentuadas para sua pequena escala (podendo coexistir com oportunidades eventuais de rotação de funções); busca de

produtos capazes de garantir alta rentabilidade⁷⁰.

Há que se considerar também os efeitos indesejáveis de um perfil de modernização baseado no uso da produção em grande escala, e na aplicação intensiva de capital e energia⁷¹. Além disso, como demonstrou LANNON (OP.CIT) para o caso da associação de "Nova Ronda Alta", a incorporação de tecnologia, por si só, não implica em aumento dos rendimentos auferidos. O que aponta para a necessidade de se considerar de forma integrada os diversos fatores de produção, os diferentes custos, bem como outras finalidades, no desenho dos sistemas produtivos em assentamentos. A mecanização, por exemplo, pode implicar em problemas de alocação de mão-de-obra. Esta, por sua vez, poderia ser transferida para o processamento industrial.

Outro aspecto é a integração com os demais agentes econômicos, que pode representar o veículo mais acessível, num primeiro momento, da incorporação tecnológica.

Nesse sentido, o grupo de Tracutinga mostrava-se inicialmente pouco disposto a aceitar a integração agroindustrial⁷², principalmente pela forma de exploração que ela representava. Atualmente passam a perceber que sua adoção torna-se imperiosa em alguns setores, em função das características do processo de comercialização e da segurança econômica oferecida. Desta forma a integração

suinícola e avícola foi implementada em julho de 1991.

Dentre as alternativas de industrialização sugeridas pelo grupo estão o beneficiamento da erva-mate, a fabricação de ração, o processamento do leite, confeccções em escala comercial de queijo, linguiça, própolis e propolina, e fabricação de mobílias.

A racionalização dos processos produtivos prevista dependeria de uma melhor utilização das máquinas, eliminando-se as redundâncias no preparo da terra para a lavoura; de melhoramento genético na criação animal; do planejamento do plantio conforme as necessidades de consumo e comercialização; da associação com as comunidades circunvizinhas visando a aquisição de certos equipamentos básicos (como um soque para beneficiamento da erva-mate, e um butijão para inseminação artificial).

Entretanto, a viabilidade do desenvolvimento da industrialização em assentamentos frente à concorrência pode necessitar de um sistema protecionista semelhante ao que engendrou a agroindustrialização (MALUF E BILBAO, 1988 : 56s).

- capacitação profissional :

O baixo dinamismo econômico e a escassa disposição para inovações em cooperativas latino-americanas parecem estar correlacionados ao baixo nível de capacitação

profissional, especialmente no campo técnico-administrativo (BENECKE, 1980 : 209-210 e BOETTCHER ET AL., 1982 : 107-109).

Por outro lado, segundo LANNOY (OP.CIT : 222-223), a incorporação de conhecimentos técnicos e empíricos pelos assentados, parece ser mais relevante para a otimização de seu sistema econômico, do que a absorção de tecnologia mecânica, química ou biológica.

Em relação ao grupo enfocado, a maior parte dos seus membros chegou a absorver algum tipo de curso de capacitação profissional, ministrado via de regra pela ACARESC e pela EMPASC (hoje EPAGRI), além da SAA⁷³. As áreas mais procuradas incluem a apicultura, bovinocultura, piscicultura, manejo de erva-mate e culturas-permanentes, monitoramento agrícola, finanças, planejamento e cooperação agrícola. As três últimas foram também ministradas pelo MST⁷⁴.

O grupo reconhece todavia, que a necessidade de capacitação, sobretudo na área de administração e contabilidade, persiste como uma carência essencial para a dinamização de sua CPA. Valorizam, desta forma, a capacitação profissional como instrumento de ganho de maior eficácia produtiva através da incorporação de inovações técnicas : *"Aqui se aprendeu muita coisa, e se aprendeu através dos curso, (...)"*(X).

A busca de capacitação em áreas específicas parece ter conduzido à um incremento expressivo da produtividade global. O que inclui um melhor domínio de técnicas de rotação e consorciação de culturas, adubação verde, terraços e escoadouros, bem como de técnicas de plantio, tratamento e preparação de açudes para piscicultura, tratamento mais acurado do gado com prevenção de doenças, cultivo de erva-mate, etc.

Os candidatos aos cursos são selecionados principalmente em função de sua capacidade e experiência. Entretanto, nem sempre existe coincidência entre a formação obtida no curso e o trabalho desenvolvido no grupo⁷⁵.

Além disto, o perfil dos cursos nem sempre tem correspondido às necessidades reais do assentamento, como é o caso da ênfase em cursos com objetivos políticos em detrimento daqueles voltados para questões administrativas e econômicas mais urgentes : *"Hoje se tá gastando muito mais na questão política, e eu vejo que tu perde muito mais na questão técnica do que política"*(Y).

Em síntese, a possibilidade de dinamização econômica do assentamento, a ser viabilizada mediante a incorporação de estratégias de industrialização, inovações técnicas, capacitação, mecanização agrícola e racionalização administrativa, acena, de um ponto de vista otimista, com

a perspectiva de um perfil de desenvolvimento mais equilibrado do ponto de vista da satisfação de fins sociais, e de uma gestão ecologicamente mais racional dos recursos naturais disponíveis no local, sem perder de vista as coações de natureza econômica impostas por um contexto de crise nacional.

Importa ressaltar no momento, o potencial de evolução do grupo, refletido, seja na sua receptividade e crescente assimilação de técnicas de administração e produção, seja na sua disposição cooperativa e na sua sensibilidade aos fatores ligados à gestão prudente do meio ambiente natural.

5.9 O PAPEL DA COOPERATIVA :

A CPA do grupo em foco foi instituída através da aprovação de estatuto e eleição da diretoria, no dia primeiro de outubro de 1990, e recebeu o nome de "Cooperunião" ou "Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste". Sua legalização ocorre entretanto apenas em 1992.

Trata-se de um instrumento de dinamização econômica ainda incipiente. Está destinada, em princípio, a suprir as seguintes demandas : instituir juridicamente o caráter coletivo do grupo; agilizar o processo de captação de

recursos, via financiamentos, créditos ou doações; permitir vantagens de escala, através da compra e venda direta, sem intermediação; constituir um instrumento de pressão política.

A partir da criação da CPA, o planejamento passa a dispor de contratos de venda, assegurando o escoamento dos produtos para mercados de regiões específicas :

"Vamo dizer que São Paulo tá precisando de tantas toneladas de carne, a cooperativa vai firmar um convênio com São Paulo, vai pegar recursos e vai trazer pra injetar (...), na criação de suínos..."(Q).

A morosidade na legalização da CPA parece ter sido função de um impasse criado pela exigência de filiação na OCESC, tendo em vista a concessão do registro na junta comercial do Estado. Esta filiação foi recusada pelos assentados, entre outros motivos por implicar em dispêndios adicionais excessivos⁷⁶. Procurando valer-se do dispositivo constitucional que confere liberdade para a formação de cooperativas⁷⁷, tornou-se possível contornar esta exigência.

NOTAS CAPITULO 5

1. Alguns dos aspectos abordados a seguir já foram mencionados por ELEBA E SCHWADE (1991).
2. Realizados mediante Convênio entre o INCRA e a FAPEU/UFSC.
3. Os poteiros, i.é., a demarcação de pastagens com cercas para a criação bovina, já contariam com uma estrutura relativamente bem localizada.
4. Diversas publicações do MST afirmam esta vantagem. Veja MST, 1989c : 19.
5. Veja o item 5.5 deste capítulo, no que se refere às agrovilas.
6. Há mais de vinte vacas leiteiras do grupo. Algumas destas são alocadas em cada núcleo por períodos de aleitamento. Cada cadastrado dispunha de uma vaca leiteira de propriedade do grupo para benefício próprio.
7. Como já colocamos no cap.4, além do núcleo 1, apenas o núcleo 2 dispunha anteriormente de uma experiência coletiva, mas que acabou por se desagregar.
8. Isto é, cada unidade doméstica, segundo a diversidade de seu tempo e forma de trabalho, e fazendo juz à quantidade de bens (animais) que dispõe, deveria ter seu retorno correspondente em produtos.
9. Como veremos no cap. 6, diversas são as motivações para a CA neste grupo.
10. Como ilustra este depoimento : "Porque uma vaca, tu tem o soro para os porcos, nata, queijo, leite, poina (espécie de nata). Os porcos dão banha, salame, carne, sabão. Se nós tivesse que comprar tudo não tinha jeito"(N2).
11. É interessante notar que os dados fornecidos pelos líderes e um "setor descontente" com a dinâmica do grupo, sobre os hectares plantados correspondentes à safra 90/91, oscilam drasticamente. Já aqueles que não pertencem a estes dois grupos, colocaram uma estimativa média, que escolhemos como referência. Tudo leva a crer que o grau de expectativas e de satisfação teriam distorcido os dados. O "setor descontente" é representado por algumas famílias que virão a sair posteriormente do grupo, e que representam um contraponto valorativo à tendência dominante do grupo.
12. Teria havido uma quebra de quase cinco mil sacas de milho em função da seca.
13. Na primeira, teria causado descontos de 46% do seu valor de mercado, e na segunda safra (69/90), implicou na perda de um terço da produção desta leguminosa.
14. O aviário comportaria inicialmente setecentos pintos (para corte) e trezentas poedeiras. A cooperativa forneceria ração, e material de construção.
15. Estariam criando peixes como a carpa-capim e a carpa-chinesa. A piscicultura é bastante disseminada na região de Dionísio Cerqueira.
16. Depois de um ano do plantio, onde a terra era compactada, a erva estaria com cinco centímetros de altura, e nas ladeiras, apresentaria quase um metro. Além disso, experiências com germinação na areia, com bons resultados, permitiram que já produzam as mudas.

17. A legislação ambiental prevê o resguardo de 20% de cada propriedade agrícola, na região sul, como área de preservação permanente.
18. São assim chamadas em função de serem compreendidas como os complementos alimentares aos produtos da lavoura, produzidos em menor escala : "Coisa mais miúda. Que o grosso da produção é da comissão da roça daí"(V). O grupo não dispõe de registros detalhando a produção de miudezas e os índices estimados pelos depoimentos são variáveis. Entretanto é perceptível uma tendência de aumento progressivo das produções, e um sensível decréscimo da safra em 1991, devido à seca. Cabe destacar as seguintes colheitas : mais de três mil kilos de batatinha em 1989 e 1990, 175 kilos de alho e quatro mil de cebola em 1990, mil e oitocentos kilos de batata-doce em 1991 e mil e quinhentos kilos de pipoca no mesmo ano.
19. Veja por exemplo SACHS, 1986a, ODUM, 1983, OPHULS, 1977, MINC, 1987, e ECKHOLM, 1982.
20. A consorciação da erva-mate com cultivos de lavoura, e sua poda periódica, apresenta inúmeras vantagens : estimula maior produtividade, facilita a colheita, substitui a colocação de tabuletas para sombreamento, economiza equipamentos e mão-de-obra, e "...a vantagem de ter duas fontes de renda que produzem no mesmo chão,..."(A).
21. No grupo I estariam usando a adubação orgânica, constando com um índice de produtividade mais acentuado.
22. O "inço" significa as espécies vegetais não-desejáveis, vulgo "capoeiras".
23. A caracterização é um pouco exagerada. Embora haja momentos em que este modelo seja relativizado, como a consideração de limites sócio-ambientais no aumento da escala de produção (MST, 1989C : 20), o consideramos como a tônica das publicações do MST sobre a CA.
24. Além dos autores citados na nota 19 deste capítulo, veja também MAX-NEEF, 1986 e SCHOMACHER, 1977.
25. Para a política de assentamento (projetos técnicos) a Unidade da Federação seguiria a Instrução nº 07/88 com a elaboração de Plano Preliminar, Programa de Ação Imediata e Projeto Definitivo (INCRA, 1990). O "PAI" não teria sido inicialmente aceito pelo grupo, em função dos problemas que teria gerado em outros assentamentos, com a tentativa de imposição da cooperação na produção. Um dos assentamentos selecionados pelo INCRA/SC para implementar uma forma modelar de CA seria o próprio "Tracutinga" (ANDERLE, 1989 : 9). As resistências iniciais dissipam-se, no entanto, diante das coações existentes para a viabilização de suas metas econômicas.
26. O "Fundo Rotativo" é uma espécie de financiamento concedido pelo MST a projetos desenvolvidos em assentamentos, devendo ser repassado continuamente para novos projetos.
27. As mulheres trabalham somente meio período na lavoura. Com a infra-estrutura da agrovila, pretendem trabalhar em tempo integral.
28. Veja ZIMMERMANN (1989 : 99-101, 138-139), e MALUF E BILBAO (1988 : 84-85).
29. Há casos de resistência à projetos de agrovila em outros assentamentos, em função da distância dos lotes produtivos que implica, e da situação de vizinhança nem sempre vista positivamente (BERGAMASCO E CARMO, 1991 : 65 e MALUF E BILBAO, OP.CIT. : 36).
30. Inicialmente o MST havia contratado dois engenheiros para a prestação de assessoria aos assentamentos. Tendo ambos abandonado o cargo, atualmente um novo engenheiro foi contratado.

31. A comissão da roça teria sido morosa no tratamento dos problemas mecânicos do trator, acarretando perdas na produção com o atraso do plantio do feijão em 1990. Além disto, falhas consecutivas no alinhamento da plantadeira teriam provocado um desperdício de sementes, e também, uma colocação excessiva de uréia, reduzindo a produtividade de certos cultivos.
32. Um imprevisto na confluência entre os conflitos ideológicos e os riscos de mercado consistiu na desistência de compra da safra de mandioca por parte de uma firma da região, que tomando conhecimento da identidade dos assentados, e percebendo-os como "gente perigosa", teria rescindido o contrato.
33. Apenas dois assentados participaram de cursos de capacitação nesta área, mais precisamente para técnicas de planejamento, e de controle financeiro.
34. Como no caso dos conflitos entre a comissão do gado e a comissão da roça.
35. O grupo assegura direitos especiais para gestantes e para os casos de acidentes de trabalho ou doenças, além de respeitar os feriados religiosos e comemorativos. Cada membro está autorizado a deslocar-se à cidade durante três dias por mês. A demanda de dias suplementares de folga é possível, desde que paga pelo associado. Cabe ressaltar ainda, que não há possibilidade de assalariamento dos membros do grupo com vistas à obtenção de renda individual, e que os trabalhos organizativos são classificados como atividade produtiva.
36. Os dois últimos períodos compreenderiam a colheita do milho e do feijão. O primeiro incluiria o preparo da terra e o plantio. Além disto, estas épocas podem variar segundo os imprevistos, sobretudo climáticos. Inicialmente os dois primeiros períodos se concentravam em setembro e outubro, o que foi remanejado a partir de 1991, em função de uma melhor adaptação climática.
37. Estudos sobre assentamentos no Estado de São Paulo demonstram que, ao contrário dos assalariados rurais, os menores assentados (abaixo de 14 anos) estariam começando sua jornada de trabalho alguns anos mais tarde, e com menor grau de penosidade, conferindo-lhes maiores "...possibilidades de conciliar trabalho e escolarização" (ANTUNIASI E ANDRADE, 1991 : 36).
38. Começa entre as cinco e cinco e meia da manhã, com a ordenha, a preparação do desjejum e o cuidado com as crianças, terminando entre às nove e às dez da noite, depois do preparo da janta e a lavação da louça.
39. Na agricultura, dependendo dos ciclos das lavouras e das condições climáticas, há ociosidade de mão-de-obra. Com chuva, ou mesmo com terra úmida, certos serviços de lavoura não poderiam ser realizados.
40. A média de trabalho do grupo teria sido calculada em quatorze dias/mês (contando finais de semana, feriados, dias livres, etc), numa avaliação do grupo no final de 1990.
41. Na formação das equipes evitou-se agregar membros dos núcleos, os "melhores quadros" (coordenação, diretoria), as mulheres, e as próprias comissões, com o objetivo de coibir a formação de algum "corporativismo".
42. Veja cap. 6, item 3.
43. A respeito veja RAGUIN, 1991a e 1991b, bem como Diva B. Pinho, "A doutrina cooperativista nos regimes capitalista e socialista. São Paulo : Pioneira, 1966.
44. Entre outros, isto teria acontecido no assentamento "Rio dos Patos", em Lebon Régis. Em função destas

problemas, o grupo criou coordenadores de mão-de-obra, a partir de outubro de 1991, especificamente para o controle dos horários, ficando a cargo dos coordenadores de equipe apenas a administração de mão-de-obra. Em grupos pequenos, como em Nova Bonda Alta, onde há apenas dez famílias, talvez seja mais viável a ausência de supervisão direta, e o "controle entre os pares" (VIEIRA, M., 1989).

45. Veja o item 5.6 deste capítulo.

46. Para este autor, a organização de subgrupos pode ser uma solução parcial, facilitando a participação. Para evitar a criação de hierarquias, a experiência de cooperação na produção de Nova Bonda Alta, R.S., teria estipulado a rotatividade no trabalho, o que possibilitou uma baixa diferenciação de status interna ao grupo. Uma vereadora assentada, no âmbito das relações externas, catalizaria maior prestígio (Vieira, OP.CIT.).

47. O regimento prevê oportunidades para que todos os seus membros aprendam a manejar as máquinas (p.15, art.38º, V).

48. Teria havido uma desistência exclusivamente em virtude da frustração em relação a uma cargo desejado.

49. Este raciocínio remete às considerações de Karl Polanyi sobre o caráter fictício da terra, do trabalho e da capital enquanto mercadorias, pois não são objetos confeccionados para a venda - "A grande transformação", Rio de Janeiro : Campus, 1980.

50. Não é prevista a divisão de heranças.

51. Seis membros do grupo tornaram-se associados da CooperSãomiguel.

52. Percebendo condições vantajosas, assentados paulistas se utilizam do sistema cooperativo convencional (BERGAMASCO E CARMO, 1991 : 63). Para o grupo em foco, as vantagens da associação incluiriam : garantia da compra dos produtos e de preços (ao contrário dos comerciantes); entregas gratuitas. Por outro lado, a cooperativa reteria 1% de todas as vendas, como poupança em favor dos associados.

53. O estudo da renda em assentamentos apresenta uma série de dificuldades em função de fatores como do auto-consumo, a venda eventual de produtos de subsistência, o assalariamento eventual, etc. (MALUF E BILBAO, OP.CIT : 42s).

54. Calculam o salário com base no valor equivalente a cinco litros de gasolina por dia, porque esta medida corresponderia melhor às variações da inflação.

55. Inicialmente aqueles com menos de dezoito anos recebiam em dinheiro, e os adultos em produto. A distinção parece ter sido abolida em fins de 1991 para evitar problemas como aqueles oriundos da seca ocorrida no verão daquele ano, onde os resultados da produção foram de tal modo escassos, que aqueles jovens remunerados em dinheiro conseguiram auferir mais renda, e com menor trabalho alocado, que os demais assentados.

56. Vale lembrar que nos falanstérios de Charles Fourier (1772-1837) a remuneração era baseada na aptidão, no capital investido e no trabalho, ao contrário da forma Owenista, onde era igualitária (HORVART, 1990).

57. Esta característica os diferenciaria de outros assentamentos coletivos, que pagariam somente em função do trabalho alocado. Além disto, o fato de não computarem as horas trabalhadas - apesar das diferenças neste aspecto -, e de não descontarem certas faltas - como no caso de doenças -, demonstraria que suas normas valorizam mais uma certa segurança social e um certo sentido grupal, que estritamente o trabalho alocado.

A distribuição de renda pelo tempo de trabalho medida por horários seria o método aplicado pelas CPAs dos assentamentos "Trinta de outubro" e "Volta grande. Esta forma, porém, estaria gerando problemas, por carência de confiança no controle dos horários e da sua soma. Entretanto, seu caráter disciplinar parece oferecer bons resultados.

58. A primeira estaria relacionada a um princípio comunista, e a segunda, a um socialista.

59. A justificativa das mulheres receberem somente 50% da produção baseava-se no reconhecimento de que os jovens não casados, além de trabalharem em tempo integral para o grupo, seriam obrigados a desempenharem serviços domésticos.

O sentido de "produtivo" alude à produção de mercadorias para a venda. Entretanto, a lavoura inicialmente destinada à subsistência não perde seu caráter "produtivo". De modo geral, o serviço doméstico deve ser considerado como parte do setor terciário da economia.

60. O PROCERA, antes repassado pelo BNDES, passa a ser repassado pelo Banco do Brasil a partir de janeiro de 1991, e sua distribuição passa a ser coordenada pelas comissões estaduais.

61. Programa lançado pelo Governo Collor de Mello destinado a regular as políticas de reforma agrária.

62. Segundo o MST, seria pequeno o volume de créditos para custeio da produção utilizado pelos assentados. O acesso a outros Programas Especiais de Crédito Rural seria quase que inexistente. E as ajudas financeiras para projetos a fundo perdido, que seriam frequentes nos assentamentos, não poderiam ser percebidas como uma solução ao problema, pelo seu pequeno porte e sua forma "assistencialista" (MST, s.d. : 2-3).

63. Os financiamentos mediados pela cooperativa são considerados mais vantajosos que aqueles contraídos diretamente junto a instituições bancárias, pela maior flexibilidade das formas de pagamento.

64. Havia uma polêmica no grupo quanto à procedência de um financiamento realizado para a safra de feijão, no sistema da "PROAGRO". O financiamento havia sido realizado de forma precipitada em função do curto prazo disponível. E a expectativa era de que a safra financiada não resultaria em qualquer excedente em produto ou lucro, em razão das altas taxas de juros e correção, vigentes na época : "A gente tá contando já a produção pra pagar o financiamento, né"(0).

65. Programa destinado a financiar equipamentos e máquinas agrícolas através dos Bancos da rede pública.

66. Previam-se o montante de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros a serem alocados pelo PROCERA em SC em 1991, dos quais somente trezentos e cinquenta milhões efetivamente o foram.

67. O técnico teria recomendado a compra de ração ao invés da auto-produção via uso de complementariedades, ao que o grupo teria se oposto, e o uso de fertilizantes químicos a um nível considerado exagerado.

68. Há resistências infundadas à inovações, como no caso de uma mineralização do gado não administrada que acarretou dez abortos, e na descrença em relação e necessidade de vacinação contra a febre aftosa. Por outro lado, foi possível perceber uma grande disposição para o experimento e a aprendizagem por parte do grupo. Realizaram experiências em relação à germinação de sementes de erva-mate e às áreas mais adequadas para o crescimento de mudas. Visam também fabricar sementes de outras espécies. Além disso, nem sempre as receitas técnicas produzem os efeitos desejados, necessitando por vezes de remodelamentos. Por exemplo, uma pulverização do gado a ser administrada a cada vinte/trinta dias teria intoxicado o gado. Em outra periodicidade experimentada, a dosagem estaria apresentando melhores resultados.

69. Para um debate sobre os possíveis modelos de industrialização rural, veja MALUF E BILBAO (1988 : 53s). Veja também Arturo Warman : "Tres modelos de organización agroindustrial frente a la economía campesina", In: El desarrollo agroindustrial y la economía campesina, México, Secretaria de Agricultura y Recursos Hidráulicos, 1982.

70. Frequentemente "...se pretende que os camponeses corram todos os riscos e entrem com as dificuldades de mercado e com a baixa remuneração que caracteriza os cultivos alimentícios..." tal como a "...aparente oposição da agência de crédito governamental para cultivos industriais e para exportação". Ora, a produção a baixo preço de alimentos básicos não implica necessariamente em vantagens para os consumidores (MALUF E BILBAO, 1988 : 12s).

71. A procura de índices máximos de produção na agricultura, implica em termos ecológicos, em extrema instabilidade, e o uso das modernas técnicas advindas da biotecnologia pode significar uma crescente dependência de agentes e recursos externos (OPHULS, 1977 : 55-59).

A sofisticação tecnológica nem sempre é o meio mais adequado para a dinamização da produção, e em relação à produção de alimentos baseada nos padrões de alto grau de aplicação de capital e energia, ela geralmente apresenta balanceamento energético negativo (em torno de 1/5 até 1/10 da energia aplicada) (OP. CIT. : 61). Deve-se estar atento à possibilidades de combinação entre a aplicação de energia intensiva e de mão-de-obra intensiva (UNESCO, 1981 : 61-69). Além disso, as escolhas tecnológicas implicam em coações sobre os estilos de vida dos trabalhadores implicados (THIOLENT, 1982 : 50-51).

Contra a idéia de que "o grande rende mais", a escala humana seria um pressuposto para evitar a alienação : "el logro de un equilibrio dinámico entre Naturaleza, Seres Humanos y Tecnología -(..)- sólo es posible cuando los seres humanos tanto al nivel colectivo como individual, se sienten directamente responsables de las consecuencias de sus acciones dentro de su entorno y, a su vez, esto sólo es posible si las dimensiones de dicho entorno se mantienen a escala humana"(MAX-NEEF, 1984 : 153).

72. Quando nos referimos ao sistema de integração não queremos nos referir à existência de alguma articulação funcional existente entre as agroindústrias. Veja algumas implicações da integração agroindustrial, inclusive em relação à segurança financeira implicada, em PAULILO, 1990 : 173s.

73. Os cursos são ministrados tanto no Centro de Treinamento em São Miguel do Oeste, quanto à nível local, e compreendem desde a parte da produção até a industrialização caseira. Está prevista a criação de uma escola técnica em Caçador, SC, para atender aos assentamentos (MST, 1991 : 04).

74. Entre novembro e dezembro de 1991, foi realizado o "1º curso técnico em desenvolvimento cooperativista", em Brasília, com a participação de 48 membros do MST, de seis estados onde se realizam as cooperativas (JTRST, jan. 1992, p.02).

75. Houve quem tivesse realizado curso de finanças e de contabilidade sem comprovar participação nas respectivas comissões.

76. Esta filiação implicaria no pagamento de uma taxa anual de 0,5% do total da produção da empresa, o que foi considerado um dispêndio muito grande em relação aos benefícios concedidos. Além disto, o grupo evita atrelar-se politicamente à tal instituição, principalmente por motivos ideológicos.

77. Disposição garantida pela Lei Nº 5.764, que define a Política Nacional de Cooperativismo.

CAP. 6 - SISTEMA POLITICO-IDEOLOGICO E ESTILOS DE VIDA

O uso da cooperação na produção em assentamentos tende a impactar os processos de tomada de decisão, as normas instituídas, as manifestações políticas, e finalmente a dimensão das percepções sobre o sentido da vida coletiva.

Segundo a interpretação mais otimista, a viabilização de grupos de CA poderia contribuir para consolidar formas de organização compatíveis com estratégias de desenvolvimento local autônomo. Estas dependem entretanto, por um lado, de uma utilização plena do potencial de recursos naturais e humanos disponíveis, e por outro, do êxito de um processo social onde a coesão e a capacidade de inovação venham a suplantar a força das tendências à desagregação.

6.1 - As normas

As regras que balizam as relações sociais no grupo, instituídas de forma conjunta, estão expressas num "regimento interno"¹ e nos estatutos da CPA. O caráter recente destes últimos, entretanto, ainda não surte as inovações esperadas nas práticas organizacionais.

O regimento interno prevê uma série de dispositivos que tratam dos objetivos gerais do grupo, de sua organização, patrimônio, e regras de funcionamento. Estas últimas contemplam a dimensão da vida econômica, regulando os deveres e direitos referentes ao trabalho e às finanças, além do lazer, do relacionamento interpessoal, das desistências e substituições, das sanções, etc. Nem todos os dispositivos encontram-se em vigor, sendo que as novas regras não têm implicado na reescrita dos documentos reguladores, revelando um caráter predominante de informalidade.

A especificação do caráter coletivo do grupo ganha destaque no regimento : a posse da terra, o trabalho, a exploração das riquezas naturais disponíveis, os investimentos e o comércio subordinam-se aos imperativos coletivistas. A mão-de-obra disponível deve permanecer à disposição do grupo, não se permitindo auferir renda individualmente. Além disso, as regras de convivência explicitam uma série de convenções de ordem informal, onde se procura modificar sistematicamente o comportamento dos membros segundo os preceitos ideológicos instituídos.

- a questão das desistências e admissões de membros.

Um dos itens mais problemáticos do regimento diz respeito aos critérios que regulam os casos de evasão e as

substituições.

Desde sua implantação até agosto de 1991² o grupo perdeu nove cadastrados e incorporou seis novos membros.

O regimento garante o direito de desistência, estipulando, quanto à participação nos bens coletivos, uma percentagem em dinheiro correspondente ao volume de trabalho aplicado junto ao grupo³. O desistente perde o seu direito às terras além dos bens e equipamentos adquiridos ou construídos grupalmente. Impôs-se uma restrição das indenizações (inicialmente a porcentagem recebida era maior), visando desestimular um aumento do índice de evasões, capaz de comprometer a viabilidade econômica do coletivo. Nesse sentido, no final de 1990, permite-se, apesar das prescrições do regimento interno, a troca de lotes entre assentamentos como forma de indenização para quatro desistentes. Logo a seguir, entretanto, a permissão volta a ser suprimida⁴.

Os critérios de incorporação de novos membros incluem principalmente a vivência do processo de luta pela terra, a compatibilidade ideológica com a proposta do grupo, e a submissão às normas. A escolha final é realizada pelo grupo, muitas vezes precedida por um período de convivência com os candidatos no próprio assentamento.

6.2 O processo de tomada de decisões

No que se segue focalizaremos as relações entre o processo de tomada de decisões e a ocorrência de problemas ligados à participação e busca de eficácia organizacional. As atribuições correspondentes ao sistema de gestão foram descritas no item "organograma".

a) gestão e participação

A participação constitui um dos valores que normatizam o comportamento do grupo. Enquanto instância máxima de decisão, a assembléia assegura em princípio a existência de um mecanismo de participação direta na tomada de decisões⁵. Mas esta relação básica de horizontalidade está em permanente tensão com uma tendência à centralização das decisões :

"Tem gente que tem três, quatro encargo e tem gente que não tem nada (...) colocam sempre os mesmos, enquanto que tem outros que têm mais visão das coisas, mais capacidade e ficam de fora"(02).

A permanência da mesma equipe de coordenação no poder⁶, apesar de respaldada pela assembléia, contrasta com a natureza do processo eletivo para as demais instâncias de gestão. Em que pese as manifestações de desagrado, o assunto tem sido considerado como "tabu".

As lideranças que acumulam três cargos de gestão ou mais (perfazem vinte e três por cento do grupo), costumam ser as únicas a exercerem cargos junto ao MST. Esta acumulação de cargos⁷ seria explicada pelas diferenças de grau de escolarização e "aptidão". Se bem que a distribuição dos cargos não corresponda simetricamente ao grau de escolarização, constata-se uma certa proporcionalidade entre ambas⁸.

As lideranças são privilegiadas no que se refere à participação em cursos. Trata-se de uma dimensão constitutiva de sua função no grupo, gerando uma certa monopolização de "poder"⁹ :

"...tem pessoas que têm mais facilidade na discussão e então consegue avançar mais e tem mais entendimento. Então, isso vai criando um certo desnível"(R).

Muitos assentados recusam-se a assumir cargos de direção, alegando falta de escolarização mínima para tanto : *"Não adianta, quando a gente não tem capacidade não adianta pegar um encargo..."(T)*. Alguns deles expressam todavia, seu interesse em assumir tais encargos, desde que a incorporação seja feita posteriormente a um período de formação especial. A "liberação" constitui um caso à parte, pelo fato de envolver a permanência, durante longos períodos, em outras localidades¹⁰.

Entretanto, a tendência à centralização é

relativizada pela generalização da participação em cursos "formativos" e de cargos de responsabilidade. Cerca de 80% dos assentados já exerceram alguma espécie de cargo no grupo. Os demais constituem membros incorporados recentemente, ou de pouca idade. Além disto, o próprio MST estimula a rotatividade de cargos e a renovação de lideranças tradicionais¹¹.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito às relações amistosas e pessoais entre dirigentes e associados. Devido ao tamanho reduzido do grupo, estas relações, ao mesmo tempo que tendem a preservar um clima de confiança e sinergia, costumam suscitar problemas de controle sobre as lideranças, podendo gerar conflitos¹² (BENECKE, 1980 : 203-205).

b) participação e eficácia

A gestão de empresas cooperativas baseada na participação direta acarreta, via de regra, a perda de oportunidades de negócios que impliquem em maior agilidade na tomada de decisões. Em decorrência, uma certa autonomia decisória da gerência é recomendada (BENECKE, 1982).

No caso do grupo investigado, esta morosidade foi inicialmente sentida com um estilo de organização baseado na tramitação das propostas através de múltiplas instâncias¹³, processo este marcado por excessivas

reuniões e carência de integração na gestão do trabalho coletivo.

A criação de nova estrutura de gestão baseada na integração entre a diretoria da cooperativa e as equipes de trabalho, diminuindo-se ao mesmo tempo o número de reuniões, visou eliminar tais problemas. Mas certas iniciativas do centro decisório, deflagradas sem consulta prévia ao grupo, não deixam de provocar descontentamentos.

Certos aspectos qualitativos do processo de tomada de decisões são muitas vezes eclipsados pelo seu caráter formal. Neste sentido, criticou-se nos atuais gestores um comportamento manipulador baseado na pressão sistemática, junto ao grupo, para a aprovação de algumas propostas. Além da velocidade excessiva com que certas decisões são tomadas, com o intuito de se neutralizar um envolvimento maior dos membros nas deliberações.

: "...o núcleo não queria, e vieram três vezes nas reunião do núcleo até convencer, e depois a gente viu que não prestou, (...) "(O2); "Muitas coisas insistem na proposta até que passa (...). E quando eles pensam em fazer, eles tentam até que conseguem, e às vezes a gente não aceita e tem que..." (G2); "...às vezes a gente aprova uma coisa sem saber o que tá aprovando porque eles não dão tempo para pensar" (U2).

No âmbito dos processos de comunicação interna,

persistem as dificuldades de expressão em reuniões. Os boatos e intrigas costumam afetar a coesão e o relacionamento entre os membros. Não se deve entretanto desconsiderar que as "fofocas", bem como os "silêncios", possam representar mecanismos básicos de transmissão de formas de dissenso não autorizadas, em virtude do forte controle ideológico presente, e da tendência à centralização decisória. Talvez isto ajude a explicar porque a contestação e a divergência possa, às vezes, se transformar em "ofensa", expressa no "medo de queimar os companheiros"(Z), tão habitual no cotidiano do grupo. Em contrapartida, os assentados percebem com ênfase os avanços no potencial comunicativo do grupo, obtidos através da frequentes reuniões.

- competência e participação.

A distribuição dos trabalhos segundo as diferentes aptidões preocupa o grupo. A tarefa de gestão não constitui exceção : "..., os quadros mais capacitados vão ter que administrar, não tem outra saída. (...) Porque tu não pode botá em risco (...os...) anos de trabalho de trinta e cinco (...)"(R).

Por outro lado, as propostas da diretoria tendem a se impôr às demais, talvez pelo fato de responderem melhor às exigências de comprovação da viabilidade econômica. A

necessidade de elaboração prévia destes cálculos, bem como as diferenças no grau de conhecimentos disponíveis, dificultam o cultivo de horizontalidade nas decisões : *"No caso de proposta diferenciada ? (...) até hoje sempre prevaleceu a do planejamento. Porque é o pessoal que tem mais condições de comprová, com dados técnico e tal que tal atividade tem viabilidade, né"*(R).

Estas diferenças refletiram-se inicialmente no fato de todos acatarem as propostas da coordenação. A formulação de contra-propostas emerge apenas posteriormente, dentro de um processo de aprendizagem na gestão, que pode permitir uma maior participação na tomada de decisões.

Enfim, os requisitos de competência e de agilidade administrativa tendem a se acirrar com o desenvolvimento da CPA, o que poderia reforçar a tensão entre participação e eficácia¹⁴. Além disso, a gestão de cooperativas tende a ser mais complexa que outras empresas, por implicar em considerações não restritas à busca do lucro e eficiência empresarial (MALUF E BILBAO, 1988 : 115).

Frente a isto, um dos mecanismos possíveis para contrabalançar as tendências à centralização decisória residiria no fomento à capacitação profissional e à formação política de todos os membros do grupo : *"E que quando se atingir um nível mais ou menos equilibrado, aí*

vai ter que se ir fazendo.... rodízio. né. Passando os cargo"(R). Além disso, as eleições periódicas da diretoria e da coordenação das equipes de trabalho também contribui para um maior controle de seu desempenho.

Ao lado dessas soluções parciais, impõe-se o planejamento de espaços mais eficazes de avaliação, a partir da desobstrução dos circuitos de comunicação interna, sem com isto comprometer uma certa autonomia das instituições de gestão para decisões que demandem agilidade. Desta forma, se aumentaria as chances de instauração de um processo capaz de garantir maior efetividade no controle da gestão, harmonizando-se a participação com os imperativos de eficácia econômica da cooperativa. Vista sob este ângulo, a oposição entre participação e eficácia econômica poderia dar lugar à sua complementação.

6.3 Manifestações e formação política

Como já foi ressaltado anteriormente, os objetivos da cooperação no assentamento estudado transcendem o campo da economia, compreendendo fins propriamente políticos.

A "organização política" dos assentados, através de manifestações e encontros regulares, visa apoiar as lutas pela reforma agrária, prover respostas adequadas às suas reivindicações, alcançar melhor articulação com outras instituições (inclusive participando de campanhas político-partidárias), e projetar uma boa imagem nas comunidades vizinhas. Incorpora ainda, no âmbito interno, a formação ideológica dos membros como mecanismo capaz de incentivar o surgimento de novas percepções e comportamentos, e de assegurar coesão ao grupo.

A concentração inicial dos esforços neste campo, estimulada por um excesso de otimismo com relação à solução das dificuldades econômicas¹⁵, foi revertida através da reorientação da alocação de mão-de-obra em meados de 1990 :

"E a gente reconheceu que partes era essa, que a gente não podia priorizar também o Movimento dos Sem-Terra, sem organizar a casa aqui, né. Então a gente reduziu o número de pessoas que trabalhavam fora, né"(0).

Deste modo, o peso conferido ao estabelecimento de objetivos políticos ou de metas econômicas neste tipo de empresa cooperativa, e a correspondente alocação de recursos humanos e financeiros, é alvo de dissenso.

6.2.1 As manifestações políticas

Apesar de resguardar sua autonomia para ações políticas locais, o grupo insere-se nas estratégias gerais do MST. Este último acredita que a organização de manifestações, mais que qualquer outro fator, responde pelos avanços mais substanciais obtidos no processo de luta pela reforma agrária. Conviria destacar aqui a dinâmica dessas iniciativas.

As manifestações contemplam acampamentos em praças públicas, ocupações de instituições governamentais responsáveis pela reforma agrária, caminhadas e atos públicos, romarias, ocupações de terras e acampamentos. Através delas, busca-se assegurar um espaço paralelo de negociação com o Estado, reconhecido como fonte primária de recursos e "lócus" privilegiado para a formalização de acordos. Ao mesmo tempo, constituem formas de comunicação social aptas a transmitir ao grande público a natureza da problemática dos sem-terra e dos assentamentos, face ao não cumprimento de acordos assumidos pelas autoridades governamentais. Neste sentido, a opinião pública é considerada como instrumento decisivo de pressão política, na medida em que pode colocar em risco a própria legitimidade do poder constituído.

Dependendo de um complexo jogo de articulações políticas, e de informação, as manifestações podem alcançar graus variáveis de sucesso. De um ponto de vista amplo, o MST obteve suas vitórias mais expressivas no período situado entre 1985 e 1989, experimentando uma frustração sistemática de suas demandas a partir do Governo Collor de Melo. Uma pequena reversão desse quadro começa a ser esboçada em meados de 1991.

As reivindicações dos sem-terra podem ser sintetizadas em dois pontos básicos : "terra e crédito". Nesse sentido, à expectativa de efetivação de desapropriações, incluindo as medidas que antecedem a criação de projetos de assentamento, soma-se a demanda por infra-estrutura produtiva e social, sobretudo investimentos que compensem a baixa qualidade das terras desapropriadas e a pobreza dos assentados.

Nestes eventos, os sem-terra costumam levar seus símbolos como foices ou enxadas, bandeiras e hinos. Frequentemente são organizados de forma articulada com outras entidades da sociedade civil, como a CUT, a CPT o PT, e os sem-teto¹⁶.

Algumas vezes, tais manifestações acabam suscitando o emprego de violência policial, acirrando os conflitos a ponto de provocar guerras campais e homicídios¹⁷.

Entre as ações desenvolvidas pelo grupo investigado,

vale destacar a organização de uma concentração de pequenos agricultores, no próprio assentamento, a 25 de julho de 1991, dia do agricultor, contando com 1.500 participantes de diversas comunidades da região¹⁸.

6.2.2 a formação política :

Os cursos de formação política são organizados pelo MST, contando frequentemente com a participação de outras entidades educacionais ou de pesquisa. Realizam-se nos assentamentos ou nos chamados Centros de Treinamento, com duração variada.

Para o MST, o objetivo geral da formação seria contrapor-se à um contexto que "... impede que se tenha acesso à informação" e "tenta determinar que as pessoas sejam o que a classe dominante planeja através da escola, dos meios de comunicação, das leis, etc", e deveria incluir o estudo "...da história da luta de outros povos, a estrutura e funcionamento da sociedade, as forças inimigas e os aliados...", permitindo uma análise "mais científica" da realidade (JTRST, nº93 : 05).

Entre as experiências mais disseminadas de formação estão os "laboratórios de campo", que objetivam desenvolver a capacidade de gestão de empresas coletivas para assentamentos e comunidades rurais¹⁹, e os "cursos de formação integrada", atendendo também a empresas

coletivas já formadas, que incluem estudos nas áreas técnica, administrativa, e das ciências humanas²⁰.

No que diz respeito ao grupo investigado, o acervo de cursos de formação inclui o tratamento de temas como CA, sindicalismo, formação de lideranças e economia política. Alguns de seus membros chegaram a participar do primeiro "laboratório organizacional de campo" realizado no país, no Assentamento Nova Ramada, em Júlio de Castilhos, RS ²¹.

Cabe ressaltar o curso de formação integrada realizado no próprio assentamento, congregando os dois grupos coletivos ali presentes, no período entre primeiro a vinte e cinco de maio de 1991. Focalizando problemas ligados ao relacionamento social, trabalho, disciplina, e outros temas, veio a auxiliar na superação de um clima de "mal-estar" presente naquela época²² : *"antes parecia que tava dando revolução no grupo, o pessoal tava meio revoltado, ... Com o curso o pessoal se acalmou"* (L). Além disso, teria reforçado a proposta de integração dos dois grupos ali assentados.

Alguns problemas e limites podem ser identificados no campo da formação política em geral. Ao lado da carência de recursos para viabilizar a formação²³, persiste uma ênfase excessiva em questões políticas em detrimento de questões técnico-econômicas mais urgentes. Constata-se também uma assimetria na distribuição da participação nos

cursos, tendência esta que vem sendo corrigida atualmente. As propostas de comportamento e a "visão de mundo" veiculadas muitas vezes através dos mesmos, tendem a limitar o leque de opções disponíveis de cooperação²⁴ :

"Então a gente tá num grande nível aí que, às vezes tu não tira tempo pra pensar coisas novas pro grupo, né"(O)..

Por outro lado, os cursos de formação favorecem a difusão de novos conhecimentos, ampliando a visão de mundo dos agricultores principalmente na perspectiva político-econômica e sócio-histórica :

"O grupo avançou, desde a discussão das reunião, que a pessoa que tem só a quarta série, ela sente muita dificuldade numa discussão. (...), tu vai numa reunião de fora, de companheiros de fora, de quarta série, ela não assim se desenvolve, né, tem pouca capacidade de avançar na discussão. E hoje aqui dentro (...) todo mundo participa das discussão, e das decisão"(T).

Nos campos da formação e da participação em manifestações e encontros, o grande grupo coletivo apresenta vantagens sobre as demais formas de organização de assentados : permite aos participantes dos cursos evitar perdas individuais em remuneração²⁵, mobilizar maiores recursos para este fim, agilizar a troca de informações, e canalizar incentivos em função de suas necessidades organizacionais.

6.4 A cooperação agrícola

6.4.1 Motivações e condicionantes da CA

A opção pela CA em assentamentos poderia ser atribuída à internalização de novos valores ligados à socialização dos meios de produção e aos estilos de vida. Esta ótica não coincide entretanto com a percepção dos assentados, que a enfatizam como instrumento para a superação de sua situação de precariedade material²⁶ :

"Pensando bem, tu trabalhá hoje, que nem nós tamo aqui, se fosse pegá cada um o seu pedaço individual, ele não tinha feito nem pra comer. Porque te botaram numa terra bruta que nem essa aqui. A boi tu não faz nada, enxada muito menos. (...), uma coisa puxa a outra, né"(X).

Se as expectativas dominantes condensam-se na esfera econômica, os princípios de CA defendidos pelo MST apresentam forte componente ideológico. E tais princípios tendem a hierarquizar as opções de organização percebidas pelos assentados.

a) contraste de exigências segundo as trajetórias :

O grau de tensão entre "autonomia camponesa" e coletivização parece depender diretamente das diferentes expectativas criadas por trajetórias peculiares.

Nesse sentido, pode-se demarcar uma diferenciação

básica entre assalariados e pequenos proprietários. Os primeiros, habituados à divisão do trabalho e às suas regras de funcionamento, seriam mais aptos para a formação de grupos coletivos : "Agora tem muitos companheiro que eram empregado ou que trabalhavam em fábrica. Esse tem mais facilidade de entender e de contribuir, né"(R).

Os segundos, inversamente, acostumados à maior "autonomia" de trabalho, seriam menos aptos :

"...., tem companheiros que já tinham a sua propriedade pequena ou trabalham de uma forma autônoma, né. (...). Então esses encontram mais dificuldade hoje quando partem pra uma experiência dessa forma, né"(R).

A referida tensão pode ser interpretada como uma "incompatibilidade estrutural"²⁷. Isto é, hábitos profissionais criam expectativas que condicionam a adaptação à novas formas de organização do trabalho.

Ademais, todos os membros do grupo com status anterior de pequenos proprietários, e sem idade avançada, o abandonaram. Seu sistema de valores, apoiado na busca de enriquecimento e na autonomia camponesa, tornou-se incompatível com um estilo de organização baseado na divisão do trabalho e na obediência a regras coletivas estritas.

Cooperativas de produção surgidas no contexto de processos de reforma agrária comprovam a validade genérica

desta incompatibilidade²⁶ : "agricultores dependentes, com poucos recursos, costumam aceitar a cooperativa de produção com maior facilidade. Agricultores independentes, de maiores recursos, ao contrário, achavam a cooperativa de produção pouco atrativa" porque tendiam a restringir suas margens de escolha (BENECKE, 1980 : 206-207). E o próprio aumento de renda pode não justificar a perda de flexibilidade individual (IBID).

Esta tese, entretanto, não elimina possíveis exceções à regra. Existem além disso, diversas formas de associativismo. Aquelas caracterizadas por graus mais acentuados de coletivização, restringindo o espaço para soluções diversificadas, tendem a acirrar esta incompatibilidade. Tornam-se, em outras palavras, pouco adaptáveis às trajetórias usuais dos pequenos proprietários num horizonte de curto prazo.

b) vantagens da CA e trajetória :

A análise da função privada de uma cooperativa busca identificar as vantagens deste instrumento no plano dos interesses estritamente individuais dos associados (BENECKE, 1980), e ganha relevância à medida que o atendimento à esta função é considerado com um dos pré-requisitos para a viabilidade da empresa. Tem como parâmetro a comparação da situação atual dos associados

face às carências sentidas no passado. O que deveria incluir, na análise de assentamentos rurais, as oportunidades sócio-econômicas que a posse da terra proporciona.

No caso do grupo investigado, a posse da terra é encarada como instrumento fundamental para a provisão de melhores condições de vida, e permite evitar a transferência de renda para outros proprietários : *"O que a gente ganha, não é grande a produção, mas ao menos (...)..., eu não tenho de defender nada do meu suor pra dá -pro patrão"(X).*

A posse coletiva da terra implicaria em maior segurança diante de imprevistos como o endividamento e casos de doença. Permitiria ainda a contenção da especulação imobiliária bem como o aproveitamento mais adequado dos recursos naturais disponíveis.

A coletivização oferece também um contraponto face às experiências de trabalho desgastantes no passado²⁹, permitindo menores jornadas de trabalho, redução da penosidade e maior tempo livre; e ainda, através da divisão de trabalho, manter diversos setores produtivos simultaneamente, e usufruir de benefícios gratuitamente (como a mão-de-obra da construção civil que muitos não teriam condições de pagar).

Por outro lado, são comuns as queixas relativas às

novas coações relativas à horários e opções individuais - antes "era mais solto", não tem a "liberdade que tinha" -, e ao desestímulo ao trabalho, gerado pela distribuição igualitária da renda.

A experiência de CA não favoreceu, até o momento, aumentos na renda auferida³⁰, prejudicando a busca de satisfação de certas necessidades básicas. As expectativas permanecem todavia otimistas, na medida em que o baixo nível de renda é atribuído sobretudo à fatores conjunturais e externos ao grupo.

Os ex-arrendatários consideram geralmente a habitação anterior mais confortável, apesar de não se adequar a seus gostos e necessidades, pelo fato de se constituir em propriedade alheia. Hoje, a restrição do espaço coexiste com um acréscimo em possibilidades, se permitindo moldar : *"Não tem que dizer : "ó, isso aqui é do patrão", que ele é que manda. E o que eu faço, a casa é minha, não tem dizer que desprega aquela tábua lá, porque não é tua"(X)*. A valorização da autonomia sobrepuja a do conforto material. Além disto, a itinerância dá lugar à sedentariedade : "não moravam", mas "estavam sempre de passagem". No caso dos filhos de pequenos proprietários, as condições atuais de moradia apresentam-se similares às anteriores.

A subsistência encontra-se atualmente assegurada, com avanços na qualidade da alimentação³¹, e a solidariedade

entre as famílias permite mantê-la. Mas há pouca diversificação na dieta. No tocante às condições gerais de saúde, cabe lembrar que as enfermidades acompanham a trajetória dos sem-terra, reforçando a precariedade, ressurgindo dela, e colaborando eventualmente para a perda de terras. A manutenção da saúde é otimizada sob bases coletivas, com a garantia de continuidade da renda no caso de enfermidades, uma certa assistência de saúde no local, e a implementação de medidas de saneamento básico. Quanto à escolarização, o ensino é considerado de maior qualidade porque planejado e integrado ao coletivo. O acesso à escola não apresenta dificuldades, e o coletivo viabiliza gratuitamente o material didático e o transporte. Já o acesso ao mercado e aos serviços urbanos é considerado mais dificultoso atualmente³³.

O acesso aos meios de informação restringe-se pelo seu relativo isolamento em relação às comunidades da região, e inclui o Jornal dos TRST, as rádios, e a comunicação daqueles que saem do assentamento. Do ponto de vista qualitativo, como já vimos, consideram um que houve um significativo aumento informacional.

A satisfação de relações solidárias aparece como uma característica "não-tangível" de destaque entre os benefícios da CA :

"...e o pessoal se preocupa um com o outro; faltou de

um, faltou para todos: solucionou de um, solucionou de todos"(S): "a gente vai rindo e brincando quando a gente vai fazer compras, e isso se fosse individual não tinha"(O2).

Além disso, a cooperação na produção redundou nas vantagens econômicas já mencionadas, além de facilitar a "liberação", a participação em manifestações e os vínculos interinstitucionais.

Em síntese, constata-se uma evolução na busca de satisfação das necessidades materiais e imateriais do grupo, apesar da precariedade da situação inicial. Apenas o segmento dotado de condições de vida acima da média do grupo acusa a deterioração das condições sócio-econômicas, acabando por abandonar a área. Para quem se utiliza de critérios de avaliação baseados nos bens familiares, o sentimento de carência material ainda permanece, apesar das propriedades adquiridas em nome da coletividade.

Na medida em que a cooperação agrícola, como parte do processo de construção geral do assentamento favoreceu a otimização de uma série de variáveis ligadas à "qualidade de vida" - segurança material, saúde, educação, informação, alimentação, oportunidades de capacitação profissional, etc -, satisfazendo expectativas individuais, ela acaba correspondendo à expectativa de preenchimento de sua função privada.

c) homogeneização e associativismo

Na literatura sobre cooperação agrícola, o grau de homogeneização é frequentemente citado como um dos indicadores das chances de viabilidade de grupos de CA³⁴.

Num plano mais geral, o grau de homogeneidade do grupo estudado apresenta-se elevado. Seus membros originam-se, em sua maior parte, do Oeste catarinense. O perfil dominante é de arrendatários e filhos de pequeno-proprietários, com baixo grau de qualificação técnica e especialização produtiva. A totalidade do grupo carrega experiências de participação institucional antes do assentamento (sindicatos, Igreja Católica, clubes e cooperativas). Além disto, todos ocuparam terras, acamparam e participaram de pequenos grupos coletivos.

A assimetria em relação ao tamanho da unidade familiar de consumo e trabalho é pequena. A maioria dos casais é jovem, e possui em média dois filhos. Não há famílias com mais de três dependentes. Há grande número de jovens e solteiros na faixa etária acima dos dezoito anos³⁵. Embora estes possam ter vantagens na renda em relação às famílias³⁶, há fatores de compensação: somente os casados dispõem de casa própria³⁷, e suas crianças recebem apoio material do grupo para a educação de base.

A soma das relações de vizinhança, amizade e

parentesco, inclui praticamente todos os membros do grupo. Do ponto de vista étnico, os "de origem"³⁸, especialmente de ascendência italiana, são predominantes. Entretanto, não foi constatado qualquer tipo de discriminação étnica no relacionamento do grupo³⁹. O grau de capitalização, quando da formação do grupo, praticamente não difere. Posteriormente, entretanto, uma pequena diferenciação gerou problemas que culminaram na desistência de membros do grupo.

Uma característica talvez bastante peculiar deste grupo de assentados, diz respeito ao número inexpressivo dos indivíduos que não chegaram a exercer cargos de liderança antes ou depois da fase das ocupações⁴⁰.

Por outro lado, fatores ligados à heterogeneidade em relação ao grau de escolarização, às ocupações profissionais anteriores e aos bens familiares acumulados, entre outros, constituem, como já vimos, campos permanentes de tensão.

Portanto, a hipótese que correlaciona grau de homogeneização e estabilidade de grupos de CA parece ter sido confirmada na experiência do assentamento "Tracutinga".

6.4.2 A visão de mundo subjacente :

Em função da trajetória de luta pela terra, os assentados incorporaram uma nova "visão de mundo", oriunda sobretudo dos conteúdos ideológicos do MST. Esta inclui uma interpretação da evolução dos sistemas sociais, associada a um conjunto de orientações normativas que se ajustam à situação atual de marginalização sócio-econômica e político-cultural da massa de trabalhadores no país. Sua principal influência teórica parece ser uma vertente ortodoxa e simplificada do marxismo⁴¹.

O socialismo enquanto forma de reorganização social é concebido sobretudo como igualdade econômica, socialização dos meios de produção⁴², e sobreposição de interesses da maioria (os "trabalhadores") e da esfera pública, sobre os interesses individuais e privados⁴³. O individualismo é contraposto ao coletivismo, e visto como um "vício" a ser eliminado. Desta forma, quanto maior o grau de coletivização de um grupo de agricultores, maior sua "superioridade" em termos econômicos, políticos, e éticos.

Deste ponto de vista, a viabilidade do projeto socialista dependeria - e isto não constitui absolutamente um dado novo - da organização dos trabalhadores, sendo necessário não só conscientizar o agricultor para libertá-lo das malhas da exploração capitalista, mas valorizar ao

mesmo tempo sua profissão. Na medida em que o setor público não consegue deflagrar um programa efetivo de reforma agrária, legitima-se o processo de ocupação de terras. A construção de assentamentos vem reforçar este cenário de lutas pela reforma agrária. Para tanto, a CA passa a ser atribuído um papel crucial, enquanto instrumento de desgaste das políticas agrícolas tradicionais⁴⁴, vistas enquanto forma de manutenção dos privilégios das "classes dominantes".

Estas observações ajudam a explicar certas preocupações do grupo e algumas prioridades do MST em relação aos assentamentos e à CA. As principais mudanças de percepção e atitude frente a esta problemática são tratadas a seguir.

- a formação de uma nova visão de mundo :

A partir da experiência obtida nos confrontos pela reforma agrária, os assentados admitem a emergência de modificações profundas em sua percepção da realidade. Para a maioria deles, trata-se de algo "sui generis", quase um "despertar" : *"antes eu tava dormindo, hoje tô acordado"*(A2); *"antes enxergava dois dedos na frente dos olhos"*.

A imagem de sociedade torna-se mais rica em nuances e mais historicizada. A formação social brasileira, antes

homogênea, passa a comportar um caráter classista. Da mesma forma, o governo e os partidos políticos passam a corresponder a interesses específicos. A indiferença anterior face à dinâmica das eleições na arena política, condicionada sem dúvida pela carência de tempo livre e de escolaridade dos agricultores, cede lugar a uma compreensão mais diferenciada da especificidade do sistema partidário e de suas articulações com a máquina governamental. Uma consciência mais aguçada dos processos de dominação e exploração da força de trabalho, aliada a uma reconsideração do papel decisivo das práticas agrícolas para a sustentação do consumo urbano, acaba gerando uma abertura à participação política. Um novo papel para a mulher lhe confere maior espaço na gestão da vida coletiva⁴⁵.

Ao mesmo tempo, o grupo passa também a valorizar a aquisição de conhecimentos sobre questões ecológicas⁴⁶ : agrotóxicos; reflorestamento planejado; proteção de nascentes; saneamento básico; criação e manutenção de áreas de preservação; saúde e meio-ambiente. Emerge a decisão de interditar a prática de caça no assentamento, visando preservar a fauna para as próximas gerações⁴⁷.

Em síntese, há acréscimos em conhecimentos políticos, econômicos e ecológicos. Algumas noções incorporadas, entretanto, merecem uma problematização específica. Pelo

fato de um tratamento pormenorizado dessas questões extrapolar os limites deste trabalho, passamos a focalizar apenas aquelas mais diretamente relacionadas à CA⁴⁸.

a) a pequena produção :

Conforme a posição predominante no MST, a agricultura familiar tenderia ao desaparecimento, tanto em sociedades liberais quanto em socialistas, em virtude de suas desvantagens de escala econômica⁴⁹. Como alternativas de curto prazo para a pequena produção, restariam nesse caso apenas a agroindustrialização ou o êxodo rural.

Sem a intenção de aprofundar esta discussão, torna-se necessário entretanto ressaltar que a hipótese relativa à inviabilidade da agricultura familiar apresenta atualmente um caráter polêmico, tendo sido frequentemente relativizada ou refutada por diversos autores⁵⁰.

George Martine, por exemplo, argumenta que haveria áreas específicas onde esta forma de produção poderia apresentar vantagens comparativas em relação à sistemas de grande porte. Ademais, segundo o autor, o uso da noção de escala deveria pressupor a especificidade de cada contexto, pois esta apresenta vantagens evidentes apenas em áreas que permitem alto grau de mecanização (1991 : 22). Desta perspectiva, a pequena propriedade conserva sua legitimidade em termos de capacidade produtiva e emprego

abundante de mão-de-obra. Desgasta-se assim a crença na inexorabilidade da diferenciação vertical, sendo que as tendências atuais apontam para sua persistência e expansão em países de capitalismo avançado (OP.CIT : 20). BINSWANGER ET ELGIN (OP.CIT) destacam que as unidades camponesas típicas auferem em geral maior produtividade que as grandes unidades, em função de disporem de uma mão-de-obra mais barata e mais eficiente. Além disto, os camponeses poderiam ainda arrendar suas terras para auferir as vantagens de escala (IBID).

Relativamente à demanda de políticas energéticas mais equilibradas ecologicamente, a pequena propriedade, à imagem de sua forma tradicional, apresenta, finalmente, várias vantagens adicionais (OPHULS, 1977 e SACHS, 1986a : 32).

Cabe ressaltar que esta posição do MST tem gerado um certo preconceito contra assentamentos organizados com base na agricultura familiar, além de um distanciamento dos demais agricultores associados a esta forma de organização. Ora, se a pequena produção apresenta-se realmente inviável, não haveria assim necessidade de defendê-la dos mecanismos que a ameaçam - sobretudo se nela encontra-se embutido um viés ideológico considerado inadequado⁵¹. Porém, o sucesso de cooperativas de produtores, baseadas numa complementação entre a

agricultura familiar e o cooperativismo⁵². em vários países, deveria reforçar a impressão de que estas duas formas (a orientação coletiva e o interesse próprio) não necessitam ser vistas como mutuamente excludentes.

b) a noção de nova sociedade

Os assentados identificam a "nova sociedade" como um sistema "socialista" onde a terra pertenceria aos "trabalhadores", sem "exploração" do trabalho agrícola, e com a institucionalização de formas de organização preferencialmente coletivas, baseadas na ajuda mútua e na participação efetiva nos processos decisórios.

Inspirada nestes princípios, a experiência do grupo coletivo já representaria, apesar de seu escôpo restrito, a antecipação desta nova sociedade⁵³. Isto, apesar de sua inserção num sistema capitalista : *"Nova sociedade que eu entendo, é que nem nós tamo aqui hoje. Nova sociedade, tão mudando, né, tentá mudá"*(A); *"Eu acho que nós temo vivendo já numa nova sociedade"*(T); *"Noutros lugares não se tem direito como aqui. Em lugar nenhum"*(Z).

O MST, por sua vez, conserva uma ótica mais cética, reconhecendo as coações impostas pela natureza do atual sistema social sobre a dinâmica real dos grupos coletivos. A ambiguidade das relações sócio-econômicas desses grupos seria vista como uma contradição : uma empresa e um

conjunto de normas baseadas em princípios socialistas em pleno capitalismo : *"Porque tu tá tendo uma prática socialista, mas não tá deixando de contribuir com o capitalismo"*(I).

A noção de "nova sociedade" estabelece todavia um contraponto face a um sistema que marginaliza os assentados, oportunizando a sondagem de alternativas realistas. Embora as experiências coletivas não possam ser vistas como indicadores de uma revivescência de modelos utopistas, elas parecem se constituir em possíveis reforçadoras de tendências disruptivas no âmbito do sistema social dominante (KROTZ, 1990 : 25).

c) vícios

A idéia de "vícios", bastante utilizada entre os assentados, parece ter sido tomada de empréstimo de um autor influente no MST : Clodomir S. de Moraes. Considerando que todas as "empresas associativas" defrontam-se com "inimigos" internos e externos, este autor identifica os primeiros como os "vícios das formas artesanais de trabalho" (MORAIS, 1986 : 27), que tendem a minar sua base de sustentação : a coesão e a disciplina. O "comportamento ideológico" do camponês seria do tipo artesanal, representado pelo *"...produtor que começa e termina o processo produtivo de determinado*

artigo"(IBID : 12). Os "vícios" se classificam em oportunistas e subjetivistas. O primeiro tipo seria reflexo de uma "subideologia gerada pela propriedade privada dos meios de produção", e o segundo de uma "visão idealista determinada pelas formas artesanais do trabalho"(IBID : 28-29).

Haveria nesse sentido uma "incompatibilidade de tipo estrutural" entre o camponês tradicional e a empresa associativa, porque as associações seriam estruturas baseadas na divisão do trabalho, e os camponeses artesãos (IBID : 13). Em função disto, a superação dos "vícios" poderia se dar de três formas distintas: participação em grandes empresas; participação nas ações de grandes organizações; e participação em cursos especiais como o "laboratório experimental" para a formação de quadros de organizações de estruturas complexas (IBID : 18). O MST já teria utilizado as duas últimas formas⁵⁴, e estaria atualmente implementando a primeira através do SCA.

Os "vícios do agricultor" seriam, portanto, tipos de comportamento considerados inadequados diante da necessidade de constituição de uma consciência "superior" da realidade. Esta seria caracterizada não somente pela capacidade de resolução coletiva de problemas, mas também por uma contraposição entre o falso e o verdadeiro. O falso, neste caso, está representado pelas ideologias que

sustentam o capitalismo e suas consequências; e o verdadeiro, pela crítica ideológica fundada em uma certa interpretação do marxismo.

O desafio interno de maior destaque que se coloca para o grupo investigado equivaleria a *"essa mudança da pessoa do individual para o coletivo"*(I), eliminando-se os "vícios". Tratar-se-ia de um processo árduo de mudança de hábitos arraigados : *"O capitalismo tem raízes muito profundas"*(Q).

A concepção que os assentados tem desta problemática comporta os seguintes traços :

- crítica do individualismo e/ou personalismo, visto como um tipo de mentalidade avessa à CA, e que considera o interesse do indivíduo acima do interesse coletivo : fazer tudo "do jeito que ele próprio quer", "querer ter mais".

- crítica da tendência de "fazer de tudo", que condiciona a persistência do trabalho "artesanal".

- defesa de valores que reforçam o ideal de convivencialidade, em antítese àqueles que têm lugar na sociedade mais ampla : fofoca, falsidade, hipocrisia, violência, desrespeito, falta de companheirismo, falta de disciplina :

"O esquema da nossa sociedade hoje é bem diferente da convivência que a gente quer aqui. Hoje a gente se respeita aqui dentro como família. Que na realidade, lá

fora. é cada um pra si e Deus pra todos"(T).

Com a supressão dos "vícios" um "novo homem" emergiria automaticamente, antevendo as relações convivenciais de uma sociedade qualitativamente superior. Isto não impede que as representações sobre a natureza e intensidade dos "vícios" e de seus impactos sobre a realidade cotidiana estejam muitas vezes discrepantes no grupo.

A fragilidade desta concepção parece residir num certo "maniqueísmo moral"⁵⁵, que tende a impôr a hegemonia dos interesses coletivos, deslegitimando as diferenças subjetivas e a pluralidade de interesses individuais.

d) O "evolucionismo".

A trajetória do grupo é percebida muitas vezes em termos de uma evolução quase linear através de etapas relativamente previsíveis, sob risco de regressões eventuais passageiras. A imagem de um trem que, representando o grupo, atravessa sucessivas estações, desde a fase anterior às ocupações até a implementação da CPA. Outros grupos de assentados representariam outros trens, que deveriam repetir o mesmo percurso.

Nos depoimentos, o número de etapas desta "evolução" é visto de forma relativamente diferenciada, dependendo do que se procura enfatizar. As lideranças aludem à duas.

A primeira, caracterizada pela educação, pelo reconhecimento mútuo, e pelo "basismo", onde a meta seria liberar ou purgar o agricultor de seus "vícios". Na etapa posterior, os "vícios" teriam sido praticamente superados, e a centralização da gestão otimizaria a eficácia empresarial.

Este enfoque corre todavia o risco de eliminar as características constitutivas dos sistemas sócio-culturais, onde as atividades não são naturais, óbvias, ou imanentes : apesar das coações estruturais, elas são contingentes e abertas a um leque de opções alternativas (BUCKLEY, OP.CIT.). Isto é, as "ferrovias" são também construídas com novos materiais encontrados pelo caminho, e suas direções escolhidas conscientemente, apesar dos limites impostos pela "configuração territorial".

e) mística e "sacrifício pela causa"

A idéia da necessidade de uma "mística" faz parte do ideário político-ideológico do MST. Parece denotar um tipo de motivação profunda capaz de condicionar o comportamento e dotar de "carisma"⁵⁶ certos objetivos e ações políticas. As romarias da terra, as celebrações das datas das ocupações e da conquista dos assentamentos, a bandeira e os hinos do MST desempenhariam esta função. Esta motivação, alimentada inicialmente por um sentimento de

natureza religiosa, de forma a "sacralizar" as noções políticas do Movimento (GAIGER, OP.CIT.), parece perder progressivamente seu conteúdo propriamente religioso⁵⁷.

Trata-se de animar os trabalhadores para a "luta", não somente pela imagem abstrata de um novo sistema social, mas inclusive pela concretização, na subjetividade e cotidiano de cada indivíduo, da idéia de um "novo homem", através da superação dos "vícios" e do engajamento na "causa".

O fenômeno parece-nos similar aos sentimentos de "sacrifício pela causa" e de fundamentalismo místico, que marcaram a simbologia política dos anos 60 (LECHNER, 1987). Direcionados, ao menos implicitamente, para a "redenção da alma", estes signos teriam feito *"...penetrar en la cultura política la idéia de la futilidad de los intereses y deseos individuales"* (IBID. : 26).

Nesta experiência de grupo coletivo o "sacrifício pela causa" tende a sobrepor os interesses coletivos aos individuais, priorizando o futuro em detrimento do cotidiano. Um novo sistema social é projetado num devir impreciso, mas necessário. O "sacrifício" representa um papel dúbio : apesar de sua tendência à desvalorizar o cotidiano e a subjetividade em função da "causa", contribui para fortalecer a capacidade de resistência nas duras condições dos acampamentos.

Está em jogo também um certo sentimento de ameaça e de sofrimento, representado por toda uma gama de reações ligadas ao medo da tortura, da expulsão, da violência e do assassinato, bem como à precariedade, materializados em relatos dos companheiros de luta, ou nas suas próprias vivências. Por outro lado, parece alimentar uma gratificação produzida pela dedicação à uma causa considerada justa e verdadeira. Situações extremas de desamparo parecem favorecer, assim, o êxito de idéias carismáticas, estimulando a busca de alternativas às vezes utopistas face à um contexto de precariedade⁵⁸.

Enfim, o sentimento de desamparo também revigora os laços de convivência solidária e a busca de valorização do camponês e da mulher. Uma identidade comum é criada e reforçada, contrapondo-se à constante ameaça da atuação dos "inimigos de classe".

Nesse sentido, um dos elementos determinantes desta mística é a própria cooperação, encarada não só como instrumento econômico, mas de satisfação imediata e "esperança", sobretudo no que toca às CPAs e ao SCA : *"Então há sempre alguma coisa que espera nós lá, né. Então o que falta é isso. Questão de cooperativa...(a gente) acredita muito, né"*(O). Como ressalta FRANCO "...as formas de cooperação desempenhariam a tarefa de resgatar a mística tão fortemente presente no momento da luta pela

terra, mantendo acesa a chama da "união"..."(OP.CIT. : 179).

f) os valores em jogo

A igualdade e o coletivismo despontam como valores fundamentais do grupo. A igualdade parece significar a repartição das vantagens da cooperação sem discriminação ou privilégio :

"a importância da igualdade é que todo mundo tem o mesmo direito de viver (...) Tu não pode ter mais do que eu, e eu mais do que tu"(T); "Tudo, tudo que é no mundo igual, né. Não um mais pobre, outro mais rico, não...Seria acho que muito bom, né, de viver. (...) Mas quando isso aí? Quando Jesus Cristo virar de perna pro ar, né(risos)"(A).

A busca de relações igualitárias visa não só assegurar a satisfação de necessidades materiais, mas favorecer a coesão do grupo, evitando conflitos ligados à distribuição de riqueza:

"Que talvez eu possa me queixar, porque tem três, quatro cabeça de gado a mais, né, e não posso ter o mesmo direito de...(...), então eles viram a mesma coisa que nem tá a sociedade, a sociedade hoje, né. E até que não tiver condição de comprar, tirando, né, as coisa individual, (...) atrapalha o andamento do grupo"(A).

No processo de internalização deste valor nas práticas do grupo cabe destacar inicialmente um período de equiparação de bens e de sua concentração na propriedade coletiva. Este fato parece ter influenciado a desistência dos membros mais bem dotados de bens materiais. Além disso, a busca de remuneração igualitária para trabalhos desiguais acaba gerando problemas :

"Quando a gente formou o grupo, a gente tinha essa de que todo mundo devia ser igual, (...). Só que aí tu não estimula. Na igualdade um fica na sombra do outro.(...) Os maiores problemas internos se dá por isso,..."(I).

Rompendo com esta fase, a distribuição de renda passa a ser diferenciada conforme o tempo de trabalho alocado, dentro de limites considerados aceitáveis.

Por outro lado, a distribuição segundo o critério das necessidades não poderia se estender à todos os frutos do trabalho produtivo. Entre outros fatores, porque se julgava que a distribuição dos resultados deveria ser compatível ao trabalho dispendido.

De qualquer forma, a igualdade e/ou a diferença permanecem como instrumentos a serviço da manutenção da coletividade, seja para assegurar sua coesão, seja para estimular maior produção econômica.

g) o coletivismo

As tensões entre interesses individuais e coletivos assumem formas diversas no grupo. A defesa de interesses individuais incorpora não somente a base jurídico-normativa embutida no regimento interno : os assentados argumentam, em processos de tomada de decisão⁵⁹, sobre os direitos que teriam se fossem produtores familiares, como maneira de defender o interesse próprio. Por outro lado, os argumentos em defesa do interesse coletivo também enfatizam a necessidade de se considerar elementos não normatizados, baseando-se na prescrição de comportamentos e valores, como por exemplo, a demanda de uma "ética de dedicação ao grupo".

Como pano de fundo desta polêmica constata-se uma diferença de opções ideológicas que, no limite, aparecem como antíteses : o "coletivismo filosófico" versus o "individualismo filosófico" (BOETTCHER ET AL., 1982). Na primeira forma, o coletivo⁶⁰ é considerado o valor supremo, onde o indivíduo restringe-se à figura de mero instrumento, o que legitimaria o controle do seu comportamento. Na segunda forma, a relação é inversa, permanecendo o coletivo apenas como meio para o alcance de finalidades individuais, garantindo-se a perspectiva de rejeição de suas normas. Na realidade, esta tensão não nos parece tão simplistamente maniqueísta, se bem que exista

quem considere, "à priori", o modelo de grupo coletivo como forma superior de organização, ou quem valorize em excesso a "autonomia camponesa", seja na propriedade, no trabalho, ou nas decisões políticas.

Em relação à avaliação das formas diferenciadas de CA, existem duas tendências no MST. A primeira tende a relativizar os ganhos e perdas de cada uma, a flexibilidade em sua criação, e o estágio incipiente destas experiências (MST, 1989a) :

"..., nós não temos uma experiência onde pode se dizer : o trabalho coletivo tem que ser administrado assim. (...) E não existe aqui no Brasil (...), onde todo mundo decide. (...) Nós temos CPAs, (...)...mas é uma experiência"(V2).

Porém, a tendência predominante considera a CPA, à priori, como "uma etapa superior da socialização e da cooperação agrícola" ⁶¹, visualizando nas pequenas associações apenas uma "etapa" do desenvolvimento cooperativo, em geral, tendendo ao fracasso (MST, s.d. : 04-05). A CPA é vista pelo MST como uma "forma superior" de se organizar grupos coletivos, também em termos ideológicos ou éticos, porque "superaria" as formas tradicionais de propriedade privada sobre os meios de produção⁶² (JTRST, nov. 1990 : 4). Como ilustra o expressivo depoimento de um assentado : *"Mais próximo do socialismo é produzir e pensar coletivo"(I).*

Mas existem formas mistas de sucesso comprovado⁶⁷, apresentando vantagens em relação às formas coletivas, como o favorecimento de maior independência individual (BENECKE, 1980 : 99). Além disso, predominam numericamente, inclusive nos países com economias planificadas (IBID).

O aumento da divisão do trabalho pode ser considerado como um dos fundamentos econômicos da cooperação (MST, 1989, p.19), e o trabalho coletivo como necessariamente mais produtivo que o organizado sob bases familiares (GOMEZ, 1983 : 67). Mas há quem conteste que coletivização e aumento da produtividade sejam equivalentes : *'nada havendo que garanta a manutenção do ritmo, da intensidade e da extensão da jornada de trabalho, a produtividade pode, de fato, cair'*, o que seria um problema enfrentado também em processos mais globais (ESTERCI, 1984 : 60).

Além disso, a nosso ver as possibilidades do desenvolvimento complementar entre a produção agropecuária e a industrialização rural não se restringem às associações baseadas em processos de produção coletivos, como consideram MALUF E BILBAO (1988 : 94). Pois as cooperativas de serviços dispõem de condições de implementar o processamento agroindustrial através do uso de assalariamento, como as cooperativas de comercialização convencionais⁶⁸.

Como um pressuposto ideológico, esta versão considera que a pequena propriedade deveria ser eliminada : *"a condenação é absoluta e não distingue formas : a propriedade privada camponesa é equiparada em certos termos à propriedade privada capitalista"*(ESTERCI, 1984 : 56). Modelos diversos de CA que recusam a coletivização da produção tenderiam assim a ser discriminados⁶³, gerando nos atores um sentimento de exclusão e deslegitimando o potencial de estruturação da CA baseado no princípio de complementação entre cooperativismo e produção familiar. Estas observações ganham respaldo à medida que a coletivização da produção tem se demonstrado pouco assimilável entre os assentados em geral⁶⁴.

O MST tem apresentado indicadores no intuito de comprovar empiricamente a adequação de suas preferências ideológicas⁶⁵. Efetivamente, as formas mistas⁶⁶ de cooperação apresentam certas desvantagens de escala em relação às formas coletivas, pois *"...nem sempre são utilizadas as "operações de linha larga" para o preparo da terra e para as colheitas (se a venda da produção é feita em separado por cada assentado), devido aos limites impostos pelas parcelas, desperdiçando-se, assim, uma boa dose de racionalidade no uso dos implementos* (MALUF E BILBAO, 1988 : 96).

Enfim, concordamos com a posição de Henry Desroche (1976), segundo a qual uma definição apriorística das melhores formas de cooperativismo seria absolutamente inaceitável. O que aparece como dado a priori são apenas contextos e valores específicos, capazes de condicionar desempenhos diversos de diferentes modelos de cooperação.

Embora o projeto cooperativista contemple originalmente a compatibilização entre finalidades individuais e coletivas, a experiência representada pela "comunidade cooperativa" sugere uma sobrevalorização do "coletivo" em detrimento do "individual".

No caso de nosso grupo, poderia-se pensar em diversas combinações possíveis entre valores como "igualdade" e "liberdade", considerando as diferentes trajetórias e opções em jogo, e fazendo juz à diversidade constatável no dissenso existente e nas evasões ocasionais. Talvez, a permissão de uma pequena margem de diferenciação econômica, asseguradas as necessidades básicas, poderia ser aproveitada como fator importante de estímulo ao fomento da produtividade.

A valorização do coletivo não implica necessariamente, nesse caso, na restrição do espaço de autonomia camponesa. Desta forma, o reconhecimento de uma pluralidade de valores e a preservação de uma certa margem de escolhas poderia favorecer a busca de

complementariedade entre interesses grupais e individuais⁶⁹, aumentando as chances de estabilidade de grupos de cooperação na produção a longo prazo.

6.5 Educação, saúde e estilos de vida

6.5.1 A procura de uma educação integrada ao grupo

A unidade de ensino de primeiro grau do assentamento absorve atualmente trinta e cinco alunos⁷⁰ e duas professoras, contratadas pela Secretaria Municipal de Educação. Seus equipamentos podem ser considerados deficientes.

O próprio grupo de assentados arca com as despesas de aquisição do material escolar. O planejamento educacional é realizado por uma comissão composta por seis membros do grupo incluindo-se aqui as professoras. Os conteúdos contemplam programas de alfabetização, as diretrizes gerais do sistema de ensino público, e temas relacionados à problemática do MST e do próprio assentamento. Isto confirma um estilo pedagógico peculiar, que acaba estimulando uma visão crítica das escolas tradicionais : "...que noutra comunidade quem planeja o estudo é a professora mesmo. Que vem com o material de cima, da coordenadora"(0).

Através de visitas aos locais e trabalho, os alunos são levados a um tipo de conhecimento personalizado das diversas atividades que são desenvolvidas no assentamento, bem como dos métodos de organização do grupo e da origem dos produtos consumidos no cotidiano⁷¹. Os alunos estão divididos em comissões, reproduzindo os princípios de organização do grupo, e revezam-se nas tarefas de manutenção da escola.

As encenações constituem outro recurso pedagógico cultivado. Aqui os alunos fazem uso da representação teatral como forma de internalização de marcos históricos e comemorativos considerados importantes, como o "vinte e cinco de maio", data da ocupação de terras (em 1985), além da data de inauguração do assentamento e do dia do agricultor.

A partir da quinta série os alunos deslocam-se para prosseguir os estudos em Flor da Serra. A prefeitura oferece eventualmente merenda escolar e passagens⁷².

Os assentados pretendem ampliar a escola para atender o primeiro grau completo. Cogitam também da criação de uma escola técnica agrícola⁷³.

O índice de analfabetismo perfaz 10,88 % para todo o assentamento, representando um número expressivamente menor do que a média estimada para o conjunto de assentamentos do Estado, que perfaz 38,5%⁷⁴.

6.5.2 Saúde

O atendimento de saúde no assentamento apresenta-se precário. A população não dispõe de posto de saúde e de assistência médica regular.

Existe em funcionamento uma comissão de saúde responsável pelos dois grupos. A comissão de saúde do grupo 2 integra três membros⁷⁵, entre os quais uma agente que participa da coordenação estadual do setor de saúde do MST (e da pastoral da saúde no município), com conhecimentos de primeiros socorros e homeopatia⁷⁶.

As enfermidades mais comuns no assentamento são o resfriado, a enxaqueca e a anemia⁷⁷. A assistência fornecida pela comissão de saúde apresenta um êxito considerável, principalmente no caso da diarreia e do resfriado. A medicina natural é muito disseminada⁷⁸. Há preocupação com a qualidade da alimentação, e com o impacto do uso de venenos agrícolas.

A chamada "doença dos nervos" é bastante comum entre os assentados. Teria sido condicionada pelos longos períodos de privação - doença, fome, frio, e tensão - experimentadas sobretudo desde a época das ocupações.

Em casos de acidentes ou partos, recorrem ao hospital de Dionísio Cerqueira, apesar das dificuldades de deslocamento⁷⁹ e das deficiências de atendimento⁸⁰.

O tratamento dentário comportaria problemas semelhantes. É realizado no vilarejo de Flor da Serra ⁸¹.

O saneamento básico constitui uma prioridade para a comissão de saúde. Tornou-se tema central de campanha estadual do MST em 1989, onde todos os assentamentos interromperam suas atividades por um dia para a construção de fossas e esgotos, e aprenderem sobre a importância do saneamento através da divulgação de uma cartilha⁸².

O asseio das casas e arredores é feito com tal presteza que poderia surpreender qualquer observador desavisado. Além disso, a SAA teria escolhido recentemente este assentamento para a implementação de um programa modelo de saneamento e abastecimento de água.

6.5.3 Estilos de vida⁸³

A seguir são resgatados aqui alguns aspectos relativos ao uso do tempo no cotidiano, ao planejamento familiar, e aos arranjos habitacionais.

a) Planejamento familiar

A maioria dos casais tem apenas um ou dois filhos. Caso dispusessem de melhor situação econômica admitem que alcançariam uma média de três filhos. Esta restrição é assumida em função das adversidades materiais e da

expectativa de garantir o estudo dos filhos : "...a gente não tem jeito, né, dá roupa, comida, estudo e tudo. E daí se a gente tiver um monte de filhos a gente não pode dar condições, né"(D). Os métodos de prevenção são amplamente utilizados, mas há quem critique o planejamento familiar em nome das estratégias de luta do MST :

"Pra nós não seria vantagem ter menos gente, porque além de que matam as liderança, então sempre né, e a gente tá ficando velho, né, e acabou os velho, vai ficar quem ? (...) Fica provavelmente ninguém, e os rico põem bastante..."(P2).

Por sua vez, a sexualidade permanece uma dimensão controvertida : "sexo ainda é tabu, ainda mais para o agricultor"(F2).

b) Cotidiano e interatividade

A vida cotidiana do assentamento está impregnada de convivialidade. Tanto no âmbito do próprio grupo 2, como entre os dois grupos e entre as populações que habitam os demais acampamentos e assentamentos, isto se traduz na diversidade de vida associativa - das frequentes campanhas políticas aos jogos grupais e às visitas. Dentro da comunidade circunvizinha, esta interatividade começa surtir efeitos, estabelecendo-se relações de amizade.

Os vínculos familiares são densos, favorecendo articulações em termos de ajuda mútua - para construções de casas ou para alimentação em tempos de necessidades.

A participação em mobilizações, cursos e encontros nos mais diversos lugares (Brasília, Florianópolis, etc), amplia esta rede interativa. Destaca-se aqui a experiência dos liberados, que por vezes trabalham em outros Estados ou fazem cursos em outros países, e que contribuem para a disseminação de inovações.

Finalmente, persiste um fluxo regular de pessoas vinculadas à instituições religiosas, políticas e científicas, inclusive estrangeiras⁸⁴ visitando o assentamento. São frequentes as excursões de pequenos proprietários, geralmente vinculadas à Igreja Católica. Especialmente porque representariam um grupo modelar na sua experiência de CA.

Todos parecem unânimes em reconhecer na hospitalidade, uma das marcas registradas dos assentados.

c) Tempo livre e lazer

As "rodas de chimarrão" são a principal opção de lazer para as mulheres. Reúnem as famílias para o bate-papo regado a mate doce e baciadas de pipoca, circulando entre todas as casas do grupo. Tal como as outras opções de lazer, as "rodas" acontecem nos finais de semana e nos

dias chuvosos onde há dispensa do trabalho.

Os jogos de futebol reforçam o processo de integração com as comunidades vizinhas.

No uso do tempo livre, o hábito da leitura ocupa um espaço restrito. O grupo prefere os "hobbys", a visita às lavouras, a horticultura, a pesca, o conserto de instrumentos de trabalho. Para os jovens, os bailes permanecem atrativos, e a opção mais próxima situa-se no vilarejo Flor da Serra.

Nos jogos de baralho, contar "causos" e fazer chacotas dão o tom. Os homens jogando à mesa, as mulheres conversando atrás do fogão, e as crianças do sexo masculino jogando no chão, demarcavam a divisão sexual do espaço e dos costumes. Há também reuniões para cantoria em algumas noites.

As festas e comemorações são um aspecto de destaque da sua inserção no desenrolar do tempo. As datas religiosas tradicionais, como a Páscoa e o Natal, os aniversários, as datas que marcaram sua história, traduzem momentos especiais de descontração, alegria e criatividade. São rituais que se contrapõem ao sofrimento cotidiano, fortalecendo a tenacidade do grupo em sua labuta⁸⁵.

d) Arranjos habitacionais

O suprimento da demanda habitacional dos assentados não se tornou ainda possível. Em decorrência, os solteiros em geral moram juntos. Os diversos arranjos habitacionais agregam casais, solteiros e parentes. Os custos da alimentação, bem como as tarefas essenciais à rotina doméstica são repartidos.

A decoração interior da maioria das casas tende a expressar a diversidade ideológica do grupo, aliando o culto da tradição à abertura de novos valores sócio-políticos. Cartazes do MST, PT, CUT e CPT coexistem com retratos de Charles Chaplin e Ernesto "Che" Guevara, motivos da religião católica e temas da luta pelo socialismo.

e) Religião : o ecletismo

"...,a terra cria, a terra come,..."

A religiosidade teria desempenhado um papel de motivação fundamental na "luta" dos sem-terra (LISBOA, 1988). Porém, ela parece ter esmorecido posteriormente. E isto, em função de uma nova visão de mundo paulatinamente incorporada. Esta tende a valorizar a crítica ao caráter conservador da Igreja Católica, associando, num primeiro momento, uma dimensão política às práticas religiosas.

Num segundo momento, os discursos tendem a se

diversificar, ora expressando uma tendência ao amálgama de elementos de religiosidade tradicional e da Igreja progressista, ora refletindo um certo materialismo de inspiração marxista, resultando eventualmente em posições contraditórias.

Os rituais religiosos, como os batizados e os casamentos, a comunhão e a crisma, não são abandonados, apesar de muitos depoimentos esvaziarem sua relevância mística em favor do prestígio social que suscitam :

"E hoje se tu não é também, amizade também, e Igreja tudo, tu não é nada bem visto, né.(...) Eles dizem que se cria um bicho, né, quem não se batiza, né; diziam, né; antigamente"(A).

Seja como for, ocorre um processo de adaptação desses rituais à nova visão de mundo do grupo. Nesse sentido, o próprio conteúdo das missas passa a ser sugerido nas interações com o sacerdote responsável pela ação evangélica na região.

Apesar das mudanças na representação dos conteúdos religiosos, o catoliscismo parece manter-se como tradição para boa parte do grupo, como demonstram as decorações das casas e a permanência dos rituais :

"(..), a nossa maior parte gosta de Igreja também, né, na verdade também, rezar, né. (...) Talvez eu não goste mas o outro gosta.(...) E faz bem pro grupo também, né"(A)

NOTAS - CAPITULO 6

1. Aprovado em assembléia, e assinado por todos os implicados, em 17 de março de 1990.
 2. Dentre os motivos alegados para as desistências destacam-se : opções profissionais não compatíveis com as oferecidas no assentamento; descontentamento quanto à distribuição de tarefas no grupo; incompatibilidade ideológica. Vale notar que três dos desistentes montam um grupo de CA de dez a doze famílias no assentamento "Rio dos Patos", em Lebon Régis, com associação de máquinas, investimento e venda conjunta. Rejeitam portanto, a coletivização da terra e do trabalho.
 3. Isto equivale à trinta por cento (30%) do total do trabalho aplicado, calculado com base no salário mínimo.
 4. O regimento proíbe a troca de lotes entre assentamentos. Ao que parece, a excessão foi aberta em função das relações de parentesco entre as famílias desistentes e o grupo.
 5. As decisões são tomadas por consenso, senão por maioria simples (e com a presença da maioria simples dos membros). O voto em assembléia é a partir dos dezoito anos. Na medida em que cada associado dispõe do mesmo número de votos e que as maiorias decidem, preserva-se a igualdade de direitos dos sócios, característica essencial das cooperativas (BENECKE, 1980 : 95-96).
 6. Desde a efetivação do assentamento, apenas um membro havia sido incorporado na coordenação.
 7. Problemas de especialização de lideranças e acúmulo de cargos foram também observados em outros assentamentos - veja ZIMMERMANN, 1989 : 165 e MEDICI, 1991 : 35-38.
 8. No que se refere à escolarização, 76% do grupo haviam completado o ciclo da terceira à sexta série do primeiro grau e 10% haviam completado o primeiro grau. Somente 14% conseguiram ingressar no segundo grau. Três casos de especialização foram identificados, nas áreas de contabilidade, monitoração agrícola e jornalismo (sendo os dois primeiros incompletos)
- Há quem exerça cargos de destaque dispondo apenas do nível primário. Ao mesmo tempo, muitos dos que chegaram a completar o primeiro grau, não exercem qualquer cargo de gestão. A aprendizagem informal obtida através do esforço de organização em sua trajetória como "sem-terra", parece ter representado um espaço privilegiado para a formação de lideranças. Seja como for, a formação intensiva através da participação em cursos, parece constituir um critério de clivagem cada vez mais nítido entre lideranças e os demais assentados.
9. Na medida em que aumenta a vantagem informativa dos dirigentes da cooperativa, reduzem-se as possibilidades dos demais sócios imporem seus próprios interesses (BENECKE, 1980 : 88). Não se trata aqui de imaginar uma absoluta eliminação da diferenciação entre saberes sobre um determinado campo do real, mas de considerar quais as relações possíveis entre tais saberes e suas implicações.
 10. Os "liberados" são indicados pela Secretaria Estadual do MST, indicação esta que deve passar pelo crivo da assembléia. O grupo dispunha, em 1990, de quatro liberados. A última indicação foi postergada, em função de sua precária situação econômica do grupo.

Alguns membros criticaram um certo descomprometimento dos liberados com os problemas rotineiros do grupo. No entanto, a partir de uma situação econômica mais favorável, percebem que a liberação deveria ser estimulada. Sua atuação é considerada altamente relevante, seja para contribuir ao avanço da luta em prol da reforma agrária, seja para a aquisição de novos benefícios para o grupo, tais como o acesso à informações, e os

processos de negociação com o Governo. Os liberados são percebidos como dotados de coragem e determinação, sacrificando-se pela causa. Além disso, pela liberação implicar na separação da família, muitos membros do grupo não teriam interesse em assumi-la, e todos que o fizeram são solteiros.

11. A rotatividade de lideranças constitui uma das formas que o Movimento encontrou para defrontar-se com a violência no campo.

12. Neste sentido, a despersonalização da relação entre os associados e cooperativa costuma resultar em maior controle democrático das decisões e maior estabilidade. Isto não significa entretanto, o cultivo da despersonalização entre os sócios, considerada de vital relevância para a estabilidade cooperativa (IBID).

13. O processo usual de tomada de decisões passa pela formulação de propostas da diretoria e da coordenação, pelo debate destas nas reuniões dos núcleos, e finalmente pela deliberação nas assembleias ordinárias. Já a alocação do trabalho passa pelo crivo das equipes de trabalho.

14. Além disto, Como regra geral do desenvolvimento cooperativo, o grau de participação é inversamente proporcional à prosperidade econômica, devido ao crescimento das dimensões e da complexidade das técnicas envolvidas (DESROCHE, 1976 : 30-31).

15. No início de 1989, um quarto da mão-de-obra masculina do grupo permanecia voltada para preocupações de ordem política, restringindo os resultados auferidos da produção. Ora, a precariedade econômica do grupo poderia afetar seus objetivos políticos.

16. O MST chegou a organizar diversas "jornadas de luta" e outras manifestações com a CUT, e com Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Nas diversas audiências que o Movimento obteve com o governador catarinense, ou com o Ministro da Agricultura, representantes destas instituições em geral estão presentes. Há uma série de outras entidades que também apóiam o Movimento em suas manifestações.

17. Em SC há um saldo de quatro mortos em conflitos pela terra, e dezenas de incidentes. Veja sobre a violência no campo "Uma foice longe da terra", de Frei Sérgio Gorgen (coord.), Petrópolis : Vozes, 1991, e "O massacre da Fazenda Santa Elmira", Petrópolis: Vozes, 1989.

18. Houve tribuna livre, celebração, debate, e encenações da ocupação de 25 de maio de 1985, e da tombada de "mártires" trabalhadores rurais, sindicalistas e religiosos, realizadas pelas crianças (JTRST, nº 107 : 12).

19. Podem congregar participantes de diversos assentamentos e de Estados, e também de outras instituições, como Universidades, cooperativas e centros de pesquisa. Depoimentos apontam que a montagem de uma empresa coletiva através do laboratório nem sempre teve sucesso, a exemplo do assentamento "Rio dos Patos", em Lébon Régis, SC. Há também os "mini-laboratórios", assim denominados, em função de sua realização em um período mais curto de tempo. A respeito, veja MORAIS, 1986.

20. Para ARNS (1991) há coincidência entre as duas formas, sendo a "formação integrada" um nome substituto dos "laboratórios" em função da frustração destes últimos. Os depoimentos que obtivemos, entretanto, indicaram uma certa diferenciação.

21. Vale notar que a primeira CPA legalizada começa através deste laboratório, realizado de 17/09 à 17/10 de 1989, e que todas as CPAs de SC foram alvo de cursos de laboratório ou de formação integrada.

22. Em função de fatores como o aumento da precariedade econômica do grupo (exarcebada pela seca do verão de 1991), insatisfações em relação às assimetrias no trabalho, e desistências de amigos ou parentes. O foco

principal do curso incidindo em questões econômicas, políticas e de história geral, teria colaborado para minimizar uma superestimação do peso de fatores internos ao grupo na explicação de seus problemas.

23. O MST vem encontrando dificuldades na gestão financeira dos cursos, geralmente onerosos e sem retorno econômico de curto prazo. Esperava-se que a dinamização dos assentamentos permitisse o financiamento dos cursos.

24. A tendência à ideologização em cooperativas da América Latina é ressaltada por Dieter Benecke, sendo que para ele "...a matéria sobre o funcionamento operacional da cooperativa deveria ocupar pelo menos o mesmo espaço que os fundamentos históricos e ideológicos"(1980 : 209). Não se trata de defender uma suposta neutralidade científica do formador. O compromisso ideológico sério deveria procurar reconhecer o dinamismo e as ambiguidades dos conhecimentos, com o instrumento da dúvida, sob pena de empobrecer sua capacidade de transformar o real.

25. Mesmo que o curso tenha a duração de dois meses, os participantes não deixam de receber sua remuneração mensal regular. Já no caso de produtores familiares, além desta remuneração não ser percebida, as demandas próprias de sua atividade econômica dificultam deveras seu afastamento da propriedade.

26. O contraponto é, muitas vezes, as próprias famílias dos assentados, que produzindo individualmente, estariam em má situação : "(...), eu vejo os próprio meus irmãos e meus pais que tão lá pensando"(A).

27. Veja MORAIS, 1986.

28. O mesmo fator aparece entre os motivos de não integração à CPAs cubanas, segundo Ernel G. Mastrapa e Nyurka P. Rojas, em "Economia campesina y cooperativa en Cuba : el caso de los campesinos caneros de la provincia Habana", Universidad de La Habana, mayo de 1991. Mimeo. E também em BONIM ET AL. (1987 : 89).

29. Alguns chegaram a dormir somente cinco horas por noite, e outros trabalhavam de pé durante onze horas diárias.

30. No caso do Estado de São Paulo, com uma comparação da renda entre os assalariados rurais e a dos assentados, "...constata-se que nos assentamentos mais consolidados o rendimento familiar é sensivelmente superior ao obtido em média pelos trabalhadores rurais assalariados (...)"(MALUF E BILBAO, 1988 : 48-49).

31. A carência alimentar é característica na trajetória de boa parte do grupo, para os quais, a alimentação melhorou. Para os demais ela permaneceu similar.

32. Vale lembrar a singularidade das oportunidades de viagens para estes atores : "muita gente nunca teve oportunidade de viajar para fora e agora vão"(W).

33. Há um único ônibus que percorre o assentamento, destinado a levar os estudantes à escola de segundo grau. Atualmente é necessário andar sete quilômetros para ir à vila mais próxima, Flor da Serra. E para ir à Dionísio Cerqueira é necessário andar quatro quilômetros para tomar um ônibus, que percorrerá trinta e cinco quilômetros até a cidade. Um pequeno mercado fica a quatro quilômetros, e um posto a seis.

34. Entre as razões de rearranjos associativos dos grupos do assentamento da "Etel", R.S., condicionados pelo critério da homogeneidade, ZIMMERMANN (1989) cita os seguintes : "divergências quanto às culturas a produzir, máquinas e implementos a adquirir...", proporção entre unidade de consumo, força de trabalho e renda, busca de autonomia, experiências diversificadas de trabalho, e "...vivência associativa e política além de estilos de liderança" (pp.129-130) e ainda o parentesco e um aporte inicial de recursos (p.146). A

- respeito, veja BONIM ET AL., 1987 : 86 e 89, BERGAMASCO E CARMO, 1991 : 66-67, e CASTELLS e PAULILO, 1991.
35. Vale notar a diferença entre este grupo, onde 51% dos membros eram filhos de pequenos proprietários, e 36% arrendatários, com o assentamento "Putinga", de Matos Costa, onde estes números perfazem respectivamente 11,46% e 62,42% (BATTISTELLI ET AL., 1988 : 42).
36. A vantagem está no fato de que as mulheres casadas só ganham 50% da renda em relação ao montante auferido pelos jovens acima de dezoito anos.
37. Veja o item 5.3 deste capítulo, no que se refere aos arranjos habitacionais.
38. Entenda-se por "de origem" os descendentes diretos de imigrantes, de acordo com uma distinção muito comum na região.
39. Entre os critérios de homogeneidade para a formulação de arranjos associativos dos grupos do assentamento da "Rtel", R.S., está a demarcação étnica : *"As famílias "de origem" encontram-se organizadas nos grupos modelares, estando em condições de individuais os caboclos"* (ZIMMERMANN, 1989 : 132).
40. Não há uma correlação estrita entre lideranças de assentamentos e maior propensão à CA sob bases coletivas : alguns assentados *"...considerados individualistas pelas lideranças (...) constituem grupos. Enquanto isso, grupos coletivos compostos por lideranças, e tidos como modelo, "racharam"* (BATTISTELLI ET AL., 1988 : 40 e 55).
41. O mesmo problema é anotado em relação à assessores do sindicalismo rural vinculado à CUT, que acabariam por reproduzir uma percepção *"estereotipada das classes e uma concepção etapista e mecânica da formação da sua consciência coletiva"* (PACHECO E LEROY, 1991 : 60).
42. A essência do socialismo não residiria na construção de um modo de produção, que pode ser no máximo sua premissa, e nem resultaria automaticamente dela. Residiria antes numa ética e num modo de vida que deveriam ser modelados segundo um sistema original de valores (SZCEPANSKI apud SACHS, 1986b : 55-56).
43. Em síntese, os "trabalhadores" só encontrariam uma perspectiva melhor de vida num sistema socialista, e ideal, num sistema comunista. O grupo se percebe como mais próximos do "socialismo" que do comunismo porque teriam necessidade de controle interno, e nesta última forma não haveria necessidade de controles ou coerção sobre os comportamentos. As regulações seriam, ao que parece, espontâneas e automáticas, sem existência de conflito ou antagonismo. A história aparece como determinada, teleológica, e linearmente ascendente.
44. Diversamente do movimento cooperativo, a CA para o MST é apenas um meio para a melhora das condições de vida dos trabalhadores rurais e para o reforço de um processo mais amplo de lutas. Vale lembrar que Lênin já haveria considerado o cooperativismo como o meio mais adequado para a socialização da terra, além de defender sua incorporação gradual (GOMEZ, 1983 : 41).
45. Embora haja limites na participação da mulher na gestão do grupo, é consenso que à luz de suas situações anteriores, a participação é muito mais expressiva.
46. Uma agricultura tipicamente predatória faria parte da trajetória dos assentados (BATTISTELLI ET AL., 1988 : 57). Cabe lembrar que o MST visou, por um momento, resgatar a elaboração de "tecnologias alternativas" para sua implementação em assentamentos, mas por diversas razões parece ter abandonado esse projeto.

47. A proibição da caça seria para permitir sua reprodução, e futuramente, para divertir : "fazer um dia de caçada".
48. Há vasta literatura que contesta e revê aspectos das concepções marxistas de história, campesinato, comunismo, "sujeito histórico", etc. Veja, por exemplo André Gorz : "Adeus ao proletariado", Rio : Forense Universitária, 1987 e LECHNER, 1987.
49. A idéia da impossibilidade da pequena propriedade de assimilar os avanços técnico-científicos e os ganhos de escala da organização do trabalho sob bases modernas viria de Marx (GOMEZ, 1983 : 38-43 e BINSWANGER ET ELGIN, OP.CIT.).
50. Veja por exemplo o artigo de José Eli da Veiga "Fundamentos do agro-reformismo", na revista Lua Nova, março de 1991, nº 23.
51. Veja a seguir o item "vícios".
52. As cooperativas de produtores predominam no cenário internacional, e tem um papel destacado na agricultura de países como a Alemanha (BOETTCHER ET AL., 1982 e DESROCHE, 1976).
53. José de Souza Martins percebe que há uma confusão entre meios e fins para este mesmo tipo de antecipação, no que se refere à algumas experiências de roças comunitárias (ESTERCI, 1984). Entretanto, parece-nos que, para o grupo analisado, a simultaneidade entre os fins e os meios permanece válida, na medida em que já usufruem, em seu cotidiano, de novas relações de convivência.
54. O próprio MST é uma grande organização, e os laboratórios foram experimentados em diversos assentamentos.
55. Uma certa espécie de "maniqueísmo moral" aparece em outras análises sobre o comportamento de assentados e de instituições interagentes. Há experiências onde teria havido uma divisão entre os associados e os produtores familiares, como se os primeiros fossem "bons" e os últimos, "não dignos de confiança" (D'INCAO, s.d. : 31). Em outras, líderes assentados procuram uma "conversão" de conteúdo moral e político, de uma situação caracterizada pelo "egoísmo, alienação, atraso, individualismo" para uma situação positiva onde predominam : "solidariedade, avanço, consciência e comportamento comunitário" (BONIN ET AL., 1987 : 89).
56. Não se trata de aplicar aqui o conceito weberiano de "dominação carismática", mas apenas de assinalar analogicamente a força mágica e mítica de influência sobre o comportamento grupal que o conceito sugere.
57. A relevância da religiosidade nos acampamentos já foi anotada (LISBOA, 1988 e GAIGER, 1987). A perda desta, ao menos em parte do MST, seria fruto da afirmação crescente de uma "concepção materialista da história".
58. Vale lembrar o caráter "mítico" que a idéia de comunismo exerceu diversas vezes, de tal forma que há autores que a comparam com um referencial religioso. Veja, por exemplo, Arnold Toynbee : "A humanidade e a mãe terra", Rio : Zahar, 1981.
59. Trata-se de uma discussão onde se polemizou sobre a obrigatoriedade do trabalho no domingo para se recuperar atrasos. No final, a opção individual prevaleceu, apesar de ter afetado o interesse coletivo. A maioria acabou trabalhando, mas a minoria pode optar.
60. O coletivo, no caso, pode variar de um mero grupo à um movimento social, ou uma nação.

61. Já na primeira Internacional Trabalhista, realizada em Bruxelas, posicionou-se a favor da propriedade comunitária da terra cultivada por cooperativas agrícolas (HORVART, 1990 : 31).
62. Outra razão para explicar esta preferência seria que as CPAs tem maiores condições de liberação.
63. Embora as unidades familiares cumpram seus compromissos tornam-se alvo de "desprezo político" e de exclusão social (ZIMMERMANN, 1989 : 131). Talvez esta postura traduza um certo "ceticismo sobre o potencial de mudança dos atores" (CASTELLS E PAULILO, OP.CIT.). Há que se considerar, porém, que a prioridade concedida pelo MST e pelos extensionistas aos grupos coletivos vem sendo facilitada pelo maior grau de politização destes grupos (IBID).
64. Parece que há geralmente uma resistência acentuada dos assentados à criação de formas de coletivização da terra e do trabalho. Para esta resistência, a "autonomia" do grupo doméstico camponês parece determinante. O que pode ajudar a explicar a maior facilidade para a associação de máquinas em contraste com as dificuldades de formação de grupos coletivos (CASTELLS E PAULILO, OP.CIT).
65. Veja por exemplo em STEDELI, 1990 : 11.
66. Isto é, combinando o caráter coletivo com o familiar na organização do trabalho e da terra.
67. Em termos gerais já mencionamos o caso da Hungria. No âmbito dos assentamentos, pode-se remeter ao exemplo da "Associação dos produtores rurais" da Área I do projeto de assentamento Pirituba II seria "..., uma das associações de maior êxito gerencial, traduzido em ganhos notáveis de produção e de produtividade" (MALUF E BILBAO, 1988 : 84-85), e com caráter modelar para o Estado de São Paulo. Ali a integração é parcial : "a preparação do solo, a semeadura e a colheita são feitas pela comunidade, através de grupos de parcelas"(p.84), e a compra de máquinas e insumos é comum, mas os lotes, bem como a venda da produção, são individualizados. As tarefas manuais são familiares e as mecanizadas são em cooperação.
- Vale lembrar aqui a existência de processos de transformação de cooperativas de produtores em cooperativas de produção, como na Iugoslávia, e processos no sentido inverso, como na "deskoljossificação" polonesa em 1956, refletindo de certa forma, o fato de que a procura de arranjos mais adequados pode se dar nos dois sentidos (DESROCHE, OP.CIT : 106-121).
68. Em detrimento de certas vantagens na divisão de trabalho e no planejamento integrado, próprios das CPAs, se poderia fomentar cooperativas de produtores, capazes de agilizar os serviços fornecidos pelas ACAs, e permitir maior "liberação", tornando-se talvez mais assimiláveis para os assentados num primeiro momento.
69. A cooperação pressupõe uma relação equilibrada entre fins individuais e coletivos : os sócios devem contribuir e a cooperativa deve oferecer contrapartidas de acordo com seus interesses. O reconhecimento desta interdependência fundaria um "princípio de solidariedade" considerado vital para a estabilidade cooperativa (BOETTCHER, 1982, 23s).
70. Recentemente a escola passou a atender também a comunidade mais ampla.
71. Este trabalho é chamado de "comissões em sala de aula".
72. Como a merenda escolar é oferecida de forma irregular, a escola mesma vem tentando assumir este ônus com recursos do grupo. Planejam também destinar uma cota da produção do assentamento para melhorar a oferta alimentar.

73. As dificuldades residiriam na falta de apoio da população da região, devido ao clima desfavorável criado na comunidade em relação aos assentados, que dispõem atualmente de uma escola dotada de condições excepcionais face aos padrões locais vigentes.

74. Esta média foi calculada pelo "levantamento sócio-econômico" realizado pelo INCRA, em 1987, para um total estimado de 5.161 assentados. É interessante anotar que o índice de analfabetismo vale mais do que o dobro para o sexo feminino, onde representa 17%, contra os 7% do sexo masculino (PAI).

75. Os agentes da comissão de saúde tem uma divisão de trabalho distribuída entre as áreas de homeopatia, tratamentos com ervas e saneamento básico. Seriam beneficiados, em breve, por uma pastoral da criança, que também beneficiaria as gestantes. Os cursos são em geral custeados pelo MST e ministrados pela CPT/Chapecó.

76. Os cursinhos de saúde, em torno de dois ou três por ano, são financiados pelo MST para agentes de saúde de todos os assentamentos para aprofundamentos em diversas áreas.

77. Uma das causas indicadas para a anemia seria a "má alimentação", principalmente na época dos acampamentos, quando se alimentavam basicamente de feijão e arroz. Outra causa de doenças seria os descuidos em relação ao saneamento.

78. O tratamento "natural" e homeopático seria estimulado pelo MST e pela pastoral da saúde.

79. Como não dispõem de veículos, torna-se necessário apelar para os habitantes das redondezas.

80. O atendimento médico é gratuito, mas as queixas de que "não te dão total atenção" são frequentes. O tratamento é cobrado no caso de se chegar fora do período normal de atendimento, o que é considerado inaceitável pelos assentados. Há casos de discriminação dos assentados por parte dos médicos. Isto mesmo em casos de partos, a exemplo de um atendimento insatisfatório em hospital de Xanxeré, SC (quando acampados em Faxinal dos Guedes), que teria acabado em morte prematura da criança.

81. Os assentados fazem o percurso de treze quilômetros a pé, correndo o risco de não serem atendidos, em função do número limitado de atendimentos. O tratamento gratuito restringe-se à extração e à obturação para crianças. Como a extração era mais barata que a obturação, a maioria dos assentados estava recorrendo à primeira forma.

82. A cartilha estipula critérios para construção da infra-estrutura mínima em saneamento básico, e contempla cuidados de higiene.

83. O conceito de estilos de vida denota "...um sistema de opções consistentes, baseadas nas normas e na cultura de um grupo confrontado por um desafio ambiental..." (SACHS, 1986a : 47). Nosso interesse está direcionado porém para a focalização da dimensão coletiva da vida cotidiana dos assentados.

84. Como nicaraguenses e cubanos, indígenas salvadorenhos, e religiosos alemães.

86. Os alimentos caprichados, as fantasias, o casamento de noivos, a cantoria, as surpresas nos aniversários e o "brodo" são elementos que coloreiam estas datas. O brodo é uma comida típica, feita com carne de frango. Os pratos básicos do dia-a-dia são : feijão, arroz, polenta, salame, queijo e pão. Uma vez por semana, pode haver um pedaço de carne. Há o alface na época, a nata, e às vezes o macarrão caseiro, o mel, os doces para o pão.

CAP.7 ASSENTAMENTO E ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO

Visando fazer justiça à multidimensionalidade do fenômeno da CA em assentamentos, torna-se necessário considerá-lo num contexto espacial e institucional mais amplo. Para tanto, utilizamos os conceitos de "espaço de desenvolvimento local autônomo", e de "espaços abrangentes", no sentido que lhes foi atribuído por Olivier Godard e demais autores (1985). Entretanto, dada a complexidade das interrelações envolvidas, restringimos nossos objetivos a um esboço preliminar das dificuldades e potenciais de evolução do grupo investigado.

Os limites de um "espaço de desenvolvimento local" dependem da problemática selecionada, podendo variar, geograficamente, de uma pequena comunidade rural à uma região (IBID :27). Estes espaços são caracterizados como "autônomos" na medida em que se pressupõe um certo grau de controle dos agentes locais sobre as escolhas do desenvolvimento.

Visto como "espaço de desenvolvimento local", o assentamento apresenta-se polarizado, regionalmente, pelo município de São Miguel do Oeste, e a um nível intermediário, por Chapecó e pela capital do Estado, Florianópolis. A um nível mais abrangente, é polarizado pela capital da Federação, Brasília, e pelos grandes

centros económicos da região Centro-Sul do país.

Resgataremos primeiramente o papel dos atores em jogo no nível local, e seu grau de controle sobre as variáveis que influenciam a dinâmica do processo de desenvolvimento. A seguir, à um nível mais abrangente, identificaremos as principais instituições envolvidas, além das oportunidades e obstáculos que se abrem à busca de soluções alternativas.

7.1 O espaço de desenvolvimento local

a) economia local

O município de Dionísio Cerqueira apresenta uma economia basicamente restrita à agricultura e ao comércio.

A estrutura agrária é caracterizada pela preponderância de pequenos proprietários, quanto ao número de estabelecimentos, e pela relativa concentração de terras, quanto à distribuição da área¹. Dispõe de cerca de cinquenta comunidades agrícolas, comportando mil e oitocentas famílias.

As culturas predominantes na região são : milho, soja, feijão, trigo, fumo, arroz, erva-mate, suínocultura e bovinocultura. A produtividade da área é acentuadamente baixa (na ordem de 1500/1800 kg/ha de milho - a principal cultura da região), em virtude da baixa fertilidade

natural dos solos, de fatores de ordem cultural², e da descapitalização generalizada. Quanto a este último aspecto saliente-se que, apesar das deficiências do solo local, apenas 39% dos estabelecimentos fazem uso de adubação ou corretivos do solo. Cerca de 77% destes utilizam defensivos agrícolas e cerca de 33,6% exercem práticas de conservação do solo (IBGE. 1985).

Com exceção de um posto de resfriamento de leite, alguns moinhos coloniais, e um soque de erva-mate, não existem linhas de processamento agroindustrial sediadas no município. A margem de integração restringe-se à uma filial da CooperSãoMiguel³, que concentra a comercialização de grãos produzidos na região, e à fumicultura.

O número de associados das cooperativas de comercialização é baixo, da ordem de 16%, em relação aos 35% de associados para a mesorregião⁴ (o que pode sugerir um potencial de crescimento nesta área).

Se tomarmos como parâmetro os dados referentes ao uso e procedência da força utilizada nos trabalhos agrícolas, o grau de tecnificação apresenta-se bem mais reduzido no âmbito local do que no mesorregional. O uso de equipamento mecânico inclui apenas 16% dos estabelecimentos do município contra 29% no âmbito da mesorregião. Além disto, apenas 6% dos estabelecimentos utilizam assistência

técnica, contra 22% na mesorregião (IBID). Persiste a insuficiência de profissionais do setor público para atender as demandas agrícolas locais.

Apesar de aproximativo, este quadro sugere que o espaço de desenvolvimento local, eminentemente alicerçado na agricultura, apresenta-se restrito em função da ausência de dinamismo econômico : baixo grau de tecnificação, baixa produtividade, industrialização incipiente, etc.

Do ponto de vista econômico, portanto, o assentamento pode aparecer como um ator privilegiado no espaço local. Sua CPA constitui a primeira cooperativa sediada no município, o que lhe confere uma posição de vanguarda como agente econômico, apesar do pequeno número de sócios que comporta. Além disto, a articulação obtida com a CooperSãoMiguel garante o suprimento de serviços através da mais ampla rede disponível no município. O fato de disporem de assistência técnica e uma exclusiva linha de crédito, mesmo que restritas, lhes confere uma certa vantagem relativamente aos demais atores locais.

Acrescente-se à isto os esforços do grupo no sentido da capacitação profissional e da assimilação de métodos e técnicas modernas, da tomada de iniciativa para a definição de estratégias econômicas alternativas, e da

consideração dos potenciais ecológicos.

Por outro lado, além de se constituir como um agente econômico, o grupo deve ser visto simultaneamente como elemento da sociedade civil.

b) Estado e sociedade civil

Na dinâmica da sociedade civil estão incluídas as formas de organização, representação e ação que escapam à mediação exercida pelo aparato político-administrativo do Estado, e que não mantenham como principal objetivo a geração de lucros segundo os padrões de mercado (GODARD ET AL., 1985 : 31). O conceito alude assim a uma ação auto-organizadora de cidadãos, contraposta à centralização do poder político ⁵ (IBID).

As relações exercidas no âmbito local entre o grupo assentado e os demais agentes da sociedade civil e do setor público, podem ser identificadas inicialmente a partir da própria percepção dos assentados. Para estes, cabe diferenciar dois blocos de atores.

Por um lado, aquele representado por eles próprios, o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e o PT municipais, a Igreja Católica e a CPT, certas comunidades, os "movimentos populares" (como o Movimento de Mulheres Agricultoras), alguns funcionários públicos, e representantes de sindicatos dos comerciários e dos

bancários, bem como do grêmio estudantil. Dispondo de homogeneidade politico-ideológica⁶, este bloco promoveria manifestações políticas conjuntas. Será designado como "bloco popular".

Um dos agentes institucionais mais dinâmicos deste bloco seria o STR. Constitui um lócus tradicional de poder político, na medida em que representa boa parte da população do município (em torno de seis mil e seicentos sócios inscritos).

Inicialmente, em função da hegemonia dos interesses do Governo e das elites locais, o sindicato restringia-se a funções de assistência de saúde e de provisão de sementes.

A partir da conquista da diretoria pelo primeiro bloco, em agosto de 1991⁷, novas prioridades foram incorporadas : a conscientização, organização e defesa dos direitos da categoria, com destaque para a política agrícola, a aposentadoria, a formação política, a reforma agrária e a saúde, etc⁸. Esta pauta revela, de forma aproximada, os conceitos do primeiro bloco em relação ao processo de desenvolvimento, que poderiam ser sintetizados na busca de cidadania e participação política.

O STR passa então a corporificar um ponto de referência importante para as "organizações populares" com

atuação no município, inaugurando um novo e privilegiado espaço para o intercâmbio de informações e experiências⁹.

Quanto aos meios de informação, cabe colocar que os assentados dispõem de espaços no Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no jornal da CooperSãoMiguel e no "panfleto sindical". E se usariam dos noticiários e programas das rádios da região (Guararema, Fronteira do Oeste, etc).

Por outro lado, o segundo bloco de atores institucionais atuaria contra os objetivos do primeiro, visando a manutenção do "status quo" estabelecido.

Este bloco comportaria a Prefeitura Municipal, a Câmara dos Vereadores, a Polícia Militar e Civil, e certos fazendeiros, além dos partidos "de direita", a Associação Comercial, e a direção do hospital. Trata-se de uma coalizão que combateria a reforma agrária, atuando no sentido de obstruir as possibilidades de evolução criativa do assentamento. Isto através da distorção de informações, de medidas legislativas e de infiltração de agentes nas organizações de cunho popular. A Polícia Militar destaca-se como agente repressivo da capacidade organizativa dos assentados em suas manifestações, e através de um processo de vigilância sistemática : "*seguem o tempo inteiro o pessoal que vai para a cidade*".

A Prefeitura Municipal por sua vez apresentaria

comportamento ambíguo, atendendo a algumas das reivindicações dos assentados, mas somente por interesse próprio e através de pressão incisiva¹⁰.

Ao que parece, as decisões são efetivamente centralizadas na figura do Prefeito, não existindo critério instituído para legitimar formas de atendimento às reivindicações das comunidades, e condicionando relações de clientelismo. Os ideais coletivistas, embutidos na organização do grupo, parecem ter prejudicado também o estabelecimento de relações horizontais com a Prefeitura¹¹.

De qualquer forma, pelo fato de condensar novos conceitos e aspirações, o primeiro bloco poderia ser visto como "espaço emergente" de desenvolvimento local, em contraposição aos que defendem o "espaço administrativo" consolidado, representado pelo segundo bloco. Além disto, a penetração de novos valores e estilos de vida, expressa em parte pela atuação do bloco popular, pode ser percebida como um vetor de conscientização e ação local, já que certas variáveis sócio-culturais geralmente escapam aos controles institucionais centralizados¹².

c) projetos e espaços interinstitucionais

Embora a lei orgânica do município disponha de prerrogativas sobre o desenvolvimento rural, o papel da

Prefeitura Municipal nesta área parece restringir-se à abertura de novas estradas, à terraplanagem e ao empréstimo de equipamentos. Ainda em meados de 1991, não comportava nenhum setor específico para tratar de problemas agrícolas e agrários - sendo esta responsabilidade assumida por instituições estaduais -, e nenhum plano de desenvolvimento rural específico para o contexto local.

Com a emergência da municipalização da agricultura¹³, está prevista a confecção de um plano de desenvolvimento rural, contando com a participação de diversos atores envolvidos na área. A criação de um espaço de gestão comum acena para a possibilidade de consolidação de relações mais cooperativas entre os diversos agentes implicados.

Os próprios assentados identificam, entretanto, alguns pontos de estrangulamento deste processo de municipalização, salientando os impactos de uma arrecadação deficiente de impostos municipais na disponibilidade de recursos financeiros para o fomento de programas agrícolas. O mesmo ponto de vista vem sendo reiterado por profissionais responsáveis pela assistência técnica e por assuntos fundiários.

Além disto, a polarização dos atores em dois blocos antagônicos tende a obstaculizar a busca de sinergia na promoção do desenvolvimento local, a menos que se consiga

articular um patamar mínimo de objetivos compartilhados. Ao que parece, esta polarização já ensejou o fracasso do Conselho Agrário Municipal¹⁴ (espaço interinstitucional criado para tratar especificamente de problemas agrários).

Impõe-se finalmente uma referência ao "projeto de gestão de microbacias", que seria implementado a partir de 1992 ¹⁵, e que contempla a área do assentamento em sua definição de prioridades. Destacando a conservação de solos e o reflorestamento, esta iniciativa poderá tornar-se um instrumento suplementar de fomento a um estilo de exploração agrícola baseado na prudência ecológica.

7.2 Assentamento e espaços abrangentes

Nos espaços abrangentes, o assentamento interage com organizações governamentais, reguladoras das políticas agrárias e agrícolas, e com organizações não-governamentais, representadas pelo MST, além dos partidos, da Igreja Católica e de órgãos sindicais.

a) as instâncias governamentais

As atribuições do Estado em relação aos assentamentos estendem-se aos níveis federais, estaduais e municipais, sendo que nos dois últimos, dependerão do tipo de Convênio estabelecido pelo INCRA. Os serviços relacionados à

manutenção de estradas, à ligação da rede elétrica e à construção de áreas e equipamentos de lazer seriam atribuição da Prefeitura Municipal. Ao Estado, caberia o provimento de serviços médico-odontológicos, educação, etc. O Governo Federal, por sua vez, deveria garantir a liberação de linhas de crédito, a exemplo do PROCERA, bem como investimentos em infra-estrutura.

A nível nacional, o extinto MIRAD e o INCRA foram os principais responsáveis pela gestão do processo de reforma agrária. Mas o Governo Federal acabou absorvendo, desde as decisões relativas à desapropriações, até as iniciativas de liberação de recursos financeiros. Esta centralização de recursos e decisões no âmbito da Federação parece ter sido um dos principais obstáculos ao alcance da reforma agrária (INCRA, 1990).

No caso de SC, as instituições mais diretamente articuladas à reforma agrária foram o INCRA/SC e a extinta ACARESC, além das organizações interinstitucionais como a Comissão Estadual de Reforma Agrária (CERA) e a Comissão Estadual do PROCERA (CEPRO/SC)¹⁶.

Além disto, a administração da reforma agrária contou com a colaboração de uma série de outras instituições governamentais. Na fase anterior à liberação dos créditos, cabe destacar as Prefeituras Municipais, os Conselhos Agrários, o MST, a FAPEU/UFSC, e as instituições de

promoção social e apoio à produção. Na fase posterior, ampliou-se a participação de órgãos em diversos níveis¹⁷.

- a ineficácia governamental

De forma global, o Governo não tem assumido satisfatoriamente seus compromissos com relação à reforma agrária. Isto pode ser explicado tanto do ponto de vista da ineficácia da máquina administrativa, quanto do ponto de vista das correlações de força no contexto de uma complexa dinâmica política, entre outros fatores¹⁸.

Não só as metas previstas foram drasticamente frustradas. As próprias medidas de apoio aos assentamentos - a implementação de infra-estrutura, e o fornecimento de serviços e de créditos -, permanecem exíguas. Os próprios "projetos de desenvolvimento econômico", exigidos para cada assentamento, têm sido sistematicamente desativados por falta de recursos.

Dentre os problemas administrativos, o próprio INCRA tem se ressentido da absoluta carência de recursos humanos, financeiros e materiais (OP.CIT.). Impasses ligados à falta de qualificação profissional, excessiva burocracia, alocação inadequada de recursos, e sobretudo, perda de autonomia nas tomadas de decisão e na gestão de recursos, tem freado a evolução do processo. Acrescente-se à isto a falta de uma ação interinstitucional

sistemática e regular. As iniciativas nesta área permaneceriam fragmentadas (OP.CIT.).

O contexto político afetou de tal modo a estrutura administrativa e operacional do governo no setor, que chegou a acarretar a "...*extinção dos órgãos responsáveis por sua execução...*"(IBID : 03). Trata-se do caso MIRAD (em janeiro de 1989), e da experiência do INCRA (em 21 de outubro de 1987, sendo este último já reestabelecido pelo Decreto Legislativo n.02, de 29 de março de 1989).

Os obstáculos de origem política parecem ter alcançado tal magnitude, que induziram a um ex-superintendente do INCRA/SC afirmar que "...*a maior dificuldade encontrada no trabalho de Reforma Agrária foi o próprio Governo...*"(ANDERLE, 1989 : 10). Segundo sua expressão, o governo, a partir de 1987, teria manifestado "falta de vontade" de fazer a reforma agrária, e os próprios dirigentes dos órgãos responsáveis pela reforma agrária, bem como alguns prefeitos e parlamentares do Estado, estariam "*do lado contrário ao dos sem terra*"(IBID).

Em síntese, a ausência de uma política de incentivos sistemática e criteriosa, por parte do Estado, para o desenvolvimento dos assentamentos, pode ser creditada à ação de fatores administrativos, e sobretudo, políticos.

Num plano mais geral, haveria uma postura ambígua do Estado em relação aos sem-terra. Esta reflete-se, por um lado, nas eventuais repressões e nos casos de omissão, e por outro, no apoio financeiro, material e logístico concedido na fase dos acampamentos e no processo de assentamento (PAULILO, 1989).

Talvez esta postura possa ser explicada pelas funções simultâneas de acumulação e de legitimação do aparelho governamental (CARNOY, 1988). Afinal, para garantir a acumulação nos moldes convencionais, haveria que manter intactas a propriedade privada, a concentração e a especulação de terras. E para preservar sua legitimidade, ele deveria cultivar junto à opinião pública uma imagem sensível às demandas da sociedade civil.

O Estado é percebido pelo grupo como um aparelho à mercê de interesses classistas antagônicos. Isto não equivale à afirmação de que inexistente da parte do governo interesse em atender algumas das reivindicações dos assentados, para fins de "marketing" político.

Para os assentados, o novo Governo Federal não apoia a reforma agrária, e parece disposto a reprimir violentamente novas tentativas de ocupação. No plano da criação e implementação de políticas agrícolas, reconhecem o favorecimento unilateral da agricultura modernizada. Portanto a imagem do Estado é revestida de poder e

despojada de legitimidade (na acepção de BUCLEY, OP.CIT.).

A máquina governamental, entretanto, não parece constituir um bloco homogêneo : há alguns espaços não normatizados que permitem margens diferenciadas de ação. Como lembra FRANCO (OP.CIT.), se o MST percebe o Estado de forma dicotômica, do ponto de vista formal, ele não deixa de procurar uma atuação em seus interstícios.

Para legitimar a reivindicação de medidas governamentais de apoio aos assentamentos e ao cooperativismo, os agricultores recorrem à sua "função pública" potencial, i.é, a produção e riqueza que podem gerar como contribuição ao desenvolvimento global da sociedade.

Persiste, por outro lado, o elevado grau de dependência dos assentamentos em relação ao aparelho governamental, que regula não somente a implementação de infra-estrutura e o fornecimento de créditos e serviços, mas também as demais políticas agrícolas e programas de apoio à produção e comercialização, bem como tutela a propriedade da terra nos assentamentos.

b) Organizações não-governamentais

O grupo de Tracutinga percebe o MST como sua instância de representação mais próxima. Acredita também que suas conquistas na área da política agrícola

dependerão de sua força. Raras são as discordâncias explicitadas em relação ao Movimento.

Este vínculo remonta à fase das ocupações e dos acampamentos. Além disso, o Movimento permanece o grande animador da CA. Através de seus jornais, cursos e visitas, além da composição de cargos de responsabilidade através de membros do grupo, está, de certa forma, embutido no assentamento. No projeto político as aspirações parecem coincidir plenamente.

A militância no Movimento não se exaure com a conquista da terra. A liberação de quadros, os encargos assumidos pelo grupo, além da contribuição financeira, refletem as maneiras de participação nas lutas comuns.

Além dos liberados, há membros do grupo que fazem parte da coordenação estadual de assentados, da executiva estadual do MST, da comissão estadual de saúde, e da executiva nacional do Movimento. Ao que tudo indica, este grupo apresenta um grau de engajamento bem maior do que a média dos demais assentamentos.

Cabe ainda lembrar que o MST tem participado de forma destacada da gestão dos assentamentos junto ao próprio aparelho governamental, seja na assistência à produção e organização, seja no controle da aplicação dos créditos e na gestão dos cursos de capacitação profissional.

Face às demais instituições relacionadas ao grupo,

aparecem em relevo o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Unica dos Trabalhadores (CUT) e a Comissao Pastoral da Terra (CPT).

O grupo demonstra opção unívoca pelo PT, e a justifica em função de um projeto político comum e do caráter exclusivo de sua postura de constante apoio às suas reivindicações. Enfatizam, entretanto, que o MST não estaria atrelado exclusivamente ao PT, e que haveria adeptos de uma variada gama de partidos nos assentamentos.

A CUT e a Igreja Católica, representada sobretudo através da CPT, teriam sido os principais veículos da tomada de conhecimento do MST entre os sem-terra. A CUT tem participado sistematicamente da organização das manifestações do MST à nível nacional. Já a Igreja Católica parece ter sido mais influente na formação ideológica inicial dos sem-terra.

O apoio do grupo parece ter colaborado de forma crucial para um maior respaldo obtido pelo PT no município, e para a conquista do STR pelo bloco aliado aos "movimentos populares".

Por outro lado, a precariedade material dos sem-terra condiciona a disseminação de uma crítica mais radical ao sistema estabelecido. E a radicalidade representada pelas ocupações de terras, apoiada por um setor restrito na arena política, ajuda a explicar suas opções políticas.

7.3 As condições para um desenvolvimento local autônomo

De um ponto de vista otimista, existiriam chances de promoção de um perfil de desenvolvimento local autônomo entre os assentados. Estas chances estão representadas por algumas condições gerais :

- aproveitamento racional do potencial de recursos materiais e humanos disponíveis, com recurso à capacitação técnica adequada, tanto para a administração empresarial, quanto para a racionalização de setores produtivos específicos.

- otimização do plano de gestão de recursos naturais subutilizados ou não utilizados. A abundante disponibilidade de água no local merece destaque. Ao que parece, há viabilidade para o fomento de múltiplos setores produtivos, que vão da silvicultura e da agropecuária, à piscicultura e apicultura.

- potencial de articulação com instituições públicas. A integração com o STR, a Igreja e o PT poderia consolidar uma estratégia comum de fomento à municipalização da agricultura.

- a integração ao Sistema Cooperativista dos Assentados poderá também permitir ganhos substantivos na escala de comercialização, além de facilidades para a aquisição de créditos, capacitação e assistência técnica.

- a implementação da CPA poderia estimular a diversificação dos circuitos econômicos locais, possivelmente com a integração de pequenos e médios agricultores da região. O expressivo potencial para o atendimento das demandas de consumo local, desde que aliado ao princípio de busca de complementariedade máxima de funções produtivas, poderia expandir o leque atual de alternativas de modernização. Isto inclui a difusão de uma política de industrialização em pequena ou média escala de recursos da biomassa, representada, entre outras possibilidades, pelo beneficiamento do leite e da carne, e pelo beneficiamento da erva-mate.

- a situação geográfica peculiar da região, como área de fronteira entre o Brasil e a Argentina, com o advento do "MERCOSUL"¹⁸, poderia possibilitar também o aproveitamento do fluxo de mercadorias e agentes econômicos que por ali passarão.

- o "projeto de gestão de microbacias" oferece um arcabouço único para fomentar um estilo produtivo mais prudente, através da difusão de técnicas de conservação dos solos e do fomento ao associativismo.

Outras vantagens poderão advir da entrada em funcionamento dos Conselhos Municipais de Agricultura, atualmente em fase de implementação no âmbito do processo de "municipalização da agricultura". Estes parecem

constituir um espaço privilegiado para a articulação entre atores locais, e entre estes e os níveis administrativos e econômicos mais abrangentes.

Mais do que um espaço para mera formulação de acordos entre blocos antagônicos, representam um possível instrumento de cooperação entre agentes da sociedade civil, do Estado e do mercado, para a elaboração, implementação e acompanhamento de planos de desenvolvimento. Afinal, um certo pragmatismo não implica necessariamente na abdicação de projetos políticos mais ambiciosos.

Por outro lado, sem uma política de estímulo ao desenvolvimento local fomentada por níveis mais abrangentes, pelo Estado e pela Federação, o aproveitamento dos referidos potenciais ficaria drasticamente prejudicado. Apesar dos riscos de fomento à dependência, sem o apoio destes níveis parecem restritas as chances de se superar determinados limites do espaço local. Há que considerar, ainda, as demandas intensivas em capital que a dinâmica atual do desenvolvimento parece exigir - como no caso do uso da irrigação, e da implementação de unidades de agroindustrialização -, e a escassez de recursos financeiros no Município. Em função destes fatores, o apoio governamental parece ser necessário, sobretudo, no que toca aos recursos

financeiros e à oportunidades de capacitação profissional e assimilação de novas tecnologias.

NOTAS - CAPITULO 7

1. Segundo o Censo do IBGE (1985), 95% dos proprietários tinham menos de cinquenta hectares, detendo 59% da área. Um quarto do total de estabelecimentos seria formado por arrendatários, parceiros ou ocupantes, que possuíam em conjunto, 14% da área.
2. Segundo depoimentos de profissionais que trabalham com a agricultura no município, haveria um problema cultural de resistência à incorporação de tecnologias e de carência de iniciativa e capacidade administrativa. Isto é atribuído à uma tradição baseada na agricultura itinerante e em queimadas.
3. Apesar de congregarem apenas duzentos e setenta sócios no município, parece representar cerca de metade da arrecadação municipal.
4. Trata-se da mesorregião "Colonial do Oeste", que compreende as regiões do Extremo-Oeste, Oeste e o Vale do Rio do Peixe, segundo a classificação do IBGE.
5. Assim como a necessidade de subsídios sócio-culturais e ecológicos nas escolhas de desenvolvimento.
6. A articulação entre o assentamento e este bloco é reiterada pela sua participação na presidência da "comissão eleitoral" do STR. Além disto, dois membros seriam responsáveis pela articulação com o PT, e dois outros com o Sindicato.
7. Para tanto, o grupo assentado teve uma atuação decisiva. Nos dizeres da diretoria do sindicato, "quando emergiu o assentamento, a força da oposição praticamente aumentou em dobro".
8. Prevêem ainda a formação de delegacias sindicais, que deverão se auto-sustentar nas comunidades e uma articulação inter-delegacias.
9. Dispõe de telefone e de um programa semanal na rádio municipal. Os assentados também dispõem de um programa mensal (de meia hora) na rádio municipal, onde estariam procurando divulgar sua proposta de CA.
10. Este atendimento foi explicado em função de motivos eleitorais, da recente projeção que o assentamento vem conquistando na região, dos compromissos que a Prefeitura havia assumido junto à SAA, quando em recente visita conjunta ao assentamento, e da contribuição significativa dos assentados para a arrecadação do ICMS municipal.
11. Funcionários da Prefeitura veem o caráter coletivo do grupo como uma forma de cerceamento à liberdade e de manutenção de privilégios para as lideranças.
12. Os conceitos de "espaço emergente" e "espaço administrativo", bem como a relação entre variáveis sócio-culturais e o papel de controles institucionais é baseada em GODARD ET AL. (OP.CIT : 39-41).

13. A emergência da municipalização da agricultura, em fase de implementação, implica na afirmação de Convênios entre a Prefeitura Municipal e as instituições estaduais responsáveis pela área. Seriam criadas uma Secretaria da Agricultura municipal e uma comissão municipal de desenvolvimento rural, que iriam nortear todo o sistema agrícola, com a formação de um plano de desenvolvimento específico. Esta comissão teria a participação do STR, da Prefeitura Municipal, da Câmara de vereadores, da CooperSãoHiguel e de representantes das comunidades, entre os quais os assentados. Porém, a aprovação de suas propostas dependeria dos critérios estipulados pelo Estado, o que poderia gerar um certo atrelamento.

14. Os Conselhos Agrários Municipais deveriam prestar assessoria à Comissão Agrária Estadual, participando também da formulação e execução de programas de reforma agrária sob a área de jurisdição de cada município. Seus representantes incluem o INCRA, os beneficiários, a Prefeitura, o STR, e o sistema cooperativista local [S.l. : s.e., s.d.].

Na administração do INCRA compreendida entre abril de 1987 e agosto de 1989, o número de Conselhos Agrários Municipais foi ampliado de quatro para vinte. Alguns deles teriam tido uma atuação decisiva diante de problemas mais graves, como em Dionísio Cerqueira (ANDERLE, 1989). Este último dado não foi entretanto confirmado pelos assentados.

15. O Projeto de Microbacias teria como prioridades - fixadas pelo Convênio entre governo do Estado e BIRD -, a conservação de solos (manejo integrado do solo e da água) e o reflorestamento (fauna e flora), além de um programa voltado para pequenos projetos cooperativos, o "PROSOLO". Este incluiria a compra conjunta de equipamentos, projetos de abastecedouros comunitários, proteção de fontes de água, reflorestamento, esterqueira, e implementos, e que seriam definidos nas próprias comunidades beneficiadas.

16. As responsabilidades do INCRA/SC, auxiliado pela CERA, abarcam desde a identificação e obtenção de terras, até o planejamento e acompanhamento de projetos de assentamento. A ACARESC, por sua vez, cuidava da assistência técnica e, junto à CEPRO/SC, da administração dos recursos do PROCERA.

Na operacionalização do PROCERA estiveram envolvidos a ACARESC, o BESC, o BADESC, o MIRAD, o MST, e a Associação de Assentados, coordenados pela CEPRO/SC. A ACARESC, através de suas coordenações de reforma agrária e Crédito Rural, e da alocação de quinze equipes de Extensionistas de reforma agrária, teria se destacado na implementação do programa (RELATORIO PROCERA PARA BNDES - 1988 E PROJEÇÃO 1989).

17. Entre os órgãos estaduais, estão : ACARESC/EMATER, CELESC, Secretaria dos Negócios do Oeste, CIDASC, SAAI/COTERRA, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, BESC/BADESC. Entre os regionais : SUDESUL, e entre federais : I Batalhão Ferroviário de Lages, SENAC, FUNABEM, LBA, MEC, e BNDES, e de órgãos municipais, como as Prefeituras Municipais, os Conselhos Agrários e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (OP.CIT).

18. A inércia do programa de reforma agrária em SC foi atribuída também ao predomínio, neste Estado, da pequena e média propriedade, além da presença de áreas com "expressiva cobertura florestal nativa", que restringem a disponibilidade de terras aptas à agricultura (INCRA, 1990 : 03-04).

19. "Mercado Comum do Cone Sul". a integrar economicamente os países do bacia do prata junto ao Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma avaliação global da situação dos assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra em SC coloca em destaque a diversidade de casos. Se alguns são marcados pela precariedade de infra-estrutura e pelo alto índice de evasões, outros já mostram sinais de dinamismo econômico. Diversos fatores parecem explicar esta diversidade - recursos naturais disponíveis, recursos financeiros percebidos, capacidade de investimento, localização, etc -, com destaque para a presença das várias formas de CA.

A cooperação agrícola em assentamentos surge e se constrói mantendo seu caráter singular face à outros tipos de cooperativismo. Ao contrário dos padrões convencionais, constitui-se em instrumento direcionado para a construção de um projeto alternativo de sociedade, transcendendo a mera busca de êxito econômico. Como contraponto à estas formas, busca a igualdade e a participação (MALUF E BILBAO, 1988 : 13).

Em contraste com os ideais do movimento cooperativo tradicional, não pretende a generalização da forma de administração cooperativa para toda a sociedade, e não concebe a cooperação como um fim em si, mas tão somente

como um recurso para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais e para reformas sociais mais amplas. Entretanto, esta comparação é válida apenas da perspectiva do MST, não refletindo a percepção do conjunto dos assentados. Entre estes, persistem aspirações mais próximas dos padrões clássico e convencional de cooperativismo. Em relação à primeira, são representadas pela identificação entre as experiências dos grupos coletivos com a vivência imediata de uma "nova sociedade".

Para José de Souza Martins, as formas comunitárias de organização e produção na agricultura emergiram no país na década de cinquenta, introduzidas pelo Partido Comunista (IBID. : 11). No entanto, as CPAs parecem corporificar estruturas historicamente originais no contexto nacional. Se as cooperativas de produção rural, geridas com base na democracia direta, não podem ser consideradas inéditas no âmbito da América Latina (MEDICI, 1991 : 18), em nosso país elas não conhecem registro oficial (SCHNEIDER ET LAUSCHNER, 1979 : 24) até a eclosão do MST.

De forma diversa das experiências de roças comunitárias promovidas pela Igreja progressista na década de setenta (ESTERCI, 1984), as CPAs pretendem unir a coletivização da propriedade, do trabalho e dos meios de produção a um estilo modernizado e juridicamente formalizado de gestão empresarial. Se suas concepções de

comunidade não comungam com a tradição romântica do séc. XIX. (IBID : 9), permanecem influenciadas pelas experiências cooperativas desenvolvidas no âmbito do "socialismo real".

Se a criação e disseminação de formas de CA em assentamentos encontram no MST uma de suas principais alavancas, o setor público conserva um comportamento ambíguo em relação às mesmas.

No plano dos fatores que condicionam um maior ou menor grau de predisposição ao associativismo, a homogeneidade dos grupos cooperativizados, seja no âmbito dos hábitos econômicos, seja no dos valores e crenças, parece fundamental para sua viabilidade. Por outro lado, os focos de tensão e dissenso parecem residir nas diferenças relativas ao grau de autonomia camponesa experimentada anteriormente, à disposição de bens materiais, aos valores e aos tipos de conhecimento disponível.

O potencial das CPAs e das ACAs (as formas mais estruturadas de CA em assentamentos) merece destaque.

O modelo de CPA parece oferecer boas possibilidades de dinamização econômica, mas pode comportar um caráter excludente por implicar "... em condições de produção que não estão dadas para a grande massa de trabalhadores pauperizados...", tornando "...menos legítimas as

propostas de outros setores do campesinato"¹ (PACHECO E LEROY, 1991 : 62-63).

O contexto atual da maioria dos assentamentos, considerando o caráter arraigado dos hábitos camponeses, pode ser um indicativo de que pontos intermediários de cooperação tendam a ter maior viabilidade. Por outro lado, a consideração privilegiada das CPAs pelo MST poderá contribuir para minar sua legitimidade junto aos demais grupos assentados.

Quanto mais a coletivização da produção e dos estilos de vida forem percebidas como formas superiores e "à priori" de organização social, desconsiderando-se a variabilidade dos "pontos ótimos" de combinação entre interesses coletivos e individuais dos modelos cooperativos e a conseqüente legitimidade da experimentação de formas diversas de CA, tanto mais limitado deverá se tornar o alcance da influência do MST sobre o conjunto dos assentamentos e das camadas marginalizadas no campo.

Afinal, a coletivização não pode mais ser considerada como a expressão natural de uma economia socialista, e nem como estratégia de organização necessariamente mais eficiente² (SHANIN, 89/90 : 27-36).

Cabe anotar ainda que, frente às crescentes divergências entre as demandas de estratos modernizados do

campesinato (incluindo os cooperativizados), voltadas sobretudo para a formalização de políticas agrícolas, e as demandas dos estratos marginalizados, vinculadas ao distributivismo (GOODMAN ET AL., 1985 : 45), a organização cooperativista dos assentamentos pode vir a se constituir numa instância de articulação privilegiada destes diferentes vetores.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito aos efeitos gerais da dinamização crescente dos assentamentos (sua função pública), cujos indicadores incluem o fomento à comercialização e à circulação de capitais, o aumento da produção de alimentos, a integração e a modernização de camadas sociais marginais, além de uma maior capacidade de adaptação das populações ao meio ambiente natural. Desta perspectiva, a reforma agrária passa a ser focalizada enquanto agente indutor de transformações macroeconômicas expressivas : dinamização do mercado via maior poder aquisitivo dos beneficiários, inserção da mão-de-obra no mercado formal, e melhor abastecimento alimentar das cidades (BERGAMASCO E CARMO, 1991 : 67).

No que se refere aos possíveis benefícios privados para os trabalhadores rurais, cabe destacar a melhoria das condições de habitação, de trabalho, de capacitação profissional, além de aspectos não-tangíveis, como a maior participação nos processos decisórios, entre outros.

Nossa pesquisa indica que, apesar das dificuldades, a CA em assentamentos permite atender à certas funções públicas e privadas. As formas mais elaboradas de CA chegam mesmo a revelar a existência de um expressivo espaço de manobra para o cultivo de estratégias de desenvolvimento local baseado na autonomia. Isto, na medida em que aliam a capacidade de articulação eficaz com segmentos do setor público e atores da sociedade civil, com a disposição para a assimilação de inovações técnicas e organizacionais, insistindo na procura de auto-sustentação empresarial e de gestão ecologicamente prudente dos recursos naturais disponíveis.

Ao lado do êxito de algumas iniciativas, devem ser entretanto ressaltados os obstáculos mais visíveis à evolução dos assentamentos. Em primeiro lugar, o futuro dessas experiências depende da injeção de estímulos financeiros e logísticos sob a forma de programas governamentais de assistência técnica, capacitação profissional, crédito, construção de infra-estrutura e provisão de serviços.

Contrariando a atual tendência de falta de continuidade das políticas governamentais para o setor, que dificulta a própria elaboração de prognósticos para os assentamentos, soluções consistentes deverão exigir políticas de apoio melhor definidas e estáveis num

horizonte de longo prazo (BERGAMASCO E CARMO, 1991 : 65-66). Além disto, critérios flexíveis para a cessação das terras parecem também necessários (IBID).

Enquanto os assentamentos representarem para o Estado um mero instrumento de atenuação de conflitos, seu potencial de integração dos trabalhadores rurais ao mercado e à cidadania tenderá a permanecer latente.

Por outro lado, a garantia do desempenho equilibrado de funções pública e privada através de certas formas de CA poderá legitimar doravante os auxílios financeiros e as isenções tributárias que a dinamização dos assentamentos requer (BENECKE, 1980 : 220s). Em outras palavras, a dinâmica dos assentamentos está intimamente condicionada a mudanças de estratégia na formação de políticas públicas de desenvolvimento regional. Em aparente contradição, a perspectiva de desenvolvimento local autônomo dependerá, ao menos num primeiro momento, dos estímulos dos centros de gestão de recursos, muitas vezes estranhos aos interesses locais, apesar das ameaças de uma subordinação mais permanente àqueles (GODARD ET AL., OP.CIT).

Outra ordem de problemas diz respeito ao perfil empresarial da CA almejado pelo MST. Por um lado, parece haver necessidade de um padrão que, entre outras características, demanda a exploração intensiva dos recursos naturais disponíveis, em coerência com o modelo

dominante de modernização competitiva da agricultura. Por outro, os limites desta opção e a consideração de revisões do papel da pequena produção têm sido enfatizados pela ampla literatura já acumulada sobre o tema³. Além disso, dependendo do perfil de fatores como tecnologia aplicada, tamanho do grupo e divisão do trabalho, estes podem gerar diferenciação em termos de presença de hierarquia de autoridade e de prestígio, mesmo em pequenos grupos (BLAU apud VIEIRA, M., OP.CIT.).

A otimização dos métodos de planejamento governamental na área do desenvolvimento sustentado e integrado de assentamentos rurais, parece pressupor ainda a garantia de uma participação efetiva do MST e dos beneficiários em todas as etapas do processo de reforma agrária. Nos assentamentos onde esta participação teria sido mais efetiva, foram notadas "...sensíveis melhoras nas condições de produção, sociais, de comercialização e mesmo de gerenciamento", bem como os índices de evasão seriam menores e a resolução dos problemas seria facilitada (INCRA, 1990 : 38). A gestão da aplicação do PROCERA foi também otimizada através da participação do MST (RELATORIO PROCERA PARA BNDES - 1988 E PROJEÇÃO 1989).

Nesse sentido, a administração dos assentamentos através das ACAs e CPAs, cabendo ao INCRA o papel de co-gestor, poderia contribuir para agilizar e garantir maior

eficácia ao processo (INCRA, 1990 : 61-63). Por sua vez, ao planejamento governamental caberia internalizar os dados e sugestões do Sistema Cooperativista dos Assentados, através de sua agência estadual⁴.

Além disto, a descentralização da gestão da reforma agrária, cabendo um papel de destaque para as Prefeituras e para a Secretaria Regional do INCRA (garantindo-lhe autonomia para firmar Contratos, Convênios e Termos Aditivos), poderia reforçar a busca de redução máxima de custos (IBID : 43-46).

No âmbito de um programa coordenado de pesquisas sobre esta problemática para o futuro, a existência de diversas experiências de cooperação na produção, de formas mistas e de cooperativas de produtores em contextos sócio-culturais e ecológicos diversos, deverá estimular a investigação comparativa das diferentes possibilidades e dos limites próprios a cada uma delas. Interessantes perspectivas de análise poderão ser abertas através da comparação dos diversos tipos de remuneração em cooperativas de produção, e seus efeitos sobre os rendimentos globais, bem como os efeitos da presença ou não da mobilidade da mão-de-obra na divisão de tarefas e nas oportunidades de trabalho fora do coletivo.

Quanto às investigações voltadas mais diretamente para a dinamização dos assentamentos, parecem necessárias

pesquisas agronômicas sobre a utilização ótima do meio natural, com ênfase para a seleção genética de plantas mais resistentes às pragas e doenças e menos exigentes em termos de insumos (SACHS, 1986a : 33), que, junto à avaliação dos "...sistemas agrários tradicionais e dos padrões nutricionais. tanto ecossistêmicos quanto culturais específicos...."(OP.CIT.: 19,59), deveriam permitir o desenho de sistemas integrados de produção adaptados aos contextos locais. A partir destes dados, a formulação de projetos específicos, com base em sua viabilidade econômica e social, poderia auxiliar na otimização das linhas de produção já existentes, bem como na introdução de alternativas. O desafio reside na busca de equilíbrio entre eficiência e competitividade econômicas e considerações sócio-ambientais. O uso de "tecnologias combinadas" no desenho de sistemas integrados de produção e industrialização (OP.CIT.: passim) e a utilização ótima da mão-de-obra disponível seriam fatores suplementares a serem considerados.

No nível da prestação de serviços, destacam-se os prognósticos sobre potencialidades e possíveis obstáculos do SCA, além das perspectivas de transformação das ACAs em cooperativas de produtores dotadas de maior competitividade e agilidade operacional.

Todas estas linhas de investigação poderão compôr uma

estratégia integrada de avaliação de políticas governamentais de desenvolvimento agro-pecuário, tendo em vista a problemática geral dos assentamentos de reforma agrária. No desenho de estratégias alternativas de desenvolvimento, conviria incorporar a análise de soluções já experimentadas, como o "modelo" chinês⁵, ou em debate, como as sugestões do grupo de sociólogos soviéticos liderados por Tatiana Zaslavskaya⁶, além dos princípios de ecodesenvolvimento.

NOTAS - CAPITULO 7

1. Isto, apesar de romper com uma visão meramente organizacionista, preocupando-se com a otimização das condições de vida dos agricultores (IBID).
2. Pois tem lugar em sistemas capitalistas, e foi abandonada ou não implementada em sistemas socialistas. Além disto, sua ineficiência seria provada pela experiência soviética (IBID), entre outras.
3. Se há consenso, nesta literatura, sobre a necessidade de mudanças drásticas nos sistemas sócio-culturais como pré-requisito para um desenvolvimento sustentado (ODUM, 1986 : 346s), as possibilidades de transição são alvo de controvérsia (ECKHOLM, OP.CIT : 137, 142, OPHULS, OP.CIT :59-60).
4. Este tipo de integração é sugerido por Dieter Benecke para as cooperativas regionais (1980 : 214).
5. A orientação do modelo chinês prioriza a auto-suficiência alimentar em detrimento das exportações, possui um sistema agrícola e industrial cada vez mais integrado e descentralizado, organizado em comunas auto-suficientes que produzem excedentes comercializáveis. Conserva uma diretriz intensiva em mão-de-obra em detrimento do uso de tecnologia intensiva em capital. Possui um sistema de piscicultura que produz duas vezes mais carne do que a média de bovinos por área, enfatiza a agricultura orgânica, com reciclagem de detritos, seleção de variedades apropriadas localmente, conservação dos solos, manejo integrado de pragas, e procura implementar o máximo de complementariedades simbióticas (MYERS, 1987). Entretanto, mais recentemente, as comunas parecem ceder lugar à parcelização (RAGUIN, 1991 : 17-30).
6. Theodor Shanin, debatendo alguns modelos de agricultura da URSS, percebe que aqueles baseados no "quanto maior e mais mecânico, melhor" e no "quanto mais se coloca, mais se tira", redundaram, a curto prazo, em estagnação agrícola. O modelo baseado no estímulo pessoal através do lucro, já teria demonstrado os seus limites nos EUA, não dando conta do "auto-cannibalismo" e da estabilidade dos agricultores. Já o modelo proposto pela equipe de Tatiana Zaslavskaya possui as seguintes características : enfoque a longo prazo da questão agrícola; necessidade de implementação de políticas sócio-ambientais consistentes, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população rural, e do fortalecimento dos serviços e da expansão do setor secundário e terciário na economia das aldeias; fortalecimento das comunidades rurais a ponto de lhes permitir margens de autonomia em relação às pressões de planejadores governamentais (já que estes possuem um enfoque restrito ao curto prazo), como "centros alternativos de poder, autoridade e responsabilidade" (SHANIN, 89/90 : 27-36).

BIBLIOGRAFIA BASICA

- ABRAMO, Perseu. Pesquisa em Ciências sociais. In : HIRANO, Sedi. Pesquisa social - projeto e planejamento. São Paulo : T.A. Queiroz, 1979.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Campesinato : lógica econômica e políticas públicas. Campinas, S.P.: Mimeo, UNICAMP, 1989. Trabalho de conclusão do seminário de teoria e Metodologia II - Doutorado em Ciências Sociais.
- ACARESC. Relatório PROCERA para BNDES - 1988 e Projeção 1989. Assentamento Putinga. Florianópolis.
- ANDERLE, Jaco. Reforma Agrária - uma experiência de trabalho no INCRA. Florianópolis : Mimeo, dezembro de 1989.
- ANTUNIASSE, Maria H.R. e ANDRADE, Marcia R.O.. Trabalho e escolarização das crianças em núcleos de reforma agrária do Estado de São Paulo, In : "Reforma Agrária", Rev. da ABRA, vol. 21, maio/ago 1991, nº 2. pp.29-38.
- ARAUJO, José Emílio. "Experiência Latino-Americana em empresas associativas e a modernização da empresa rural". In: Anais do I Seminário de modernização da empresa rural, 25-27 de maio de 1977 - Rio de Janeiro. Ministério da Agricultura/SUPLAN - FGV/EIAP. Brasília: Binagri, 1979.
- ARNS, Paulo C. Cooperação agrícola, relatório de estágio curricular supervisionado. Florianópolis, CCA - UFSC, 1991.
- BATTISTELLI, N. J., ARNS, P.C. e SCHETINGER, W.L. (coords.) Realidade agrária catarinense - origem, situação atual e perspectivas. Florianópolis : Mimeo, março de 1988.
- BENECKE, Dieter. Cooperação e desenvolvimento - o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico dos países do terceiro mundo. Porto Alegre : Coojornal, e Recife : Assocene, 1980.
- _____. Cooperação e desenvolvimento, In : FRIEDRICH-NAUMANN-STIFTUNG. Sistemas cooperativos comparados. Bonn, FNS, 1982.

- BERGAMASCO, Sônia M.P.P. e CARMO, Maristela S.. Reforma agrária dá certo ? O (in)Sucesso dos Assentamentos de Trabalhadores Rurais, In : "Reforma Agrária", Rev. da ABRA, vol. 21, jan/abr 1991, nº 1. pp.60-68.
- BINSWANGER, Hans e ELGIN, Miranda. Quais são as perspectivas para a reforma agrária, In : "Pesquisa e planejamento econômico", vol. 19, abril de 1989, nº 1. pp.1-18.
- BOETTCHER, Erik ET ALII. Teoria cooperativa e desenvolvimento, In : FRIEDRICH-NAUMANN-STIFTUNG. Sistemas cooperativos comparados. Bonn : FNS, 1982.
- _____. El desarrollo de la teoría de la cooperación y los elementos fundamentalers de la teoría de Munster, In : Rev. de la Cooperación. Buenos Aires : Federación Argentina de Cooperativas de Consumo. Febrero de 1980, nº198, ano XXXV. pp.37-54.
- BONIM, Anamaria A. et all.. Luta pela terra e contradições de um projeto comunitário de vida, In: Movimentos sociais no campo. Curitiba : Criar, 1987.
- BOTTOMORE, Tom (ed.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de janeiro : Jorge Zahar, 1988. pp21 e 80-81.
- BUCKLEY, Walter. A sociologia e a moderna teoria dos sistemas. São Paulo : Edusp/Cultrix, 1971.
- CARNOY, Martin. Estado e teoria política. Campinas, S.P. : Papyrus, 1988. 2ª ed.
- CASTELLS, Alicia N. G. "Sem-terra": o coletivo no cotidiano. PIPSA - Porto Alegre, setembro de 1990.
- CASTELLS, Alicia N. G. e PAULILO, M. Ignês. Subsistencia, autofagia e ecologia : os diferentes tempos da sobrevivência. Trabalho apresentado no IV Encontro regional sul do PIPSA. Florianópolis, 1991. Mimeo.
- CAZELLA, Ademir A.. A cooperação agrícola nos assentamentos fundiários em Santa Catarina. Mimeo, Ponte Serrada, 1989.
- COMISSAO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio de janeiro : FGV, 1988.

- DESROCHE, Henry. El desarrollo intercooperativo - sus modelos y combinaciones. Buenos Aires : Intercoop, 1977. Cuadernos de cultura cooperativa.
- D'INCAO, Maria da Conceição. Assentamento de trabalhadores rurais sem-terra : avanços e recuos da transição democrática brasileira. Mimeo. Texto elaborado a partir de resultados da pesquisa realizada em colaboração com Gérard Roy, através de convênio de cooperação internacional CNPq/CEDEC/ORSTOM (França).
- DUARTE, Laura M.G.. Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S. - o cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul. (Orientação de Juan M. Fandino Marino). Porto Alegre: L & PM : ANPOCS, 1986. 96p. 21cm.
- ECKHOLM, E.P.. Down to earth - environment and human needs, New York, W.W.Norton, pp.135-143.
- ENCICLOPEDIA INTERNACIONAL DE LAS CIENCIAS SOCIALES. Vários tópicos : "agricultura", "cooperacion", "cooperativas". "asociaciones voluntarias : aspectos sociológicos".
- Estatutos da cooperativa de produção agropecuária - circular a nível de assentamento. 3ª versão. 28/06/90.
- ESTERCI, Neide. Roças comunitárias : projetos de transformação e formas de lutas. In : ESTERCI, Neide (org). Cooperativismo e coletivização no campo : questões sobre a prática da Igreja popular no Brasil. Rio de Janeiro : Tempo e presença, 1984. pp. 34-63.
- Conflito no Araguaia - Peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis : Vozes, 1987.
- FLEURY, M. T. LEME. Origem e desenvolvimento do cooperativismo rural no Brasil. IN : Revista Cadernos do CERU. São Paulo, 1978, nº 14.
- FRANCO, Mariana C. Pantoja. Xagu : de sem-terra a assentado - Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 1992. 237pp.
- FRIEDRICH-NAUMANN-STIFTUNG. Sistemas cooperativos comparados. Bonn, FNS, 1982.

- FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA -
FAPEU, Caracterização de condições edafohidroclimáticas em áreas de assentamento: imóvel : Tracutinga. Florianópolis, SC. 1989.
- GAIGER, Luiz Inácio G. Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil - quadro de interpretação sociológica. Petrópolis : Vozes, 1987. 125p.
- GODARD, Olivier et SACHS, Ignacy. L'Environnement et la planification. In : Barrau, J. et all. Environnement et Qualité de la vie. Paris: Guy le prat, 1975. pp. 207-247.
- GODARD, O. et all. Endogenous development and differentiation of development spaces : an analysis grid for local development, In : Ecodevelopment News. Paris, n 35. dez de 1985.
- GOMES, Orlando. De la finca individual a la cooperativa agropecuária. La Habana : Política, 1983.
- GOODMAN, D.E., SORJ, B., WILKINSON, J.. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais - análises recentes sobre a agricultura brasileira. In : Revista de Economia política. vol.5, nº4, out/dez, 1985.
- GRAZIANO DA SILVA, José Graziano. A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira, In : A modernização dolorosa. Rio de Janeiro : Zahar, 1982. pp.126-141.
- GRAZIANO NETO, Francisco. Questão agrária e ecologia. São paulo : brasiliense, 1982.
- _____. A Tragédia da terra. São Paulo : IGLU/FINEP/UNESP, 1991.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis : Vozes, 1987.
- GUERRA, Júlio S.. Associativismo de produção na agricultura, In : MST (org.). Manual de cooperação agrícola II - Coletânea de textos básicos. São Paulo, 1988.

GUIMARAES, Roberto P.. "Cooperativismo y participación popular : nuevas consideraciones respecto de un viejo tema", In: Rev. de la CEPAL, nº28, abril de 1986, pp.181-194.

HORVART, Branko. Socialismo autogestionário - origem e evolução. (trad. Siemi M. Campos, apresentação de Cláudio nascimento) [s.l.] Coedição : CECA/Centro de cultura socialista, 1990.

INCRA. Projeto de desenvolvimento técnico, econômico e social do projeto de assentamento 30 de outubro. Florianópolis. Março de 1989.

_____. Administração da reforma agrária em Santa Catarina - 1985 1989. INCRA/SR-SC, Florianópolis, 1990.

_____. Relação dos imóveis disponíveis para a Reforma Agrária - SC. [s.d. : s.l.].

_____. Programa de ação imediata - PAI. Projeto de assentamento Tracutinga, Dionísio Cerqueira, SC. Chapecó, abril de 1990.

_____. Conselhos agrários municipais. [s.l.:s.d.].

INCRA/MIRAD. Plano regional de reforma agrária - PRRA - Santa Catarina.

_____. O INCRA e a Reforma Agrária em Santa Catarina. Florianópolis : Mimeo, 1985/1986.

INFIELD, Herik F. Comunidades cooperativas - sociologia de la cooperación. Buenos Aires : Intercoop, 1971. 3a ed. 176p.

_____. Sociologia de la cooperación. Intercoop. Buenos Aires : Intercoop, 168p.

INSTITUTO CEPA. Estrutura agrária - evolução em Santa Catarina - 1960-1980. Florianópolis, dezembro de 1984.

_____. Síntese anual da agricultura de Santa Catarina. Florianópolis, 1988/1989, vol.2.

IBGE (Instituto brasileiro de economia e estatística). Censo agropecuário - 1985. Rio de Janeiro : FIBGE.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. São Paulo.
1986- abril de 1992.

KLEBA, John B.. Sobre a ecologia política da crise do desenvolvimento rural. Florianópolis : Mimeo, 1989. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC.

Notas sobre a cooperação agrícola nos assentamentos de trabalhadores rurais sem terra de Santa Catarina. IV Encontro regional sul do PIPSA. Florianópolis, agosto de 1991.

KLEBA, John B. e SCHWADE, Elisete. A questão ambiental no projeto de "construção" do assentamento "conquista na fronteira" de "Santa Catarina". IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente. Florianópolis, primavera de 1990.

KROTZ, Esteban. La evaluaciín de cooperativas rurales : apuntes para el estudio de aspectos relevantes del cooperativismo rural en México, In : IFDA Dossier 78, july-sept. 1990.

LANNOY, Christophe de. A tecnologia e as associações de cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia Rural da UFRGS. Porto Alegre, nov. de 1990.

LECHNER, Norbert (org). Cultura Política y democratización. FLACSO, Santiago de Chile, 1987.

LEI ORGÂNICA. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNIC=PIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC. 1990.

LEITE, Sérgio P. e COSTA, Vera M.H.M.. A problemática dos assentamentos de trabalhadores rurais : contribuição à análise do perfil de intervenção do estado na questão agrária. Rio de Janeiro : Mimeo, 1988. Apresentado no 12- encontro do PIPSA - Projeto de Intercâmbio em Pesquisa Social na Agricultura.

LISBOA, Tereza K.. A luta dos sem terra no oeste catarinense. Florianópolis : UFSC/MST, 1988.

MALUF, Renato S. e BILBAO, Santiago A., Assentamentos em São Paulo e indústria rural : uma discussão preliminar. Campinas: CNPq/NPCT, 1988. 129p..

- MARCHIORO, Hélio L. A cooperativa como instrumento de mudanças : o caso Cotrijuc. Dissertação de mestrado em Sociologia Política, Centro de Ciências Humanas, UFSC. Florianópolis, dezembro de 1990.
- MARTINE, George et BESKOW, Paulo R.. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In : MARTINE, George (org.). Os impactos sociais da modernização agrícola. São paulo : Caetés.
- MARTINS, José de Souza. Caminhada no chão da noite - emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São paulo : Hucitec, 1989.
- _____ (org.). Introdução crítica à sociologia rural. São paulo : Hucitec, 1986. <com. ver parte II>.
- MARX, Karl. Capítulo XI : Cooperação. In : O Capital - crítica da economia política. São paulo : Abril cultural, 1983. pp.257-266.
- MAX-NEEF, Manfred. La economía descalza. Colección Pensamiento Descalzo - 1. Estocolmo : Nordan. Montivideo, Buenos Aires : CEPUR, 1986.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. História dos movimentos sociais. Rio de janeiro : FASE, 1989.
- MEDICE, Alberto. Associativismo em assentamentos : modelos e impasses, In : "Rascunho", Araraquara : UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, nº 15, fev. 1991.
- MEDINA, José R. et all (ed.). Utopismo socialista (1831-1893). (Prólogo e seleção de Carlos Rama). Los Ruices Sur, Dtto. Sucre, Edo. Miranda, venezuela : Ayacucho, 1977.
- MINC, Carlos. Os desafios da ecopolítica no Brasil, In : PADUA, J.A. (org.). Ecologia e política no brasil. Rio : Espaço e tempo/IUPERJ, 1987.
- MIRAD. Proposta para a elaboração do 1º PNRA da Nova República. Brasília, maio de 1985.
- MOGUEL, Júlio. Notas sobre o problema camponês : luta econômica e luta política, In : MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST (org.). Manual de cooperação agrícola II - Coletânea de textos básicos. São Paulo, 1988.

- MORAIS, Clodomir Santos de. Elementos sobre a teoria da organização do campo, In : MST. Caderno de formação nº11. 2ªed., São Paulo, 1986.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (org.). "A luta continua - como se organizam os assentados", Cadernos de formação nº10. São paulo : Junho de 1986.
- _____. Manual de cooperação agrícola I - Coletânea de textos básicos. São Paulo, 1988a.
- _____. (org.). Manual de cooperação agrícola II - Coletânea de textos básicos. São Paulo, 1988b.
- _____. Manual de cooperação agrícola III - orientação para a implementação de associações de cooperação agrícola. São Paulo, 1989a.
- _____. 1989b, Plano Nacional do MST - 1989 a 1993. [s.l.]. caderno de formação n- 17.
- _____. 1990a. Programa de apoio à Cooperativa Estadual dos Assentados e Fundo de Crédito Rural para Cooperativas e Associações de assentamentos. São Paulo, setembro de 1990. ANCA.
- _____. Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA - uma proposta para o desenvolvimento dos assentamentos do Brasil. São Paulo, abril de 1991.
- _____. 1º Laboratório organizacional de campo do Rio Grande do Sul. Assentamento Nova Ramada. [s.l.:s.d.].
- _____. Cooperação agrícola. [s.l.:1990?].
- _____. Balanço da "reforma agrária" em 1988 e nos quatro anos da Nova república. Mimeo. [s.l.:s.d.]
- MYERS, Norman (org.). El atlas gaia de la gestión del planeta : para quienes cuidan de hoy el mundo de la mañana. Madrid : Hermann Blume, 1987.
- ODUM, E.P.. Ecologia. Rio de janeiro : Guanabara, 1983.
- OPHULS, Willian. Ecology and the politics of scarcity. S.Francisco : W.H.Freeman, 1977.

- PACHECO, M^a Emília L. e LEROY, Jean-Pierre. Associações e sindicatos rurais : onde está o dilema ?, In : Cadernos do CEDI, nº 21 - Sindicalismo no campo, Rio de Janeiro, 1991.
- PAULILO, M. Ignês. Pequenos produtores catarinenses : projetos de vida. Florianópolis : Mimeo, 1989.
- _____. Produtor e Agroindústrias: consensos e dissensos - o caso de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1990.
- PINHO, Diva B.. O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro. São Paulo : CNPq, 1982. Manual de cooperativismo, vol. 1.
- PINHO, Diva B. e PINHO, Carlos M.. O Estado brasileiro e o cooperativismo, In : SCHNEIDER, José O. et all.. O cooperativismo no Brasil : enfoques, análises e contribuições. Curitiba : FNS/ASSOCEP, 1979.
- _____. A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista - suas modificações e utilidade. São Paulo : Pioneira : 1966.
- REGIMENTO INTERNO DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA. 17 de março de 1990, Dionísio Cerqueira - SC.
- RAGUIN, Laurent (org.). Desestatização e descoletivização em alguns países socialistas. Rio de Janeiro : AS-PTA. Parte I : jan. 1991a. Textos para debate.
- _____. Rio de Janeiro : AS-PTA. Parte II., fev. 1991b. Textos para debate.
- REGO, Nelson. A experiência de autogestão dos trabalhadores agrários de Nova Ronda Alta e seu significado para o MST. In : Terra livre - Geografia e lutas sociais, nº4, RJ, Marco Zero, 1988.
- RELATORIO PROCERA PARA BNDES - 1988 E PROJEÇÃO 1989. Florianópolis, março de 1989.
- SAA. Assistência técnica e extensão rural e planejamento sócio-econômico dos projetos de assentamentos de trabalhadores rurais. Plano de trabalho - proposta para 1992. Florianópolis, novembro de 1991.
- SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento - crescer sem destruir. São Paulo : Vértice, 1986a.

- _____. Espaco, tempo e estratégias de desenvolvimento. São Paulo : Vértice, 1986b.
- SANTOS, José Vicente T.. Colonos do vinho - estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São paulo : Hucitec, 1984. 2ª ed.
- _____. Lutas agrárias e cidadania. UFRGS - PPG Sociologia Rural. Mimeo. 28p..
- SHANIN, Teodor. Coletivização na União Soviética. In : Rev. Reforma Agrária. ABRA. ano 19, nº3. dez/89/março/90. pp.27-36.
- _____. A definição de camponês : conceituações e desconceituações. In : Estudos CEBRAP - Trabalho e acumulação. Petrópolis : Vozes, 1980, n.26. pp.43-80.
- SCHNEIDER, José O. e LAUSCHNER, Roque. Evolução e situação atual do cooperativismo brasileiro, In : SCHNEIDER, José O. et all.. O cooperativismo no Brasil : enfoques, análises e contribuições. Curitiba : FNS/ASSOCEP, 1979.
- SCHUMACHER, E. F. O negócio é ser pequeno (Small is beautiful) - um estudo de economia que leva em conta as pessoas. Tradução de Octávio A. Velho. Rio de janeiro : Zahar, 1977.
- SILVA, José Gomes da. Caindo por terra : crises da reforma Agrária na Nova república. São Paulo : Busca Vida, 1987. 228p.
- SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio : Zahar, 1980. Caps. 1 e 2.
- STEDELI, João Pedro. Os sem terra. In: Revista teoria e debate. [S.l.:s.n.], jan./março de 1990. nº 9. pp.6-12.
- THIOLLENT, Michel. Avaliação social da tecnologia, In : Rev. Brasileira de tecnologia, vol. 13, nº 3, pp.49-53.
- UNESCO. Un enfoque ecológico integral para el estudio de los asentamientos humanos. Paris, (MAB - Notas técnicas n.12), 1981.

- VIEIRA, Marcelo Milano F.. Burocracia e coletivismo - um estudo de caso da associação de agricultores de Nova Ronda Alta.. Tese de mestrado em Administração. Florianópolis : UFSC. 1989.
- VIEIRA, Paulo F.. Ciência e tecnologia para o Ecodesenvolvimento - Prioridades para Santa Catarina. Florianópolis : Mimeo, outubro de 1989. PPG Sociologia Política, UFSC.
- ZIMMERMANN, Neuza de C.. Depois da terra a conquista da cooperação - um estudo do processo organizativo num ast de Reforma Agrária do R.S.. Orientação de Yves Chaloult. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Brasília, Brasília, Mimeo, 212 p..
- WOLLMANN, Francisco et all.. Aspectos econômicos de tres projetos de reforma agrária em Pernambuco, Espírito Santo e Santa Catarina. Anais do XVII Congresso de economia e sociologia rural. Piracicaba, 1989. vol.I, pp.209-230.